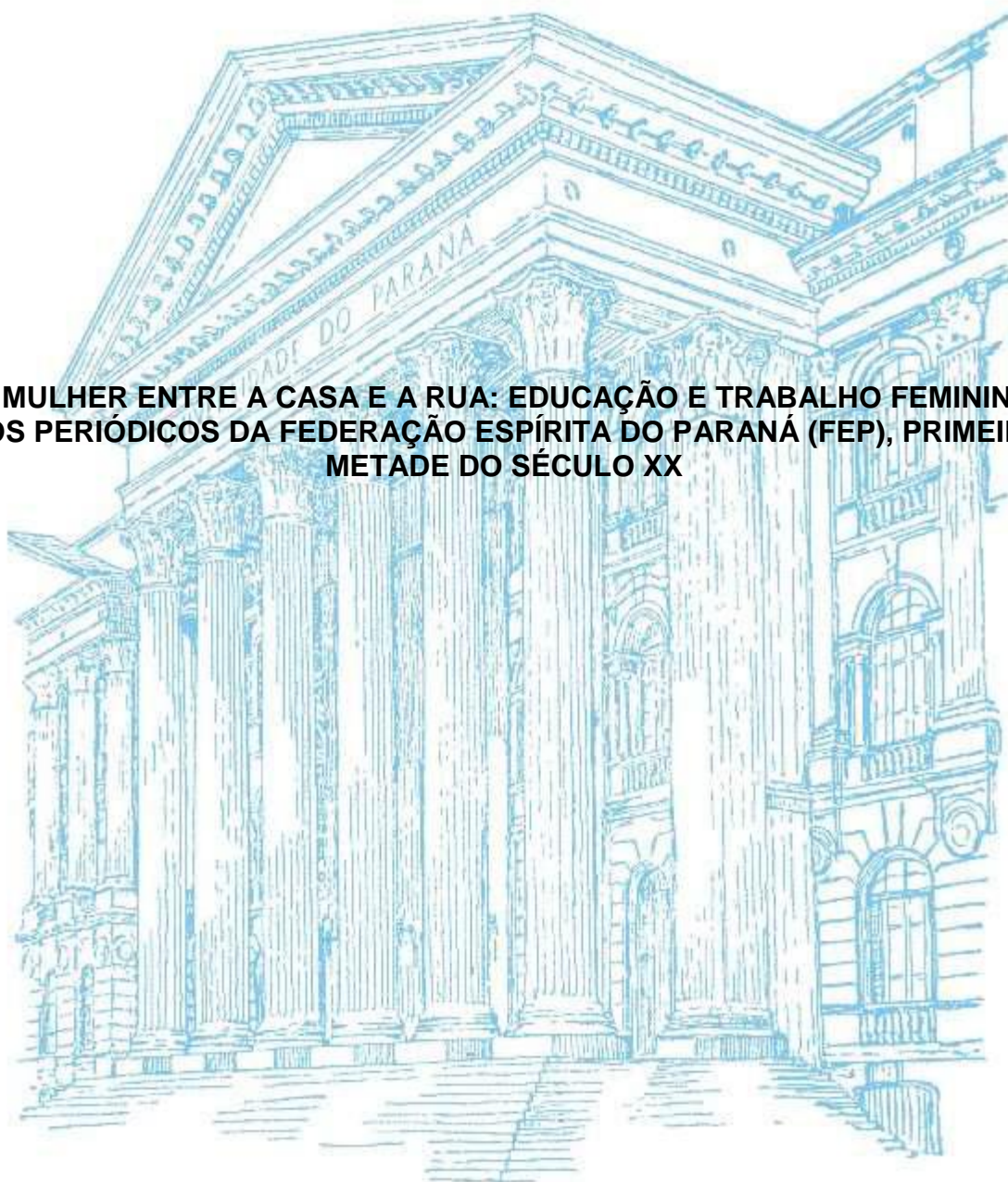


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SILVETE APARECIDA CRIPPA DE ARAUJO

**A MULHER ENTRE A CASA E A RUA: EDUCAÇÃO E TRABALHO FEMININO
NOS PERIÓDICOS DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ (FEP), PRIMEIRA
METADE DO SÉCULO XX**



CURITIBA

2017

SILVETE APARECIDA CRIPPA DE ARAUJO

**A MULHER ENTRE A CASA E A RUA: EDUCAÇÃO E TRABALHO FEMININO
NOS PERIÓDICOS DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ (FEP), PRIMEIRA
METADE DO SÉCULO XX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Linha: História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Liane Maria Bertucci

CURITIBA

2017

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Araujo, Silvete Aparecida Crippa de

A mulher entre a casa e a rua: educação e trabalho feminino nos periódicos da Federação Espírita do Paraná (FEP), primeira metade do século XX / Silvete Aparecida Crippa de Araujo – Curitiba, 2017.
220 f.; 29 cm.

Orientadora: Liane Maria Bertucci

Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Educação - Mulheres - História. 2. Mulheres – Condições sociais - Trabalho. 3. Federação Espírita do Paraná – Educação de mulheres – Trabalho - Escolas. 4. Periódicos brasileiros – Avaliação.
I. Título.

CDD 376



PARECER

Defesa de Tese de Silvete Aparecida Crippa de Araujo para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof.^a Dr.^a Liane Maria Bertucci, Prof.^a Dr.^a Valquíria Elita Renk, Prof.^a Dr.^a Edilene Teresinha Toledo (on-line), Prof.^a Dr.^a Nádia Gaiofatto Gonçalves, Prof.^a Dr.^a Vera Irene Jurkevics, arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: “A MULHER ENTRE A CASA E A RUA: EDUCAÇÃO E TRABALHO FEMININO NOS PERIÓDICOS DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ (FEP), PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX”.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. ^a Dr. ^a Liane Maria Bertucci		APROVADA
Prof. ^a Dr. ^a Valquíria Elita Renk		aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Edilene Teresinha Toledo (on-line)		APROVADA
Prof. ^a Dr. ^a Nádia Gaiofatto Gonçalves		Aprovado
Prof. ^a Dr. ^a Vera Irene Jurkevics		Aprovada

Curitiba, 27 de março de 2017.

Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn
Coordenador do PPGE
Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Educação
MPAP 137022 / MSIAPE 2169216

*Aos meus queridos e amados pais, Elisabete e Sebastião (em memória).
Inspiradores de toda a minha dedicação, entusiasmo, força e comprometimento.
Fonte de amor, cuidado e alegria!*

AGRADECIMENTOS

“Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”, mencionou Fernando Pessoa, e hoje posso afirmar que embora tenha encontrado durante minha caminhada, rumo ao doutoramento, algumas pedras, buracos e por vezes o tempo nublado, tudo valeu muito a pena. A colaboração de diversas pessoas durante esses anos de pesquisa foi muito importante, pois me ajudaram a observar além das dificuldades as flores do caminho, o calor gostoso do Sol, o brilho das estrelas, o vento que refresca e a amizade que preenche.

Muitos que passaram por mim, deixaram marcas e memórias inesquecíveis de uma época. Agradeço imensamente a todos! Aos que me ajudaram e aos que não me ajudaram tanto, mas respeitaram o meu percurso. Agradeço essa Força Suprema (Divina) que me inspira, impulsiona, protege e fortalece, mesmo quando tudo parece obscuro.

Agradeço aos meus pais pelo grande amor e cuidado e por terem me dado a oportunidade e o estímulo, dentro das suas possibilidades, para que eu pudesse sempre estudar e ser uma pessoa de bem. Agradeço ao meu marido, um ombro sempre amigo, meu porto seguro, pessoa em que encontro muito amor, paciência, ajuda e cumplicidade. Agradeço a meus sogros, pelo carinho e apoio de sempre. Agradeço os meus filhos, minhas norinhas, meus sobrinhos, meus irmãos, cunhados e cunhadas, Lúcia, enfim a toda a família por entenderem minhas ausências e por torcerem e vibrarem sempre com minhas conquistas.

Agradeço o apoio de ‘todos’ os meus amigos e amigas pela compreensão do meu ‘desaparecimento social’. Não poderia deixar de agradecer as minhas amigas Elisangela, Etienne, Gisele e Silvia (especial parceira de escritas, desabafos e cafés) que compartilharam comigo momentos de sufoco, tensão e de muita alegria e camaradagem durante a construção desta tese. Também agradeço o carinho de amigos novos e antigos, das disciplinas cursadas e dos grupos GPHIE e NUHFOPE da UFPR.

Agradeço à Federação Espírita do Paraná que abriu as portas da sua biblioteca para que a maior parte da pesquisa desta tese fosse realizada. Sou grata aos funcionários de todos os locais que pesquisei, mas principalmente a funcionária Vera da Biblioteca da FEP, pela competência e atenção durante mais de quatro anos na

prestação de seus serviços. Igualmente agradeço, por todo apoio e ajuda as direções e professores da FALEC e do CEI Érico Veríssimo.

“Se enxerguei mais longe, foi porque me apoiei sobre os ombros de gigantes” (Isaac Newton) e, gigantes foram todos os professores que estiveram comigo desde os meus primeiros contatos com a escola até a pós-graduação, portanto, não poderia deixar de reverenciar especialmente aos professores da Linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação da UFPR, os quais muito contribuíram na construção desta pesquisa: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira; Prof^a Dr^a Dulce Osinski; Prof^a Dr^a Gizele Souza e, em especial agradeço aos professores Dr. Cláudio de Sá Machado JR e Dr. Marcus Levy Bencostta pelas contribuições feitas a partir das leituras de meus textos, registrando suas ricas observações, desde as disciplinas cursadas durante o doutoramento até a qualificação.

Agradeço respectivamente as professoras Dr^a Edilene Toledo e Dr^a Vera Irene Jurkevics; por participarem desde a minha banca de qualificação até a de defesa e, também as professoras Dr^a Nádia Gaiofatto Gonçalves e Valquíria Elita Renk pela contribuição final na banca de defesa. A todas reconheço o auxílio a mim prestado pelas leituras realizadas, sugestões e observações pertinentes que em muito contribuíram para a melhoria e qualidade desta pesquisa e, também por aceitarem avaliar o meu trabalho e fazerem parte não só da banca avaliadora, mas da minha memória acadêmica!

Por falar em fazer ‘parte da vida’, não posso deixar de mencionar uma professora muito especial em minha vida, a Prof^a Dr^a Liane Maria Bertucci, e para ela minha eterna gratidão. Minha orientadora Liane, por mim, é considerada mais que uma professora, mas ‘uma amiga’, sempre se mostrando carinhosa, preocupada, cuidadosa, mas igualmente muito minuciosa e exigente quando o assunto é pesquisa e registro. Com muita competência, ‘rigor’, atenção e estímulo me auxiliou a construir, passo a passo, a minha dissertação de mestrado e, depois, a minha tese. Caminhando juntas por duas pesquisas, descobrimos prazeres e dissabores existentes no fantástico ofício de historiar a educação. Nossa parceria deixará saudade!

Aproveito para pedir desculpas se esqueci de agradecer nominalmente alguém, pois acredito, parafraseando, Saint-Exupéry, que “todas as pessoas que passam por nós, deixam um pouco de si e levam pouco de nós” e, contribuem muito, de uma forma ou de outra, para o nosso aprendizado de vida!

Assim Eu Vejo a Vida

*A vida tem duas faces:
Positiva e negativa
O passado foi duro,
mas deixou o seu legado.
Saber viver é a grande sabedoria.
Que eu possa dignificar
Minha condição de mulher,
Aceitar suas limitações
E me fazer pedra de segurança
dos valores que vão desmoronando.
Nasci em tempos rudes
Aceitei contradições,
lutas e pedras
como lições de vida
e delas me sirvo.
Aprendi a viver.*

Cora Coralina

RESUMO

Esta tese tem como objetivo compreender, principalmente a partir dos periódicos da Federação Espírita do Paraná (FEP), os debates e ações realizados por membros da FEP relacionados às questões da educação e do trabalho e, educação para o trabalho, de mulheres entre 1902 e 1958. O ano de 1902 foi o da fundação da Federação, que evidenciou a tentativa de congregação de espíritas kardecistas no Paraná, notadamente os de Curitiba. Foi preciso retroceder nas pesquisas alguns anos para ampliar as discussões sobre a organização da FEP e para desvendar no transcorrer dos anos as atividades e o lugar da mulher espírita nesse contexto. Sempre tendo em vista que as mulheres espíritas ou ações espíritas neste estudo se reportam às que se relacionavam com a FEP. O recorte final da tese foi determinado pelo ano de 1958, o último ano em que foram localizados indícios de atividades do Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa, instituição estatal criada no Lar Infantil Icléa em 1954. O Centro de Iniciação Profissional, fazia parte de um projeto do governo federal que atuou em parceria com os Estados. O Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa, efetivou uma educação para a iniciação profissional voltada para a mulher, reforçando competências consideradas “femininas”, algo que há décadas permeava propostas da Federação. O Centro não foi o resultado direto e linear destas proposições e ações e nem foi uma iniciativa autônoma da FEP, entretanto suas atividades revelaram grande sintonia com as ideias dos espíritas da Federação sobre o que seriam ocupações femininas. Pretendeu-se, igualmente investigar o lugar, as ações (muitas delas assistenciais) e as falas e silêncios das mulheres e sobre elas, indícios do cotidiano, que tanto concorriam para a educação informal feminina, quanto poderiam ser utilizados como estratégias de inserção social pela Federação. Para compreender aspectos da história da relação plural mulher-espírita, educação e trabalho, foi preciso saber um pouco mais sobre o Espiritismo, uma doutrina que surgiu na França no início da segunda metade do século XIX, e se organizou com a herança cientificista e racionalista atrelada aos embates revolucionários ocorridos na Europa. Essa doutrina, que pregava a necessidade de educação e trabalho para a evolução do Espírito, ganhou diversos adeptos na moderna Curitiba das primeiras décadas do século XX, onde novos interesses e necessidades se difundiam, entre eles a ampliação da oferta de educação, pelo menos a primária, e a formação para o trabalho, especialmente para as pessoas mais pobres. Para esta investigação foram, entre outros, analisados os periódicos espíritas: **A Luz**, **Revista Espírita**, **A Doutrina**, **Revista de Espiritualismo**, **Monitor Espírita** e o jornal **Mundo Espírita**. As leituras dos trabalhos de Davis (1990; 1997) e Perrot (1988; 1998; 2015) e as reflexões de Certeau (2014) foram fundamentais para realização deste estudo. Sendo assim a tese que se pretendeu constituir, a partir da análise documental e da memória, partiu da hipótese de que as propostas educativas para o trabalho da mulher se apresentavam conservadoras, embora sob discursos modernizantes.

Palavras-chave: Educação; Federação Espírita do Paraná; Imprensa; Mulher; Trabalho.

ABSTRACT

This thesis aims to understand, mainly from the periodicals of the *Federação Espírita do Paraná* (FEP), the debates and actions carried out by FEP members related to the issues of education and work and, of education for work, of women between 1902 and 1958. In 1902 the Federation was founded, which evidenced the attempt to congregate Kardecist spiritists in Paraná, notably those in Curitiba. It was necessary to go years ago in the researches to broaden the discussions about the organization of the FEP and to unveil in the course of the years the activities and the place of the spiritist woman in that context. Always bearing in mind that the spiritist women or Spiritist actions in this study report those related to FEP. The final cut of the thesis was determined by the year 1958, the last year in which were found indications of activities of the Center for Professional Initiation Lar Icléa, a state institution created in Icléa Children's Home in 1954. The Center for Professional Initiation, was part of a Project of the federal government that worked in partnership with the States. The Center for Professional Initiation of the Icléa Home Initiated an education for professional initiation focused on women, reinforcing skills considered "feminine", something that for decades permeated the Federation's proposals. The Center was not the direct result of these propositions and actions nor it was an autonomous initiative of the FEP, however its activities revealed a great harmony with the ideas of the spiritists of the Federation on what would be female occupations. It was also intended to equally investigate the place, the actions (many of them assistance) and the women's speeches and silences, and on them, everyday signs that competed for informal female education, and could be used as strategies for social insertion by Federation. In order to understand aspects of the history of the woman-spiritist plural relationship, education and work, it was necessary to know a little more about Spiritism, a doctrine that arose in France in the beginning of the second half of the nineteenth century, and organized with the scientific and rationalist heritage linked to the revolutionary clashes in Europe. This doctrine, which preached the need for education and work in the evolution of the Spirit, gained several adherents in the modern Curitiba back in the first decades of the twentieth century, where new interests and needs were spread, among them the expansion of the offer of education, at least Primary education, and training for work, especially for the poorest people. For this investigation were analyzed, among others, the Spiritist periodicals: ***A Luz***, ***Revista Spirita***, ***A Doutrina***, ***Revista de Espiritualismo***, ***Monitor Espírita*** and the ***Mundo Espírita*** newspaper. The readings of the works of Davis (1990; 1997) and Perrot (1988; 1998; 2015) and the reflections of Certeau (2014) were fundamental for carrying out this study. Thus the thesis that was intended to constitute, from the documentary analysis and the memory, started from the hypothesis that the educational proposals for the work of the woman appeared conservative, although under modernizing discourses.

Key-words: Education; Federação Espírita do Paraná; Press; Woman; Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – GRUPO ESPÍRITA DO SERRITO	55
FIGURA 2 – DIRECTORIA DO GRUPO ESPÍRITA DO SERRITO - 1899.....	57
FIGURA 3– SEDE DA FEP INAUGURADA EM 1915.....	69
FIGURA 4 – RUA JOSÉ BONIFÁCIO (CURITIBA, 1920).....	108
FIGURA 5 – POEMA ORFÃOZINHO	113
FIGURA 6 – ELVIRA MARQUESINI E REUNIÃO NA FEP (194?)	128
FIGURA 7 – FESTA DE NATAL (193?) – SEDE DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ.....	144
FIGURA 8 – ALUNOS E PROFESSORES NA SALA DE AULA DA ESCOLA DA FEP (1930).....	155
FIGURA 9 – INTERIOR DA SALA DE AULA DA ESCOLA DA FEP (1930)	156
FIGURA 10 – PRÉDIO LAR INFANTIL ICLÉA	173
FIGURA 11 – PARA AS CRIANÇAS	175
FIGURA 12 – REFEITÓRIO DO LAR INFANTIL ICLÉA (1950).....	180
FIGURA 13 – CONCLUSÃO DE CURSOS NO CENTRO DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL LAR ICLÉA.....	194

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CRESCIMENTO POPULACIONAL DE CURITIBA E DO PARANÁ, NOS ANOS DE 1853 A 1920	107
--	-----

LISTA DE ABRVIATURAS E SIGLAS

FEB - Federação Espírita Brasileira

FEP - Federação Espírita do Paraná

LEB - Liga Espírita do Brasil

LOCAIS DE PESQUISA

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ - Setor de Pesquisas – Curitiba (PR)

BIBLIOTECA DA FACULDADE DR. LEOCÁDIO J. CORREIA – Curitiba (PR)

BIBLIOTECA DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA – Setor de Obras Raras –
Rio de Janeiro (RJ)

BIBLIOTECA DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ - Curitiba (PR)

BIBLIOTECA DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – UFPR - Curitiba (PR)

BIBLIOTECA NACIONAL – Hemeroteca - Rio de Janeiro (RJ)

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ - Divisão de Documentação Paranaense –
Curitiba (PR)

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA – Biblioteca Casa da Memória – Curitiba (PR)

MUSEU NACIONAL DO ESPIRITISMO – Curitiba (PR)

MUSEU DOS CAMPOS GERAIS – Ponta Grossa (PR)

MUSEU PARANAENSE – Biblioteca Romário Martins – Curitiba (PR)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - O LUGAR DA MULHER NOS PRIMEIROS ANOS DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ	35
1.1 A CRIAÇÃO DA FEP, O CONTEXTO PARANAENSE NA VIRADA PARA O SÉCULO XX E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO.....	36
1.2 O DELINEAR DO ESPAÇO DE AÇÃO FEMININA NOS PERIÓDICOS ESPÍRITAS DOS PRIMEIROS ANOS DOS NOVECENTOS	71
CAPÍTULO II - A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ COMO LOCAL DE TRABALHO E EDUCAÇÃO DA E PARA A MULHER - DE 1902 AOS ANOS 1930	103
2.1 “FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO”: ATIVIDADES ASSISTENCIAIS TAMBÉM COMO EDUCAÇÃO FEMININA.....	104
2.2 AS ESCOLAS DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ E A INSERÇÃO DA MULHER PROFESSORA NA FEP	131
CAPÍTULO III - OCUPAÇÕES FEMININAS: A FORMAÇÃO DA MULHER PARA O TRABALHO NA FEP - DE 1930 AOS ANOS 1950	158
3.1 O LIMIAR DE UMA ESCOLA FEMININA DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO – A FEP NOS ANOS 1930-1940.....	159
3.2 DO LAR INFANTIL ICLÉA AO CENTRO DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL LAR ICLÉA	171
3.3 O CENTRO DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL LAR ICLÉA – 1954-1958	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
FONTES.....	201
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205
ANEXOS	217

INTRODUÇÃO

É possível verificar que muitos acontecimentos deixam marcas tanto na vida íntima das pessoas quanto na vida pública de uma localidade ou instituição e são rememorados, ou não, dependendo dos mais variados interesses, os quais muitas vezes impulsionam uma (re)leitura histórica desses fatos. O historiador, portanto, deve estar ciente de que determinados grupos de pessoas procuram tornar-se senhores da memória e do esquecimento, todavia “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores [de] mecanismos de manipulação da memória coletiva”. (LE GOFF, 2003, p. 426).

Com base na premissa do vínculo entre história e memória (LE GOFF, 2003), vislumbraremos um dos acontecimentos rememorados no livreto **Memória da Federação Espírita do Paraná no seu centenário**: a criação, em 1954, de cursos de artesanato que estariam, segundo esta publicação, na origem da Escola Profissional Maria Ruth Junqueira de Curitiba, que recebeu licença do governo do Estado para o seu funcionamento em 1960 (**MEMÓRIA**, 2002, p. 21). Os cursos tinham como entidade mantenedora a Federação Espírita do Paraná - FEP¹ - instituída na Capital paranaense em 1902.

Contudo, antes da década de 1950, discursos² e ações de espíritas da FEP relacionados à educação e trabalho da mulher podem ser percebidos de forma esparsa nos seus periódicos, sendo, porém expressivos. Em 1917, por exemplo, no artigo de Flávio Luz, intitulado “Instruamos a mulher”³, publicado na **Revista de Espiritualismo**, então órgão oficial da FEP, publicou-se que:

Em pleno século das luzes, os pais ainda não compreenderam a necessidade de libertar a mulher pelo saber, elevando-a não só a altura da sua nobre missão de mãe e sacerdotisa da família, mas

¹ Nesta tese foi utilizada também a sigla FEP para designar Federação Espírita do Paraná, abreviatura usada pela própria Federação. Documentos e publicações, instituições assistenciais e educacionais que foram nomeado(a)s como da Federação Espírita do Paraná são aquele(a)s produzidos/instalados em Curitiba (ou em outras cidades do Paraná), exceto o periódico **Mundo Espírita** em sua primeira fase.

² Esta tese não tem como objetivo fazer análise de discurso, mas apresentá-lo como estratégia de fortalecimento de um lugar próprio, nesse caso, a FEP e os seus enunciados em periódicos e/ou folhetos.

³ Os termos educação e instrução foram utilizados de forma indistinta nesta tese, significando formação moral, religiosa, intelectual e para o trabalho. Os dois termos podem ser usados em uma mesma frase para assinalar alguma nuance relativa à questão educacional ou educativa.

também a altura dos cargos e investiduras que o homem, através das tradições mesquinhas da educação religiosa, monopolizou exclusivamente para seu sexo. A mulher de hoje ainda é um reflexo da desprezível escrava dos tempos idos. Raras são as que recebem cultura intelectual igual ao homem. Ensinam-lhes apenas banalidades, música e prendas domésticas (**Revista de Espiritualismo**, nov.1917, p. 211)⁴.

Ao defender a educação intelectual da mulher, Flávio Luz, o presidente da Federação no período, ressaltou, de forma genérica, a importância da ação feminina fora de casa e de uma educação mais igualitária entre os sexos. Mas, nesse período, segundo o Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro)⁵, a mulher casada estava submetida ao “chefe da sociedade conjugal”, o marido — e antes, a autoridade paterna. Dessa forma, o novo Código, segundo Maluf e Mott (1998, p. 375), “incorporava e legalizava o modelo que concebia a mulher como dependente e subordinada ao homem, e este como senhor da ação”.

O protótipo da mulher mãe-esposa-dona de casa, que o Código de 1916 implicitamente reforçava, era corrente entre diferentes grupos da sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX, inclusive os religiosos, entre eles os Espíritas kardecistas⁶. Porém, essa mulher precisava ser instruída para atender as necessidades familiares, principalmente às dos filhos, dos quais deveria cuidar “com desvelo pedagógico” (MALUF; MOTT, 1998, p. 373-391). Assim, a “rainha do lar” deveria ser a “mãe educadora”, formadora primeira do brasileiro, em um período de transformações evidentes nas principais cidades do Brasil (com urbanização crescente, adensamento populacional e crescimento comercial e fabril), um tempo de questionamentos sociais sobre a situação do ser humano e de novas propostas para a educação escolar, entre elas a profissional (TRINDADE, 1996; RAGO, 2004). Mas, em meio a todas essas transformações, o lugar feminino legitimado socialmente, não estaria se alterando?⁷

⁴ Nessa pesquisa, foi feita a atualização ortográfica das citações das fontes, por considerar irrelevante a presença da grafia original neste tipo de pesquisa histórica. Os títulos dos periódicos foram conservados na grafia original, pois são nomes próprios.

⁵ O Código Civil de 1916 entrou em vigor em 1º de janeiro de 1917 (MALUF; MOTT, 1998, p. 375).

⁶ Utilizo em meu argumento a designação “kardecista” logo após a citação de alguns centros, grupos, federações e ao próprio Espiritismo para indicar os grupos que defendiam o Espiritismo (dito puro) que se pautava principalmente pelos estudos e orientações das obras básicas de Allan Kardec e/ou afins.

⁷ Mesmo não operacionalizando o conceito “gênero” neste estudo, é importante salientar, como afirmou Conceição (2012, p.12), a partir de J. Scott, que este conceito “[...] ressalta o aspecto relacional entre homens e mulheres, permitindo o questionamento do caráter fixo e permanente da oposição entre feminino e masculino, devendo este binômio ser considerado dentro de seu contexto social e cultural”.

Para compreender aspectos da história da relação plural mulher-espírita, educação e trabalho, foi preciso saber um pouco mais sobre o Espiritismo, uma doutrina que surgiu na França, no início da segunda metade do século XIX, organizada com base na herança cientificista e racionalista atrelada aos embates revolucionários ocorridos na Europa. O Espiritismo divulgado por Allan Kardec⁸ não surgiu unicamente como opção religiosa, haja vista que se entrelaçava às tendências políticas e filosóficas do século XIX, nasceu na França de Napoleão III, envolvido no “*ethos* secular e anticlerical [...] onde a *ciência* era um símbolo iluminista e uma *bandeira instituinte* dos movimentos progressistas e laicos das mais variadas matizes políticas, como socialistas, maçons e espíritas” (LEWGOY, 2006, p. 157, grifos do autor). O Espiritismo endossava a ideia de um estado laico, que acolhesse a todos o direito pleno da cidadania, dessa maneira “a república passou a ser vista como uma conquista do espírito humano, totalmente previsível através das leis divinas, expressas na natureza e desvendadas pela obra de codificação” (ISAIA, 2007, p. 290).

O século XIX teve uma incisiva consciência do desconhecido como um “fenômeno tangível, material e pesquisável, evocável por desbravadores, cientistas e literatos, que viam nesse contato o desbravamento da última fronteira científica” (LEWGOY, 2006, p.158). Allan Kardec, a princípio por curiosidade, mas depois como pesquisa, passou a participar das reuniões que evocavam Espíritos e, a partir das várias respostas dadas às perguntas encaminhadas a diversos médiuns da Europa e da América, copilou a Doutrina Espírita na tentativa de implantar “uma nova ciência”⁹ (ROCHA, 2014, p. 73-75).

O francês Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869), amplamente conhecido como Allan Kardec¹⁰, foi um pedagogo, autor de livros sobre educação, que viveu, segundo Aubrée e Laplantine (2009, p.39-40), sob a atmosfera da difusão das ideias evolucionistas de Charles Darwin (1809-1882) e das convicções dos positivistas; “[...] era um burguês liberal, o que na época significava anticlerical, que endossava os

⁸ Difundido como “Espiritismo kardecista”, “Doutrina de Kardec”, “Doutrina kardecista” ou “kardecismo” (DAMAZIO, 1994, LEWGOY, 2000; 2006; GIUMBELLI, 2003; ARRIBAS, 2011, ROCHA, 2014).

⁹ Para Kardec, a manifestação de Espíritos era um ato controlável pela experimentação científica e o que importava era o teor moral das mensagens. Nesse caso os homens teriam a última palavra na compilação das mensagens. Isto resultou na coincidência entre criação religiosa e criação literária: enquanto os Espíritos são autores, os homens são editores (LEWGOY, 2006, p. 157).

¹⁰ O professor Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869) adotou em 1854, o pseudônimo de Allan Kardec, após os Espíritos lhes revelarem que em uma de suas encarnações foi um druida celta que viveu na Gália e teve este nome (STOLL, 2004; MEDINA, 2006; ISAIA, 2007; ROCHA, 2014). Também utilizou este pseudônimo para que não houvesse confusão entre as suas obras espíritas e as pedagógicas.

ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade”. Todavia, afirmar que o Espiritismo kardecista foi influenciado pelo Positivismo¹¹, de acordo com Souza e Bieites (1999, p. 3), é problemático em decorrência tanto “[da] contemporaneidade dos autores, quanto ao reducionismo a meras relações de causalidade que esta noção muitas vezes evoca”, seria mais pertinente e fiel falar em analogia entre ambos.

Em relação às ideias “evolucionistas”, discutidas no século XIX, é possível afirmar que estas foram, em parte, atreladas ao Espiritismo kardecista (AUBRÉE; LAPLANTINE, 2009, p.40). O Espiritismo sinaliza, por vezes de maneira sutil, que o ser humano, tanto homens como as mulheres, deveriam passar por vários estágios de aprendizado - para sua evolução - partindo do estado primitivo de ignorância e rudez humana ao estado mais espiritualizado de perfeição com inteligência e moralidade elevadas (KARDEC, [1857] 2002, p.273-299; [1868], 2002, p. 210-225). Segundo Medina (2006, p.5), a lei do Progresso defendida pela doutrina Espírita “se articula a de evolução humana cujo processo lento, gradual e constante caminha na direção da humanização crescente, e, necessariamente da ascendente espiritualização”¹².

Entretanto, mesmo pretendendo ser uma “uma nova ciência” (KARDEC, [1864] 2002, p.56), o Espiritismo também se configurou para vários de seus seguidores como uma religião ou, pelo menos, como uma doutrina com convicções religiosas, ou seja, religioso cristão, “o consolador prometido” (DAMAZIO, 1994; STOLL, 2004, **Revista de Espiritualismo**, mar.1917, p. 45, entre outros). Foi o próprio Kardec que afirmou, na questão 27 do **O Livro dos Espíritos** (KARDEC, [1857] 2002, p. 309), que todo Espírita está incumbido de “preparar o reino do bem que Jesus anunciou” e no **O Evangelho Segundo o Espiritismo** (KARDEC, [1864] 2002, p.57), que o Espiritismo

¹¹ O Positivismo acreditava que podia fundamentar a visão coerente do mundo em verdadeiras teorias baseadas na experiência testada e sistematizada das ciências (idealmente experimentais), isto é, nos “fatos” da natureza tal como descobertos pelo método científico. As ciências “positivas”, ao contrário da especulação indisciplinada da teologia e da metafísica, propiciariam uma base sólida ao direito, à política, à moralidade e à religião - em suma, às maneiras de o ser humano viver em sociedade e articular suas esperanças para o futuro (HOBBSAWM, 2003). Em suas pesquisas, Medina (2006), Souza e Bieites (1999) abordaram os pontos de contato e de distanciamento entre o Positivismo comtiano e as obras de Kardec.

¹² O termo “evolução” apareceu mais efetivamente no livro **A Evolução Anímica** (1895), de Gabriel Delanne, um dos continuadores das obras espíritas de Allan Kardec. Posteriormente, Léon Denis, outro continuador das obras de Kardec, publicou a obra **O problema do ser, do destino e da dor** (1922), em que discorreu sobre “a evolução” da matéria e do Espírito, com sentido mais filosófico (SOUZA; BIEITES, 1999).

nada ensina “contrário ao que ensinou o Cristo; mas, desenvolve, completa e explica em termos claros e para toda gente, o que foi dito apenas sob forma alegórica”.

Com base no tripé ciência, filosofia e religião, Allan Kardec elaborou os princípios basilares de uma “nova doutrina” e muitas de suas ideias foram apresentadas na **Revue Spirite**¹³ (nesta tese **Revista Espírita**), que começou a circular em Paris em 1858. As obras do Pentateuco Espírita que sistematizaram o pensamento kardecista foram: **O Livro dos Espíritos** (1857)¹⁴; **O que é o Espiritismo** (1859); **O Livro dos Médiuns** (1861); **O Evangelho Segundo o Espiritismo** (1864); **O Céu e o Inferno** (1865) e **A Gênese**. A doutrina dos Espíritos foi compilada por Allan Kardec a partir de princípios¹⁵: o *primeiro princípio*, partia da crença na existência de Deus, que foi compreendido como uma inteligência suprema, um ser eterno, soberanamente bom e justo. O *segundo princípio*, elegia Jesus (filho de Deus) como o mais perfeito modelo a ser seguido pelo ser humano. O *terceiro princípio*, partia da crença na imortalidade da Alma, com o argumento de que antes de sermos seres humanos, filhos de nossos pais, somos Espíritos¹⁶, filhos de Deus e, que o Espírito (princípio inteligente do universo) foi criado simples e ignorante para se melhorar e evoluir pelos seus próprios esforços.

A evolução decorre de um esforço individual que significa trabalhar para si e para o outro e está diretamente associada à ideia de progresso, a qual **O Livro dos Espíritos** bem expressa, ao responder à questão 676, “por que o trabalho se impõe ao homem? ”

[o trabalho] é uma consequência da sua natureza corpórea. É expiação e ao mesmo tempo um meio de aperfeiçoar a sua inteligência. Sem o trabalho o homem permaneceria na infância

¹³ No original, com a grafia **Revue Spirite**: journal d'Études Psychologiques, um periódico publicado mensalmente na França (Paris) e que esteve sob a direção de Allan Kardec entre 1858 e 1869 (ano de sua morte), passando depois a outros dirigentes. Foi utilizada nesta tese a versão em português, com a tradução do título realizada pela Federação Espírita Brasileira, em 2012 (Biblioteca da FEB- Setor de Obras Raras).

¹⁴ A primeira edição veio a público em 18 de abril de 1857, na forma de perguntas e respostas. A segunda edição foi lançada em 18 de março de 1860, tendo sido revisada e apontada com complementos e esclarecimentos. Para esta revisão, Allan Kardec manteve contato com grupos espíritas de cerca de 15 países da Europa e das Américas (ABREU, 1957).

¹⁵ A ordem, dos princípios espíritas, apresentada nesta tese teve como parâmetros as obras básicas de Kardec (o Pentateuco) e os estudos realizados por Damazio (1994); Costa (2001) e Isaia (2004; 2007).

¹⁶ Nesta tese, salvo cópias literais de fontes documentais, a palavra Espírito será grafada com letra maiúscula sempre que estiver em concordância com a forma utilizada pelo Espiritismo, pois nas obras de Kardec o termo Espírito, maiúsculo, corresponde ao princípio inteligente do universo (KARDEC, [1857] 2002, p. 80); diferente de espírito, minúsculo, que corresponde a parte imaterial do ser humano.

intelectual; eis porque ele deve a sua alimentação, a sua segurança e o seu bem-estar ao seu trabalho e à sua atividade. Ao que é de físico franzino Deus concebeu a inteligência para o compensar; mas há sempre trabalho (KARDEC, [1857], 2002, p. 328).

Ou seja, para o Espiritismo “o progresso humano só tinha razão de ser, [só] era compreendido em função do trabalho” (ISAIA, 2004, p. 105). O Espiritismo, segundo Priore (2014, p. 57), vinculou-se ao ideal de trabalho e progresso, um pensamento típico da burguesia ascendente na segunda metade do século XIX. O trabalho era compreendido como força motora do progresso, tanto do homem quanto da mulher¹⁷, mas cada um na função e no lugar que lhe compete, ou seja, “ocupe-se do exterior o homem e do interior a mulher, cada um de acordo com sua aptidão” (KARDEC, [1857] 2002, p. 381¹⁸).

Continuando a apresentar as convicções fundamentais do Espiritismo, o *quarto princípio* expressa a “pluralidade das existências ou reencarnações¹⁹”, que consiste em admitir que para o Espírito evoluir, ele precisa passar por várias existências sucessivas, tanto como homem quanto como mulher e, em diversas situações sociais a fim de adquirir novas experiências para se tornar melhor, não só intelectual, mas, acima de tudo, moralmente e, assim aperfeiçoar-se progressivamente, bem como a ajudar a sociedade a progredir (KARDEC, [1857] 2002²⁰, p. 362-368; DAMAZIO, 1994, p.31)²¹. Pela lei do trabalho e do progresso²², o Espiritismo projetou ao ser humano

¹⁷ Nessa perspectiva do trabalho como um meio fundamental para a evolução individual, é possível captar ecos do protestantismo, especialmente da doutrina calvinista que, baseada na predestinação, atribuiu ao labor humano um ato de louvor a Deus. O trabalho cotidiano, disciplinado, que resultaria em bens individuais (de diferentes naturezas) e sociais, seria um sinal da graça divina. Sobre o tema e sua relação com o capitalismo, veja o livro seminal de Weber (1981).

¹⁸ **O Livro dos Espíritos**, questão 822.

¹⁹ A adoção do “reencarnacionismo por Kardec e seus seguidores”, foi o principal ponto de atrito com outras religiões principalmente a católica (COSTA, 2011, p. 44).

²⁰ **O Livro dos Espíritos**, capítulo Pluralidade da Existências, item: “Sexo dos Espíritos”, questões 200 a 202 e capítulos: Lei da Sociedade e Lei do Progresso.

²¹ Impossível não perceber o foco privilegiado na ação/evolução individual. Kardec, assim como Comte, assumiu uma posição reservada com relação à questão social, muito aproximada a de certas doutrinas do catolicismo social, opondo-se as revoluções, a tomada de poder pelas massas populares e a redistribuição de riquezas. Virtudes como a caridade, a justiça e o amor pelos semelhantes possibilitariam o estabelecimento de uma ordem social fundada na justiça e na solidariedade, mesmo que hierarquizada. Para Kardec as desigualdades sociais, inerentes ao mundo material imperfeito, eram aceitáveis porque necessárias – e mesmo indispensáveis – ao progresso dos Espíritos (DAMAZIO, 1994, p. 34; ISAIA, 2007, p. 289).

²² As leis morais, as quais todo espírita deveria tomar conhecimento e, que conduziram à evolução foram apresentadas no **O Livro dos Espíritos**. São (ainda permanecem) elas: Divina ou natural; de Adoração a Deus; do Trabalho; de Reprodução; de Conservação; de Destruição; de Sociedade; do Progresso; de Igualdade; de Liberdade; de Justiça, de Amor e de Caridade; da Perfeição Moral (KARDEC, [1857], 2002, p. 305-426).

um destino radioso, de evolução, uma vez que “burilado por encarnações sucessivas, o homem caminhava rumo à perfeição” (ISAIA, 2004, p. 106).

O *quinto princípio* é o da “pluralidade dos mundos habitados”, uma vez que para o Espiritismo nem todas as encarnações se verificavam na Terra, por acreditar na existência de mundos inferiores e mundos superiores ao nosso e, que nos mais adiantados só os Espíritos evoluídos podem adentrar. E, finalmente, o *sexto princípio*, o da “comunicabilidade dos Espíritos” possibilitado por um médium²³; haja vista que para o Espiritismo o Espírito “desencarnado” pode comunicar-se, se puder e quiser com os “encarnados” (KARDEC, [1857], 2002; [1859], 2003; DAMAZIO, 1994, 29-49).

Todavia, somente internalizar esses princípios, em acordo com **O Livro dos Espíritos**, não significa progresso completo do Espírito na “senda do bem”, embora haja virtude no conhecimento como na resistência voluntária ao arrastamento dos maus pendores, o Espírito precisa possuir a “mais meritória de todas as virtudes [...] a caridade desinteressada” (KARDEC, [1857] 2002, p. 411²⁴). O artigo “Caridade”, de 1858, talvez tenha sido o primeiro e mais completo sobre o tema, estampado na **Revista Espírita** ([*Revue Spirite*, [ago.1858] 2012, p. 315) começava com a declaração: “Sede bons e caridosos: essa a chave que tendes em vossas mãos” e mencionava ainda que a felicidade eterna residia em seguir o preceito: “Amai-vos uns aos outros”.

O Evangelho Segundo o Espiritismo ([1864] 2002, p. 183) repetiu o texto “Caridade”, publicado na revista (*Revue Spirite*, ago.1858), o qual compôs o capítulo “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”, e em outro capítulo enfatizou que “Fora da caridade não há salvação”, ambos associados ao lema “Caridade”. Esta obra de Kardec ressalta a importância da caridade desprendida, que só seria completa quando o espírita possuísse puro o coração, sendo brando, pacífico, misericordioso, com os amigos e inimigos, perdendo as ofensas e auxiliando a todos os que necessitassem (ricos ou pobres, religiosos ou não), uma vez que a caridade para o Espiritismo deveria ser tanto material quanto moral, alicerçada pela educação e pelo trabalho. Os preceitos “doutrinários do Espiritismo, divulgados na imprensa, sustentavam-se nas ideias de progresso, trabalho, ciência, moral, e caridade [...]”, haja

²³ Médium (do latim – *medium*, meio, intermediário) – pessoa que pode servir de intermediária entre os Espíritos e o homem. A mediunidade é um dom recebido por Deus, o qual não deve, de acordo com o Espiritismo copiado por Kardec, jamais, ser pago. (KARDEC, [1861] 2003, p. 487; KARDEC, [1864] 2002, p. 365; LEWGOY, 2000).

²⁴ **O Livro do Espíritos**, questão 893.

vista que o ser humano somente alcançaria a perfeição da alma quando cultivasse uma moral ilibada e praticasse a caridade (JURKEVICS, 1998, p. 37-40; INCONTRI, 2001, p. 190-195; ROCHA, 2014, p. 13-14; 49-50).

Reconhecida entre seus seguidores como a “nova revelação”, o Espiritismo prega além dos princípios já elencados, a importância do estudo de suas obras básicas, a comprovação científica dos atos mediúnicos e espirituais e reforça igualmente que a evolução/progresso espiritual e social se ancora no estudo de forma geral (doutrinário e instrucional) e no trabalho. Para Incontri (2001, p.8), “o Espiritismo não entende o devir humano, como uma história de salvação, segundo o conceito do cristianismo tradicional, mas como uma história de evolução”.

Para diferenciar a “nova doutrina” de outras religiões, Allan Kardec, em 1857, na introdução do primeiro livro básico espírita, **O Livro dos Espíritos**, estabeleceu termos novos para evitar confusão com outros já presentes e utilizados na época (espiritualismo, espiritual, espiritualista). Para Kardec, o termo “espiritualismo” representava o oposto do materialismo e as palavras “espiritual”, “espiritualista”, representam os que acreditam haver no mundo mais que a matéria, por conta disso, sugeriu termos apropriados a “nova doutrina” (KARDEC, [1857], 2002, p. 13-14).

Aqui fazemos um parêntese, pois, a **Revista de Espiritualismo** teve um título sugestivo. Publicação mensal que existiu entre junho de 1916 a dezembro de 1925; foi órgão oficial da Federação Espírita do Paraná a partir de 1917 até o ano final de sua publicação. A revista contou com Flávio Luz, como redator chefe e com Lins de Vasconcellos como secretário de redação²⁵. A palavra Espiritualismo do título parece indicar que, nesse período, tanto o periódico quanto também a FEP, estariam mantendo um diálogo estreito com grupos que não seguiam estritamente os preceitos

²⁵ Entre os colaboradores do periódico que aparecem na capa, desde a primeira impressão de 1916, estavam Alberto Seabra (médico homeopata paulista, escreveu sobre temas teosóficos, espíritas e da esfera do ocultismo); Euzébio da Motta (bacharel em Direito, professor de filosofia e retórica); Miguel Santiago (médico, membro da direção da Instituição Protetora da Infância de Curitiba no período); Dario Velloso (professor, “neopitagórico”, membro colaborador da FEP); Sallustio Lamenha Lins de Souza (juiz de direito de Paranaguá, foi um dos organizadores do Centro Espírita de Paranaguá/PR, em 1909); Flávio C. Guimarães (professor, ligado ao grupo espírita de Ponta Grossa/PR); M. Vianna de Carvalho (espírita, engenheiro militar, capitão do exército nacional); Manoel Quintão (jornalista, escritor, foi presidente da FEP em 1915, 1918-1919 e 1929); José Nogueira dos Santos (professor, presidente da FEP entre 1915-1916); Vicente Montepoliciano do Nascimento Junior (jornalista, atuou no periódico **A Doutrina**, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, presidente da FEP em 1907, 1912-1913); José Lopes Neto (exerceu a presidência da Federação de 1909 a 1912); Hugo Reis (espírita, jornalista carioca radicado em Ponta Grossa/PR até 1925, onde foi sócio proprietário do jornal **O Progresso**) e Jesuíno da Silva Pereira Ribas (tesoureiro dos Correios do Estado do Paraná e um dos fundadores da FEP).

difundidos por Kardec. Entretanto, nessa tese essa questão não foi discutida, pois, além de extrapolar a proposta da pesquisa, não foi percebida durante a existência da **Revista de Espiritualismo** alteração na perspectiva espírita na abordagem do tema mulher-educação-trabalho, na Federação.

Retomando as considerações interrompidas. Para Kardec era preciso empregar na “nova doutrina” os termos “espírita, espiritista e Espiritismo”:

[...] cuja forma lembra a origem e o sentido radical e que, por isso mesmo, apresentam a vantagem de ser perfeitamente inteligíveis, deixando o vocábulo espiritualismo a acepção que lhe é própria. Diremos, pois que a *doutrina espírita* ou o Espiritismo tem por princípio as relações do mundo material com os Espíritos ou seres do mundo invisível. Os adeptos do Espiritismo serão os *espíritas*, ou se quiserem, os *espiritistas* (KARDEC, [1857], 2002, p. 13, grifo no original²⁶).

Em 1859, no livro **O que é o Espiritismo**, Kardec retoma a tese da importância do uso correto dos termos “espírita, Espiritismo”, concluindo que “todo espírita é necessariamente espiritualista, mas nem todos os espiritualistas são espíritas” (KARDEC, [1859], 2003, p. 67). Partindo dessa premissa, sempre que forem utilizados nessa tese os termos: “doutrina dos Espíritos” ou “Espiritismo”, será em referência à doutrina codificada por Allan Kardec, embora outras crenças, também, tenham se apropriado do termo Espiritismo²⁷.

Ideias espíritas chegaram ao Brasil em meados do século XIX. Há evidências de que em 1865 tenha sido instituída na Bahia a primeira sociedade espírita nacional denominada Grupo Familiar do Espiritismo, inaugurada pelo jornalista Luiz Olympio Teles de Menezes (1825-1893). Pioneiro da imprensa espírita no país, Menezes lançou, em julho de 1869, em Salvador, o **Ecco d’Além-Túmulo** para se defender dos ataques eclesiásticos (DAMAZIO, 2004, p. 66; DIAS, 2006, p.25).

²⁶ **O Livro do Espíritos**, item: Prolegômenos.

²⁷ Os chamados Espíritas kardecistas (adeptos do Espiritismo copiado por Kardec) não aceitavam: a ausência do estudo das obras de Kardec (o que era denominado “baixo” ou “falso” Espiritismo) e da mesma forma não aceitavam o estudo e a divulgação das quatro obras básicas do advogado francês Jean-Baptiste Roustaing (1805-1879). Cf.: Damazio (1994), Giumbelli (2003), Arribas (2011). A partir destas considerações os dirigentes e associados da Federação Espírita do Paraná foram denominados espíritas kardecistas, pois seus membros não aceitavam outras fontes de orientação e estudo que não fossem as das obras de Allan Kardec ou corolários (ARAUJO, [2001?]). No Brasil, do início do século XX, além de kardecistas, místicos, espíritas puros, roustaingistas, científicos, swedenborguistas, entre outras, eram as subdenominações encontradas referentes aos diversos grupos que abraçaram a causa espírita (e do Espiritismo) e disputavam inserção social. Cf. DAMAZIO (1994) e ARRIBAS (2011).

De acordo com Damazio:

No Brasil, o estreito contato com a Europa, notadamente com a França, para onde se dirigia parte das novas gerações das elites brasileiras em busca de um diploma, favorecera a importação das ideias correntes no velho Continente. Com isso, as mais diferentes tendências científicas e religiosas foram absorvidas pela intelectualidade do país: a teoria da evolução e da seleção natural, o materialismo, o positivismo, o Espiritismo moderno (DAMAZIO, 1994, p. 12).

No Brasil, a difusão do Espiritismo foi facilitada pela pluralidade religiosa já existente, determinada pela diversidade de crenças e ritos decorrentes da influência cultural dos índios, negros e brancos que se entrelaçavam e rivalizavam. A Igreja Católica, mesmo após a proclamação da República que colocou fim ao seu poder como “religião oficial”, mantinha significativa influência política e social contando com grande número de fiéis. Os protestantes cresciam em número devido à imigração e também às “missões protestantes” durante o Segundo Reinado (ARRIBAS, 2009; BENCOSTTA, 1996).

Além dessas religiões havia cultos de origem africana e indígena que evocavam forças sobrenaturais, tais como, o candomblé, desde o tempo do Império; a umbanda, criada na década de 1920, e o xamanismo, práticas indígenas relacionadas à cura do corpo e da alma. (DIAZ; RIBEIRO, 2004, p.54-55; SOUZA, 2005). O judaísmo também se consolidou como religião no Brasil, uma vez que o número de judeus (vindos de países europeus) foi crescendo pouco a pouco, em especial depois da Constituição de 1824, ao instituir formalmente a liberdade religiosa, e ganhou grande impulso na virada para o século XX e no pós Segunda Guerra Mundial. Muitos “árabes” (muçulmanos) também entraram no país neste período (DECOL, 2001).

Entre diversas religiões, no Paraná a doutrina kardecista ganhou maior propagação a partir da fundação, em 1902, da Federação Espírita do Paraná, que teve na imprensa espírita um instrumento importante de difusão da doutrina e de legitimidade institucional. A Federação também realizava palestras abertas à participação pública e orientava a regularidade nos Centros²⁸ filiados de “reuniões instrutivas” para o estudo da moral e dos princípios e fenômenos espíritas, para “contribuir no avanço da ciência” como ensinava Allan Kardec (KARDEC, [1861] 2003,

²⁸ Locais destinados aos estudos, práticas mediúnicas e outras atividades relacionadas ao Espiritismo, são comumente chamadas de Centros Espíritas.

p. 422-428). A Federação igualmente estimulava o trabalho, até o assistencial, com o fim de se alcançar o aperfeiçoamento pessoal e social. Para aprimorar o estudo, os adeptos do Espiritismo congregados na Federação deveriam ter o domínio da leitura e da escrita e participar de reuniões exclusivas de debates sobre a doutrina kardecista (**A Doutrina**, out.1905, p. 145 e 161; nov.1905, p. 177; maio/jul.1907, p. 86; set.1907, p. 97).

Essa doutrina, que pregava a necessidade de educação e trabalho para a evolução do Espírito, ganharia diversos adeptos na moderna²⁹ Curitiba das primeiras décadas do século XX, onde novos interesses e necessidades se difundiam, entre eles a ampliação da oferta de educação, pelo menos a primária, e a formação para o trabalho, especialmente para as pessoas mais pobres e, cada vez mais, também para a mulher. Foi nesse contexto que a FEP foi organizada, com a presença e atuação de mulheres. Mas, como foi essa atuação relacionada à questão da educação e trabalho femininos, na primeira metade dos Novecentos? Como foi a educação e trabalho na FEP para a mulher e de mulher? O presente a todo momento coloca questões para a História, não que ela nos dê a resposta, mas segundo Perrot (1998, p.12), “porque ela (a História) pode, pelo menos nos fornecer instrumentos de compreensão”.

Em relação à educação e ao trabalho indicado e orientado por e para mulheres, a Federação em 1960 conseguiu a autorização para o funcionamento da Escola Profissional Maria Ruth Junqueira, precedida por diferentes propostas e ações; uma Escola que, com o nome Profissional, pretendia instruir mulheres em atividades, como costura ou confeitaria, que eram, por excelência, domésticas e femininas — uma educação que poderia manter a mulher “na casa” mesmo que pudesse até atuar “na rua”.

A questão do lugar da mulher na sociedade foi tema que permeou a própria organização do Espiritismo kardecista. Em meados do século XIX, na **Revista Espírita [Revue Spirite]**, Allan Kardec escreveu sobre a necessidade da educação da humanidade, inclusive da “mãe de família”:

Os novos horizontes que abre o Espiritismo fazem ver as coisas de modo bem diverso; sendo o seu objetivo o progresso moral da Humanidade, forçosamente deverá projetar luz sobre a grave questão

²⁹ Como afirmou Burke, o adjetivo moderno não é um termo histórico preciso, mas um dispositivo retórico, que permite que uma geração após a outra reivindique a qualidade de ser especial, deixando às gerações futuras o problema de fazer uma reivindicação semelhante por meios diferentes (BURKE, 2009, p. 165).

da educação moral, fonte primeira da moralização das massas. Um dia compreenderão que este ramo da educação tem seus princípios, suas regras, como a educação intelectual, numa palavra, que é uma verdadeira ciência; talvez um dia, também, haverão de *impor a toda mãe de família a obrigação de possuir esses conhecimentos*, como impõem ao advogado a de conhecer o Direito (**Revista Espírita [Revue Spirite**, jul.1864], 2012, p. 59, grifo meu).

Assim, a mulher, parafraseando Almeida (1998, p. 35), precisava deixar de ser “uma procriadora inculta” para se tornar uma esposa e mãe educada, constituindo-se em um alicerce da moral e dos bons costumes, fiel guardiã do lar. Considerando as palavras do texto de Kardec, essa concessão feita às mulheres sobre algumas parcelas de conhecimento não significava uma maior autonomia social ou incentivo à atuação profissional feminina.

Como afirmou Perrot (1988, p.185-231), mulheres pobres sempre trabalharam, até mesmo fora do espaço doméstico. Mas, na sociedade Ocidental a partir da segunda metade do século XIX, a questão do trabalho feminino ganhou outra dimensão a partir da inserção de mulheres da classe média, pelas vias das atividades relacionadas à produção e circulação de mercadorias e, também, a pela necessidade de formação escolar do futuro cidadão/trabalhador (BOSCHILIA, 1996; WEINSTEIN, 2000; RAGO, 2004). O Brasil não esteve fora desse processo.

Nesse contexto, muitos adeptos do kardecismo, como expressão de sua religiosidade e também como estratégia de legitimação de sua imagem social, desenvolveram, como outros grupos religiosos já faziam, um conjunto de práticas que se desdobraram na criação de escolas gratuitas e ações para a educação feminina com vistas ao trabalho. Como escreveu Jurkevics (1998, p.11) no “assistencialismo caritativo [...] os espíritas brasileiros promoveram uma efetiva obra evangelizadora e proselitista, que lhes permitiu demarcar gradativamente, seu *ethos* e suas fronteiras sociais”.

Em março de 1918, no texto da **Revista de Espiritualismo**, é possível perceber indícios da preocupação com a educação da mulher, especialmente da pobre, para o trabalho:

É dever da sociedade; encarada do ponto de vista da sua organização político-administrativa, coibir a prostituição, não tanto pelos meios violentos e coercitivos que a prática tem demonstrado inútil, mas pela educação moral e instrução profissional das menores decaídas [...] Quanto à mulher maior, e sobre a qual não mais se exerçam nenhum poder, compete ao Estado agir no sentido de melhorar-lhe as

condições, pondo ao alcance da mesma os recursos para sua reabilitação (**Revista de Espiritualismo**, mar.1918, p.54).

No artigo acima, a “educação moral e instrução profissional”, estão relacionadas à possibilidade de salvar a mulher ‘da perdição’, práticas imbricadas de tal forma que relegaram à educação e ao trabalho foros de remédio social, uma perspectiva recorrente no Brasil desse período (RAGO, 1991; BERTUCCI; SILVA, 2014; PERROT, 2015). O texto delegava ao Estado a responsabilidade pela reabilitação da “mulher maior”, contudo, guiado pelo ideal propagado pelo Espiritismo de que “fora da caridade não há salvação” (KARDEC, [1864] 2002), pregava como “dever da sociedade”, inclusive dos kardecistas, a educação das “menores decaídas”. E para evitar os males da sociedade, segundo Azevedo (2010, p.297), em diversas cidades brasileiras, os espíritas kardecistas “tornaram-se parceiros do poder público” (AZEVEDO, 2010, p. 297).

Na Federação Espírita do Paraná, esse ideal de formação feminina para o trabalho extrapolava a ação para regenerar prostitutas, como pode ser percebido, mesmo de forma esparsa, em propostas assistenciais debatidas na Federação. Assim, na Ata da Assembleia da FEP, de 18 de janeiro de 1920, a direção e os conselheiros da Federação aceitaram o pedido do secretário geral da instituição, Arthur Lins de Vasconcellos Lopes, mais conhecido como Lins de Vasconcellos, para instalar em Curitiba o Instituto Profissional Anália Franco, cujo objetivo primeiro era acolher crianças e jovens órfãos e desamparados, de ambos os sexos. A proposta de Lins de Vasconcellos previa a instalação de ateliês e oficinas no local destinado ao ensino dos asilados. Entretanto, a criação do Instituto foi adiada devido a outras ações da Federação, notadamente as que pretendiam construir um sanatório espírita em Curitiba (**Revista de Espiritismo**, jan. 1919, p. 2 e 14; ARAUJO, [2001?], p. 27).

Quase duas décadas depois, em 2 de abril de 1938, a proposta de criação de uma Escola Profissional Feminina foi aprovada pela direção e conselho da FEP e, como no caso do Instituto de 1920, o projeto foi abortado em virtude dos gastos com o Hospital (ou Sanatório) do Bom Retiro que, vagarosamente, estava sendo edificado (**ESCOLA**, 1990, p. 22; **100 ANOS**, 2002, p. 3-4).

A Federação efetivaria um projeto para educar mulheres com a inauguração do Lar Icléa, em abril de 1949. O Lar Icléa, instalado na sede da FEP na Rua Saldanha Marinho, nº 570, tinha como objetivo acolher meninas órfãs ou carentes e “bem

preparar” as abrigadas para a vida em sociedade, o que incluía aulas de trabalhos manuais, da costura ao bordado, que eram ministrados, entre outras, por Maria Ruth Junqueira. Há também indícios da existência do curso de trabalhos manuais Bom Retiro. Essas aulas concorreriam tanto para a formação da boa dona de casa, quanto para fornecer os rudimentos de uma formação profissional, como de costureira, bordadeira ou, até mesmo, atendente ‘especializada’ em lojas de tecidos e aviamentos.

No segundo semestre de 1954 o Lar Infantil Icléa passou a abrigar o Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa. Conforme comentário publicado no jornal **O Dia**, este Centro, que começou a funcionar em 1955, fazia parte de um projeto do governo federal em parceria com os Estados, visando o atendimento de adolescentes e adultos “desamparados, pobres ou desajustados” (**O Dia**, 04/10/1956, p. 3 e 7). O Centro ofertava cursos que eram frequentados em grande parte pelas asiladas alfabetizadas, ex-asiladas, mães de crianças atendidas pela Associação Protetora do Recém-nascido da FEP ou aquelas mulheres cujos filhos frequentavam a Creche Adolfo Bezerra de Menezes, da Federação.

No **Mundo Espírita**, jornal da Federação na década de 1950, o nome Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa foi mencionado em dois artigos: em 1955 e 1958 (**Mundo Espírita**, 31/12/1955, p.2; 31/12/1958, p.2). Nas publicações da FEP ou ligadas à Federação editadas depois dos anos 1950, a denominação da instituição educacional varia, até porque pode ter sido confundida com aulas avulsas “de artesanato” que também existiam no Lar Infantil Icléa. Os nomes mencionados foram: Escola da Aprendizagem de Trabalhos Manuais (**Mundo Espírita**, 08/1987, p.4); Escola de Artesanato ou Curso de Artesanato (**Mundo Espírita**, 12/2013, p.1); Artesanatos e Cursos de Artesanatos (PIMENTEL, 2000; **MEMÓRIA**, 2002, p.21). Considerando que a designação “Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa” é a que consta em fontes governamentais e a que foi mencionada por órgão da FEP no período que a instituição funcionou, nesta tese o nome utilizado foi este.

Entretanto, educar para o trabalho não significa apenas ministrar cursos profissionalizantes ou “pré-profissionalizantes” (**O Dia**, 04/10/1956, p. 3), com disciplinas curriculares específicas e equipamentos de usos mais especializados, próprios para as atividades nas quais os alunos ou as alunas estão sendo formados. A escola primária pode educar para o trabalho ao ensinar meninos a fazer caixinhas de madeira ou as meninas a bordar e, também, ao utilizar, nas aulas de leitura, contos

ou fábulas que valorizem o trabalho, como “A cigarra e a formiga”, de Jean de La Fontaine. Sendo assim, algumas outras atividades educativas podem concorrer para a futura profissão de um aluno ou uma aluna, mesmo que o objetivo não seja preparar profissionalmente com vistas “imediatas” para a inserção no trabalho profissional (Cf: BERTUCCI; SILVA, 2014).

Apesar da “memória construída” (POLLAK, 1989) da Federação Espírita do Paraná em alguns momentos parecer ligar de maneira direta e linear os cursos de artesanato de 1954 a Escola Profissional Maria Ruth Junqueira de 1960, o percurso que resultaria na criação desta Escola foi múltiplo, e dele fez parte inclusive o Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa. Bloch (2001, p.55-60) afirmou que, para entendermos um pouco a história “dos homens no tempo”, é preciso abandonar a ideia de “a” origem.

Em Curitiba, a maior presença da mulher em diversos setores produtivos foi perceptível a partir da virada para os Novecentos e “[...] sua inserção no mundo do trabalho [deu-se] menos pela qualificação profissional que pela discriminação salarial” (TRINDADE, 1996, p. 272). Uma inserção que, mesmo carregando esta marca da diferenciação, concorreu paulatinamente para a redefinição e ampliação dos espaços femininos na sociedade, em concordância com os padrões de uma sociedade republicana, que ostentava ideais modernizantes, igualitários e científicos. Segundo Martins (2008, p. 114-115), nos anos iniciais do regime republicano o país era ainda oligarco, monocultor e analfabeto, mas se “alardeava a educação livre para todos e [se] redesenhava suas capitais com empréstimos ingleses, à imagem e semelhança da França, tão civilizada”.

Considerando esse contexto, esta tese procurou compreender, principalmente a partir dos periódicos da FEP, os debates e ações realizados por membros da FEP relacionados às questões educação e trabalho, educação para o trabalho, de mulheres entre 1902 e 1958. O ano de 1902 foi o da fundação da FEP, que evidenciou a tentativa de congregação de espíritas kardecistas no Paraná, notadamente os de Curitiba. Foi preciso retroceder nas pesquisas alguns anos para ampliar as discussões sobre a organização da Federação e, principalmente, para desvendar no transcorrer dos anos as atividades e o lugar da mulher espírita.

Sempre tendo em vista que as mulheres espíritas ou ações espíritas, nesta pesquisa, se reportam as que se relacionavam com a Federação Espírita do Paraná. O recorte final do estudo é 1958, o último ano em que foram localizados indícios de

atividades do Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa. O Centro Iniciação Profissional, uma instituição estatal, viabilizou na FEP uma proposta de educação da mulher para o trabalho que materializava os ideais femininos propalados pela Federação. A experiência deste Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa, pode ter concorrido para a criação na FEP da Escola Profissional Maria Ruth Junqueira em 1960.

Durante esta tese, foi possível verificar como a educação feminina para o trabalho, realizada na primeira metade dos Novecentos na Federação Espírita do Paraná, foi efetivada de forma a manter a mulher trabalhando “na casa”, aqui entendida também como na FEP, mesmo quando elas faziam atividades ligadas “a rua”. Uma educação que pôde ser percebida desde as ações assistenciais, de cuidado aos mais necessitados, até a valorização da atividade de professora primária (atividade profissional, mas, cada vez mais feminina e considerada extensão do cuidado materno – a Escola Normal não fazia parte do rol de “escolas profissionalizantes”³⁰).

Partindo da hipótese, de que as propostas educativas da FEP para o trabalho da mulher se apresentavam conservadoras, embora sob discursos modernizantes, esta pesquisa teve como objetivo identificar e analisar, através de indícios³¹, principalmente nos periódicos da Federação Espírita paranaense, aspectos das ações da FEP que resultaram em educação da mulher para o trabalho e nas delimitações das atividades de mulher na e para a Federação – procurando responder como, quais e quanto de inserção social e profissional estas ações e atividades proporcionaram.

A educação feminina de iniciação profissional ofertada pela FEP no final da década de 1950 (e aqui não cabe discutir se isso foi bom ou mau) foi diversa da realizada, por exemplo, pela Ordem Católica das Irmãs de São José, a qual preparava as moças para o trabalho técnico-comercial há mais de uma década (CINTRA, 2005). Paralelamente, o período analisado possibilitou captar vestígios de disputas por espaço e visibilidade social e religiosa em Curitiba, bem como inferir sobre algumas possíveis tensões internas da FEP, resultantes de pensamentos divergentes, em um grupo que buscava a hegemonia no Paraná. A história se tornaria sem sentido se

³⁰ A Escola Normal só foi instituída pela FEP na década de 1960, no Colégio Lins de Vasconcellos. Cf. Araújo (2014).

³¹ Segundo Ginzburg (2009, p.143-180), a partir de dados aparentemente irrelevantes, dispersos é possível captar e descrever uma realidade mais complexa, que pode ser traduzida numa narrativa.

esquecêssemos “o fato de que os homens têm objetivos, fins e intenções”. (LE GOFF, 2003, p. 24).

Para o (a) historiador (a), investigar e descobrir devem ser atos de prazer, não só pela descoberta em si, mas por todo o percurso investigativo, porque esse, além de aguçar a curiosidade e o conhecimento, o (a) leva a viajar por outros mundos e possibilidades. De acordo com Le Goff (2003, p. 40-41), a “história não é apenas um ramo do saber, mas também uma forma intelectual de compreender o mundo [e que] em história as explicações são mais avaliações do que demonstrações”. Para investigar a FEP e seus pensamentos e ações, em referência ao lugar adequado à mulher, considerando os temas educação e trabalho, foram pesquisadas as cinco obras bases do Espiritismo (o Pentateuco Espírita)³², e também a **Revista Espírita** (1858-1869), edição em português da **Revue Spirite**, cujo fundador e primeiro editor foi Allan Kardec — publicação fundamental para a elaboração e sistematização da doutrina Espírita.

A base documental principal desta tese foram os periódicos espíritas editados em Curitiba e/ou pela FEP³³. Foi incluído nessa relação o jornal **Mundo Espírita**, que começou a circular no Rio de Janeiro em abril de 1932 e passou a ser dirigido por Lins de Vasconcellos no final dos anos 1940, tornando-se órgão da FEP, sendo transferido para Curitiba. Outros periódicos espíritas pesquisados foram: **A Luz**³⁴ (1890-1898); **Revista Spirita**³⁵ (1890); **A Doutrina**³⁶ (1900-1907); **Monitor Espírita**³⁷ (1911 e

³² O Pentateuco Espírita engloba: **O Livro dos Espíritos** (1857), com a parte filosófica do Espiritismo; **O Livro dos médiuns** (1861), com a parte experimental/prática; **O Evangelho Segundo o Espiritismo** (1864), com relevância sobre as questões morais; **O céu e o inferno** (1865), sobre os sofrimentos e recompensas dos Espíritos encarnados e desencarnados e **A gênese** (1868), um complemento e síntese das demais (COSTA, 2001, p. 43-44). O médico e político, Joaquim Carlos Travassos (1839-1915), fez as primeiras versões em português das obras básicas codificadas por Kardec (WANTUIL, 2002, p. 400-401).

³³ Não foi possível verificar as tiragens diárias dos impressos espíritas pesquisados. Entretanto, embora tivessem um público alvo especial: os espíritas, certamente outras pessoas poderiam ter contato com esse material.

³⁴ O jornal **A Luz** circulou quinzenalmente, era órgão do Centro Espírita de Curitiba, a princípio com “redatores diversos” e posteriormente foi responsabilizado como redator oficial Alfredo Caetano Munhoz (jornalista e político). O periódico **A Luz** começou a circular em 1890 e não foi possível saber a data de sua extinção. Para essa pesquisa foram utilizados números editados entre 1890 e 1898.

³⁵ Sobre a **Revista Spirita**, com indicação de publicação mensal em Curitiba, sem indicação de redatores, foi possível encontrar apenas duas edições, uma de 26 de março de 1890 e outra de 25 de outubro de 1890. Ambas com a inscrição de ano I.

³⁶ A revista **A Doutrina** começou a circular em 1900, como órgão independente com redatores diversos e, em agosto de 1902, passou a ser órgão da FEP, com indicação de publicação mensal. Contudo, em algumas épocas sua periodização foi bimestral ou trimestral. O ano de 1907 foi o último ano de circulação deste periódico.

³⁷ Em maio de 1910, surgiu o jornal **O Monitor Espírita**, publicado com redatores diversos. Em fevereiro de 1912, tornou-se órgão da Federação Espírita do Paraná, intitulado **Monitor Espírita** tendo como

1915); **Revista de Espiritualismo**³⁸ (1916-1925); **Mundo Espírita**³⁹ (1932-1960). De acordo com o artigo publicado em 1917, na **Revista de Espiritualismo**, a “imprensa e o livro [foram] tesouros” na divulgação da doutrina dos Espíritos (**Revista de Espiritualismo**, dez.1917, p. 231). Anos depois, Lins de Vasconcellos observou que a imprensa espírita era uma “obra maravilhosa” de divulgação, mesmo que o percurso para sua manutenção fosse longo e nem sempre fácil (**Mundo Espírita**, 28/08/1948, p.1; 26/07/1954, p. 2).

Desde a virada para o século XX, para melhorar o debate entre seus pares e para maior inserção na sociedade paranaense, os Espíritas kardecistas, a exemplo dos grupos protestantes e, principalmente dos católicos, perpassaram, segundo Campos (2010, p. 18-19), “pelos espaços da escola, da imprensa, dos centros de cultura e dos poderes públicos”. A imprensa muito colaborou na divulgação do Espiritismo no Paraná, no entanto, como escreveu Charaudeau (2013, p. 73), o conteúdo existente nos jornais e revistas “contribuem para fabricar uma enunciação aparentemente unitária e homogênea do discurso midiático [...]”, o que significa uma necessidade de atenção redobrada do historiador ao utilizar os periódicos como fontes de investigação.

Entre os periódicos não espíritas editados em Curitiba, foi utilizado o jornal **Diário da Tarde**, pesquisado entre 1899 e 1960. A pesquisa sistemática do periódico foi realizada em três períodos fundamentais: entre 1908 e 1915; entre 1926 e 1931, porque foram anos nos quais a FEP não teve órgão oficial regular e, entre 1938 e 1941, época que o jornal manteve a coluna “Seara Espírita”, com publicações de assuntos notadamente do Espiritismo. Além desses três períodos o **Diário da Tarde** foi pesquisado a partir de informações localizadas nas fontes principais desta tese,

redatores chefes Vicente Nascimento Junior e Lins de Vasconcellos, sob a gerência de Vieira Neves. Não foi possível saber o ano em que deixou de ser publicado. Sabe-se que em 1917 ainda circulava, tendo como redator chefe José Lopes Neto (**MEMÓRIA**, 2002, p. 9-10; ARAUJO, [2001?], p. 7 e 11). Foram localizadas apenas duas edições do periódico, de dezembro de 1911 e dezembro de 1915.

³⁸ A **Revista de Espiritualismo** circulou entre junho de 1916 e dezembro de 1925 tendo como redator-chefe Flávio Luz e como redator-secretário Lins de Vasconcellos. Passou a ser órgão da FEP em fevereiro de 1917. Até 1920 sua edição era mensal (impressa gratuitamente na gráfica da Penitenciária do Estado) e, a partir desta data, bimestral (editada pela Tipografia Ghignone).

³⁹ O periódico **Mundo Espírita**, que começou a circular semanalmente em abril 1932 no Rio de Janeiro, teve como primeiro proprietário e diretor Henrique Andrade. Em 1948, Lins de Vasconcellos, o segundo proprietário, tornou-se diretor e locador do periódico que passou a ser órgão da FEP e com tiragem quinzenal (ARAUJO, [2001?]). Em 1949, a propriedade da Gráfica Mundo Espírita S.A passou para a FEP. Em fevereiro de 1952, a publicação do jornal foi suspensa em decorrência da transferência da gráfica para Curitiba. Em fevereiro de 1953, o periódico voltou a circular em Curitiba, porém mensalmente.

quais sejam, os periódicos e outros materiais classificados como da Federação Espírita do Paraná, e a partir de questões sugeridas pela bibliografia interrogada. O **Diário da Tarde** começou a circular em março de 1899, fundado pelo advogado Estácio Correia, que foi Procurador da República). O jornal **Diário da Tarde**, afirmava ser de caráter noticioso e neutro e, nas primeiras décadas de existência, este periódico combateu de forma destacada práticas de curandeirismo, sendo que em diversos momentos, posicionou-se com os anticlericais e combateu a igreja, o que pode ter estreitado laços com a FEP. Além disso, Raul Gomes, ativo membro da Federação, foi um dos colaboradores do jornal (BARBOSA, 2001, p.17-20; CONCEIÇÃO, 2012, p. 13).

Partindo de demandas sugeridas pelas fontes e bibliografia, também foram pesquisados pontualmente outros periódicos curitibanos: os jornais **A República**, órgão do Clube Republicano de Curitiba, fundado em 1886; **Gazeta do Povo**, que circulou a partir de 1919 e se autodenominava “independente e imparcial”; **O Dia**, que circulou a partir de 1923; **A Evolução**, que circulou a partir de 1896 e se autodenominava “órgão republicano independente” e a revista **A Escola**, editada entre 1906 e 1910, uma publicação mensal do Grêmio dos Professores Públicos do Paraná, inaugurado dia 19 de dezembro de 1903.

Além dos periódicos Espíritas publicados em Curitiba e do **Mundo Espírita**, a princípio editado no Rio de Janeiro, outros “fios e rastros” consultados foram documentos da Federação Espírita do Paraná: transcrições parciais de algumas atas, relatórios, catálogos, folhetos de divulgação da doutrina, fotografias, livreto e brochura comemorativos. Salientando em uníssono com Le Goff (2003, p.433), que “todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta”, foi necessário durante a pesquisa fazer o exercício exaustivo e atento de inquirição. Lembrando que todo (a) historiador (a) deve ser um eterno obstinado e curioso, sendo aquele que raramente afirma, “isso é natural”, mas reflete, analisa, procura e, que segundo Bassanezi (1996, p. 9), “tenta mostrar como e porque [algo] não é natural, mas social e, portanto, histórico”.

Para realização desta tese, além das considerações basilares de Bloch (2001) e das ideias sugeridas pela leitura dos trabalhos de Davis (1990; 1997); Perrot (1988, 1998; 2015), foram fundamentalmente utilizadas reflexões de Michel de Certeau sobre estratégia e tática, para analisar as ações da FEP e das mulheres que de alguma forma lá atuaram na primeira metade do século XX — muitas das quais não foi possível

identificar. Certeau afirma que a estratégia é um cálculo (ou manipulação) das relações de forças, que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo “próprio” (lugar do poder e do querer) a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. A tática é apresentada por Certeau, como “a arte do fraco”. Na tática, quanto menor for o poder da direção estratégica, maior será a sua mobilidade e possibilidade de produzir efeitos de astúcia. A tática é uma ação calculada que é determinada pela ausência de um “próprio” e por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto. Mas, como adverte Certeau, tática e estratégia apontam lugares diferentes que os sujeitos (todos eles) praticantes ocupam na relação cotidiana (CERTEAU, 2014, p. 93-96).

Para auxiliar na compreensão da narrativa histórica, a tese foi dividida em três capítulos. No Capítulo I, **O lugar da mulher nos primeiros anos da Federação Espírita do Paraná**, foi discutido sobre os grupos espíritas no contexto paranaense, especialmente curitibano, na virada do século XIX para o XX. Discorreu-se sobre a referência da criação da Federação Espírita do Paraná em Curitiba no ano de 1902 e os indícios de articulações, acordos e desacordos percebidos nos grupos de espíritas kardecistas. O uso da imprensa como fator demarcador de espaço e legitimador do grupo espírita kardecista da FEP foi destacado e foi igualmente efetuada a discussão sobre o lugar da mulher, de acordo com os periódicos, na primeira década da criação da Federação.

No Capítulo II, **A Federação Espírita do Paraná como local de trabalho e educação da e para a mulher - de 1902 aos anos de 1930**, investigou-se a Federação Espírita do Paraná como um local de trabalho e educação da e para a mulher. Buscou-se evidenciar a percepção dos espíritas da FEP sobre a mulher, do início dos Novecentos até os anos 1930, e as ações que foram engendradas nesta instituição relacionadas, de diferentes formas, à educação feminina para o trabalho. Foi privilegiada, neste capítulo, a análise das atribuições das atividades assistenciais e de magistério designadas às mulheres da FEP, na instituição e, eventualmente, fora dela.

No Capítulo III, **Ocupações femininas: a formação da mulher na FEP - de 1930 aos anos de 1950**, analisou-se os anos de 1930 até o final dos anos de 1950, período que o processo de constituição de uma escola de formação feminina para o trabalho na FEP ganhou contornos mais evidentes com os “cursos de artesanato” do

Lar Infantil Icléa (instituição asilar feminina criada em 1949) e, principalmente, com a criação em 1954 e efetivo funcionamento em 1955 do Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa, uma instituição estatal, que ofertava cursos de corte e costura, bordado a mão, bordado a máquina, crochê, tricô, arte culinária e artes “aplicadas” ou “caseiras” e manicure. Assim, nas primeiras décadas dos Novecentos, a FEP concorreu para a formação da mulher trabalhadora, que entre a casa e a rua, deveria se ocupar de funções idealizadas à “boa dama”. Esses cursos do Centro, que não foram ofertados apenas para asiladas, podem ter concorrido para impulsionar a criação da Escola Profissional Maria Ruth Junqueira, que recebeu licença para o seu funcionamento em 1960.

Essa busca de indícios do passado, nos possibilita melhor compreender como as pessoas constituíram sua história como seres únicos, mas também coletivos, os quais fomentaram ideias e interesses forjando o mundo em que viveram, concorrendo para a construção de um tipo de sociedade. Sociedade entendida, conforme Lucien Febvre⁴⁰, como uma rede de relações múltiplas “de preocupações e de aptidões variadas, que se mesclam se chocam se contrariam, e acabam por concluir entre si uma paz de compromisso, um ‘*modus vivendi*’ que se chama Vida”.

⁴⁰ FEBVRE, L. **Combates pela História**. 3.ed. Lisboa: Presença, 1989, p. 30.

CAPÍTULO I

O LUGAR DA MULHER NOS PRIMEIROS ANOS DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ

O historiador é um ser inquieto, frequentemente incomodado e teimosamente curioso [...] É aquele que nunca diz 'isso é natural' e que, além disso, tenta mostrar como e porque isso não é natural, mas social e, portanto, histórico (BASSANEZI, 1996, p. 9).

1.1 A CRIAÇÃO DA FEP, O CONTEXTO PARANAENSE NA VIRADA PARA O SÉCULO XX E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO

No final do século XIX, o ideal de modernidade e progresso⁴¹ que se configurava no Brasil ecoou no Paraná, especialmente na capital, Curitiba, trazendo em seu bojo o ímpeto de algumas pessoas que se pretendiam reformistas: orientadores na construção dessa nova ordem social⁴². Esses ideais inspiravam grupos diversos, como produtores rurais, comerciantes e industriais, além de professores e médicos, muitos desses pertencentes ao meio político e/ou jornalístico. Entre os temas apontados como imprescindíveis para um futuro promissor da sociedade, a educação e o trabalho, bem como, a educação para o trabalho eram destaques.

A imagem que se desejava consolidar da Capital do Estado na virada para o século XX era a de uma “urbe ordeira, disciplinada e laboriosa, palco por excelência das relações de mercado capitalista, cenário onde se desenrolava a ação contínua e permanente da cidade no caminho do progresso e do desenvolvimento” (SILVEIRA, 2009, p. 12). Em sessão plenária do Congresso Legislativo Estadual, no ano de 1902, o presidente Francisco Xavier da Silva (PARANÁ, 01/02/1902) ao apresentar sua Mensagem de abertura dos trabalhos legislativos aos deputados eleitos mostrou preocupação com o trabalho e a educação no Paraná, ao fazer um balanço do que considerava os avanços que haviam ocorrido e os que ainda deveriam se efetivar:

Firmado no país o regime republicano e assegurando à comunidade paranaense todas as garantias de justiça e liberdade, supremo bem social [...] O Paraná oferece um vasto campo ao trabalho em todas as suas manifestações, podendo produzir tudo quanto é necessário ao homem [...] Folgo em recordar que se nota movimento animador na lavoura, nas indústrias e no comércio, ativando as forças econômicas do Estado, fatores da riqueza privada e pública [...] Tem sido empenho do governo promover; tanto quanto possível a difusão do ensino (PARANÁ, 01/02/1902, p. 2-4).

Francisco Xavier da Silva ressaltava as melhorias na economia pública e privada em decorrência das frentes de trabalho que se ampliavam. O foco no trabalho

⁴¹ Desde o final do século XVIII, as ideias de modernidade das cidades e do trabalho como potência transformadora estavam imbricadas com o ideal de progresso, este associado à utilização da máquina e ao saber científico (BERMAN, 1986; BRESCIANI, 2002).

⁴² Reformistas aqui entendido como pessoas que se vinculavam a grupos que exigiam púlpitos socialmente valorizados e politicamente legitimados para expressar sentimentos, valores e práticas (compreendidas como modernas), que pretendiam através de seus projetos obter o consentimento daqueles que seriam submetidos aos novos processos formativos e, sobretudo, criar as condições políticas para a implantação destes projetos (BONA JÚNIOR; VIEIRA, 2007, p. 13-15).

como fator de desenvolvimento era muito relevante, porém a questão da educação era significativa.

O Paraná foi a mais nova província do Império, desmembrada de São Paulo e instalada em 19 de dezembro de 1853. Na segunda metade dos Oitocentos, o desenvolvimento econômico da região, impulsionado pela criação de gado nos Campos Gerais e, cada vez mais, pela exploração da erva-mate (a partir da região litorânea), foi combinado com uma política estatal de colonização do território, que concorreu para o aumento populacional, resultado da fixação de muitos imigrantes na área. No final do século XIX e início do século XX, no primeiro recenseamento da República, em 1890, o Paraná contava com 249.491 habitantes e uma significativa parcela desta população, cerca de 24.553 pessoas, estava concentrada na região de Curitiba, fato que teve na indústria ervateira uma de suas principais causas. Em 1920, o Paraná já contava com 685.711 moradores e a Capital do Estado com 78.986 habitantes (OLIVEIRA, 1986; MARTINS, 1941; PEREIRA, 1996).

O crescimento de Curitiba também estava atrelado ao fato de ser a localidade que sediava os poderes públicos estaduais, tornando-se o centro político do Paraná. Algo incrementado pela escolha da Capital como moradia pela maioria dos “senhores do mate”, que também tinham no município e arredores as instalações de suas indústrias e serviços afins, especialmente a partir da virada para os Novecentos. Esses enriquecidos moradores da cidade, juntamente com a classe média urbana⁴³, exigiam do poder municipal a pavimentação das ruas, saneamento, iluminação pública, melhoria nos transportes rodoviários e férreos, entre outras benfeitorias, gerando, conseqüentemente, um maior desenvolvimento da Capital do Estado (PEREIRA; 1996; QUELUZ, 2000).

O advogado, professor e historiador José Francisco da Rocha Pombo, no livro **O Paraná no Centenário** (1500-1900), publicado em 1900, apresenta-nos, em tom laudatório, indícios de como estava crescendo e se modernizando a cidade de Curitiba, uma cidade que, conseqüentemente, acenava com amplas oportunidades de trabalho:

⁴³ Segundo Outhwaite e Bottomore (1996, p.97), a partir do século XIX o termo “classe média” passou a se referir às “profissões de colarinho branco”. Estas incluem desde “os profissionais liberais, como médicos, contadores, advogados, acadêmicos e assim por diante, a pessoas ocupando empregos relativamente rotineiros e menos especializados”.

Curitiba suntuosa de hoje, com as suas grandes avenidas e *boulevards*, as suas amplas ruas alegres, as suas praças, os seus jardins, os seus magníficos edifícios. A cidade é iluminada à luz elétrica. É servida por linhas de bondes entre o Batel e o Fontana e a estação da estrada de ferro, aproveitando quase toda a área urbana. O tráfego diário conta, além do que fazem os *bonds*, com mais de 1.000 veículos diversos. Há em plena atividade, dentro do quadro urbano, mais de trezentas fábricas e oficinas no município todo, perto de 600! Já se funde em Curitiba tão perfeitamente quanto no Rio. Já se grava e já se fazem, em suma, todos os trabalhos de impressão tão bem como os melhores da Europa (POMBO, 1900. p. 141-143).

Rocha Pombo representava Curitiba como uma cidade de vanguarda, que oferecia diversão, transporte e trabalho, semelhante a capital do país e aos centros urbanos da Europa. Entretanto, Francisco Xavier da Silva, embora relatasse os avanços da cidade, contradizia Rocha Pombo ao apresentar as melhorias pelas quais a Curitiba ainda reclamava:

A Capital [...] cujo notável desenvolvimento material está se operando absolutamente descompassado das indispensáveis obras de saneamento [...] A Capital, com população de 30 mil almas, que cresce dia em dia, reclama prometidos melhoramentos (PARANÁ, 01/02/1902, p. 8-9).

Com a mensagem do governador Xavier da Silva, vislumbra-se que a população de Curitiba crescia e as benfeitorias na cidade não acompanhavam as necessidades dos moradores. Cidade que se desenvolvia e apresentava um grupo de moradores heterogêneo, com a presença efetiva de imigrantes e seus descendentes desde o final do século XIX; em consequência a circulação de pessoas, ideias e alguma riqueza alteravam gostos e desejos, impulsionando o consumo, a produção e as possibilidades de trabalho. Sobre consumo e produção na sociedade brasileira no fim do século XIX e início do XX, o pensamento preponderante, segundo Sevcenko (1999, p. 48), afirmava que era “necessário transformar o modo de vida das sociedades tradicionais, de modo a instilar-lhes os hábitos e práticas de produção e consumo conforme o novo padrão da economia de base científico-tecnológica” e que tinha como modelo a industrialização da Europa e dos Estados Unidos.

Vagarosamente as indústrias começaram a surgir em Curitiba e com elas novas frentes de trabalho se apresentavam, bem como a relevância da escolarização básica em razão de que a escola pública primária foi projetada nessa conjuntura de crescimento e diversificação lenta e constante das possibilidades de trabalho. Porquanto, a escola pública primária no Paraná, igualmente, “deveria fornecer a base,

preparar as crianças, meninos e meninas, filhos de imigrantes ou não, para a vida morigerada e produtiva nessa sociedade” (ARAUJO, 2013, p. 103).

A produção e venda da erva-mate impulsionaram na Capital a organização de fábricas e oficinas especializadas em peças de moinhos, elevadores e serras. A exportação do mate incentivou a exploração da madeira, usada na confecção de barricas para transportar a erva-mate e também na fabricação de casas nos subúrbios da cidade (PEREIRA, 1996, p.130). O beneficiamento e comercialização do mate exigiram a atuação de profissionais de vários setores, como por exemplo: metalurgia, serraria, marcenaria e gráfica, campos de trabalho que utilizaram variada mão de obra, inclusive de imigrantes. Para essa gente a cidade “moderna” passava a ser lugar de habitação, tanto para homens como para mulheres e também de trabalho fixo ou temporário, para brasileiros e imigrantes.

Além de lugar para morar e trabalhar, Curitiba passou a ser, igualmente, um lugar de lazer e a ser mais “alegre”, pelo menos era o que afirmava o jornal **A República**, no ano de 1902, na matéria intitulada Ano Novo:

Passou em festas o dia de ontem. Por toda parte um *frisson* de alegria, um eco de alegria, um eco harmonioso e encantador prenúncio de esperanças que rutilam na alma banhando o coração de indizível prazer. Desde cedo notava-se extraordinário movimento nas ruas e praças, bondes e carros iam e vinham repletos de passeantes, e em todos os semblantes transparecia a satisfação de quem tem a alma aberta para o bem e para os gozos. Favorecia esse concerto festivo de entrada de ano, um tempo seco, uma atmosfera aveludada incomparável, pura e serena e um sol em revérberos suaves. As sociedades e edifícios públicos estiveram embandeirados durante o dia e as músicas marciais desde a madrugada faziam-se ouvir em diversas partes da cidade [...] No Passeio Público a concorrência foi grande e a banda de música do regimento de segurança lá esteve executando belas peças de seu repertório (**A República**, 02/01/1902, p. 1, grifo no original).

Apesar das palavras um tanto exageradas, era inegável que a cidade crescia e se embelezava. No Paraná, a sua Capital foi o lugar que primeiro experienciou essa atmosfera de urbanização, saneamento e reestruturação estética muito estimulada pela elite política, letrada e endinheirada. Como escreveu Magnus Roberto Pereira “a erva-mate tornara possível trazer a cidade todos os signos mais evidentes da condição moderna: o *boulevard*, a fábrica, a iluminação e o burburinho das ruas” (PEREIRA, 1996, p. 116). O burburinho e a agitação eram destaques nos periódicos

da Curitiba que via crescer sua população, ampliar as frentes de trabalho e presenciava um crescente movimento no centro da cidade.

O jornal **Diário da Tarde**, outro periódico da cidade, igualmente procurava destacar o centro urbano de Curitiba como lugar no qual “homens e mulheres transitavam” e sobre isso discorria:

Começaram animadíssimas as festas de ontem. Já na noite de São Silvestre notava-se na cidade um desusado movimento, que ontem ainda mais se acentuou. O tempo favoreceu as festas. A Rua 15 de Novembro, como sempre, foi a preferida pelos passeantes: grupos e mais grupos de senhoras e cavalheiros a percorriam em todos os sentidos. As lojas e as confeitarias, nas ruas 15, José Bonifácio, Riachuelo e Praça Tiradentes, durante a noite de S. Silvestre e ontem pela manhã, conservaram-se repletas de visitantes (**Diário da Tarde**, 02/01/1902, p. 1).

Alegrias e tristezas, encontros, desencontros sempre fizeram parte da vida dos habitantes das cidades, e alguns desses componentes afetivos ficaram marcados na memória da urbe a fim de constituírem-se em padrão de condutas, em decorrência de interesses políticos ou sociais. Nesse sentido, afirma Bresciani (2002, p. 31) que “os elementos efetivos e constitutivos da vida afetiva, encontram seus equivalentes e estimulantes na cidade poetizada pela história e pelos diversos destinos que a construíram”.

Curitiba por muitas vezes foi apresentada, no início do século XX, como uma cidade alegre, com o objetivo previsto de ser a metrópole dos paranaenses e para isso ocorrer deveria ser um ambiente em que as pessoas circulassem tranquilas nos espaços públicos, inclusive as senhoras, local em que “pobres e sapos” não deveriam mais fazer parte. Durante anos a capital do Paraná foi conhecida como terra de sapos e, em 1909, o poeta Emiliano Pernetta escreveu uma crítica aos políticos que, com o fim de apresentar uma cidade sem problemas, haviam empurrado “os pobres e os sapos [...] cada vez para mais longe” (PERNETA *apud* VITOR, [1913] 1996, p. 91).

A população de Curitiba aumentava e para que essas pessoas pudessem viver de forma ordeira, saudável e trabalhadora, ou seja, morigerada, não foram poucos aqueles que, leigos ou religiosos, se ocuparam de trabalhos assistenciais⁴⁴ com o

⁴⁴ Podemos compreender a existência de três fases na história de ações de assistência aos considerados necessitados. A primeira fase, a da “caridade”, que tinha como marca principal o sentimento de fraternidade, marcada por ações imediatas e de curto alcance, com vistas à salvação da alma de quem a praticasse; a segunda fase, a “filantrópica”, tinha como meta ajudar ao próximo, como a anterior, mas com a pretensão de mudanças individuais e, correlativamente, sociais; e a terceira fase

objetivo de bem formar e encaminhar uma parcela de indivíduos na sociedade. Nesse contexto, a ampliação da oferta da educação primária e da obrigatoriedade de frequência às aulas era uma questão cada vez mais premente. No jornal “leigo” **A Evolução**, ainda em 1896, Alfredo Caetano Munhoz⁴⁵ debitava ao governador do Paraná, José Pereira dos Santos Andrade, a responsabilidade sobre as dificuldades enfrentadas para a ampliação do ensino primário obrigatório:

A instrução primária pedida aos Governos por tantas vezes, tem sido, mais ou menos concedida aos povos [...] nem se pode dizer que o ensino obrigatório seja uma questão de tempos modernos [...] a instrução pública [...] nos parece, de há anos para cá, tem caído em certo estado de estacionamento ou esmorecimento [...] Que o Estado semeie a instrução: a Nação colherá – moral, riqueza e liberdade [...] O campo a semear é vasto – que a semente seja abundante! (**A Evolução**, 01/07/1896, p. 2-3).

Essa e outras cobranças aos governantes do Estado eram feitas, em razão da situação em que se encontrava a instrução pública no Paraná, ora por falta de professores, ora por falta de locais apropriados. No artigo “A Instrução Pública - III”, publicado no jornal **Diário da Tarde**, havia a solicitação de maior empenho ao governo para acabar com a “desorganização que [reinava] no serviço da instrução pública” (**Diário da Tarde**, 03/06/1902, p.1). Mas, não era apenas “empenho” ou falta de verbas que emperravam as mudanças: as disputas políticas e diferentes propostas sobre as práticas pedagógicas e organização escolar marcaram o período. Regulamentos foram instituídos, revogados ou refeitos durante a primeira década do século XX. Em geral, as mudanças consideradas mais avançadas propunham: padronização que tornasse obrigatório o português também nas escolas primárias particulares; adoção do ensino leigo; orientação e unificação dos livros didáticos para as escolas públicas; inclusão da instrução cívica nos programas de ensino e criação de mais escolas seriadas (alunos agrupados pelo nível de conhecimento, por vezes dentro de uma mesma sala ou “escola”), com o propósito de coibir as subvenções a professores

a do “assistencialismo” que surgiu nas últimas décadas do século XIX, quando as pessoas, em especial as crianças, tornaram-se “sujeitos de direito” pela lei aos cuidados e proteção do Estado (MARCÍLIO, 2006, p. 132-134). Nesta tese, exceto em citações, o termo assistencial(is) é associado às ações caritativas e filantrópicas e não se confunde com políticas governamentais assistencialistas ou o assistencialismo – sobre este tema veja também Kuhlmann (2004). Esse assunto será tratado com maior abrangência no Capítulo II - 2.1.

⁴⁵ Alfredo Caetano Munhoz (1845-1921) nasceu em Curitiba. Foi inspetor da Tesouraria da Fazenda, jornalista e fundador dos periódicos: **Colmeia** e **A Luz** (órgão do Centro Espírita de Curitiba) (VARGAS; HOEMER; BÓIA, 2001, p.38).

particulares. Além de advogar maior investimento do governo estadual na instrução pública (SOUZA, 2004, p. 77-98).

O paulatino crescimento urbano e a diversificação econômica que oferecia aos habitantes da Capital maiores oportunidades de trabalho, igualmente apontavam para a necessidade urgente de expandir a escolarização primária da população, e nessa perspectiva a atividade educacional dos anos iniciais da aprendizagem foi atrelada à noção de continuidade “maternal” e cada vez mais mulheres passaram a ocuparem-se desta tarefa, tornando-se menos atrativa para o sexo masculino, que poderia se dedicar às novas ocupações mais rendosas, porque exigiam graus diversos de especialização (ARAUJO, 2013, p. 93). No entanto, muitas mulheres aproveitaram essa brecha profissional, a qual lhes conferiu maior visibilidade no espaço público.

As áreas que mais absorviam o trabalho da mulher eram as consideradas como atribuições femininas, ou seja, atividades como as de: professoras, enfermeiras, criadas domésticas, vendedoras de lojas de vestuário e em algumas atividades fabris⁴⁶. Em Curitiba, o trabalho destinado às mulheres não fugia desse padrão, contudo muitas mulheres trabalhavam em casa como costureiras, amas de leite e professoras de piano e francês, para completar o orçamento doméstico ou sustentar a casa (**A República**, 1902, p.2). E havia ainda as “condenadas pelo sistema” que trabalhavam como “bicheiras, prostitutas e cartomantes” (TRINDADE, 1996, p. 14).

Com a ampliação do campo de trabalho em Curitiba, no início do século XX, também as mulheres passaram a ter maiores oportunidades de serviço na esfera pública. Muitas fábricas abriram suas portas ao trabalho feminino, a exemplo da fábrica de fósforos da família suíça Hürlimann, que empregou mais de 800 mulheres, entre estas muitas eram imigrantes (PEREIRA, 1996, p. 133). Entretanto, as atividades que mais empregavam mulheres nas fábricas brasileiras deste período eram as de fiação, tecelagem e similares, atividades consideradas “femininas” (RAGO, 2004, p. 580-581).

Em Curitiba, a diversidade de trabalho para mulheres e homens, brasileiros ou imigrantes, faziam da cidade uma cidade plural, um misto de nacionalidades, habilidades, interesses e crenças religiosas. Com relação a essas crenças religiosas,

⁴⁶ Os trabalhos de Perrot (1988; 1998), Nogueira (2004) e Rago (2004) discutem a relevância da mão de obra feminina no trabalho dentro e fora de casa, em especial nas fábricas da Europa e do Brasil, entre o século XIX e início do século XX.

a católica e a protestante⁴⁷ contavam com muitos adeptos e, repetindo uma situação nacional, os católicos eram a grande maioria. Ambas as religiões foram citadas pelo jornal **Diário da Tarde** em uma reportagem sobre o 1º de janeiro de 1902:

Nos templos católicos foram celebradas, com grande brilho e concorrência de fiéis, missas, para solenizar o primeiro dia do ano. Na catedral foi cantado um solene *Te Deum Laudamus*. Na igreja Luterana a Rua América, às 6 horas da tarde de ontem teve lugar uma oração a Deus pela passagem do ano. Era grande o número de pessoas que com toda atenção e respeito ouviam as palavras do pastor G. Berchner. No templo evangélico da Rua Mato Grosso, também foi solenizada a passagem do ano notando a presença de grande número de crentes (**Diário da Tarde**, 02/01/1902, p. 1).

Os locais reservados ao sagrado sempre fizeram parte da composição das cidades, uma vez que as religiões fazem parte da vida de muitas pessoas e, segundo Priore (2014, p.14-15) “servem para compensar as vicissitudes da vida quotidiana, acolhendo favoravelmente os desejos mais secretos [das pessoas], fazendo justiça entre bons e maus e passando avisos e mensagens”. As crenças fornecem alívio e força nos momentos de dificuldade, agrupam pessoas para discussão de pensamentos afins e, por outro lado, muitas vezes servem como estratégia de dominação e manipulação dos indivíduos. As práticas religiosas dos católicos e dos protestantes, na virada do século XIX para XX, faziam parte do dia a dia de muitas pessoas no Paraná. No entanto, outra crença que se pretendia cristã⁴⁸ e também calcada em princípios científicos começava a fazer parte do cenário do Estado: a doutrina dos Espíritos ou Espiritismo, difundida pelas obras do francês Allan Kardec.

O movimento espírita em Curitiba contava com mais de uma dezena de grupos espalhados pela cidade na virada para os Novecentos⁴⁹. A doutrina dos Espíritos, segundo Isaia (2007, p.285) “apresentou uma capacidade notável de composição com uma constelação de ideias que ia do liberalismo às utopias socialistas, [e elementos do] positivismo e evolucionismo”. Mesmo considerando que o Espiritismo (crença em

⁴⁷ Nesta tese, sob a denominação protestante foram reunidas as confissões religiosas que se desdobraram da reforma desencadeada por Martinho Lutero e seus seguidores no século XVI.

⁴⁸ A obra de Kardec **O Evangelho Segundo o Espiritismo** (1864), defende máximas morais do Cristo combinadas com o Espiritismo e aponta as suas aplicações nas diversas circunstâncias da vida.

⁴⁹ Em Curitiba, no final do século XIX primeiros anos do XX, há indícios da existência dos grupos de Espíritas: Grupo Espírita Santo Agostinho; Grupo Espírita do Serrito; Grupo Espírita de Curitiba; Grupo Espírita Amor e Caridade; Grupo Espírita Thereza Urrheia; Centro de Estudos Psicológicos Theodoro Hanemann; Grupo Espírita Allan Kardec; Grupo Espírita Alemão; Grupo Espírita Antonio de Pádua; Grupo Espírita Bezerra de Menezes; Deustchen Espritualisten Harmonie e Gruppe; Grupo Espírita Publicador; Grupo Espírita Ismael; Grupo Espírita Jesus Nazareno; Grupo Espírita Investigador; Grupo Espírita Morel (TRINDADE, 1996, p. 108).

uma divindade suprema e em forças sobrenaturais) não seguiu o mesmo percurso do positivismo, os kardecistas também defendiam a tese de um conhecimento racional, os ideais de separação entre igreja e estado, as propostas de trabalho e educação para todos e a defesa da “ordem e progresso”; ideias positivistas que se difundiram no Brasil, principalmente, via o intercâmbio cultural e científico com a França no século XIX (HAMBURGER *et al*, 1996; ROCHA *et al*, 2013)⁵⁰. Muitos letrados entusiasmados com as teses positivistas também se empolgaram com a doutrina Espírita, que ganhava adeptos no país.

Como escreveu Lewgoy (2000, p. 336-337), ao Espiritismo kardecista⁵¹ se conferiu um *status* de uma “religião de letrados”, pois ao lado da caridade e de suas práticas rituais, exigia a leitura, discussão e interpretação das obras de Kardec, considerados básicos da verdadeira doutrina. Para justificar a fidelidade aos princípios da doutrina kardecista e também se defender de acusações de curandeirismo e charlatanismo, os seguidores de Kardec reforçavam as oposições entre ignorância/estudo e especulação/caridade, bem como a importância da instrução para o preparo doutrinário e o exercício da “mediunidade” sem cobrança pecuniária. Estes cuidados se revelaram em caracteres distintivos não só do “verdadeiro” e “puro” Espiritismo, como também da própria identidade do espírita kardecista (GIUMBELLI, 2003; DAMAZIO, 1994).

Há indicações que a difusão da doutrina espírita no Paraná teve início por volta de 1870, período em que o comerciante português Manoel Cunha (1852-1910) trouxe notícias sobre o Espiritismo kardecista para Curitiba. Após visitas ao Rio de Janeiro, Manoel Cunha teve oportunidade de conhecer obras de Kardec e começou a se interessar pela leitura dos livros da doutrina e, por volta de 1888, com um grupo de amigos e familiares fundou o Centro Espírita de Curitiba, que na época estava localizado nas imediações da Praça do Alto São Francisco, região pouco distante da Igreja Matriz da cidade (**Mundo Espírita**, 15/12/1951, p.1). Manoel Cunha e seus

⁵⁰ Segundo Schwarcz (2008) este intercâmbio, na primeira metade do século XIX, esteve longe de significar o patrocínio de uma “missão francesa” para o país.

⁵¹ Utilizei nesta tese a designação “kardecista” logo após a citação de alguns centros, grupos, federações e ao próprio Espiritismo para indicar os grupos que defendiam o Espiritismo que se pautava principalmente pelos estudos e orientações das obras básicas de Allan Kardec e/ou afins. Cf.: Damazio (1994), Giumbelli (2003), Arribas (2011).

pares utilizaram a imprensa escrita⁵² para auxiliar na divulgação do Espiritismo, fundando em 1890 o periódico **A Luz**.

O Centro Espírita de Curitiba organizado e dirigido por Manoel Cunha teve significativo destaque na capital do Estado na virada para os Novecentos, porém, além deste existiram outros, como o Centro Espírita São Pedro também designado como Grupo Nhá Coluna, ou seja, da médium Maria de Jesus Gonçalves de Araujo, conhecida como Nhá Coluna (**Mundo Espírita**, 18/04/1957, p.1). No final da década de 1880, funcionava também regularmente em Curitiba o Grupo do Serrito⁵³, filiado ao Centro Espírita de Curitiba, de Manoel Cunha. Esses grupos realizavam palestras, passes⁵⁴ e o estudo doutrinário das obras de Kardec, práticas que tinham a finalidade de auxiliar o progresso intelectual e moral de cada ser em particular e da sociedade em geral (**A Doutrina**, abr.1906, p. 62).

Outro grupo espírita da Capital do Paraná nesse período foi o de Paul e Madame Souvè, possivelmente franceses, casal que teria publicado um livro denominado **Les Verités Eternelles**⁵⁵ (**Mundo Espírita**, 18/04/1957, p.1). Sobre o livro não foram encontradas outras informações e sobre o casal apenas que moravam numa chácara no Alto São Francisco e que vendiam uvas muito maduras (**Diário da tarde**, 13/02/1902, p.2; 17/02/1902, p. 4; 07/11/1902, p. 2). Todavia, no jornal **Diário da Tarde** (22/06/1915, p. 1), em artigo sobre o Segundo Congresso Espírita do Paraná os dois foram lembrados como pertencentes ao mesmo Centro Espírita dos senhores Manoel Cunha, Alfredo Caetano Munhoz e do engenheiro Mettelo. Na **A Doutrina** de setembro de 1907, a Federação Espírita do Paraná – FEP –, criada em 1902, fez uma referência sobre o falecimento na Capital, no dia 30 de agosto do mesmo ano, de Marie Louise Souvè, que deveria ser lembrada pelos “inolvidáveis serviços prestados por ela ao antigo Centro Espírita, muito concorrendo para a divulgação do Espiritismo” (**A Doutrina**, set.1907, p. 116). Ficou a dúvida se o casal teve ou não um centro espírita próprio.

⁵² Os impressos produzidos pela imprensa, testemunham as diversas vozes dos diferentes grupos sociais e/ou religiosos e os seus projetos e visões de mundos, bem como a complexidade de seus conflitos e de suas experiências sociais. Parte significativa desses grupos “utilizaram da imprensa para veicular suas ideias, organizar seus partidários, combater seus adversários e/ou conquistar novos adeptos” (VIEIRA, 2007, p. 12-14).

⁵³ Estabelecido na rua do Serrito que posteriormente teve seu nome alterado para Rua Conselheiro Barradas e depois para Rua Carlos Cavalcanti. Localização próxima do centro de Curitiba.

⁵⁴ Passe é o nome que se dá, no Espiritismo a imposição de mãos. Segundo os adeptos desta religião visa promover a doação de supostas bioenergias de uma pessoa a outra. O passe é uma prática amplamente difundida entre os espíritas para cura das enfermidades do corpo e da alma.

⁵⁵ Não foi possível localizar notícias ou exemplar desse livro.

No final do século XIX, a disseminação dos ideais da doutrina kardecista pregada por esses grupos espíritas também foi realizada através de periódicos: além do **A Luz**, do Centro Espírita de Curitiba, a **Revista Spirita** que, assim como este jornal, começou a circular em 1890, sem declarar filiação explícita a algum centro ou grupo espírita, mas seus redatores afirmavam no periódico serem “espíritas esforçados desta capital”.

Nos dois periódicos, o trabalho e o estudo, por vezes combinados com o tema caridade, apareciam em textos que abordavam o processo de evolução humana e, portanto, faziam parte da pauta de ações que os espíritas de Curitiba deveriam valorizar e praticar.

Assim, em 1890, um artigo da **Revista Spirita** advertia:

Ninguém deve esperar o progresso por meio dos conselhos dos Espíritos somente, mas cada um tem a obrigação de trabalhar, lutar e ganhar o seu próprio progresso, para que seja ele mesmo o responsável de suas ações e de seu fim [...] temos necessidade de purificar o nosso fluido intelectual e moral, pela prática do bem e pelo estudo (**Revista Spirita**, 26/03/1890, p.4).

Em 1896, um texto de **A Luz** afirmava:

[...] todos têm a obrigação de trabalhar para criar produtos que cada um utilize na medida de suas necessidades e também o direito de participar dos produtos que os outros obtenham, realizando na prática o preceito de todos para cada um e cada um para todos (**A Luz**, 29/02/1896, p. 1).

No Brasil, os espíritas kardecistas, ao investirem na propagação de obras espíritas, como livros, jornais e revistas, se “[...] sobressaíram no cenário internacional, e essa posição de destaque foi mantida pelo país ao longo de todo o século XX” (STOLL, 2004, p. 50). A elite letrada ajudou a consolidar a doutrina no Brasil, mas a cooptação de pessoas de diversos grupos sociais foi acontecendo. Atraídas pelas ações dos médiuns e suas práticas de cura, por vezes identificadas com crenças afro-brasileiras e facetas do catolicismo popular (DAMAZIO, 1994; WISSENBAACH, 1997; STOLL, 2004). No entanto, as pessoas que não fossem letradas precisavam se tornar, para que participassem e continuassem nos grupos, compreendendo e disseminando a crença espírita.

Com a intenção de estudar e difundir a doutrina espírita, com o propósito de homogeneizar as ações dos centros kardecistas no Paraná, no final do século XIX, o

Centro Espírita de Curitiba e o Centro do Serrito promoveram a fundação da “União Espírita do Paraná”. A proposta de uma união espírita mais efetiva começava a se consolidar em Curitiba, e para concretizar esse ideal foi promovida uma assembleia geral no dia 22 de fevereiro de 1890 no Centro Espírita de Curitiba para escolha de uma comissão de dez elementos, que deveriam estudar tanto a prática quanto os conceitos e ensinamentos das obras de Kardec e assim repassá-los, de forma homogênea, aos membros dos Centros Espíritas do Paraná. O trabalho da comissão preconizava uma educação doutrinária kardecista por excelência.

Os espíritas kardecistas no Paraná, portanto, antes da instituição da Federação Espírita do Paraná, em 1902, já apresentavam a perspectiva de conquistar uma legitimidade de grupo. Nesse contexto, a estratégia de consolidar a União Espírita do Paraná, criada em 22 de fevereiro de 1890, serviu para divulgar o Espiritismo kardecista, a fim de conseguir maior unidade e legalidade bem como vencer as perseguições (especialmente a partir do Código Penal brasileiro de 1890⁵⁶) e a resistência existente contra ideias e as práticas espíritas. A união dos grupos de espíritas do Paraná recebeu elogios da Federação Espírita Brasileira (FEB), que havia sido criado no Rio de Janeiro em 1884, e foi a instituição de maior visibilidade e difusão do Espiritismo na época (**Revista Spirita**, 25 e 26/03/1890, p.3 e 7)⁵⁷.

Com o importante auxílio da imprensa⁵⁸ os grupos espíritas kardecistas de Curitiba, continuaram com suas estratégias de visibilidade, de propagação da doutrina por todo o Paraná. Em março de 1900, foi publicado em Curitiba o primeiro número da revista espírita “independente” **A Doutrina**. Este periódico tinha como responsável o jornalista Vicente Nascimento Junior (1880-1958), também um dos fundadores do

⁵⁶ No Código Penal brasileiro, de 11 de outubro de 1890, Capítulo III, artigos 156, 157 e 158, o Espiritismo foi comparado a uma atividade puramente mística, envolvendo magia, identificado como “charlatanismo” para os cientistas, “crime” para o Poder Judiciário e como “exercício ilegal da medicina” entre os médicos. A fim de exercer livremente sua crença, os espíritas da Federação Espírita Brasileira recorreram ao Capítulo III, artigos 185, 186 e 187 deste Código, que previa o livre exercício dos cultos e passaram a denominar no Brasil a doutrina espírita, ou Espiritismo, como “religião” (BRASIL, 1890). Os efeitos práticos desse Código se estenderam até a década de 1960, mesmo com as alterações realizadas pelo Código de 1940. Veja: Maggie (1992) e Arribas (2011).

⁵⁷ A Federação Espírita Brasileira mesmo contando com o prestígio e a adesão de muitos espíritas, foi marcada por animosidades internas, em geral motivadas por diferenças de opiniões relacionadas à doutrina, o que resultou, em 1926, na organização da Liga Espírita do Brasil (LEB) que seria menos “autoritária” que a FEB. Essa nova Federação, fundada no Rio de Janeiro, teve como um de seus presidentes o paranaense Leôncio Corrêa (LARA, 2002, p. 14).

⁵⁸ Em 1890, eram dois os periódicos espíritas kardecistas editados em Curitiba: o jornal **A Luz** e a **Revista Spirita**. Nessa época, segundo esta revista, circulavam no mundo as seguintes publicações espíritas difusoras da obra de Kardec: **Reformador**, do Rio de Janeiro; **Revue Spirite**, de Paris; **Constancia**, **Fraternidade** e **Luz da Alma**, de Buenos Aires; **El Criterio Espiritista**, de Madri, e **Lux** de Roma (**Revista Spirita**, 25/10/1890, p.8).

Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. **A Doutrina** defendia e divulgava a doutrina dos Espíritos e se colocava em defesa da constituição de uma Sociedade de Estudos do Espiritismo no Paraná que então se organizava.

SOCIEDADE DE ESTUDOS UNIÃO E FRATERNIDADE

Sobre esta útil Sociedade Espírita em via de organização, daremos a nossa opinião no próximo número, sustentando-a com argumentos convincentes da sua grande utilidade na propaganda, já admitindo aspirantes ao estudo da doutrina e fornecendo-a de valiosos elementos para o futuro, já congregando todos os Espíritos, assumindo assim a defesa da coletividade contra a incredulidade que não cessa de atacá-la e também contra os abusos dos falsos adeptos, que fanatizados praticam atos em desdouro da doutrina (**A Doutrina**, mar.1900, p. 4).

O esforço dos primeiros grupos de espíritas kardecistas em fundar uma sociedade de estudos, certamente colaborou para a constituição da Federação Espírita no Paraná, uma associação que teria maior representatividade, força religiosa e jurídica no Estado, a exemplo da já existente no Rio de Janeiro. Assim, os espíritas paranaenses procuraram distinguir em um ambiente “um próprio”, isto é, “estabelecer o lugar do poder e do querer próprios” do grupo (CERTEAU, 1982, p. 99).

Os espíritas buscavam no fortalecimento do grupo uma forma de defesa das críticas de protestantes e principalmente da Igreja Católica⁵⁹, que utilizava o seu órgão de imprensa **A Estrella**⁶⁰ para atacar o Espiritismo em diversos momentos, como denunciavam os periódicos espíritas (**A Luz**, 03/10/1898, p. 8; **A Doutrina**, fev. 1905, p. 26; abr. 1905, p. 61-62; maio.1905, p. 77). Desde a virada para o século XX, ideias ultramontanas⁶¹ embasavam ações do clero comprometido com as diretrizes de Roma (CAMPOS, 2010) e a chegada de novas congregações católicas europeias no Brasil

⁵⁹ A *Encyclica Pascendia Dominici Gregis* de Pio X condenava explicitamente o Espiritismo. No Brasil o documento **Pastoral Coletiva** de 1911 orientava todos os católicos a se afastarem “da superstição e maldades do espiritismo” e a **Pastoral Coletiva** de 1915 apontava os espíritas como hereges e promotores de heresias. Outros momentos de tensões na primeira metade dos Novecentos, entre a Igreja Católica e o Espiritismo, ocorreram no período da ditadura Vargas, que estabeleceu alianças com os católicos, e no início dos anos 1950, notadamente com a pregação de frei Boaventura, que pleiteava a excomunhão dos espíritas pelo Papa, e teve grande repercussão no Paraná (COSTA, 2001, p.142-240; FUCKNER, 2009, p. 120-132).

⁶⁰ **A Estrella**, órgão Católico, Científico, Literário e Noticioso (1898-1905). Esse veículo contava com padres franciscanos e padres lazaristas na redação (GONÇALVES JUNIOR, 2011 p. 48).

⁶¹ Os ultramontanos, no século XIX e primeira metade do século XX, defendiam a primazia da autoridade espiritual sobre o poder político (separação da Igreja do Estado), da fé sobre a ciência, bem como a incompatibilidade da Igreja com a sociedade moderna marcada pelo pensamento liberal (MANOEL, 2004).

multiplicou as atividades da Igreja Católica no campo educacional, inclusive em Curitiba⁶², em um tempo de debates acalorados sobre educação/religião/ciência na Capital, que envolviam diversos paranaenses. Nesse período, o “*meeting anticlerical*” realizado no Passeio Público de Curitiba, em março de 1902 (**Diário da Tarde**, 08/03/1902, p. 2), indicou não apenas a existência e diversidade de não católicos na cidade, mas, também, a possibilidade desses grupos se organizarem e se manifestarem publicamente.

Foi nesse contexto que a Federação Espírita do Paraná (FEP) foi criada, no dia 24 de agosto de 1902. A Federação legitimou o espaço dos espíritas kardecistas no Paraná, “um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças” (CERTEAU, 1982, p.99, grifos do autor). Lugar de circulação de muitos homens e, também, de mulheres que com seu trabalho muito auxiliaram na consolidação e preservação da Federação.

Os caminhos da FEP para arrebanhar seguidores, não foram fáceis, principalmente considerando a ferrenha disputa com outros grupos religiosos. Os mais evidentes conflitos dos espíritas foram com membros da Igreja Católica, que os denominavam de heréticos e loucos (COSTA, 2001, p.95-163), em contrapartida os católicos formavam o grupo mais hostilizado pelos espíritas em seus periódicos e a revista **A Doutrina** publicou durante seu período de existência, entre 1900 e 1907, uma coluna intitulada “Frutos do Romanismo”, na qual os católicos eram sistematicamente desqualificados.

Mesmo que no Brasil, a doutrina espírita kardecista tivesse procurado se diferenciar, como um grupo de pessoas bem instruídas⁶³, divergindo do “falso” ou “baixo” Espiritismo, isto é, dos sem estudo doutrinário e sem preparo para exercer a mediunidade gratuita, os ataques aos seguidores de Kardec foram muitos, mas os revides também aconteceram⁶⁴ (DAMAZIO, 1994; GIUMBELLI, 2003).

⁶² Houve na virada do século XIX para XX, um incentivo maior para a instalação de congregações católicas no Paraná como, por exemplo, a Congregação do Sagrado Coração de Jesus (1899), as Irmãs da Divina Providência (1903), Companhia das Filhas de São Vicente de Paulo (1904), Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria (1905), entre outras (GONÇALVES JUNIOR, 2011, p. 49-50).

⁶³ Para o Espiritismo a instrução/educação, especialmente para seus adeptos, é muito importante. No **O Evangelho Segundo o Espiritismo**, no capítulo VI, item 5, se encontra: “Espíritas; amai-vos, eis o primeiro ensinamento; instruí-vos, eis o segundo” (KARDEC, [1864] 2002, p. 129-130).

⁶⁴ No caso específico desta tese, ou seja, educação e trabalho feminino nos periódicos da FEP – primeira metade do século XX, foi possível perceber que divergências e acusações, especialmente entre espíritas e católicas, matizavam as considerações sobre esta temática. Sobre as tensões entre católicos e espíritas, católicos e protestantes, leigos e religiosos no Brasil, inclusive no Paraná, confira:

Seguindo o exemplo vindo do Rio de Janeiro, com vistas a construir e propagar a imagem do Espiritismo kardecista no Paraná, um grupo de seguidores de Kardec organizou a FEP para unir os espíritas, divulgar ao público espírita e não espírita as propostas e atividades científicas, religiosas, assistenciais e educativas dos seguidores da “verdadeira doutrina Espírita”, diferenciando-os do “baixo Espiritismo”.

Os membros da Federação deveriam defender a doutrina dos Espíritos a partir do estudo aprofundado e contínuo das obras de Kardec, fortalecendo a ideia do trabalho como lei irrevogável para o progresso social e individual, tanto para os homens como para as mulheres. Na primeira obra básica da doutrina Espírita, **O Livro dos Espíritos**, o trabalho foi tema das questões 674 a 677. Segundo este livro:

O trabalho é uma lei da Natureza, e por isso mesmo é uma necessidade. A civilização obriga o homem a trabalhar mais, porque aumenta as suas necessidades e os seus prazeres [...] É uma expiação e ao mesmo tempo um meio de aperfeiçoar a sua inteligência. Sem o trabalho o homem permaneceria na infância intelectual; eis porque ele deve a sua alimentação, a sua segurança e o seu bem-estar ao seu trabalho e à sua atividade (KARDEC, [1857] 2002, p. 328-329).

Para a doutrina espírita, o ser humano para evoluir deveria incorporar o trabalho como sua força motora, uma vez que o “auto-aperfeiçoamento, a aquisição dos conhecimentos necessários ao estado de perfeição, inseria-se na ideia de trabalho como uma lei natural” (ISAIA, 2015, p. 5). O trabalho foi interpretado como uma atividade que harmonizava o ser humano com a natureza, tendo como resultado o desenvolvimento moral e intelectual, com vistas a se constituir uma nova e melhor sociedade. Partindo dessa, e outros ideais da doutrina espírita, a Federação Espírita do Paraná foi fundada em 24 de agosto de 1902:

ATA DA FUNDAÇÃO DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ
Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e dois, reunidos na sala da redação da “A Doutrina”, na Rua América⁶⁵, número nove, às dez horas da manhã, os abaixo assinados, convidados pela mesma redação para o fim de tratar-se da fundação da FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ, aí, de comum acordo, resolveram o seguinte:

Marchette (1996); Costa (2001); Adamovicz (2008); Fuckner (2009); Campos (2010); Machado (2013), entre outros.

⁶⁵ Atual Rua Trajano Reis, que inicia na Praça Garibaldi (em frente ao relógio das Flores) e termina no Cemitério Municipal de Curitiba.

1º - Fundar nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, uma Sociedade Espírita para o estudo e propaganda da doutrina.

2º - Formular as bases para a organização da projetada Sociedade.

3º - Dar à mesma o título de **Federação Espírita do Paraná**, tendo por fim principal o disposto no § 1º, e unir pelos laços da federação todos os Grupos Espíritas existentes neste Estado, formando uma só comunhão como único meio a que se deve recorrer para sustentar a decadência da propaganda espírita [...] lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos confrades presentes⁶⁶ (**Memória**, 2002, p. 2, grifo no original).

A reunião de constituição da Federação formalizada através do registro em Ata, apresentou as bases para organização do primeiro Estatuto da FEP, que seria aprovado, depois de várias discussões, em assembleia realizada em 14 de dezembro de 1903. A organização da Federação Espírita do Paraná, legalmente constituída, centralizava e unificava forças em prol de maior difusão da doutrina Espírita e, teve sua primeira diretoria assim constituída:

Em reunião no dia 30 de agosto de 1902, reunidos na redação de A Doutrina, por proposta do associado Domingos Duarte Velloso, foi unanimemente aceita a diretoria provisória, que constou como: presidente - João Urbano de Assis Rocha; vice-presidente - Theodorico Lassala Freiche; 1º secretário – Vicente M. do Nascimento Júnior; 2º secretário – Antonio Guesa; tesoureiro – Manoel Pacheco de Carvalho; procurador – Felix Alves. Nesta mesma data Vicente M. do Nascimento Júnior, redator de A Doutrina, ofereceu o periódico como órgão oficial da FEP para publicar os atos oficiais e defender o Espiritismo (**ATAS**, [1902-1907] 2002, p. 2)⁶⁷.

Em 1904, após eleição, a presidência definitiva passou para Sebastião Paraná (1864-1938) professor renomado do Ginásio Paranaense, diretor escolar, inspetor de ensino entre outras atividades no campo educacional, autor de diversas obras sobre o Paraná (BERTOLINI, 2000). Sebastião Paraná fazia parte da elite letrada e política do Estado, deveria ser muito mais conhecido e bem relacionado do que o professor

⁶⁶ Dos sócios fundadores da FEP que assinaram a Ata, os membros de grupos espíritas de Curitiba foram: Vicente Nascimento Junior (membro do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaíba, da Academia Paranaense de Letras, do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná); Augusto Correa Pinto (funcionário da administração do Correio); Benedicto Vianna de Moraes (farmacêutico); João Urbano de Assis Rocha (professor de música); Sebastião Paraná de Sá Sottomaior (professor, diretor e Inspetor de Ensino no Paraná); João Álvaro de Aguiar (jornalista?); Domingos Duarte Velloso (farmacêutico e proprietário de comércio de tintas). Além destes, também assinaram o documento os representantes do Grupo Espírita Allan Kardec e do Grupo Espírita Luz nas Trevas, ambos da cidade de Antonina.

⁶⁷ Nas primeiras décadas do século XX, espíritas ligados à FEP realizavam atividades para reunião do grupo. Destes encontros participaram indivíduos que teriam atuação destacada na Federação, confira o Anexo 1.

de música João Urbano de Assis Rocha, o primeiro e provisório presidente da FEP. Podemos observar que na Federação, com o apreço espírita pela educação, a função de professor, especialmente na escola secundária, era observada com respeito e consideração, uma incumbência social que representava destaque, *status* e confiabilidade, haja vista que dois professores foram indicados inicialmente para ocupar a presidência.

Portanto, colocar Sebastião Paraná, uma pessoa de maior vulto político e social e ainda envolvido com a educação na presidência da FEP, representava uma boa estratégia de aceitação e de confiabilidade para o recém-formado grupo dos federados espíritas.

Na virada do século XIX para XX fortalecia-se a ideia de que o professor, ou aquele que estivesse vinculado ao ensino, tinha uma missão a cumprir em favor da civilidade e progresso da nação, enquanto a professora teria uma “missão redentora” mais específica com o ensino primário (ALMEIDA, 1998). O amor pela profissão deveria ser semelhante ao amor pela pátria, simbologia social que evidenciava a profissão de professor e que, no decorrer do século XX, igualmente, caracterizou a profissão de professora.

A defesa da educação da população para a “construção da nação” foi temática recorrente no discurso republicano do final do século XIX e início do XX, nesse contexto o professor primário foi valorizado como importante agente na condução do ideário civilizatório e moderno (MONARCHA, 1999; SOUZA, 1998). Nesse período, o magistério nas escolas primárias tornava-se cada vez mais feminino, até mesmo em terras paranaenses (ARAUJO, 2013). Foi nessa conjuntura que a Federação Espírita no Paraná foi organizada e não sem tensões. Os indivíduos frequentemente organizam-se em grupos específicos de acordo com suas teias de interdependências, permeadas por jogos de forças e disputas de poder.

Na FEP, em Ata de 9 de novembro de 1902, verificou-se um indício de inquietação na recém-criada instituição. Os senhores Augusto Correa Pinto e João Aguiar, então representantes do periódico **A Doutrina**, que desde a criação da Federação foi incorporada pela FEP como seu órgão oficial, protestavam porque não foram atendidos pelo presidente provisório da Federação, João Urbano de Assis Rocha, quando solicitaram uma reunião. O encontro seria realizado na redação da revista **A Doutrina** para deliberação de assuntos envolvendo a publicação do periódico e outros temas financeiros.

Constava na Ata que:

Augusto Correa Pinto, com palavras explicou que sendo uma falta de consideração o que a Diretoria eleita tinha praticado aos seus irmãos e associados não comparecendo ao convite da mesma redação, expôs os fatos minuciosamente e propôs o seguinte, que foi aprovado por dez sócios presentes: primeiro – que em vista da mensalidade de quinhentos reais nada se poderia fazer de vantagem à mesma Federação. Segundo – necessitava dar toda providência a fim de não desaparecer a Federação como também o jornal, que achava-se [sic] a dois meses sem o mínimo recurso para sua publicação e cujas publicações estavam sendo feitas a custo dos representantes do mesmo jornal. Terceiro – Finalmente a modificação em alguns artigos do Estatuto (**ATAS**, [1902-1907] 2002, p.2).

Difícil aquilatar a exata importância de Augusto Correa Pinto e do jornalista João Aguiar na FEP, mas ela existia e o poder de Correa Pinto e Aguiar manifestavam-se até mesmo devido ao lugar que ocupavam na edição da revista **A Doutrina**. As considerações dos dois e, principalmente, a concordância de membros da Federação com as propostas apresentadas por Aguiar, conforme consta em Ata, devem ter perturbado bastante a diretoria em exercício e outros associados da FEP. O episódio pode ter sido um indício do que aconteceria nos meses seguintes. Na Ata da assembleia de 4 de outubro de 1903, que marcou a eleição da nova e definitiva diretoria para a FEP e, na Ata da assembleia de 13 de dezembro de 1903, que relatava a eleição realizada, foi o nome de Augusto Correa Pinto que constou como presidente da FEP e não o de João Urbano de Assis Rocha.

Segundo o livreto **Memória da Federação Espírita do Paraná no seu centenário** (2002, p. 8), a eleição para escolher a diretoria definitiva da Federação, em dezembro de 1903, não contou com a presença de João Urbano de Assis Rocha “que foi representado desde então por Augusto Correia Pinto, enquanto presidente interino⁶⁸”. Na necessidade de uma substituição pontual do presidente provisório, em momento tão significativo, os seus pares aprovaram o nome Augusto Correia Pinto, aquele que havia questionado formalmente, como consta em Ata, a postura da presidência. Sinal de disputa?

Realizada a eleição, pela Assembleia Geral no dia 13 de dezembro de 1903, foi escolhido como presidente efetivo da FEP, Sebastião Paraná. A nova direção ficou

⁶⁸ Talvez por esse motivo, de tensão do grupo, o nome de Augusto Correa Pinto não conste, nem mesmo como interino, da relação de presidentes da FEP nos livretos comemorativos do centenário da Federação (cf. **MEMÓRIA** 2002, p. 8; **100 ANOS**, 2002, p. 3-10).

assim composta: Sebastião Paraná de Sá Sottomaior, presidente; Domingos Duarte Velloso, vice-presidente; Benedicto Vianna, 1º secretário; Alfredo A. da Silva, 2º secretário; Domingos Greca, 1º tesoureiro; Raymundo Ayres, 2º tesoureiro. Augusto Correa Pinto assumiu a Comissão de Sindicância. João Urbano de Assis Rocha continuou atuando na FEP (foi conselheiro da Federação), mas seu nome não mais foi citado pelos periódicos como alguém atuante nas grandes decisões da Federação Espírita do Paraná. Seria um processo de alijamento de alguns elementos do Grupo do Serrito que eram mais visíveis, no caso de João Urbano Rocha? Possivelmente, pois Domingos Duarte Velloso, continuou em funções de evidência.

Em 28 de fevereiro de 1904, o jornalista Nestor de Castro que então era responsável pela redação do periódico **A Doutrina** passou a função para o também jornalista, professor e comerciante Domingos Duarte Velloso, que já havia sido redator do periódico espírita **A Luz**, o qual havia circulado na década de 1890. A gerência da revista **A Doutrina** foi assumida por João Aguiar, mas não por muito tempo (**ATAS**, [1902-1907] 2002, p.7; **A Doutrina**, mar.1900, p.4; jan.1905, p.98). Em dezembro de 1904, depois de declarar que gostaria de ser proprietário da revista e de ter sua pretensão negada, Aguiar se retirou da gerência da **A Doutrina** e abandonou a FEP. A redação do periódico passou para Domingos Velloso. Entre 1902 e 1905, a sede da Federação seria na redação da revista **A Doutrina** (**ATAS**, [1902-1907] 2002, p. 7. **MEMÓRIA**, 2002, p. 2).

A partir de 1904 aparecem nas Atas da FEP registros de mulheres aprovadas como sócias que passavam a contribuir com a Federação. As primeiras mulheres que tiveram seus nomes assinalados foram: Brígida Costa da Matta, na Ata de 25 de julho; Anna Adelina de Souza, na Ata de 22 de outubro. No ano seguinte, na Ata de 13 de maio, mais mulheres tiveram seus nomes registrados na FEP: Rosa Guttieres Beltrão, Francisca Rios Iglesias, Francisca Gineste, Henriqueta Fanatia do Rosário, Maria Rita de Mendonça e a Baronesa do Serro Azul⁶⁹ (**ATAS**, [1902-1907] 2002, p. 5-8).

Na brochura **Memória** (2002), algumas imagens fotográficas reproduzidas evocam e assim salvaguardavam a memória⁷⁰ de um tempo. Segundo Pollack (1989,

⁶⁹ Maria José Correia (Nhá Coca), irmã do médico e político de Paranaguá (Paraná) Leocádio Correia, era esposa de seu primo Idelfonso Correia, barão do Serro Azul, político e empresário do mate (**Mundo Espírita**, 02/2008, p. 1). Foi a primeira mulher paranaense a presidir a loja Filhas das Acácias, do Templo Maçônico Loja Perseverança (NICOLAS, 1977, p. 227). Não foi possível saber mais sobre as outras mulheres citadas que fizeram parte do quadro de associados da FEP.

⁷⁰ A memória resulta de uma operação coletiva sobre os acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, e se integra, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e

p.9), este pode ser um ato cuja finalidade é “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que o grupo tem em comum”. E a primeira imagem a ilustrar o impresso comemorativo, com o tema “Criação da Federação Espírita do Paraná”, é a reprodução de uma fotografia dos dirigentes do Grupo Espírita do Serrito com “alguns dos fundadores da FEP” (**MEMÓRIA**, 2002, p.2).

Para Santaella (2012, p.75), “toda imagem é o registro de um fragmento do mundo visível”, podendo ser utilizada como “reconhecimento”, isto é, de maneira a empregar apenas a propriedade visual sobre a gravura ou como “rememoração” com a finalidade de analisar e decodificar a imagem e relacionando o saber sobre o real (AUMONT, 1993, p.84-85)⁷¹. De forma geral, o “ato fotográfico tornou-se [nos Novecentos] um fator influente no comportamento social, visto que todos aqueles que desejaram ‘dar-se a ver’ e mobilizaram-se para ‘deixar registrar’ pela máquina fotográfica, visaram posteriormente, a promoção de suas imagens” (MACHADO JÚNIOR, 2012, p. 53, grifo do autor).



FIGURA 1 – Grupo Espírita do Serrito - informação na Fonte

FONTE: **Memória da Federação Espírita do Paraná no seu centenário** (2002, p.2)

de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de diferentes tamanhos como: partidos, sindicatos, igrejas (religiões), aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. (POLLAK, 1989, p. 9-10).

⁷¹ As imagens como representações visuais diferem de acordo com a finalidade que apresentam, e nesta tese, elas poderão ter a finalidade de aguçar e ampliar a capacidade perceptiva, regenerar a capacidade visual do leitor ou simplesmente cumprir a tarefa de ilustrar as informações transmitidas pelo texto (SANTAELLA, 2012, p.19-20).

A fotografia, sem data, identificada como do Grupo Espírita do Serrito (Figura 1), foi editada na brochura publicada em 2002 e retrata um papel predeterminado em função da imagem construída em estúdio fotográfico, uma “pose teatral”, que através dos acessórios e vestimentas utilizados e o “cenário edificado”, tinha a pretensão de efetivar uma simbologia social (FABRIS, 2004, p. 29-30). No momento que essa fotografia foi tirada qual teria sido a intenção do ‘clic’⁷²? No caso do grupo observado acima, uma identidade social de relevo era o que, notadamente, se intentava idealizar no início do século XX. Como escreveu Machado Júnior (2012, p. 79), a fotografia contém um paradoxo, haja vista que é ao mesmo tempo “uma representação de algo que realmente existiu e a representação de algo que foi intencionalmente criado”, ou seja, encenado.

A imagem publicada apresenta vários elementos de distinção, das roupas aos adornos da cena, que apresentam o grupo de espíritas como pessoas letradas, em decorrência da presença de dois livros na cena, com capas frontais e títulos voltados para o observador da fotografia. Um desses livros segurado por uma mulher. O livro denotava estudo e conhecimento, sendo um componente importantíssimo na estratégia de construção da legitimação do Espiritismo em Curitiba e, conseqüentemente, no Paraná. Seriam os dois livros da foto obras de Kardec? A resposta afirmativa é quase certa.

Na Figura 1 estão presentes sete homens e uma mulher. Contudo, apenas três homens têm seus nomes citados na página do material comemorativo do centenário da FEP que reproduziu a fotografia. Sentados estão, conforme a publicação, da esquerda para a direita, Domingos Duarte Velloso, João Urbano de Assis Rocha e João Pedro Schleder (**MEMÓRIA**, 2002, p. 2). Assim, embora na fotografia a mulher seja apresentada numa posição de relevância, no centro do grupo, ela não foi identificada pela publicação da brochura.

No Brasil, na passagem do século XIX para o XX, as mulheres já apareciam em muitas fotografias, sozinhas ou acompanhadas (geralmente amparadas e conduzidas por homens). Seguindo a construção cultural de uma época, em relação ao ser masculino ou ser feminino, nessas imagens as mulheres em geral expressavam

⁷² Lissovsky (1998, p. 26), afirma que: a “foto oscila entre aquilo que lhe escapa e isto que nela se infiltra”, o gesto, representado pelo ‘clic’, consome a espera e contém a renúncia que todo fotógrafo deve fazer para que haja uma imagem fora de si, portanto é necessário ao historiador saber ler uma imagem naquilo que ela tentou representar e aquilo que de fato ela representa na sua totalidade.

um aspecto delicado e requintado, usando como acessórios chapéus, luvas e sombrinhas. Novidade do século XIX, nas fotografias, cuja difusão acompanhou a progressiva alfabetização feminina, várias mulheres eram retratadas segurando ou lendo um livro, reforçando e ampliando uma imagem que apareceu cada vez mais em gravuras e pinturas no Ocidente desde os Setecentos (CHARTIER, 1991).

Voltando à fotografia reproduzida na brochura da FEP, é preciso considerar que “há muitas formas de rememorar e diferentes razões por que nós queremos (ou não queremos) rememorar” (ERRANTE, 2000, p. 143). Assim alguns nomes dos fotografados, inclusive o da mulher segurando um livro, foram esquecidos.

Mas, o original desta fotografia, exposto no mezanino da Biblioteca da FEP em 2016, indica também o nome de todos os retratados, além das funções que exerciam na diretoria do Grupo Espírita do Serrito, entre 1889 e 1899, conforme mostra a Figura 2.



FIGURA 2 – Diretoria do Grupo Espírita do Serrito - 1899
FONTE: Acervo Fotográfico da Biblioteca da FEP

Em pé, da esquerda para a direita, Bellarmino Vieira (bibliotecário), Jesuíno da Silva Ribas [não Rocha⁷³] (orador), Manoel Pacheco de Carvalho (tesoureiro) e

⁷³ É possível deduzir que o sobrenome de Jesuíno é Ribas e não Rocha porque algumas publicações e escritos mencionam os nomes dos fundadores do Grupo Serrito, inclusive outro texto inserido na brochura comemorativa do centenário da FEP (cf. ARAÚJO, [2001?], p.2; MEMÓRIA, 2002, p.8).

Benedicto Vianna (arquivista). A mulher sentada que se destacou no retrato era, segundo a inscrição abaixo da imagem, a médium Josephina [Pereira?] Rocha, esposa de João Urbano de Assis Rocha (**A Luz**, 15/09/1898, p.3). Os três homens sentados, cujos nomes foram lembrados na publicação da FEP: Velloso, Rocha e Schleder, eram respectivamente, médium, presidente e secretário do Grupo.

A partir dessas informações, observando novamente a fotografia, é possível também inferir a importância de pessoas com dos mediúnicos mais evidentes e da hierarquia de comando no grupo espírita. Estrutura também valorizada quando da comemoração do centenário da FEP. Desta forma, Josephina Rocha (por vezes citada como Josephina Carmen Rocha) mereceria destaque por ser médium, mulher (afinal a única dama do Grupo deveria ficar sentada) e, também, porque o presidente, no centro da foto, era seu marido.

A memória sobre as mulheres muitas vezes é uma “memória subterrânea”, ou seja, é parcela integrante das culturas minoritárias que por vezes se opõem à “memória oficial” ou é por estar relegada (POLLAK, 1989, p. 5). Mas, Josephina Rocha foi homenageada pela FEP. Relembrada como parteira profissional (teria sido a primeira oficialmente registrada em Curitiba⁷⁴), professora e esposa de João Urbano de Assis Rocha, seu nome foi dado à creche inaugurada pela Federação Espírita do Paraná, em Curitiba, em 1959⁷⁵. Na ocasião foi exaltada como uma mulher que estava “sempre atendendo aos necessitados” (**FEDERAÇÃO**, 2016; **MEMÓRIA**, 2002, p.8; KANAWATE, 2002, p.33).

No periódico **A Luz**, de 1898, o nome de Josephina Rocha era citado em reunião do Grupo do Serrito.

O diretor do trabalho fez a prece inicial [...] Voltando à *médium* ao seu estado natural, foi com a prece do costume, encerrada a sessão cuja ata assinaram as seguintes pessoas que se achavam presentes: Josephina Rocha, João U. Assis Rocha, Isolina M. Firmino, Agostinha Mottet, Casimiro Mottet, J. J. Firmino, Arthur Coelho, André Chagas Barbosa e Domingos D. Velloso (**A Luz**, 15/09/1898, p. 3, grifo no original).

⁷⁴ Registros encontrados no **Memorial à Mulher** - pioneiras do Paraná 1853-1953 de Nádia N. Kanawate (2000, p. 33) e **Pioneiras do Brasil** de Maria Nicolas (1977, p. 178).

⁷⁵ A primeira creche da FEP na Capital paranaense foi inaugurada em abril de 1950, com o nome de Creche Adolfo Bezerra de Menezes (**MEMÓRIA**, 2002, p. 20). Confira anexo 3.

É possível constatar que outras mulheres, Isolina e Agostinha, também participavam deste Grupo; deveriam, assim como Josephina, estar na companhia de seus pais ou maridos, considerando a semelhança nos sobrenomes. As mulheres espíritas, de acordo com Bueno (2009, p. 160), “sempre fizeram parte ativa nos trabalhos tanto da divulgação como de *medianeiras* [médiuns], não tendo, o sexo masculino, nenhuma prerrogativa sobre elas, ao contrário”. Entretanto, tal perspectiva também pode ter significado um alijamento feminino de atividades relativas à participação mais ampla em ações de direção e administração, pelo menos é o que se percebe no Paraná. No caso da FEP, apenas em meados de 1915, aparece o nome da primeira mulher a fazer parte do corpo administrativo da Federação: Idalina de Souza, que assume a função de farmacêutica, aqui entendida como responsável pela Farmácia, entre 1915 e 1916⁷⁶.

A mulher espírita da Federação Espírita do Paraná desse período muito se assemelhava às católicas e protestantes, que ao saírem de casa para assumirem atividades no espaço público tinham esses locais aprovados e validados por suas crenças religiosas e pelo lugar da mulher na sociedade do início do século XX (que essas mesmas crenças também delimitavam e legitimavam). Assim, esposas ou filhas de devotos católicos, protestantes ou espíritas, exerciam funções que não resultavam em descuido das “sagradas” atividades do lar e das atribuições de mãe e esposa, ou seja, aquelas ações que podem ser resumidas como: “desvelo, abnegação e carinho como as bases de uma sociedade perfeita” (TRINDADE, 1996, p. 117). É válido ressaltar que apesar de se identificar com um discurso renovador, liberal e progressista, de forma geral, o movimento espírita kardecista reproduzia sensivelmente a escala hierárquica (institucional) de outras religiões, especialmente a da Igreja Católica, que embora com grande número de religiosas, nos conventos, hospitais e escolas, esteve muitas vezes sob a direção ou supervisão masculina.

Nas funções em que a mulher espírita teve distinção em comparação ao homem, a exemplo das mulheres médiuns e professoras ou até escritoras, essa era uma distinção “permitida” e necessária para construção de um ideal superior de humanidade, ações estreitamente relacionada com práticas assistenciais que deveriam, concomitantemente, educar os socorridos para o bem maior. Por outro lado, podemos compreender a ação das mulheres como trabalhadoras da e pela FEP como

⁷⁶ O tema será abordado no Capítulo II – 2.1.

uma tática para conseguir maior espaço fora dos recônditos do lar. Ciente de seu *status* de “frágil”, a tática feminina procura não enfrentar de forma abrupta a estratégia masculina de poder, mas busca preencher suas necessidades e ampliar seus espaços enquanto se esconde atrás de uma aparência de conformação (CERTEAU, 2014, p. 90-113). E dessa forma as mulheres espíritas foram ocupando espaços na FEP e determinando algumas de suas ações como imprescindíveis para a instituição.

A participação da mulher no movimento espírita na transição do século XIX para o XX foi pequena, porém muito significativa, uma vez que a presença da mulher “era solicitada nas reuniões de estudos doutrinários, nas sessões de efeitos físicos, enfim buscava-se a sua conversão, a sua participação na prática espírita e na orientação da prole” (DAMAZIO, 1994, p. 140). Por consequência, essa mulher precisava ser educada para bem educar outros, nos moldes da doutrina kardecista, ou seja, de casa poderia ir às ruas, mas divulgar, com seu exemplo e trabalho, a doutrina espírita.

Em relação aos direitos e deveres masculinos e femininos e as suas funções, em acordo com **O Livro dos Espíritos** (KARDEC, [1857] 2002, p. 381), na questão 822 está grafado que os direitos de homens e mulheres devem ser iguais, mas “as funções não, [pois] é preciso que cada um esteja no lugar que lhe compete”. E uma função da mulher seria educar tanto no lar como fora dele.

Em Curitiba, a estratégia adotada pelos dirigentes e associados da FEP na divulgação da doutrina espírita consistia na execução de várias atividades de cunho educativo, fortemente atreladas às práticas caritativas e filantrópicas, que tinham nas mulheres as maiores e melhores executoras. Entretanto, tanto os homens como as mulheres foram mobilizados pelo Espiritismo kardecista para propagarem a caridade, tema que já aparecia no jornal **A Luz**, editado anos antes da organização da Federação:

[...] De tantas virtudes que existem e que fazem o vosso adiantamento, é, sem dúvida a Caridade, a que mais vos engrandece, não só perante Deus, como perante os homens [...] Dá-se esmola ao pobre que sofre no leito da dor à míngua de pão, dá-se a moral e o bom conselho ao criminoso que expia na masmorra de seus crimes! Pratica-se a Caridade, agasalhando o órfão desprotegido e socorrendo a viúva em seus sofrimentos; pratica-se a caridade chamando o relapso para encaminhá-lo no bem, a fim de que resista a tentação (**A Luz**, 15/04/1898, p. 7).

Contudo as senhoras e senhoritas, geralmente foram as que atuaram de modo mais efetivo na consumação das ações assistencialistas da FEP. O Espiritismo

kardecista se sustentava em três bases: no estudo (tanto doutrinário como escolar), na mediunidade e na caridade e, esta última, não podia ser confundida com a esmola, uma vez que a doutrina, por meio de um de seus livros básicos **O Evangelho Segundo o Espiritismo**, ensina que a melhor ajuda ao necessitado é dar-lhe atenção e o trabalho e não somente o óbolo:

Na caridade está, para as riquezas, o emprego que mais apraz a Deus [...] Referimo-nos à caridade plena de amor, que procura a desgraça e a ergue, sem a humilhar [...] Não repilas o que se queixa, com receio de que te engane; vai às origens do mal. Alivia, primeiro; em seguida, informa-te, e vê se o trabalho, os conselhos, mesmo a afeição não serão mais eficazes do que a tua esmola (KARDEC, [1864] 2002, p.262).

A FEP continuou a defender a importância do trabalho, bem como do estudo, e utilizava o saber como estratégia para oficializar e orientar as ações dos espíritas kardecistas no Paraná, intitulando-se “obreira do progresso” (**A Doutrina**, out.1903, p. 5). Em 1905, a prática do bem e a importância do trabalho continuaram a ser enaltecidos pelo órgão de imprensa da Federação:

É esta a certeza com que o Espiritismo presume ter dotado a humanidade para tornar obrigatórios a prática do bem e o amor da justiça, dar ao trabalho e a resignação mais elevada utilidade como elementos essenciais à nossa progressiva perfeição moral (**A Doutrina**, jan.1905, p. 14).

Nesses primeiros anos de existência, nos quais a FEP se consolidava, mais uma reviravolta aconteceu quando, em 1907, o presidente reeleito da Federação, Sebastião Paraná, e seu vice, José Lopes Neto, renunciaram aos cargos. (**A Doutrina**, jan.1907, p. 3 e p. 15)⁷⁷. O motivo da renúncia não foi possível desvendar, mas, há indicativos de que, por se tratar de um período em que a campanha em prol da construção da sede própria da FEP estava em tramitação, os gastos se avolumavam e o projeto suntuoso, aprovado pela diretoria de Sebastião Paraná, não agradou a muitos associados.

Vicente Nascimento Junior substituiu Sebastião Paraná na presidência da FEP e, segundo foi publicado na **A Doutrina**, afirmou que “[todos] aspiravam a breve

⁷⁷ O nome de Sebastião Paraná voltou a aparecer no quadro diretivo da Federação em 1908 como um dos 12 membros da Comissão Permanente da FEP (**Diário da Tarde**, 04/08/1908). E em 1929, seu nome fez parte da Comissão de Propaganda e do corpo administrativo como Diretor de Ensino e da Caixa Escolar Allan Kardec (ARAUJO [2001?], p.21).

contrução da sede própria a qual a princípio teve um projeto muito suntuoso, mas não plausível para o momento e que portanto foi simplificado” (**A Doutrina**, jan.1907, p. 13). No Brasil do final do século XIX e início do XX, foi crescente o número de edificação de prédios públicos, inclusive os escolares, que procuravam materializar e exaltar o ideário republicano civilizador da época (BENCOSTTA, 2001b). Os espíritas reunidos na Federação comungavam desse ideal e alguns tinham a pretensão de, ao fazer parte da sociedade moderna, expressar seu lugar através de uma expressiva edificação, algo que também ajudaria a ampliação da inserção social do grupo. Entretanto, outros espíritas federados disseram “não”, pelo menos naquele momento, pois não havia verbas suficientes.

Em outra nota, logo no início da mesma edição de **A Doutrina** de janeiro de 1907, Vicente Nascimento Junior menciona o compromisso com a construção da sede própria:

[...] está, pois, cometida [a nova diretoria] da extraordinária tarefa de colocar a nossa agremiação no ponto culminante que já devia estar ocupando entre as suas coirmãs do Brasil. Por causas, aliás, bem independentes da nossa vontade não pode a Federação, apesar dos esforços [...] ampliar tanto a esfera de ação [...] com a sua missão de caridade; a nós compete, portanto, fazê-lo a começar pelo prédio (próprio), a máxima aspiração que nos enleva a alma (**A Doutrina**, jan.1907, p. 3).

O novo presidente revelava como era difícil e fundamental a consolidação da Federação e se referiu ao que deveria ser feito para tentar ampliar o número de adeptos e a formação dos próprios espíritas, e da mesma forma orientou que a propaganda deveria evitar o conflito (principalmente com os católicos), talvez uma estratégia para maior aceitação social e de fortalecimento dos ideais de paz presentes na doutrina:

Esse melhoramento como sabeis, traz em si outros não de menor relevância, como sejam a escola, a enfermaria [...] a biblioteca e o gabinete de leitura, imprescindíveis serviços de cuja falta muito se ressentem esta coletividade [...] a propaganda de ora avante deverá basear-se na tolerância máxima, na polêmica leve e na luta pacífica dos argumentos sem o vocábulo torpe e ferino e de emprego destoante com a moral fraterna (**A Doutrina**, jan.1907, p. 3-4).

Mas, a saída de Sebastião Paraná e Lopes Neto da direção da FEP teve outra consequência: um dos fundadores e mais atuantes membros da Federação,

Domingos Duarte Velloso, deixou a redação do periódico **A Doutrina**, que foi então confiada a uma comissão redatora (**A Doutrina**, jan.1907, p. 15). Domingos Duarte Velloso saiu também da comissão construtora do prédio da FEP, na qual respondia pela tesouraria. Os motivos alegados para as duas decisões foram os protocolares e pouco prováveis “afazeres profissionais e outros” (**A Doutrina**, fev.1907, p.31).

Poucos meses depois, em julho de 1907, Domingos Velloso assumiu a redação do periódico **A Luz**, que após longo intervalo voltava a circular como propriedade de outro grupo de espíritas:

A Luz - Nas fileiras do apostolado espírita acaba de aparecer aqui mais um órgão de imprensa – A Luz - orientado pelo Centro “Theodoro Hansmam” e redigido pelo Sr. Domingos Velloso, nosso ex-companheiro de redação. Saudamos ao novo lutador (**A Doutrina**, maio-jun.1907, p. 88).

Algumas pessoas saíam e outras entravam no grupo de associados da FEP, algumas muito atuantes outras nem tanto, e a Federação continuou suas ações para atrair seguidores das diversas camadas sociais. Mas, ao iniciar o ano de 1907 sem conseguir de seus adeptos ou simpatizantes verbas suficientes para finalizar a construção da sede própria, a FEP teve que fazer cortes nos gastos e rever o projeto inicial que havia sido aprovado para a construção do edifício, como ficou evidente em nota publicada na **A Doutrina**:

O NOSSO EDIFÍCIO – Em vista da lentidão com que vão afluindo os recursos para a construção da Federação, não permitindo executarmos já a bela e suntuosa planta delineada pelo ilustre engenheiro militar Dr. Aristides Pinho, resolveu a diretoria substituí-la por outra de arquitetura mais simples e menos dispendiosa (**A Doutrina**, jan.1907, p. 13).

A sede da Federação Espírita do Paraná, instalada até o início de 1905 na Rua Trajano Reis, nas dependências da **A Doutrina**, tinha sido transferida no final deste ano para um prédio próximo, situado na Rua Duque de Caxias esquina com Rua 13 de Maio (essas ruas ficavam na área central de Curitiba) e a sede ainda mudaria duas vezes de endereço, antes de mudar para prédio próprio⁷⁸ (**ATAS**, [1902-1907] 2002, p. 1-4; **Diário da tarde**, 29/07/1905, p. 2; **MEMÓRIA**, 2002, p.2).

⁷⁸ Durante o mês de janeiro de 1907 a sede da FEP ficou instalada em edifício do Largo do Rosário e em fevereiro do mesmo ano foi transferida para o Centro São Pedro (de Nhã Coluna), nas imediações da sede em construção e lá permaneceu até a mudança, em outubro de 1907, para a primeira sede

No início do 1907, em face a situação financeira precária, o então presidente da Federação, Vicente Nascimento Junior, apresentou um novo projeto, mais modesto, para a sede própria:

A nova planta, simples e elegante, é para uma casa de 40 palmos [ou 4,6 metros] de frente por 40 de fundo, constando de vasto salão e dois gabinetes, sendo um para secretaria e farmácia e outro para a diretoria e biblioteca, ficando o salão destinado à escola primária durante o dia e a noite para os trabalhos da Federação. Externamente o edifício se apresenta de primorosas linhas a que dará muito realce a sua situação no centro do terreno ajardinado, no aprazível local que é o Alto de S. Francisco⁷⁹ (**A Doutrina**, jan.1907, p. 13).

Para ajudar a Federação a angariar verbas para a construção da sua sede própria, não só homens, mas muitas mulheres contribuíram, como mostrou o jornal curitibano “leigo” **Diário da Tarde**, citando a ação de “vinte e cinco damas” que com a doação de prendas e dinheiro procuravam ajudar na edificação da nova sede. Três pessoas não revelaram seu nome, mas as formas que se auto identificaram foi significativa: uma se intitulou “uma espírita”, uma forma de se ocultar, mas anunciar a fé; outra doação foi realizada “em memória da Chiquita”, que seria um Espírito?, e outra, talvez feita por uma mulher em nome de uma alma masculina: doou “um alfinete de ouro com pedras” (o alfinete seria de gravata?) e se intitulou “amigo [sic] dos pobres”, o que pode ou não ser um erro de impressão (**Diário da Tarde**, 14/11/1906, p. 3).

Entre colaborações, construções e contratempos, continuavam os espíritas kardecistas, homens e mulheres, a desempenhar o papel de divulgadores da doutrina, com o auxílio da imprensa, que se revelou forte instrumento de inculcação dos ideais de Kardec. Assim, a educação pode ser “entendida aqui como um processo que contempla modelos formativos, podendo ser apreendido nas produções humanas informais, a exemplo da imprensa” (ROCHA, 2014, p. 15). Contudo, desde 1908 o periódico **A Doutrina** deixou de circular; talvez as questões financeiras fossem bem mais sérias do que se imaginava.

Mas, apesar de todos os contratempos, a Federação Espírita do Paraná prosseguia na busca de atingir as metas propostas pelo seu estatuto. Para sedimentar

própria da Federação, no Alto São Francisco s/n (**Diário da tarde**, 16/01/1907, p. 2; 18/02/1907, p.2).

⁷⁹ O escritor, memorialista e político Romário Martins, então membro da Câmara Municipal de Curitiba foi quem conseguiu junto à prefeitura de Curitiba a concessão de um terreno, localizado no Alto do São Francisco, para a construção da sede própria da Federação Espírita do Paraná (**MEMÓRIA**, 2002, p.5).

as bases do Espiritismo kardecista no Paraná, já na assembleia que determinou a eleição da diretoria provisória da FEP foi discutido e elaborado o primeiro Estatuto da Federação, com suas bases orgânicas, em 14 de dezembro de 1903. O Estatuto foi consolidado em 3 de janeiro de 1904 e nele estavam registrados os objetivos, as ideias, propostas e práticas que deveriam nortear dirigentes e associados da FEP, bem como as funções e as bases da consolidação e divulgação dos ideais kardecistas, procurando efetivar assim a defesa de um ambiente de evidência na sociedade paranaense nos espaços religioso, político e social.

No Capítulo I do primeiro Estatuto da FEP, de 1904, referente aos “Fins da Federação”, observou-se a preocupação com a caridade e com as práticas educativas:

Art. 1º - **C)** Exercer e pregar a moral, praticar a caridade por todos os meios a seu alcance, concorrendo para tornar efetivos os laços da fraternidade e solidariedade humana [...] **F)** Fundar escolas gratuitas para crianças e adultos; [...] manter a publicação de um periódico de propaganda (**ESTATUTO**, 1904, p. 2)⁸⁰.

Criar escolas gratuitas vinculadas à educação da população de forma geral era um tema presente no período, pois no regime republicano, “fundado sobre teses liberais e positivistas, a questão da educação tornou-se pauta recorrente de discussões e medidas governamentais que pretendiam estimular o progresso do país” (BERTUCCI; SILVA, 2014, p. 108).

O assunto educação do povo era “recorrente na Curitiba dos anos 1900-1910, haja vista que a questão da educação estava associada à necessidade imperiosa de ampliar o acesso ao ensino primário” (ARAUJO, 2013, p.162). Envolvida nesse ideal a direção e associados da Federação contribuíram com uma parcela de seu trabalho em favor da educação, não apenas de crianças, mas também de jovens e adultos. Até 1907, as considerações sobre esse tema na FEP podem ser captadas em seu veículo oficial de imprensa, a revista **A Doutrina**. Em 1905, em um artigo deste periódico sobre “os infelizes analfabetos, sem profissão e de filiação desconhecida”, estão escritas as seguintes considerações:

⁸⁰ Em abril de 1909 os Estatutos da FEP foram revisados e receberam a denominação de Constituição Federativa, o que deu à Federação personalidade jurídica (ARAUJO [2001?], p. 26).

A sociedade tem o direito de garantir em seu seio a ordem que é, aliás, a base harmônica onde assenta o edifício institucional dos povos cultos, mas assiste-lhe também o dever de distribuir aos futuros cidadãos – especialmente aos desprotegidos – a educação e o auxílio que os salvem, de pela fome e ignorância, rolares na ladeira do crime (**A Doutrina**, maio 1905, p. 71-72).

O ideal de ordem e progresso guiava também os caminhos dos espíritas kardecistas da FEP, que estavam entre aqueles que, nas palavras de Cunha (2005, p.30), consideravam a educação o “notável elemento de prosperidade nacional”. Na FEP esse ideal foi argumento central para estabelecer no grupo a tese do quanto seria importante investir na “instrução e educação tanto infantil, bem como nos institutos profissionais [no sentido] de dar à infância desvalida uma sã educação moral e de trabalho” (**A Doutrina**, maio 1905, p. 71-72).

No Brasil, a partir do século XIX, os filantropos sustentavam que era necessário investir na educação e disciplinamento das crianças para que elas não se subvertissem, mas que se tornassem cidadãos úteis à pátria. Algumas iniciativas de atendimento à criança que lograram êxito provinham de grupos privados como de: médicos, religiosos, associação de damas beneficentes, e se restringiam a iniciativas isoladas que tinham, portanto, caráter localizado, basicamente atendendo à população dos centros urbanos (MARCÍLIO, 2006).

Mas, não apenas as crianças deveriam ser atendidas, a proposta da FEP pretendia que todos os necessitados (crianças, jovens ou adultos) fossem, de alguma forma amparados e (re)encaminhados para a vida em sociedade. E as mulheres espíritas foram educadas na perspectiva de colaborar nessa atividade que conjugava caridade/filantropia e educação, potencialmente um trabalho disciplinador. Na revista **A Doutrina**, no artigo “Caridade”, Narciso Negrão teceu comentários elogiosos ao trabalho desenvolvido na Associação Protetora da Infância, apontando a ação das “nobilíssimas damas espíritas”:

As grandes cidades têm os seus grandes mistérios tanto mais terríveis quanto essa bandeira negra da pobreza, envergonhada recolhe nas suas dobras palpitantes o gemido dos que baqueiam na luta da vida. E nesta cidade a miséria já se estende, posto que velada ainda [...] O *ritus* tremendo que se encontra nos lábios desses cadáveres de desesperados, é o reverso da medalha da nossa perfectibilidade social que tais coisas permitem ainda nesta idade do mundo! Robustecem-se, pois, as flores da Caridade cultivadas na “Protetora da Infância”, pelo muito humanitário médico Dr. Leão, secundado por um grupo de senhoras e cavalheiros desta capital. – Não podemos deixar de tecer

louvores às nobilíssimas damas espíritas e aos espíritas em geral (**A Doutrina** mar.1907, p. 35-36, grifo no original).

Esta Associação estava instalada no mesmo terreno que a Federação Espírita do Paraná. Em 1906, a FEP solicitou à Câmara Municipal de Curitiba, por intermédio do memorialista, jornalista e político Romário Martins, um terreno para construir um “edifício para o seu funcionamento” (**A Doutrina**, set.1906, p. 116). A Câmara Municipal aceitou o pedido e em sessão solene realizada em 4 de julho de 1906, oficializou o ato em que foi cedido um terreno a Federação, situado a Praça do Observatório, no Alto São Francisco (Lei n. 186, de 20/07/1906⁸¹). Porém, o terreno foi dividido entre a FEP e a Associação Protetora da Infância⁸². Portanto, a relação entre as duas instituições era efetiva e de longa data e nela, considerando as ações desenvolvidas pela Associação, as mulheres espíritas tinham papel ativo (**A Doutrina**, fev.1906, p. 34).

No primeiro projeto de sede para a FEP, elaborado em 1906 e que ficou no papel devido seu alto custo, constava entre outros itens de:

[...] uma escola gratuita, onde haverá uma ou mais oficinas de aprendizagem, onde existirá uma biblioteca pública e um salão de leitura, onde será mantida uma enfermaria para tratamento de doentes [...] onde finalmente se realizarão as conferências públicas. Ali na Praça do Observatório (**A Doutrina**, jul.1906, p. 116-118).

O projeto de uma escola gratuita entendida, conforme Cunha (2005, p. 24), como “uma pedagogia tanto preventiva quanto corretiva” e a formação para o trabalho por meio do ensino profissionalizante, refletia uma necessidade econômica, política e social. E esses princípios em respeito à importância da educação e do trabalho eram correntes na doutrina Espírita kardecista. Entretanto, em 1907, a escola inaugurada seria uma escola primária diurna, uma escola isolada⁸³, sem perspectiva de curso profissionalizante, que recebeu o nome de Escola Allan Kardec.

Em maio daquele ano, o artigo na **A Doutrina** afirmava:

⁸¹ O artigo 2º da Lei nº 186 de 1906, determinava até 6 meses, a partir da obtenção do título de posse do terreno, para a FEP começar a obra projetada e, a partir do início das obras, 24 meses para concluir o prédio.

⁸² No Capítulo II, no item 2.1, se voltará a mencionar sobre a Associação Protetora da Infância.

⁸³ Nesta época as salas de aulas recebiam a denominação de escolas já que na mesma sala conviviam alunos de séries e idades diferentes. Eram as chamadas escolas isoladas ou simples (cf. PRADO, 2006, p.3754).

Breve teremos ensejo de prestar a bendita memória de nosso Mestre [Allan Kardec] mais uma e significativa homenagem: a imposição do seu nome à escola primária gratuita que a Federação vai abrir no seu novo prédio, concorrendo assim para espalhar a luz do alfabeto pelos pequenos seres carecidos de instrução, prodigalizando-lhes também os meios necessários à frequência, como sejam livros, papel, tinta e lousas aos que forem absolutamente desprovidos de recursos. (**A Doutrina**, maio 1907, p. 89).

O primeiro prédio próprio para abrigar a Federação Espírita do Paraná foi inaugurado oficialmente em 6 de outubro de 1907 (**Mundo Espírita**, 1987, p.1) e a escola diurna passou a funcionar neste edifício.

Nos primeiros anos dos Novecentos, foram várias as mulheres envolvidas pelas ideias educativas e assistenciais da FEP, a exemplo da Baronesa do Serro Azul que, além de dinheiro para a construção da sede da instituição (100\$000 – cem mil réis⁸⁴), ofertou “vários livros didáticos e mapas para a escola” (**A Doutrina**, jul.1907, p. 90). Mas, as contribuições femininas extrapolaram o âmbito escolar e as mulheres colaboram com verbas na construção e manutenção de outras ações da Federação, como a “irmã em crença [que] tomou a seu cargo liquidar a conta da tipografia na importância de quinhentos mil réis [500\$000]” (**A Doutrina**, out.1905, p. 162).

Outras mulheres ainda foram destacadas pela imprensa da Federação pelo trabalho realizado nos centros espíritas da Capital, como a “virtuosa e dedicada irmã em crença Maria de Jesus Araujo” (Nhá Coluna), que atuava como tesoureira na diretoria do Grupo São Pedro, que funcionava também no Alto São Francisco (**A Doutrina**, fev.1906, p. 33; maio 1906, p. 62). Notícias sobre outras mulheres tesoureiras em centros ou grupos espíritas foram publicadas pela revista da FEP (**A Doutrina**, maio 1906, p. 62).

Interessante pensar no que teria determinado a escolha de mulheres para uma função que, aparentemente, era tão masculina: lidar com dinheiro e cálculo; entretanto, a atenção redobrada com detalhes e contas não era estranha às mulheres das cidades, que muitas vezes gerenciavam suas casas com os minguados salários de seus maridos. Não por acaso, em Curitiba, alguns anos depois a instrução para formar exclusivamente mulheres em cursos comerciais seria proporcionada por uma escola confessional católica feminina (CINTRA, 2005).

Nos anos seguintes, com a FEP sendo consolidada como local aglutinador de

⁸⁴ Valor equivalente ao custo de um bimestre no pensionato para meninas da Escola Americana de Curitiba (**A República**, 17/01/1906, p.3).

espíritas kardecistas⁸⁵, outra escola passou a funcionar no prédio da FEP, no início de 1913, a Escola Elementar Noturna:

Está aberta, a começar de 15 do corrente, a matrícula para o curso noturno, elementar e gratuito da Federação Espírita do Paraná que funcionará de 1 de Fevereiro em diante todas as noites das 7h às 9h30, na sede daquela associação, no alto de São Francisco, aceitando alunos adultos e menores de mais de 12 anos (**Diário da Tarde**, 21/01/1913)

Entretanto, embora muito esforço tenha sido despendido para construir e prover a sede da FEP no Alto do São Francisco, em junho de 1913 a Prefeitura Municipal de Curitiba pediu a desapropriação do local. Não há indícios de qual tenha sido o motivo que implicou nessa expropriação. Com os recursos da desapropriação, ocorrida em novembro do mesmo ano, a Federação comprou outro terreno com uma casa de madeira, de Severina Maria da Conceição, localizada na Rua Saldanha Marinho, esquina com Alameda Cabral, área próxima ao Alto São Francisco e da Igreja Matriz de Curitiba (cerca de 750 metros de distância desta). Em pouco menos de dois anos, dia 11 de abril de 1915, a FEP inaugurou sua nova sede⁸⁶ (Figura 3) e as escolas passaram também a funcionar nesse novo endereço, que abrigava outras repartições ligadas à Federação⁸⁷.



FIGURA 3 – Sede da FEP inaugurada em 1915
FONTE: **Memória da Federação Espírita do Paraná** (2002)

⁸⁵ Desde a aprovação do Estatuto de 1904, a FEP passou a aceitar, além de centros e grupos espíritas localizados no Paraná, outros de diversas localidades brasileiras, designados como Sociedades Federadas (**A Doutrina**, 09/1907, p. 11). Em alguns Estados havia agentes divulgadores do periódico **A Doutrina**.

⁸⁶ Desde pelo menos o início do século XXI este edifício é denominado de “sede histórica” pela imprensa da FEP (p.ex. **MEMÓRIA**, 2002, p. 4).

⁸⁷ Confira no anexo 3, o mapa, da quadra da nova sede da FEP.

Pela fotografia, parafraseando Barthes (1984, p.11; 20), é possível ver pelos olhos de quem fotografou a Federação. Essa foto foi exposta no livreto comemorativo aos 100 anos da FEP, e não foi uma exposição fortuita, foi preciso que houvesse uma necessidade, neste caso a rememoração da inauguração da nova sede da Federação, a qual representou para os espíritas kardecistas, um marco em Curitiba. A fotografia, nesse caso inclusive, deve ser “interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautada sobre códigos convencionalizados culturalmente” (MAUAD, 2008, p. 36).

Em 1915, nota do jornal curitibano **Diário da Tarde** relatou a inauguração da nova sede da FEP, com “avultado número de cavalheiros e exmas. famílias da nossa sociedade [n]as magníficas dependências da sede federativa” (**Diário da Tarde**, 12/04/1915, p.2) e descreveu, em poucas, mas significativas palavras, o prédio de alvenaria de dois pavimentos, um “edifício amplo, com bela fachada [localizado em] um dos pontos pitorescos” da cidade (**Diário da Tarde**, 06/04/1915, p.2). Neste prédio, no qual a administração ocupou o segundo andar e o primeiro pavimento foi destinado ao atendimento “dos mais necessitados”, o espaço escolar ganhou entrada independente, a partir de um portão lateral que pode ser visto na Figura 3⁸⁸.

A distribuição espacial, apesar das justificativas práticas, explicita um pouco a constituição da FEP, as funções de seus membros: no piso superior, o lugar de poder, ocupado por grupos (de homens, em sua grande maioria) que se alternavam na administração e direção; as atividades cotidianas ocupavam espaço no térreo, para facilitar o acesso dos necessitados e, em grande parte, visíveis para todos os transeuntes da cidade; a escola, com entrada separada do prédio principal, que mesmo mantendo a instituição escolar sob o controle direto da Federação, sugeria certa autonomia — seria uma estratégia para receber alunos não espíritas?

E as mulheres Espíritas? Tanto as eventuais professoras da escola quanto aquelas que realizavam ações caritativas dentro da Federação, mas com a porta aberta àqueles que eram denominados “necessitados”. Essas senhoras e jovens atuavam fora de suas casas, longe de seus filhos e maridos, mas não exatamente na rua, pois estavam sob a tutela evidente e permanente da FEP.

⁸⁸ Confira a discussão sobre as Escolas Diurna e Noturna no Capítulo II - 2.2.

1.2 O DELINEAR DO ESPAÇO DE AÇÃO FEMININA NOS PERIÓDICOS ESPÍRITAS DOS PRIMEIROS ANOS DOS NOVECENTOS

Não ignora a Federação que [...] nos lares sacrossantos da família [...] nesses santuários é que há de produzir-se a regeneração da humanidade. Mas até que chegue esse período de tempo, até que chegue essa época ditosa em que o chefe da família seja um sacerdote, que a mulher seja um exemplo das mais puras virtudes, é necessário que haja um Centro [FEP] donde irradie a luz que ilumine aqueles que estão encarregados de preparar o futuro dos povos (**A Doutrina**, set.1906, p.115).

Na Curitiba do final do século XIX e início do século XX, em meio aos propalados ideais liberais e o chamado “surto progressista” (POMBO, 1900), valores morais, de fundo religioso, ganharam grande difusão. Assim como em outras partes do país, entre esses valores se destacavam os atribuídos à mulher-mãe a qual deveria ser “o sustentáculo da família e da pátria” (ALMEIDA, 2011, p. 143). Nos jornais curitibanos **A República** e **Diário da Tarde**, várias informações reforçavam essa ideia em notas, artigos inteiros e muitas frases esparsas que deveriam impactar seus leitores: “uma boa mãe vale mais do que cem mestres escola”; “Deus lança um manto azulado de consolação sobre elas [mães]” (**A República**, 27/06/1890, p. 2; **Diário da Tarde**, 23/06/1902, p.2).

E essa mulher deveria entender e acolher a “lágrima”, principalmente dos “homens” e, também, ensinar ao seu filho “que é bom ter pátria, mas é muito melhor defendê-la, honrá-la e engrandecê-la; [pois] os homens fazem as leis e as mulheres os costumes” (**A República**, 29/07/1890, p.2; 22/07/1900, p.1). Exemplo de virtude, defensora da família e dos bons costumes, as mulheres que, por algum motivo, destoavam desse modelo ideal eram motivo de chacotas (como as sogras ou vizinhas chamadas palpiteiras ou faladeiras) e críticas (como as mulheres enfurecidas com as traições de seus maridos) e em mais de um momento pontuaram nas páginas dos principais periódicos de Curitiba.

As doutrinas católica e protestante, segundo Almeida (2011, p. 152-153) concorreram de forma determinante na definição desse ideal de padrão feminino e, de certa forma, colaboraram para alicerçar, ordenar e disciplinar o comportamento da mulher e, paralelamente, do homem. Como uma construção social marcada por vários aspectos, o modelo ideal feminino dos primeiros anos do século XX, também foi construído/reforçado pela doutrina espírita, pelo discurso de educação moral e

intelectual de espíritas que, no Paraná, apesar de proclamar a “igualdade, liberdade e fraternidade” e, reiteradamente, condenar ações de católicos e também de protestantes, pouco diferia deste quando o tema era o papel feminino na sociedade, pois as atividades a serem assumidas pelas mulheres espíritas eram estreitamente relacionadas à ação interna do próprio grupo e efetivadas sob a supervisão masculina, mesmo que de maneira indireta.

Em 1903, quase um ano após a constituição da Federação Espírita do Paraná, no primeiro periódico oficial da FEP, a revista **A Doutrina**, várias mulheres foram citadas em uma nota sobre atividades que demonstrariam “liberdade da mulher espírita”:

MULHERES ESPÍRITAS: - Entre as mulheres contemporâneas notáveis, a quem o Espiritismo deve inúmeros serviços, contam-se em primeira linha: Mme. Mary de Komar, valente polemista francesa; Mistress Crowe, escritora inglesa laureada; Mistress d'Esperance, a célebre autora do livro 'No país das sombras'; Mme E. van Calcar, holandesa, jornalista e autora de obras históricas literárias, pedagógicas e de moral; Helena Swartte, poetisa francesa; Mistress Florence Marryat, romancista, filha do escritor do mesmo nome; Mme Antoinette Bourdin, escritora francesa; Duquesa de Pomar, publicista, presidente honorária do Congresso Espírita de Paris em 1889; Princesa Karadja, sueca, escritora ilustre e médium notável; Anna Vertua Gentile, valente oradora e polemista italiana; Eusápia Paladino, célebre médium italiana; Amália Domingos Soler, notável publicista espanhola; Senhora Guffain, jornalista de grande merecimento, residente em Porto Rico, Além destas, outras há que sabem desempenhar a sua missão evangelizadora no seio do planeta. (**A Doutrina**, jul.1903, p. 8).

Constatou-se que entre as “notáveis” mulheres espíritas citadas, não está nenhuma brasileira, e que a notabilidade se dava em razão maior, mesmo quando usavam a escrita e a voz, de sua ação evangelizadora.

Na **Revue Spirite**⁸⁹, então sob a responsabilidade de Allan Kardec, o artigo “A mulher tem alma?” discutiu, em 1866, a questão da igualdade entre homens e mulheres:

Com a Doutrina Espírita, a igualdade da mulher não é mais uma simples teoria especulativa; já não é uma concessão da força à

⁸⁹ A **Revue Spirite** lançada por Allan Kardec em 1º de janeiro de 1858, em Paris, tinha como subtítulo Journal D'Études Psychologiques, uma vez que publicava também estudos sobre aspectos da psicologia humana. O seu primeiro número apresentava 36 páginas. Allan Kardec foi o diretor da revista até ao seu falecimento, em 31 de março de 1869. A publicação da revista e a codificação doutrinária kardecista ocorreram concomitantemente, pois Kardec utilizou a revista tanto para o desenvolvimento e debate ideias, quanto para difusão do Espiritismo (WANTUIL; THIESEN, 1984).

fraqueza, mas um direito fundado nas próprias leis da Natureza. Dando a conhecer essas leis, o Espiritismo abre a era da emancipação legal da mulher, como abre a da igualdade e da fraternidade (**Revista Espírita** [Revue Spirite], jan.1866, p. 13 -18).

Em outra edição desta revista, no artigo “Emancipação das mulheres nos Estados Unidos”, o país foi parabenizado pelos avanços em decorrência dos espaços públicos que a mulher estadunidense foi conquistando:

O pensamento da emancipação da mulher germina, neste momento, num grande número de cérebros, porque estamos numa época em que fermentam as ideias de renovação social, e onde as mulheres, tão bem quanto os homens, sofrem influência do sopro progressista que agita o mundo. [...] na febre de emancipação que a atormenta, a mulher não se crê apta a preencher todas as atribuições do homem, caindo num excesso contrário, depois de ter tido muito pouco. Esse resultado é inevitável, mas não é preciso de nenhum modo temê-lo; se as mulheres têm direitos incontestáveis, a Natureza tem os seus que ela não perde jamais; elas deixarão logo os papéis que não são os seus (**Revista Espírita** [Revue Spirite], jun.1867, p. 2 e 4).

Apesar de inicialmente transparecer um discurso favorável à liberdade tanto de homens como, notadamente, das mulheres, o texto finalizado fortalece a ideia da diferença de funções masculinas e femininas. Scott (1995, p. 82) afirma que “as ideias [das funções] conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam de acordo com os usos do contexto”. A diferenciação de papéis entre homens e mulheres é um processo social algo “contextualmente definido e repetidamente construído” (SCOTT, 1995, p. 93).

No período citado na **Revue Spirite**, tanto na Europa como nos Estados Unidos os movimentos feministas ganhavam impulso, a luta pelo direito do voto feminino e pela igualdade de condições entre os sexos⁹⁰, e o Espiritismo kardecista francês acenava com simpatia para essas demandas, pois, para o Espiritismo kardecista “o Espírito não tem sexo” (LEWGOY, 2000, p. 314). Contudo, no decorrer do artigo, da **Revue Spirite** observa-se que para a doutrina kardecista a igualdade defendida entre os sexos tem os seus ‘poréns’, pois há determinados papéis a serem assumidos pelos homens e, outros, pelas mulheres; especialmente a natural maternidade⁹¹, o que não seria incompatível com a permissão que faziam do divórcio pois, segundo o **Evangelho Segundo o Espiritismo**, “o divórcio é uma lei, cuja finalidade é separar

⁹⁰ Sobre os movimentos feministas, ver: Bock (1995); Mancilha (2012); Perrot (1988; 1998; 2015).

⁹¹ A função natural da mulher, a maternidade, é compreendida no **O Livro dos Espíritos**, questão 821, como de maior relevância, uma vez que ela dará as primeiras noções de vida a outros seres.

legalmente o que já estava separado de fato. Não é contrária a lei de Deus” (KARDEC, 2002 [1864], p. 331. Cf. **Revista de Espiritualismo**, jun.1921, p. 155-156; **Mundo Espírita** 08/01/1934, p. 8).

Conforme noticiava o jornal **Diário da Tarde** em 1904, no Primeiro Congresso Espírita Internacional, realizado em setembro de 1888, em Barcelona (Espanha) foi defendido e proclamado, entre outros temas, “a igualdade de direito para os dois sexos em todas as condições da vida social” e, em agosto de 1902, o Congresso da Federação Espírita Norte-Americana, realizado em Boston, determinou não haver superioridade espiritual de um sexo sobre o outro. (**Diário da Tarde**, 05/02/1904, p. 2). O que não significou, pelo menos no Paraná, incentivo ao fim da diferença de funções sociais ou um maior reconhecimento social (e econômico) das funções consideradas “de mulher”.

No entanto, muitas vezes os espíritas reunidos na FEP, a partir da perspectiva do Espiritismo ser uma religião moderna, inspirada pelas luzes da razão, criticaram os protestantes, que seriam “intolerantes” com as inovações e exploradores da boa-fé de homens e mulheres (**A Doutrina**, jan.1900, p. 2; jul.1906, p.100) e, principalmente teciam censuras aos católicos. A Igreja Católica era nomeada de “tirânica” e “contrária à ciência”, com seus integrantes chamados de “modernos fariseus” e “inimigos da civilização e do progresso” (**A Doutrina**, ago.1903, p. 12; **Revista de Espiritualismo**, abr.1919, p. 58-59; jun.1919, p. 43; maio1920, p. 42 e 74; set.1922, p. 137). O catolicismo usurparia, segundo os kardecistas, as “mais nobres e legítimas conquistas do elemento feminino [tolhendo] o conhecimento que as elevem ao nível da erudição masculina [e a] liberdade de ação” (**Revista de Espiritualismo**, mar.1920, p. 37).

Os periódicos espíritas nos quais essas críticas eram divulgadas, assim como outros meios de comunicação escrita, tinham duas instâncias, a de produção e a de recepção, as quais segundo Charaudeau (2013, p.72-73), revelam um duplo papel da imprensa: a instância de produção, fornecedora de informações e propulsora do desejo de consumo de informações, pois deve cooptar seu público, e a instância de recepção que deve manifestar através de seus leitores o interesse e/ou prazer em consumir tais comunicações.

Assim, os articulistas dos periódicos da FEP, produziam e veiculavam informações de cunho doutrinário kardecista, com foco na liberdade e igualdade dos sexos, procurando se diferenciar das outras religiões, pois havia um público receptor

que legitimava tais informações e assim validava e divulgava (inclusive em conversas cotidianas) o discurso da Federação.

Mas, apesar da repetição da tese da igualdade entre homens e mulheres⁹², o espaço da mulher na Federação situou-se num plano de subordinação, ficando à sombra do marido ou dos homens idealizadores ou gestores da doutrina espírita. As que se destacavam, geralmente sob a tutela masculina, tinham comportamento exemplar, e aquelas que podem não ter aceitado passivamente os papéis a elas reservados, tiveram seus nomes relegados a “memória subterrânea” (POLLAK, 1989, p. 5) que não foi possível acessar.

A distinção de papéis entre homens e mulheres se evidencia há muito tempo na história, em alguns momentos com maior ênfase que em outros, sendo, geralmente, os homens os idealizadores do modo de ser de cada sexo (SCOTT, 1995). A função da mulher na sociedade, de acordo com Chamorro (2009, p. 175) “não é uma questão de maldade masculina, não é sempre opressão consciente dos homens sobre as mulheres, contra os desejos destas”; mas, uma determinação subliminar “presente na mentalidade de uma época sobre um povo ou grupo”.

No universo do sagrado durante muito tempo as mulheres se destacaram, como: deusas, sacerdotisas, profetisas, musas e ninfas. No mundo Ocidental, nos tempos modernos (entendido a partir do período chamado renascentista), entre as mulheres do povo, muitas ainda se distinguiram como: videntes, adivinhadoras, curandeiras e benzedeadas. O poder dessas mulheres esteve várias vezes, relacionado ao de gestar e parir e eram evocadas como “terra *mater*”⁹³, seriam as mediadoras entre o céu e a terra e, assim, entre o profano e o sagrado. Ao longo dos séculos, as transformações socioeconômicas também alteraram o lugar ocupado por essas mulheres e as transformações nas crenças ocidentais com o progressivo predomínio do cristianismo colaboraram para isso (THOMAS, 1991; ELIADE, 1992).

No Brasil, as chamadas bruxas, feiticeiras, benzedeadas ou curandeiras, foram perseguidas desde o período colonial e, no século XIX e primeiras décadas do XX,

⁹² Por exemplo, **A Doutrina**, mar.1900, p. 3; ago.1903, p. 5; mar.1905, p. 37; mar.1906, p. 4, para analisarmos apenas alguns artigos do início do século XX.

⁹³ Todas as experiências religiosas relacionadas com a fecundidade e o nascimento tinham por base uma estrutura cósmica. A sacralidade da mulher dependia da santidade da Terra. O dar à luz era uma variante, em escala humana, da fertilidade telúrica. A fecundidade feminina tinha um modelo cósmico: o da “terra *mater*”, da mãe universal. O fenômeno social e cultural conhecido como matriarcado estaria ligado à descoberta da agricultura e a mulher teria sido a primeira a cultivar as plantas alimentares. Cf: Eliade (1992, p.69-73).

ações policiais contra mulheres associadas às práticas de rituais afro-brasileiros eram recorrentes. (WISSENBACH, 1997; SOUZA, 1995). Muitas dessas mulheres eram associadas, de maneira genérica, ao “Espiritismo”, como aconteceu em Curitiba no final do século XIX:

UMA CURANDEIRA

(Caso de Espiritismo)

Para os lados do quartel 13 mudou-se há pouco tempo a mulher Luiza de Moraes que tem por costumes fazer curas. O meio empregado pela mulher consiste na invocação de espíritos e que faz colocando as mãos sobre uma mesa e ditando os remédios [...] Este sistema adotado pelos “médiuns” [...] medicamentos preparados com inúmeras bruxarias tais como cinza, pó de osso, ervas secas, etc. (**Diário da Tarde**, 29/12/1899, p. 2, grifo no original).

Mas, as “místicas transgressoras” continuavam a trabalhar e, para o espanto de alguns, atendendo também homens:

Já temos noticiado várias vezes o caso de uma curandeira, moradora numa casa situada nas imediações do Passeio Público. Sabemos agora que essa casa continua a ser frequentada por moças, rapazes e senhoras casadas que ali vão não só decifrar enigmas desejados, como até buscar remédios para alheios males. A mulher curandeira é uma velha, e parece desnecessário dizer que não dá *consultas* gratuitas. (**Diário da Tarde**, 09/03/1900, p. 2, grifo no original).

Em meio a esta realidade, os espíritas kardecistas do Paraná se posicionavam contra as práticas mediúnicas pagas e que fossem exercidas sem o devido estudo. É preciso considerar que segundo o Espiritismo tanto homens como mulheres precisavam estudar e seguir algumas regras, para exercer funções mediúnicas, compatíveis ao “puro” e “verdadeiro” Espiritismo. Segundo Amorim: “o Espiritismo é uma religião letrada, codificada, na qual o livro, a leitura e o estudo ocupam, junto com a caridade e a mediunidade, um lugar de destaque no seu sistema ritual” (AMORIM, 2011, p.21). Não foi por acaso que os espíritas no Paraná, antes de criar a FEP, organizaram-se como uma “sociedade de estudos”⁹⁴ que, entre outros fins, tinha a intenção de ir contra “os abusos dos falsos adeptos, que fanatizados praticam atos em desdouro da doutrina” (**A Doutrina**, 03/1900, p. 4).

A fundação da Federação Espírita do Paraná em 1902 teve como metas, além de congregar os espíritas e estipular normas da conduta espírita, ampliar o estudo das

⁹⁴ Assunto abordado no Capítulo I – 1.1.

obras de Kardec para defender e divulgar as práticas espíritas em fiel acordo com a doutrina kardecista, inclusive para diminuir o escárnio sobre o Espiritismo. A FEP tinha como propósito fortalecer a doutrina kardecista como religião e ciência, pois “a grandeza do Espiritismo não está exclusivamente na bondade de sua doutrina [mas] mediante o conhecimento das causas” (**A Doutrina**, 09/1903, p. 1).

Em razão da importância atribuída ao estudo, agregado a ações de divulgação da doutrina espírita, foi recorrente entre os membros da FEP a prática de palestras abertas ao público em geral, frequentadas por espíritas convictos, simpatizantes do Espiritismo e curiosos; por letrados e analfabetos, vários deles em busca da cura pelos passes mediúnicos realizados após as palestras. Independente das expectativas de cada um dos ouvintes, em uma sociedade com muitos analfabetos, ouvir e debater eram meios importantes de estudo e difusão de conhecimento. O que não significou a falta de atenção dos membros da FEP com a educação escolar, tanto para crianças, como para jovens e adultos, pois conforme relatos do periódico **A Doutrina**, o tema analfabetismo foi debatido em várias palestras nos primeiros anos da Federação (**A Doutrina**, 09/1903, p. 12; 05/1905, p. 71-72; 08-09/1906, p. 116, entre outros)⁹⁵.

Outros assuntos discutidos foram: Divindade de Jesus; Fotografias espíritas; A proteção aos animais; Os grandes reformadores. Entre os palestrantes desse período estavam: Sebastião Paraná, Domingos Velloso, Jesuíno da Silva Ribas, Lopes Neto, Nascimento Junior e Augusto Correia Pinto. Nenhuma mulher foi mencionada. (**A Doutrina**, 10/1905, p. 145 e 161; 11/1905, p. 177; 07/ 1907, p. 86; 08/1907, p. 97).

Apesar da ausência de mulheres entre os palestrantes, elas deveriam participar das palestras, afinal o Espiritismo Kardecista pregava a educação das mulheres e nesse caso as médiuns mereciam maior destaque. Como escreveu Perrot (1998, p. 111), o Espiritismo, muito difundido no século XIX, apresentava ao poder masculino uma divisão, cheia de perigos, entre “a cidade terrestre, gerida pelos homens, e a cidade espiritual, nas mãos das mulheres”. Este pressuposto valorizou entre os espíritas as médiuns devidamente instruídas na doutrina kardecista. Estas mulheres

⁹⁵ O apoio da doutrina kardecista a uma educação mais ampla da população, a fim de livrá-la do analfabetismo, já aparecia na **Revue Spirite** (1867-1869), que apoiava o Círculo Parisiense da Liga do Ensino, fundado em 1866, em Paris. O Círculo estimulava “a iniciativa individual para a fundação de escolas e cursos gratuitos, conferências públicas e bibliotecas populares” com o fim de “disseminar [entre homens e mulheres] as noções mais elementares e mais gerais [de conhecimento], não permitindo discussões políticas ou religiosas”. Contudo Kardec criticava o modo de execução, que deixava livre a metodologia a ser aplicada (**Revista Espírita** [Revue Spirite], mar.1867, p. 117-118; abr.1867, p. 159; ago.1867, p.332; jul.1869, p. 294-295; set.1869, p. 388).

ganharam promoção dentro do grupo espírita e, muitas vezes, no meio social mais amplo no qual estavam inseridas. Contudo, essa visibilidade social concorreu, indiretamente, para que fossem chamadas de médiuns as mulheres que praticavam alguma ação relacionada a cura, bênção, diálogo com os mortos ou que sofresse algum distúrbio emocional (muitas vezes chamada de “endemoniada”) (PRIORE, 2014, p.120-123).

Nas primeiras décadas dos Novecentos, médiuns mulheres foram repetidas vezes citadas pelos periódicos ligados à FEP, entre elas, além das mencionadas Josephina Rocha e Maria de Jesus Araújo (Nhá Coluna), estavam Mercedes Torres, Maria Neves de Oliveira, Isaura de Azevedo e Célia e Elisa cujos sobrenomes não foram registrados (**A Doutrina**, abr. 1905, p.63, **Revista de Espiritualismo**, nov-dez.1918, p.210; ago-out.1919, p.158; nov. 1920, p.159). Mas também existiam homens respeitados por seus dons mediúnicos, tais como Domingos Duarte Velloso, ativo membro da Federação Espírita do Paraná (**A Doutrina**, mar.1900, p. 4; out.1903, p. 3).

Para os espíritas kardecistas, os médiuns, homens ou mulheres, deveriam estudar sempre, notadamente as obras de Kardec. Uma sessão espírita sem “bons médiuns [seria] como um laboratório de física sem aparelhos adequados” (PRIORE, 2014, p. 92). Esses estudos eram, em grande parte, cancelados por dirigentes masculinos de grupos ou de centros espíritas, como os que formaram a FEP (**A Doutrina**, maio-jun. 1907, p.91). Sendo assim, mesmo considerando a prática mediúnica uma atividade majoritariamente feminina, a supervisão dos homens ficava evidente e a autonomia das médiuns mais aparente ou parcial do que efetiva. Uma situação que faz lembrar, guardadas as devidas proporções, o texto de Natalie Davis sobre o desencanto de várias mulheres francesas que, no século XVI, aderiram ao protestantismo esperando obter mais voz e espaço nos cultos dessa confissão cristã, mas em pouco tempo perceberam que suas ações não eram mais destacadas ou autônomas que no catolicismo — muitas delas retornaram para a antiga religião (DAVIS, 1990, p.23-86).

Durante séculos, a concepção da natureza “desregrada” da mulher (desde o Jardim no Éden e fundada na fisiologia, desde pelo menos Hipócrates – seu útero poderia vagar e comprometer a razão⁹⁶) que a desqualificava para o comando

⁹⁶ Segundo Davis, (1990, p.107), “se a Virgem Maria estava livre de tal fraqueza, é porque era o vaso sagrado do Senhor”.

sociopolítico ou religioso foi, pouco a pouco, combinada com outra faceta da mulher, a de mãe, que reforçou e valorizou a senhora do espaço privado: o lar. Uma imagem polivalente de mulher, moldada socialmente, inclusive por grupos religiosos (DAVIS 1990, p.107-127; PERROT, 2015, p.41-81). Almeida (2011) afirma que o papel fundamental atrelado às brasileiras no transcorrer do século XIX para o XX, pelo catolicismo e pelo protestantismo, atribuiu às mulheres uma “missão materna”. Premissa também reforçada pelo Espiritismo kardecista neste mesmo período.

Embora no final dos Oitocentos e primeiras décadas do século XX a moral espírita fosse, em alguns aspectos, divergente das duas religiões cristãs com maior destaque no país⁹⁷, essa moral se imbricava com as de católicos e protestantes em alguns pontos, como, por exemplo, na importância atrelada à função da mulher-mãe e de “fiel guardiã” do lar (BENCOSTTA, 2001a; ALMEIDA, 2011). A organização e harmonia do grupo familiar, a partir do final do século XIX no Brasil, representava a base de um país civilizado, sendo determinado como o:

Núcleo de irradiação da ordem e do progresso das nações, e concentrava os anseios de todos os que querem do novo regime a solução final para os problemas da sociedade civil e do Estado. A família, sujeitam-se, inevitavelmente, todos os homens; e dela sairão o indivíduo social e o cidadão da pátria (TRINDADE, 1996, p. 114).

Desde o final do século XIX, período anterior à inauguração da FEP, o periódico **A Luz**, que pertencia ao Centro Espírita de Curitiba já delineava a função e a postura da mulher espírita, exaltando o poder do “instinto materno”, como “o mais nobre de todos [...] elevado e enobrecido [pois] Deus vela sobre suas criaturas nascentes” (**A Luz**, 15/09/1890, p. 2). Mas, apesar de ser um “guia seguro, sempre bom”, o instinto é útil “até o desabrochar do senso moral, que de um ser passivo, faz um ser racional”, fruto da predominância da inteligência (**A Luz**, 15/09/1890, p. 3). Como poderia a mulher espírita passar das ações instintivas para as racionais? Ela precisava estudar, mas amparada pela moral espírita, isto é, pela moral que exaltava como excepcionalmente positivo o “instinto” que só ela possuía: o maternal.

⁹⁷ Pelo Censo de 1890, dos 14.333.915 habitantes do Brasil, 98% afirmavam pertencer à religião Católica romana, 1% ao Protestantismo e 1% pertenciam a outras religiões como: Ortodoxa, Positivista, Israelita, Espíritas, entre outras. No recenseamento de 1 de setembro de 1940, dos 41.236.315 habitantes do Brasil, 95% afirmavam pertencer à religião Católica romana, 2,61% ao Protestantismo; 0,9 % pertenciam a Ortodoxa; 0,0% ao Positivismo; 0,13% se declaravam Israelitas, e 1,70% se declaravam de outras religiões, incluindo a Espírita. Os que se declaravam sem religião foram 0,46% (BRASIL, 1950).

Os espíritas kardecistas no Paraná procuravam educar a mulher para que fosse mãe, “o anjo na família, força na sociedade e esteio da pátria” (TRINDADE, 1996, p. 114); ideais que estavam em sintonia com o modelo feminino dos republicanos positivistas e, também, de católicos e protestantes. O positivismo, corrente filosófica que se propagou a partir do século XIX, tinha como fundamentos principais: o propósito de progresso; defesa da regeneração social pela reorganização e direção da sociedade; a divisão do trabalho rumo à civilização; defendia também a ideia de ciência como previsão e neutralidade, afastando-se da teologia e tomando uma atitude agnóstica em relação à metafísica (considerada fantasia).

O positivismo no Brasil cresceu de forma bastante heterogênea, notadamente entre grupos que proclamaram a República em 1889, e a disseminação das ideias não podem ser identificadas como uma simples importação de modelos (RODRIGUES, 1982). Embora os espíritas se colocassem contrários aos fundamentos positivistas, que valorizavam apenas o “estado positivo” (desqualificando a teologia e a metafísica) como fator preponderante de reforma social (**A Doutrina**, set.1903, p. 1-2; abr.1905, p.63; set.1905, p.89; maio-jul.1907, p. 87; **Revista de Espiritualismo**, maio 1920, p. 76-77; jul.1921, p. 128), o enaltecimento à figura materna e o propósito de progresso eram similares (cf. RODRIGUES, 1982, p. 24-25; TRINDADE, 1996, p. 42-26).

Comparativamente, quando a questão se referia à valorização da maternidade os ideais católicos, protestantes e espíritas também se assemelhavam. Na passagem do século XIX para o XX, o número de adeptos da Igreja católica⁹⁸ em Curitiba era notável, mesmo assim outros grupos religiosos existentes a antagonizavam. Vários temas de fundo político, educacional e religioso geravam discórdia entre os grupos dos clericais e dos anticlericais (os espíritas faziam parte desse grupo). Entretanto, mesmo com vários pontos discordantes, ambos os grupos concordavam com o ideal de “mulher virtuosa”, a “boa mãe”, e da manutenção da família como uma missão social, cabendo ao homem a organização da sociedade e à mulher ser o sustentáculo da família e, assim, da sociedade.

Senhora do lar e primeira educadora dos filhos, essas mulheres exerciam papel preponderante na manutenção e transmissão de costumes entre os seus, inclusive os

⁹⁸ A expansão da Igreja Católica em Curitiba pode ser mensurada pela ampliação de paróquias, de colégios e instituições assistenciais e asilares. Nos núcleos (colônias) de italianos e poloneses dos arredores da Capital a presença da igreja, do padre e da escola foi elemento de manutenção da própria comunidade e fator de atritos com outros grupos. Em 1920, foram registradas 20 colônias nos arredores de Curitiba, e grande parte pertencia a esses dois grupos de imigrantes (TRINDADE, 1996, p. 112).

religiosos. Considerando esse poder feminino de manutenção ou não de ideais religiosos, os kardecistas investiam na inserção da mulher em ações relativas a difusão do Espiritismo e manutenção do grupo, utilizando, muitas vezes, da imprensa para esse propósito. É pertinente ressaltar que o uso da imprensa é revestido de “importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras, costumes” (MACHADO, 2007, p. 38).

Os jornais e revistas espíritas paranaenses foram utilizados como mecanismos que contribuíam para uma apropriação dos princípios de sua doutrina e, nessa perspectiva, a imprensa espírita procurou atrair e direcionar a atenção do público feminino para temas de interesse do grupo. O periódico **A Luz**, por exemplo, fez uma chamada “às mulheres”, em 1898, em decorrência da inauguração em Curitiba de mais uma loja maçônica, de caráter assistencial, comandado por senhoras. O redator do periódico apontou o “bello exemplo para as Mães de família que ainda deixam-se dominar pelo *confessionário*” (**A Luz**, 15/09/1898, p. 8, grifo do autor). Uma mensagem escrita por um homem em um periódico que era, nesta época, predominantemente lido por homens, pais ou maridos das mulheres que poderiam ser motivadas a realizar atividade assistencial semelhante — não eram muitas as paranaenses alfabetizadas nesta década, na qual cerca de 77% da população do Paraná não sabia ler ou escrever (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p. 197)⁹⁹.

O trabalho feminino de cunho assistencial, dedicado à ajuda aos mais necessitados, seria assim estimulado, tanto como uma ação intimamente ligada aos ideais pregados pelo Espiritismo, de atenção ao próximo e redenção do Espírito¹⁰⁰, como também uma espécie de antídoto contra o catolicismo. Mas, realizado por mulheres de diferentes confissões religiosas, muitas delas católicas, as atividades

⁹⁹ Desde o século XIX até os primeiros anos do Novecentos foram editadas no Brasil algumas revistas femininas e/ou que dedicavam páginas aos temas considerados “de mulher”. Entre elas: **O Espelho das Brasileiras**, em Recife - 1831; **O Espelho Diamantino**, no Rio de Janeiro - 1839; **Jornal das Senhoras**, no Rio de Janeiro - 1852; **Álbum das Meninas**, em São Paulo - 1898; **Revista da Semana**, no Rio de Janeiro - 1901; **Fon-Fon** no Rio de Janeiro - 1907; **A Cigarra**, em São Paulo - 1914; **A Revista Feminina**, em São Paulo - 1914 (BUITONI, 1981). Em Curitiba foi editado em 1911 o periódico **Álbum Feminino** (Biblioteca do Museu Paranaense). Segundo Buitoni (1981, p.141), os periódicos femininos são “antes de tudo uma imprensa de convencimento”, porque “informa pouco, mas forma demais”.

¹⁰⁰ Gaspar (2010), ao pesquisar sobre o voluntariado, na perspectiva espírita, afirmou que esta atividade foi ganhando espaço no cenário nacional em virtude da ação despendida como compromisso e doação de si, algo perceptível, entre outros aspectos, pela necessidade dos espíritas de participarem numa obra que representa transcendência do ser. A similaridade com a perspectiva filantrópica de auxílio aos necessitados da virada para o século XX é evidente.

dessas “damas e patronesses” (que, em geral, desfrutavam de destacada condição socioeconômica) exerceram um papel relevante na sociedade curitibana nas primeiras décadas dos Novecentos¹⁰¹. Essas mulheres passaram a realizar cada vez mais ações que colaboravam para o socorro aos mais pobres em geral, e das crianças carentes e suas mães em particular, organizando desde atividades para arrecadar e distribuir roupas e alimentos, até ações para construir e manter locais de assistência à saúde das crianças (com consultas médicas e vacinação gratuitas e difusão de conselhos sobre puericultura às mães). Assim, mulheres eram grandes educadoras de outras mulheres, difundindo bons hábitos, que deveriam acabar com costumes considerados, de diferentes perspectivas, inadequados (AVANZINI, 2011; CONCEIÇÃO, 2012, p. 12-13 e 125-131).

As mulheres, quando assumiam essas atividades que envolviam arrecadar verbas e organizar eventos, evidenciavam a religião professada e nesse “jogo de sedução” que, além dos carentes, atraía mais mulheres obreiras (convertidas?), algo que perpassou as ações caritativas e filantrópicas espíritas. Em Curitiba, os espíritas kardecistas, valorizavam o papel da mulher, como ‘mãe social’, ou seja, a predisposição natural da mulher para auxiliar na “regeneração da humanidade” (**A Doutrina**, out.1903, p. 4). Como salienta Bencostta (2001a, p. 133), o “papel a ser desempenhado pela mulher [religiosa] em uma sociedade” era designado pelo “universo masculino”, entretanto, é importante lembrar, como escreveu Perrot (2015, 83-85), que entre as religiões e as mulheres “as relações têm sido, sempre e em toda parte, ambivalentes e paradoxais, isso porque as religiões são, ao mesmo tempo, poder sobre as mulheres e poder das mulheres”.

Assim, em 1898, o jornal **A Luz**, publicava a tradução de um “discurso lido em Barcelona” por Eloisa Silva durante a realização de sarau científico-literário e musical¹⁰². Entre críticas contundentes a Igreja Católica e seus padres, que subjogavam as mulheres no confessional, mantendo-as ignorantes e fanáticas, o texto, não economizava palavras para exaltar a função feminina na sociedade:

[...] sabemos que por lei Divina somos a mãe, a esposa, a irmã, a filha ... isto é, o ser a quem particular e publicamente por bem parecer ou sentindo-o a quem se tributam as maiores provas de

¹⁰¹ Esse assunto será retomado no Capítulo II.

¹⁰² Não foi possível saber, com certeza, quem era esta mulher. Há indícios de que possa ser a baronesa Eloisa D’Herbil da Silva (Espanha, 1842–Argentina, 1943).

ternura e de respeito, e por tanto, temos de reaver os direitos que os deveres nos obrigam (**A Luz**, 03/10/ 1898, p. 5-6).

Propaganda exata, o texto selecionado e publicado por homens, não apenas desqualificava ações próprias do catolicismo como reforçava, para seus leitores (as) espíritas, a responsabilidade, e glória, da função “natural” da mulher-mãe.

A partir de agosto de 1902, quando a Federação Espírita do Paraná foi instituída, a defesa deste ideal de boa esposa, mãe e filha atrelada a uma missão feminina continuou a ser divulgada via imprensa espírita, através da revista **A Doutrina**. Esse modelo de ‘missão feminina’ foi observado em alguns artigos e notas, tais como: “D. Alexandrina Maria de Campos” (falecida), esposa de um coronel e consagrada como uma “dileta mãe, esposa, [que] fazia o bem sem esperar recompensa, como ensinou Jesus, cumprindo a sua missão no seio do planeta”, sendo esta transmissora de “coragem e resignação” (**A Doutrina**, jul.1903, p.7); Alexandrina Campos representava o modelo da boa mulher espírita, protetora da família e também da sociedade.

Mas, este comportamento feminino, deveria ser sustentado e estimulado por diferentes fatores que envolviam a família como um todo. Em 1903, no artigo A Reforma Social, publicado na **A Doutrina**, o Coronel Antonio Macedo¹⁰³ preconizava o investimento em associações de lavradores nos arredores das cidades do Paraná¹⁰⁴, com o fim de assentar famílias de trabalhadores e assim diminuir o pauperismo no Estado. Segundo o projeto apresentado, algumas condições resultariam no despejo destas famílias e consequente desligamento do projeto, em meios a elas:

1ª falta de assídua dedicação ao trabalho; 2ª provocação de desordem ou desarmonia que perturbe a tranquilidade dos agricultores e de suas famílias; 3ª a embriaguez; 4ª uso de jogos proibidos; 5ª o adultério ou estupro; 6ª a prostituição; 7ª a mancebia, salvo se as pessoas depois de advertidas regularizem a situação pelo matrimônio [...] (**A Doutrina**, ago.1903, p. 5).

¹⁰³ Antonio Ribeiro de Macedo nasceu e viveu no litoral do Paraná (1843 - Antonina 1913), político, jornalista e escritor. Entre suas obras escreveu: **Questão dos limites entre o estado do Paraná e Santa Catarina** (1891); **A miséria é ou não possível evitar** (1903); **Salve o Paraná** (1909); entre outros (MOREIRA, 1960, p.516).

¹⁰⁴ Não foi possível saber se tal proposta chegou ou não a ser instituída, pois o Coronel Macedo afirmou que somente com o apoio do governo o projeto poderia ser realizado na íntegra (**A Doutrina**, ago.1903, p. 4-6).

Entre a proposta, mais específica do projeto, a de proporcionar trabalho e moradia às pessoas outras preocupações se evidenciam: vadiagem, vício e desordem familiar e social, que inviabilizariam a almejada convivência civilizada. Não só o homem, mas a mulher trabalhadora também foi advertida sobre comportamentos não aceitos, entre eles a prostituição¹⁰⁵, a qual era descrita como atitude contrária ao progresso da sociedade e, vemos que a FEP aconselhava aos seus adeptos que a mulher que seguisse o caminho da prostituição deveria ser amparada e orientada:

Levantai, aconselhando, essas pobres mulheres, cuja existência aparentemente é cheia de flores, porém que na realidade oculta muitos espinhos, cujos venenos as faz terminarem miseravelmente na enxerga do hospital (**A Doutrina**, out.1903, p. 9).

Publicado no jornal que já era o periódico oficial da FEP, o artigo do coronel Antônio Macedo, reforçava entre os espíritas a importância do trabalho, da educação e da convivência em grupo, respaldado por princípios morais; e ainda sinalizava a necessidade em prevenir tanto a delinquência e os vícios (de ambos os sexos), como o meretrício, pois era preciso estar atento aos desvios de conduta que prejudicassem a conformação de homens e mulheres “de bem”, trabalhadores por excelência.

No caso específico das mulheres lavradoras, o seu trabalho na agricultura era conjugado com o da casa e, frequentemente não valorizado individualmente, pois era englobado no trabalho familiar controlado pelo homem (pai-marido). Segundo Silva (2004, p.557), sendo o homem paralelamente “chefe da família e do trabalho, seu poder atingia a todos os membros, transformando filhos e mulher em seus trabalhadores”.

Considerando a preconização da importância do trabalho pela doutrina espírita, como uma lei natural da evolução individual e coletiva do ser humano, a FEP por intermédio da publicação do plano do coronel Antonio Macedo, procurava também difundir, mais uma vez, o modelo ideal de ação da mulher de moral ilibada e, sob o controle do pai ou marido, preferencialmente em casa, mas também em atividades outras a ela apropriada.

¹⁰⁵ A prostituta foi representada por várias imagens. Desde o final o século XIX no Ocidente lhe atribuíram características de independência, liberdade e poder, passando a ser associada à extrema liberalização dos costumes nas sociedades civilizadas. Na passagem do século XIX para o XX, a questão da prostituição fazia parte das discussões dos problemas sociais realizadas por médicos, juristas, chefes de polícia, políticos e alguns literatos. A prostituição é um sistema antigo e quase universal, mas organizado de maneira diferente e diversamente considerado, com diferentes *status* e hierarquias internas. Confira: Rago (1991) e Perrot (2015).

E o projeto do Coronel Ribeiro fornecia elementos que possibilitavam a avaliação do trabalho feminino também em indústrias, mesmo considerando que as indústrias citadas por Macedo fossem um desdobramento direto da produção (matéria-prima) dos associados rurais; conforme escreveu o coronel:

Com o adiantamento dos centros [urbanos] é possível à criação de indústrias mais ou menos desenvolvidas, onde o trabalho das mulheres poderá ser aproveitado do melhor modo possível, ganhando elas o salário que lhes for designado em tabela equitativa (**A Doutrina**, ago.1903, p. 5).

A Federação Espírita do Paraná, através dos textos publicados em seus periódicos, foi educando a mulher para o trabalho no lar e, se necessário, fora dele, pois era notório que, especialmente em Curitiba, as mulheres paranaenses começavam, pouco a pouco, a trabalhar como empregadas em atividades fora do espaço doméstico, como em ateliês, oficinas e até indústrias. Para os dirigentes da FEP, orientar essas mulheres sobre suas funções e comportamentos na sociedade era fundamental, inclusive considerando que alguns dos trabalhos femininos, dirigidos para terceiros, eram realizados também no próprio espaço doméstico, como os de costureiras, lavadeiras e bordadeiras (ARAUJO, 2013, p. 104).

Todavia, nesse período, as mulheres pobres, algumas delas imigrantes menos favorecidas social e economicamente, tinham maior autonomia e circulavam por ruas e praças, pois se dedicavam ao comércio ambulante, como vendedoras de biscoitos, doces, bolos e transportavam as roupas que lavavam (BUENO, 2004, p.57-64).

Tal realidade só reforçava a importância da divulgação daqueles que eram considerados os atributos adequados às mulheres, pela revista **A Doutrina**, como também faziam outros periódicos espíritas da FEP: a **Revista de Espiritualismo**, que começou a circular em junho de 1916, e passou a órgão da FEP de fevereiro de 1917 até 1925, e o jornal **Mundo Espírita**, que começou a ser editado em abril de 1932 e circula até os dias atuais¹⁰⁶.

Mas, era a função de mãe a que recebia maior destaque e a que determinou, entre os membros da FEP, a ação feminina em relação ao trabalho nas primeiras décadas do século XX. Em 1903, a revista **A Doutrina**, ao relatar a importância da

¹⁰⁶ Outro periódico que se tornou órgão da FEP, a partir de 1912, foi o jornal **Monitor Espírita**, editado pela primeira vez em 1910 com o nome **O Monitor Espírita**. O jornal circulou, pelo menos, até 1917. Nos exemplares localizados foram poucas as referências à educação.

obra literária da italiana Anna Vertua Gentile¹⁰⁷, intitulada **Você Materna**, destacava que “a crítica tecia os maiores elogios” ao “magnífico repertório de ensinamentos morais” do livro, finalizava com “Parabéns a grande obreira da verdade!” (**A Doutrina**, ago.1903, p. 12). As últimas palavras da frase final do artigo, “obreira da verdade”, mesmo considerando seus possíveis outros desdobramentos, sinalizavam para o efetivo papel da mulher na sociedade, pelo menos segundo a FEP: o materno.

Para as que soubessem ler, e o ideal era que todos soubessem, era importante estudar a doutrina espírita via leitura das obras kardecistas e, também realizar a leitura de ‘bons livros’, isto é, aqueles de acordo com a doutrina, para melhor educar seus filhos. É o que apontava outra edição da revista **A Doutrina**, a qual registrava “o aparecimento do importante livro de educação infantil **A travers l'invisible**, da escritora Mme. Mary de Komar”, escritora francesa “cuja obra toda mulher deveria conhecer”. Mary Komar era redatora chefe da revista **Spiritualisme Moderne (A Doutrina**, set.1903, p. 12). Assim, o estudo e a leitura poderiam concorrer para desenvolvimento espiritual e cultural feminino, uma contribuição para as ações cotidianas da mulher espírita, realizadas dentro dos padrões doutrinários.

Na primeira década do século XX, a Federação, através da **A Doutrina**, delineava ideais sobre os espaços de ação femininos, destacando a mulher-mãe que deveria ser dedicada a família, inclusive educando sua prole, e também deveria cuidar de seus irmãos desamparados “necessitados”, algo maternal por excelência. E, considerando que a mulher deveria “acompanha[r] o progresso da civilização”, conforme a questão 822 do **O Livro dos Espíritos** (KARDEC, [1857] 2002, p. 381), era preciso instruí-la. No artigo “Normas para a educação espírita”, de J. Ribas (provavelmente um dos fundadores da FEP), este comentava a obra do escritor francês Aimi Martin¹⁰⁸ que defendia a responsabilidade do pai e da mãe na educação dos filhos e frisava que: “a educação da inteligência consiste no número de ideias adquiridas; [e que] a educação moral é o resultado das impressões recebidas” pela mãe especialmente. Entretanto, caberia à mãe passar com “doçura os deveres de amor e respeito” com Deus e com a nação. (**A Doutrina**, jan.1906, p. 16).

Como redigido no **O Livro dos Espíritos**, na questão 802, a responsabilidade na constituição da família era dever tanto da mãe como do pai, e a família entendida

¹⁰⁷ Anna Vertua Gentile (1850-1926), escritora italiana que produziu a maior parte de sua obra nas décadas finais do século XIX. Escrevia sobre o comportamento adequado para mulheres e crianças.

¹⁰⁸ Não foram localizadas informações sobre este autor.

como parcela fundamental da sociedade na qual o “Espiritismo tem que marcar o progresso da humanidade”. (KARDEC, [1857] 2002, p. 374). E na divisão de tarefas familiares caberia à mulher a maior responsabilidade pela educação e moralização dos filhos. Nessa linha de pensamento, quem deveria ensinar em escolas primárias ou quem deveria socorrer e, se possível, converter ao Espiritismo, os pobres desamparados? A mulher¹⁰⁹.

A importância dada à constituição e educação moral da família espírita pela FEP estava atrelada à ideia de missão social, vinculada prioritariamente ao trabalho educativo e tenro da mãe. As considerações de Bencostta, em sua pesquisa referente à educação feminina católica no século XX, poderiam também ser atribuídas ao ideal de mulher difundido pela Federação Espírita do Paraná nos primeiros anos do século XX. Segundo o historiador, esse modelo de mulher, poderia ser assim delineado:

Uma primorosa dona de casa que governa seu *pequeno império com autoridade e diligência*. Seria ela possuidora de virtudes como ordem, economia, delicadeza, simplicidade, dedicação e respeito. Como dona de casa seria ela a *guardiã das coisas do lar*; como mãe, a *guardiã da vida*; e como educadora a *guardiã do futuro dos filhos* (BENCOSTTA, 2001a, p. 127, grifos do autor).

Mas, enquanto a Igreja Católica ultramontana condenava o que considerava os males da modernidade, entre eles a extrema valorização da ciência, e exaltavam a atuação feminina utilizando como modelo de pureza, obediência e amor, a Virgem Maria; os espíritas, ardorosos defensores do progresso científico, mesmo discordando de pressupostos católicos, acabavam por difundir e estimular uma conduta feminina que muito pouco se diferenciava daquela preconizada entre católicos: “filhos cristãos para famílias cristãs; famílias cristãs para a sociedade cristã” (MANOEL, 1996, p. 49-50).

Paralelamente, a “mulher crente” protestante, segundo Freitas Junior (2010, p. 14; 146), era idealizada como a guardiã da família, e responsável pela continuidade religiosa de seu grupo. O lar era o império feminino, espaço de reclusão e de vivência religiosa, “desse modo, a mulher tinha o dever de torná-lo um lugar de harmonia”. (FREITAS JUNIOR, 2010, p.15).

¹⁰⁹ Lembrando que para a Doutrina kardecista, expresso no Capítulo IX do **O Livro dos Espíritos**, o espírito não tem sexo e deve pela “Lei de Igualdade” viver na Terra tanto a experiência masculina como a feminina, porém assumindo as funções inerentes a cada uma.

É possível afirmar, analisando os trabalhos de Ribeiro (2000) e Freitas Junior (2010), que a simbologia referente ao modelo da Virgem Maria (católico) e ao modelo da “mulher crente” (protestante) é bem semelhante. Mesmo não existindo uma imagem consensual para representar a mulher espírita modelar, o padrão de mulher virtuosa, dócil e trabalhadora (pelo seu bem pessoal e pelo bem social) frequentemente difundido pela imprensa da FEP, não destoava dos outros dois modelos, o que facilitava a inserção social do grupo e, concomitantemente, sua sobrevivência com suas peculiaridades.

Uma dessas diferenças que dizia respeito diretamente à família, ao lar, era a questão do casamento. Para ser uma mãe exemplar e constituir uma família exemplar toda mulher espírita deveria passar pela cerimônia do casamento, de preferência “somente no civil”¹¹⁰, pois a mancebia não era recomendada, mas o casamento religioso era cerimônia que não fazia parte do ideário espírita. Na **A Doutrina** alguns enlances foram enfatizados, por vezes deixando dúvidas sobre a realização ou não de cerimônia religiosa (qual?):

CONSÓRCIO – Na cidade de Antonina, no dia 4 do mês p. findo, realizou-se o ato matrimonial dos nossos confrades Avelino da Costa Queiroz e D. Carmelina Maria Queiroz, filha do esforçado espírita Sr. Joaquim Maria do Rosário. No dia 08 do mesmo mês efetuou-se, perante o Centro Allan Kardec a apresentação dos nubentes [...] Serviram de testemunhas os Srs. Julio Pernetta, Leocádio Souza e Arthur Victor de Sá (**A Doutrina**, jul.1903, p. 8).

O casamento realizado somente no civil era destacado:

CONSÓRCIO – Em 25 do mês passado, realizou o seu consórcio com a Exma. Sra. D. Francisca Rodrigues Nascimento o nosso presado confrade e distinto colega de redação Vicente Nascimento Junior. Crente fervoroso na doutrina espírita, e achando que nenhum valor tem perante Deus e os homens o chamado casamento religioso, o nosso digno colega limitou-se a realizar o ato civil, único garantido pela lei e pela razão (**A Doutrina**, mar.1905, p. 49).

Assim, entre divulgação de ideias ou notas sobre casamentos, a Federação Espírita do Paraná foi educando o homem e, principalmente, a mulher espírita sobre

¹¹⁰ Na revista **A Doutrina** de janeiro e fevereiro de 1906, o tema casamento foi amplamente debatido, inclusive com a defesa do casamento civil. Foram tecidas críticas ao posicionamento de Carlos de Laet (jornalista carioca e professor), católico que defendia o casamento na igreja (religioso) e atacava os espíritas e os protestantes (estes porque casavam pessoas separadas, pois para o protestantismo o casamento não é sacramento). Tema também debatido no **Diário da Tarde** (jan-fev, 1906).

seu lugar e função na sociedade e, desta forma, também na própria FEP. Como afirma Perrot (2015, p.69), com essa exaltação da sensibilidade feminina, que incluía o casamento e o cuidado daqueles (filhos ou não) colocados sob sua responsabilidade, a função materna é vista como “um momento e um estado; muito além do nascimento, pois dura toda a vida da mulher”.

Em 1906, a revista **A Doutrina**, exaltava como exemplo para todas as espíritas, Maria Domitila de Jesus Lessa, chamada de “valorosa missionária”, que atendia os desamparados e que ao morrer deixara um legado a ser seguido:

[...] espírita cumpridora dos preceitos da crença que abraçara e pela qual rumava o seu feliz viver doméstico bordado de virtudes, D. Maria Domitila de Jesus Lessa soube desempenhar neste planeta a sua tríplice missão de filha, esposa e mãe, fazendo nela jus a recompensa espiritual (**A Doutrina**, fev.1906, p.31).

Nos primeiros anos dos Novecentos, a FEP foi difundindo uma representação feminina que consolidava o perfil da “mulher-mãe espírita e caridosa”, até mesmo incentivando a participação feminina nas esferas sociais e culturais, entretanto ainda nessas ocasiões a “função materna”, que “dura toda a vida da mulher”, era perceptível, inclusive em textos de mulheres sobre mulheres. É o que se verificou na revista **A Doutrina**, no ano de 1907, publicou três artigos de Emília de Freitas Vieira¹¹¹, o primeiro, em fevereiro, com o título “Da mulher para a mulher: a esposa”; o segundo, em março, continuação do primeiro e, o terceiro, em abril, com o título “Da mulher para a mulher: a mulher mãe”. Nesses artigos Emília Vieira escreveu sobre a harmonia necessária entre o casal espírita e o valor da família para a sociedade, teceu considerações sobre a dedicação dos pais aos filhos, entre outras questões. Segundo a autora:

[vemos] grupos com o nome de famílias, porém, dentre estas quantas serão dignas do nome que trazem, pela união verdadeira de seus representantes? [...] E de onde nasce a paz no lar? Somente da perfeita harmonia do casal, afirmo; pois, quaisquer que sejam o amor e a dedicação de um pai ou de uma mãe por seus filhos, nunca

¹¹¹ Emília Freitas Vieira (Ceará 1855- Amazonas 1908), poetisa, romancista, jornalista, abolicionista, republicana e espírita. Sua atividade intelectual adquiriu caráter público a partir de 1873 quando passou a colaborar em vários periódicos de Fortaleza, inclusive no jornal abolicionista **Libertador**, e a participar da Sociedade das Cearenses Libertadoras – associação feminina em favor da abolição da escravidão. Publicou três livros. Esteve entre os fundadores do grupo espírita de Maranguape (CE), sendo corresponsável, juntamente com o marido, Arthunio Vieira, pela publicação, em 1901, do primeiro jornal espírita do Ceará, intitulado **Luz e Fé** (OLIVEIRA, 2007).

poderão conseguir a paz e o respeito no lar se não viverem ambos na maior conformidade de ideias e sentimentos (**A Doutrina**, fev.1907, p. 28).

No entanto, embora Emília Vieira afirmasse que a harmonia do lar devesse decorrer da conformidade de ideias e sentimentos “do casal”, no transcorrer de seu artigo percebe-se que é sobre a mulher que pesará a responsabilidade por essa “harmonia no lar”:

E a quem cabe a maior responsabilidade pela guerra ou desordem no lar? Cabe a mulher quase toda em peso, a ela, cuja missão na Terra é: educar, amar e perdoar [...] Sabemos que infelizmente existem maridos insuportáveis, viciosos ou maus; porém, é preciso compreender que pessoa alguma paga inocente; simplesmente se inverteram os papéis [...] e o dever daquelas a quem, pelo alto desígnio de Deus, coube um destes infelizes transviados, é ocultar caridosamente as suas faltas, aconselhando-o brandamente. Se não puder convencê-lo ore, e espere da misericórdia de Deus, o prêmio da resignação a sua lei. Dirijo-me especialmente a esposa pobre, porque a rica, mais ou menos rodeada de cômodos e luxo, a não ser por algum ciúme, bem ou mal fundado, não tem motivo para queixar-se do esposo, ainda não lhe dando afeto, dá-lhe distrações vaidosas e brilhantes! (**A Doutrina**, fev.1907, p. 29-30).

Responsabilizando as mulheres pelas mazelas humanas, porque em algum momento não teriam realizado sua missão de educar, amar e perdoar, o texto de Emília Vieira, ancorado na tese segundo a qual “pessoa alguma paga inocente”, é marcado pela discriminação: mulheres ricas sofreriam apenas “por algum ciúme, bem ou mal fundado” (pois viviam na ostentação), e assim Emília Vieira acabou associando felicidade feminina à “comodidade e luxo” no lar; refletindo em grande medida o pensamento social da época, da divisão de papéis: mulher em espaço doméstico devidamente provido pelo homem, deveria ser mulher satisfeita. Pensamento em grande parte expresso por membros da FEP, que ao falar sobre as funções femininas atrelavam essas atividades a um comportamento quase servil ao marido e, ao mesmo tempo, atribuíam à mulher a condição de esteio permanente e inabalável do marido – e da família. Segundo o texto de Emília Vieira:

[...] aquele que caminha ao lado de uma mulher de alma e coração, como vulgarmente se diz, de uma mulher forte na ventura como na adversidade, tem em seu lar a arca sagrada que o põe [o marido] a seguro do dilúvio das más paixões e dos vícios [...] são estes os homens fortalecidos para toda a ordem de progresso, para as lutas das empresas do Bem. É preciso que a mulher em geral, muito

principalmente a esposa e mãe, saiba o quanto influi, qual é o seu papel na evolução moral dos povos (**A Doutrina**, fev.1907, p. 29).

Em outro artigo, publicado também na revista **A Doutrina**, Emília Vieira orientava a mulher sobre o dever de economizar ao máximo, quando seu marido estivesse em situação financeira precária e também incentivá-lo com seu ânimo e coragem:

É nessa crítica situação que é preciso mostrar-lhe a força de seu afeto, cercando-o com palavras de animação e conforto. É nesta triste emergência que a esposa corajosa e amante deve erguer a fonte abatida do esposo, redobrando de abnegação [...] e não irromper em recriminações que o levam ao desespero! (**A Doutrina**, mar.1907, p. 40).

Ser afetiva, corajosa e amante, quando e se necessário, mas, como ficava evidente no terceiro artigo desta autora, intitulado “Da mulher para a mulher: a mulher mãe”, o papel feminino era, sempre, zelar pelo lar, especialmente guiando e educando os filhos, cotidianamente.

Ficai sabendo que ser boa mãe, não é só acumular os filhos de beijos e comodidades, não; é servir-lhes de luz com os seus conselhos, de compasso e régua para os atos de sua vida e finalmente, amar como mãe e guiar como anjo (**A Doutrina**, abr.1907, p. 59).

No início dos Novecentos civilizar era educar, por isso a importância dada à educação das crianças se vinculava à educação moral que a mãe deveria lhes passar, enquanto o pai se preocupava com o sustento do lar:

Oh mãe extremosa! Antes de reparardes que vosso filho está bem calçado e bem vestido repare nos sinais de sua fraqueza e ensina-lhe a resistir às tentações do mal; antes de reparardes que vossa filha está bem penteada e assaz elegante, repara se ela trocou o véu da modéstia e do decoro pelos meneios censuráveis e atribuidores de pilherias e grosseiras ou indecentes [...] está nos conhecimentos úteis adquiridos na escola do lar, a mais fecunda e proveitosa das escolas (**A Doutrina**, abr.1907, p. 59).

Nos primeiros anos do século XX, a atenção materna com a prole, respaldada e valorizada pelo saber médico, relativos à puericultura, que associava saúde da criança com os cuidados realizados por mães bem instruídas pelos médicos (cf. BERTUCCI, 2015) foi conjugada com “a ideia de que é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos” (D’INCAO, 2004, p. 228).

Assim, pouco a pouco, foi se consolidando o que era ou não apropriado à mulher na sociedade, inclusive no Paraná e para os espíritas da FEP. A postura aceitável, das mulheres se delineava pela dose adequada de sociabilidade, grandeza moral, graça e alegria, algo que deveria ser combinado com a dedicação ao lar, especialmente aos filhos, que seriam o futuro da nação.

Mas, quem estabelecia o que era certo, aceitável, elegante e belo, ou não, nessa busca de integração e prestígio social? Homens, porém, eles viviam com mulheres: esposas, mães, filhas; eram criados por elas e, as mulheres, podiam ser dóceis mães, mas também, por vezes, eram ardilosas e tinham um grande poder de persuasão (PERROT, 1988, p.173).

Não por acaso, em 1903, um artigo na revista **A Doutrina** clamava pela “moralização dos costumes por meio de imposições edificantes” (**A Doutrina** ago.1903, p. 5). O uso da imprensa por espíritas, e não apenas a imprensa espírita, foi feito para fomentar condutas que, para os seguidores de Kardec, eram as consideradas adequadas. No jornal diário curitibano **Diário da Tarde**, Joaquim Silveira, em artigo intitulado “O Espiritismo”, dedicado ao amigo Lins de Vasconcellos¹¹², defende a moral na instituição da família tendo na mulher um importante suporte:

Defender a moral é dignificar o nosso sexo, exaltar a constituição da família, sublimar a sociedade humana. É justo que assim seja. Não é, decerto, na morbidade filosófica de condenar tudo quanto existe de devoto no conspecto das sociedades, regidas há tanto tempo pelo espiritualismo, que a Mulher digna pode beber a inspiração e o alento que a ajudam no seu elevado sacerdócio de Mãe e Educadora (**Diário da Tarde**, 22/12/1913, p. 5).

A referência à mulher-mãe-educadora é explícita, reproduzindo e chancelando um discurso preconizado por vários outros grupos, religiosos ou não, da sociedade no período. E o artigo continuou relacionando os ensinamentos de amor e liberdade delineados pelo Espiritismo com a devoção à pátria, transferida as futuras gerações:

¹¹² Arthur Lins de Vasconcellos Lopes (1891-1952) era paraibano. Em 1912 conheceu a doutrina Espírita, em Curitiba. Em 1915, tornou-se secretário geral da Federação Espírita do Paraná. Foi eleito Presidente da FEP em 1916, 1923, 1926, 1929. Em 1918, junto a seus pares escreveu a “Programa de Ação Social” da FEP. Engenheiro agrônomo. Foi funcionário do governo do Paraná até 1925. Em 1930, foi morar no Rio de Janeiro e tornou-se empresário no ramo madeireiro (LOBO, 1997).

É, sim, na doce doutrina do Espiritismo, triunfantemente já conhecida através de todas as convulsões da História, que a nossa progênie há de cultivar-se em sentimentos que as nobilitem, de amor a Deus, ao próximo, de devoção à Pátria e a Humanidade. Será, também, nesta filosofia que se hão de encaminhar os grandes ensinamentos de Direito, da Liberdade e do Amor (**Diário da Tarde**, 22/12/1913, p. 5).

A família perfeita e espiritualizada emergia das palavras de Joaquim Silveira. A divulgação dessas orientações caberia a todos os espíritas, mas seria da mulher espírita, no exercício do “elevado sacerdócio de Mãe e Educadora”, que teria a responsabilidade de formar os filhos para sublimar a sociedade.

Paralelamente, essa mãe educadora, e assim formadora, exerceu outra função primordial entre os espíritas: a de médium. Além da dona de casa exemplar, da mãe formadora que também exercitava sua “função maternal” ajudando os necessitados, várias espíritas foram valorizadas como médiuns em Curitiba, o que propiciou um lugar de destaque destas mulheres entre os espíritas¹¹³. No final do século XIX e início do XX no Paraná, como já mencionado, duas médiuns mulheres, ligadas a FEP, se destacavam: Josephina Rocha e Maria de Jesus de Araujo ou Nhá Coluna. Maria Araújo chegou a ceder espaço, por um tempo, no Centro Espírita São Pedro, anexo à sua casa, para o funcionamento concomitante da Federação Espírita do Paraná.

Respeitada pelos kardecistas, as mulheres médiuns mereciam deferência de todos, inclusive em casos de necessidade. Na revista **A Doutrina** de agosto, setembro e outubro de 1903, foram feitas solicitações para ajudar a médium Amália Domingo Soler¹¹⁴ que passava por dificuldades financeiras. Soler era apresentada também como “escritora espanhola, costureira e divulgadora do Espiritismo”:

Pedimos encarecidamente aos nossos confrades não se esquecerem de concorrer com alguma quantia, por pequena que seja, para minorar o estado precário em que se acha essa nossa dedicada irmã [...] todos sabem que o muito amor a nossa doutrina levou-a a esgotar os seus recursos com propaganda (**A Doutrina**, set.1903, p. 9; out.1903, p. 11).

Amália Soler havia colaborado com doações “em dinheiro” para **A Doutrina** (ago.1903, p. 12), mas o único texto de sua autoria, traduzido, encontrado nesta

¹¹³ Entretanto, somente em 1996, foi publicado por Carlos Bernardo Loureiro, o primeiro livro sobre as médiuns, editado pela Federação Espírita Brasileira, intitulado **As mulheres médiuns**.

¹¹⁴ Amália Domingo Soler (1835-1909), de família luterana, aos dez anos começou a escrever poesias e aos dezoito publicou os primeiros versos. Seu primeiro artigo doutrinário foi “La Fe Espiritista”, publicado no **El Criterio**, nº 9, 1872 (LUCENA; GODOY, 1982).

revista foi “A Calúnia”, que criticava duramente os perseguidores, caluniadores, do Espiritismo, principalmente os representantes da igreja católica¹¹⁵ (**A Doutrina**, jan.1905, p. 12-13). Soler foi uma das poucas mulheres que tiveram textos publicados ou obras mencionadas pelo periódico da FEP **A Doutrina**. Entre essas mulheres estavam três estrangeiras: as já mencionadas, Anna Vertua Gentile, autora de texto sobre a maternidade e Mary Komar, autora de livro sobre como educar as crianças (**A Doutrina**, ago.1903, p.12; set.1903, p. 12) e, também, Bélen Sarraga de Ferrero da cidade de Almagen (1874-1950), espanhola, oradora e feminista, que defendia, entre outras propostas, a educação laica e “as verdades do além” (**A Doutrina**, ago.1903, p. 12).

Além destas três mulheres, receberam destaque a brasileira Emília Vieira, que teve três artigos publicados na **A Doutrina**, entre fevereiro e abril de 1907, e Edla de Moraes Cardoso, uma carioca que escrevia para jornais espíritas da Capital Federal e, em 1907, passou a ser “agente de divulgação e venda da revista [**A Doutrina**]” (**A Doutrina**, maio-jul. 1907, p.88). Neste mesmo ano ela teve parte de seu romance espírita **Destinos**, sobre um caso de amor ocorrido na Ilha de Paquetá, publicado na revista (**A Doutrina**, ago.-set.1907, p.100-102). Várias mulheres frequentavam e atuavam na FEP, mas se alguma escreveu um texto que tenha sido editado na **A Doutrina**, ou outro periódico da Federação na primeira década do Novecentos, este não foi localizado.

Entretanto, algumas espíritas (kardecistas?) escreviam e ousavam tornar público o que redigiam. Este foi o caso de Martha Hoffmann. Muito pouco foi possível saber sobre ela e o texto que escreveu. Martha Hoffmann deveria ser paranaense, morava em Curitiba e foi apresentada pelo jornal **Diário da Tarde** como médium (**Diário da Tarde**, 06/02/1904, p.2). Hoffmann escreveu a obra “Ditados Espontâneos”, a qual dedicou à Federação Espírita do Paraná – seria uma tática para aceitação pelo grupo espírita organizado? Possivelmente.

No dia 28 de fevereiro de 1904, a autora Martha entregou um exemplar à FEP para que fosse avaliado em reunião da diretoria. Cerca de um mês depois, dia 27 de março de 1904, sob a presidência de Sebastião Paraná, foi lido parecer negativo sobre

¹¹⁵ Para Soler, a calúnia tinha suas raízes profundas no “berço dos pequenos”, portanto as grandes responsáveis por esse terrível mal eram as mães que “celebram a degradação de seus filhos” (**A Doutrina**, jan.1905, p.12-13). Estas mães seriam aquelas pouco esclarecidas/educadas, notadamente as católicas dominadas via confessionário.

o texto: “visto o mesmo estar eivado de erros não só na gramática como na doutrina”. Todos os presentes concordaram (**ATAS**, [1902-1907] 2002, 3ª e 4ª reunião de 1904).

Considerando que a notícia sobre a brochura de Martha Hoffmann foi divulgada no jornal **Diário da Tarde**, dia 6 de fevereiro de 1904, antes mesmo de ser avaliada pela Federação, é possível perguntar: Quantas pessoas leram o texto de Martha Hoffmann? Não sabemos. Nenhuma outra notícia foi encontrada sobre a autora (supostamente espírita) e sua obra, entretanto, o caso de Martha Hoffman é um indício de mulheres que em Curitiba no início do século XX, agiam “nas margens”, parafraseando Davis (1997), por vezes rompendo limites e, entre a casa e a rua, tentavam avançar para o espaço público.

No mesmo mês que Martha Hoffmann enviou seu texto “Ditados Espontâneos” para avaliação da FEP, em fevereiro de 1904, no jornal **Diário da Tarde**, uma pessoa não identificada (seria um(a) espírita?), teceu severas críticas à instituição, que havia estabelecido e publicado Bases Orgânicas da Federação Espírita do Paraná, especialmente ao seu presidente Sebastião Paraná, por dois motivos: primeiro, pela criação da titulação de “sócios beneméritos”, atitude “contrária ao que prega a doutrina por insuflar a vaidade”; e, segundo, por “excluir a mulher do direito de ser eleita para os cargos da mesma Federação”. O texto anônimo afirmava:

O segundo ponto é fatalmente um caos, em que se perdem a inteligência e o critério espírita do abalizador dr. Sebastião Paraná, único responsável, segundo nos informam, pela exclusão das mulheres do direito a eleição. Vejamos até onde foi o escrúpulo legislativo do ilustre presidente. Diz Allan Kardec a página 325 do O Livro dos Espíritos: “De que procede a inferioridade moral da mulher em certos países? Do ímpeto injusto e cruel que o homem exerce sobre ela. É um resultado das instituições sociais e do abuso da força sobre a fraqueza. Entre *homens pouco adiantados*, sob o ponto de vista moral, a força constitui o direito.” A Federação Espírita do Paraná, adotando, como adotou, a regra de não reconhecer na mulher capacidade moral para gerir os destinos sociais, menosprezou o sentencioso critério do Mestre e caiu, por conseguinte, em absoluto antagonismo com a essência da doutrina (**Diário da Tarde**, 05/02/1904, p.1, grifos no original).

Nada mudou de imediato na Federação Espírita do Paraná. Mas chama a atenção o fato de que duas publicações de mulheres brasileiras na revista **A Doutrina**, publicação oficial da FEP, aconteceram em 1907, período que Sebastião Paraná não era mais presidente. Curioso também que sua esposa, Elvira Paraná, escreveu para a revista **A Escola**, em fevereiro de 1906, entretanto, nos periódicos espíritas, nada

encontramos de sua autoria. Mas, **A Escola**¹¹⁶ era um periódico escolar, direcionado ao professorado, já em sua grande parte formado por mulheres, as quais ampliavam sua vocação materna na escola, e Elvira Paraná era uma destas professoras.

Além disso, Sebastião Paraná era o redator chefe da revista **A Escola**, e ainda Inspetor Geral de Ensino de Curitiba. Neste periódico escolar Elvira Paraná escreveu:

A escola primária é a base senão primordial, pelo menos a fonte secundária onde o povo vai haurir a largos sorvos as luzes que aclaram o espírito de seus filhos. [...] A escola deve ser a continuação da casa paterna. A criança deve frequentá-la, não obrigada, mas espontaneamente, certa de que lá encontrará o seu amigo dileto, o seu professor que sempre lhe transmite ensinamentos belos e profícuos (**A Escola**, fev.1906, p. 9).

As palavras de Elvira Paraná estão em sintonia com o ideal, difundido no período, da necessidade da educação das mulheres, vinculando-as “a modernização da sociedade, a higienização da família, a contrução da cidadania dos jovens”, inclusive na e pela escola, mas sem as desvincular da “sagrada missão da maternidade [...] e da manutenção da pureza feminina”. (LOURO, 2004, p. 447-448). Não por acaso o discurso feminino deveria refletir pudor, recato, orientação moral e educativa dos filhos e filhas da sociedade que se pretendia civilizada.

O último número da **A Doutrina** circulou no final de 1907 e, dez anos depois, em 1917, o novo órgão oficial da FEP, a **Revista de Espiritualismo** estampou pela primeira vez o nome de uma mulher, a amazonense e feminista Elmira Lima¹¹⁷, na capa de uma publicação espírita do Paraná, mas entre outros nomes de homens. Elmira Lima que teve várias poesias publicadas na seção Musa Espiritualista desta revista, entre elas:

¹¹⁶ A revista **A Escola** começou a circular em fevereiro de 1906, como publicação mensal. A revista era órgão do Grêmio dos Professores Públicos do Paraná (inaugurado dia 19 de dezembro de 1903, na Escola Carvalho). Na última seção da revista, intitulada “Expediente Oficial”, eram divulgados Relatórios de professores ao diretor da Instrução Pública, decretos expedidos sobre educação, listagem de cadeiras escolares preenchidas, relação de escolas públicas e particulares do Estado, entre outros, Cf: Marach (2007).

¹¹⁷ Elmira Ribeiro Lima (1904? -1955) nasceu em Manaus (AM), mas viveu em Belém, no Pará. Ativista política, feminista, jornalista e poetisa. Ao mudar-se para Belém (PA), filiou-se à Liga Feminina Lauro Sodré, escrevendo artigos tratando da emancipação da mulher. Casada com Arquimino de Lima, convertem-se ao espiritismo, fundando o Centro Espírita Caminheiros do Bem, usando seus talentos para a propagação da doutrina, sem, no entanto, abandonar a luta pela causa feminista (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 193-194).

A VIDA

A vida é curta jornada
Que vai dum berço a entrada
Da campá aberta no chão,
Trabalhos, lutas, canseiras,
São variadas maneiras
De atingir a perfeição!
(**Revista de Espiritualismo**, abr.1917, p. 62)

As poesias de Elmira Lima, selecionadas pelos editores da revista da FEP, pouco tinham de “feministas”, apresentavam um cunho evangelizador e moralizante, reforçando a importância do trabalho para homens e mulheres, como uma das vias para se chegar à perfeição. E outro de seus poemas: “Eterna Lei”, o amor verdadeiro de uma mãe é exaltado:

Um ente criminoso abre os olhos ao mundo,
Sob a guarda fiel do santo amor profundo,
Que a natureza ensina ao coração materno; [...]
E oh, poder do Amor! Oh, estranho poder:
Nesse Jordão de luz que todo mal redime,
Vai aos poucos lavando as máculas do crime ...
(**Revista de Espiritualismo**, jun.1917, p. 102-103)¹¹⁸.

Considerando que, entre os poemas escritos por Elmira Lima, alguns foram os escolhidos pelos editores ou, se enviados pela autora foram aprovados para a publicação, assim, de uma forma ou outra, esses foram poemas selecionados para edição, e assim para a leitura da mulher espírita paranaense. A poesia escrita por mulher pode ser “um campo privilegiado para o estudo das representações socioculturais, confirmando os valores que estavam presentes no universo feminino daquele tempo” (BUENO, 2002, p. 6). Desta forma, em 1917, é possível vislumbrar o modelo de mulher que estava sendo reforçado pelas edições da **Revista de Espiritualismo** no primeiro ano que pertenceu a Federação.

A mulher espírita ideal que emerge das páginas das revistas **A Doutrina** e **Revista de Espiritualismo**, podia ser médium, voluntária nos trabalhos de socorro aos necessitados ou até escritora, mas sempre expressaria as “virtudes” femininas ligadas ao lar e, principalmente, à maternidade. Essa mulher poderia participar de atividades fora do espaço privado do lar, trabalhando muitas vezes pela valorização

¹¹⁸ Veja também: **Revista de Espiritualismo**, jul.1917, p. 117; set.1917, p. 166; out.1917, p. 186; abr.1920, p.53-54.

da pátria e do progresso da sociedade, mas sempre sob a tutela, por vezes velada, da FEP.

E entre essas atividades, a de professora mereceu destaque, devido sua ampla dimensão transformadora, fundamental para o progresso do Brasil. Quando ainda era presidente da FEP, o noivado de Sebastião Paraná foi divulgado em uma nota da revista **A Doutrina** e sua noiva, Elvira da Costa Faria (depois Paraná), foi enaltecida por ser “normalista”, ou seja, com formação especializada realizada pela Escola Normal¹¹⁹.

NOIVADO – Almas irmãos no sentimento e no apurado gosto com que cultivam o seu intelecto, acabam de unir-se pela doce e mútua promessa de próximo consórcio o nosso bom e dedicadíssimo confrade, dr. Sebastião Paraná, presidente da Federação Espírita, e a senhora Elvira Faria, professora normalista desta Capital (**A Doutrina**, nov.1905, p. 178).

A professora Elvira Paraná (1883-1912), também foi diretora escolar e, em 1909, fundou a Associação Feminil Livre Pensadora que pretendia lutar pelo progresso e engrandecimento da nação (TOMAZ, 2000). Elvira Paraná representava um modelo de mulher e trabalho que a FEP procurava difundir entre as seguidoras de Kardec: vocação para o lar e a maternidade, que também se revelava na dedicação aos necessitados e em atividades como de professora, que concorreriam para o progresso espiritual de todos e, assim, do país. Essas mulheres, da casa à rua, realizavam ações que evidenciavam investimentos na educação, inclusive a escolar.

A função delegada à mulher de protetora e caridosa funcionava como um mote que acabou por ampliar a participação da mulher no espaço público, e lhe trouxe certo respeito e poder.

Em Curitiba, a participação das mulheres na esfera pública era bastante significativa [no início do século XX], mas as reivindicações por igualdade de direitos e oportunidades foram feitas por mulheres que possivelmente não representavam a maioria (até porque o acesso da população feminina, as informações, era restrita) (RONCAGLIO, 1996, p. 13, grifo no original).

¹¹⁹ Sobre a Escola Normal no Paraná e os primeiros tempos da formação de mulheres professoras “nos bancos” desta instituição escolar, veja: Araújo (2013; 2015).

Nesse período, Elvira Paraná era considerada, em nota do **Diário da Tarde**, pertencente a elite culta “das [mulheres] que morigeram as lides do intelectualismo patricio” (**Diário da Tarde**, 21/12/1910, p.2). Ela era professora da 2ª cadeira feminina promiscua (turma de meninas e meninos) da escola mantida pelo Estado, numa localidade do Alto do São Francisco. Sua colega Josephina Rocha, a médium do Centro Serrito, era professora e diretora na Escola Carvalho (SOUZA, 2004, p.139).

Esta professora teve publicado na revista **A Escola**, de março de 1906, o seu Relatório de 1905, sobre a escola em que lecionava e que havia sido previamente entregue à Direção Geral da Instrução Pública do Paraná. Josephina Rocha iniciava o Relatório afirmando a necessidade de:

[...] acompanhar passo a passo a educação intelectual, sendo esta completada pela moral e cívica, as quais deveriam procurar incutir no espírito das crianças desde os mais tenros anos, dando-lhes exemplos de polidez, de amor e dedicação a nossa querida Pátria (**A Escola**, mar.1906, p. 43).

A função da mulher, especificamente da classe média, de guardiã e educadora do lar no final do século XIX vai se ampliar para educadora da infância (sendo ou não de seus filhos) e, conseqüentemente, da pátria, auxiliando na formação de pessoas morigeradas e trabalhadoras. Esse ideal contribuiu para a maior inserção da mulher na escola primária “Mais um sacerdócio que uma profissão e, cada vez mais uma missão feminina” (ARAUJO, 2013, p.128). As professoras primárias foram incorporando o ideal patriótico e civilizador. Conforme se evidencia, foi conferida importância para a educação, sobretudo, moral, formadora de hábitos e geradora de novas práticas consideradas civilizadas. E, por esse viés, a mulher espírita também foi educada e educava.

Com o advento republicano, de cunho positivista, a função de educar e instruir a população tomou novo fôlego e, aumentou assim a demanda por professoras nas escolas primárias, situação conjugada com o crescimento das cidades e ampliação das frentes de trabalho nos centros urbanos, que reivindicavam um mínimo de escolarização. O magistério tornava-se atrativo para as moças da classe média, pois lhes proporcionava maior visibilidade social e destaque.

O papel da mulher continuou, nas primeiras décadas do século XX, a ganhar nuances que valorizavam sua ação como professora primária (como é o caso das professoras Elvira Paraná e Josephina Rocha), compreendida como uma segunda

maternidade. Por meio do trabalho docente elas poderiam contribuir para o enobrecimento da nação através da formação de crianças e jovens e, assim, desvendar um futuro promissor para o Brasil. O magistério primário foi então “delineado como missão feminina, porém desde que não entrasse em conflito com a harmonia da vida familiar, pois a mulher tinha como função primordial ser esposa exemplar, educar seus filhos, cuidar da casa” (ARAUJO, 2013, p. 188).

Elvira Paraná e Josephina Rocha, além de serem professoras eram esposas de dirigentes e associados da FEP, defendiam a causa da educação, da civilização da Pátria, da moralização dos costumes, mas não expressaram suas opiniões em edições regulares dos periódicos da Federação Espírita do Paraná. Apenas em 1904, em uma edição comemorativa do centenário de Allan Kardec feita pela revista **A Doutrina**, segundo notícia do jornal **Diário da Tarde** (7/11/1904, p.2), foram publicados em meio a de outros homens de destaque do Espiritismo paranaense, artigos das “senhoras Maria Louise Souvè e Josephina Rocha”¹²⁰.

Outra mulher professora espírita que se destacou no cenário curitibano foi Georgina Mongrue¹²¹, normalista formada na Bélgica, era oradora, escreveu no **Diário da Tarde** e na revista **Fon Fon** no Rio de Janeiro; associada à FEP desde 1905 (**ATAS**, [1902-1907] 2002, 22 out. 1905), não foram encontrados textos de sua autoria nos periódicos da Federação. De acordo com Bueno, Georgina Mongrue defendia o direito da mulher à educação, para que essa pudesse cumprir sua missão, que seria educar corretamente sua família. Mongrue, “não se mostrava contrária à profissionalização da mulher, mas condenava o voto feminino, bem como o abandono do lar para sua participação na vida pública” (BUENO, 2010, p. 70). Georgina Mongrue publicava textos em francês, mas se fazia isso em jornal diário de Curitiba, por que não no periódico de um grupo, o da FEP, formado por muitos letrados, estudiosos, intelectuais? Difícil ir além de especulações que indicam que ela poderia ultrapassar o lugar que as mulheres deveriam ocupar na Federação.

Mas, em um período excepcional que a FEP ficou sem um órgão oficial impresso, entre 1907 e 1917, a espírita Raquel Prado discutiu, através das páginas

¹²⁰ Não foi possível localizar este periódico comemorativo do centenário de Allan Kardec e nem os artigos citados de Maria Louise Souvè e Josephina Rocha.

¹²¹ Georgina Catherine Eugénie Leonard Mongrue (1861- 1952) nasceu na Bélgica e foi educada por seu avô em Paris. Voltou para Bélgica e diplomou-se na Escola Normal Superior de Mons, em 1885. Veio para o Brasil com o marido e morou em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 1895 passou a residir em Curitiba, onde lecionou aulas de canto, piano, violino e pintura na Escola de Belas Artes. Participou do Centro de Letras e também do Instituto Neo-Pitagórico (BUENO, 2010, p. 69).

do jornal Curitiba, o **Diário da Tarde**, com dois membros da Federação, Lopes Neto e Jesuíno Ribas, sobre Espiritismo, em um debate que visava em grande parte divulgar teses espíritas entre os leitores do periódico leigo. Nesse período, este jornal publicava, a pedido da FEP, avisos, notas sobre eventos, cobranças e, também, alguns artigos relacionados ao Espiritismo; um indicativo da inserção dos espíritas na sociedade curitibana (cf. **Diário da Tarde**, 30/12/1908, p.3; 27/01/1909, p.2; 05/02/1909, p.3)

Raquel Prado também teve uma crônica publicada no jornal **Diário da Tarde** em que fazia crítica ao papel secundário que era atribuído à mulher:

A mulher, dizem os homens, é uma criatura sublime, cheia de amor e de ternura, mas tocante a sua intelectualidade eles nunca falam, não querem saber disso. Para a mulher está reservado unicamente o papel doméstico, boa irmã, esposa dedicada, e mãe extremosa. A vida da mulher se capacita, só nesse diminuto espaço o lar. Eles condenam a sua imaginação a um terreno maninho onde jamais germinará o fruto da intelectualidade. Eles julgam que a mulher tem um cérebro embotado incapaz de ligar ideias [...] E se por acaso aparece uma mulher que, se distingue das vulgares, pelo seu gênio corajoso, pelo seu talento, murmuram logo, para tirar-lhe a competência: - é uma louca, um espírito masculinizado que quer imitar-nos! [...] A mulher pode ter também, uma cadeira no parlamento, um lugar na tribuna, assim como o homem pode também ter, um lugar no lar e ser ama seca [...] Esses lugares não estão reservados unicamente para todos os homens e todas as mulheres. Há exceções (**Diário da Tarde**, 13/07/1908, p. 2-3)

Aparentemente nenhum homem, espírita ou não, respondeu, talvez o “há exceções” colocado no texto, tivesse acalmado os mais irados. Certo é que tempos depois, Lopes Neto a escolheria para debater teses espíritas pelas páginas do **Diário da Tarde**: o que importava era o tema e não eventuais divergências.

Citada na imprensa por realizar palestras públicas na Federação Espírita do Paraná em 1908, Raquel Prado, não usou, contudo, seu habitual pseudônimo, mas o nome Stella Silva¹²², talvez porque causasse desconforto em alguns, devido à imagem que ela representava, mais “feminista” que feminina para a época. Porém, sua palestra, intitulada “O que é a morte espiritualmente encarada” (**Diário da Tarde**, 19/09/1908, p.2), estava em acordo com os preceitos doutrinários kardecistas e,

¹²² Virgília Stella da Silva Cruz utilizava o pseudônimo de Rachel Prado. Filha de Joaquim Antonio da Silva, fundador do jornal **A República**, em Curitiba. Raquel Prado mudou-se para o Rio de Janeiro em 1909. Em janeiro de 1934, publicou no **Mundo Espírita** um texto que fazia parte do seu livro **Contos Fantásticos**, o qual pretendia colaborar com a educação moral das crianças (**Mundo Espírita**, 15/01/1934, p.3).

correlativamente, aos dos homens da Federação. Há indícios, de que Georgina Mongruel, anteriormente a Raquel Pardo, tenha atuado como oradora na Federação (**Diário da Tarde**, 09/04/1906).

As mulheres espíritas no Brasil, gradualmente, foram utilizando os púlpitos tanto para divulgar a doutrina como para expressar, muitas vezes, de forma sutil, uma tática de poder, mesmo concordando com o pensamento dos homens. Mas, como no caso de outras mulheres da mesma época e de diferentes lugares (religiosos ou não), o acesso mais eminente às tribunas públicas não foi fácil (cf. PERROT, 1998).

A participação da mulher nos espaços públicos nos anos iniciais do século XX ainda se vinculava, na maioria das vezes, a posição de mera espectadora de acontecimentos e eventos, como acompanhante de seus parceiros ou não, mas, sempre lá estava ela, marcando presença nesses atos públicos. Mesmo não sendo a protagonista social, a mulher buscava participar, conhecer e se expressar de diversas formas: pela escrita, pela oralidade, pela arte e por ações sociais.

A mulher espírita da FEP foi sendo educada para ser a “mediadora” entre o mal e o bem (auxiliando na causa civilizatória) ela deveria ser mãe, esposa e dona de casa modelar; ela poderia circular pelos espaços públicos, principalmente, como mãe social ou professora, poderia também ser oradora e até escritora, além de dividir com alguns homens uma função especial, a de médium (mas com estudo). Sempre dentro dos princípios morais da doutrina, e compartilhado com os interesses dos homens. Os espaços de ação femininos foram delineados pelos dirigentes da FEP tanto nos periódicos pertencentes à Federação, como nos outros que não tinham cunho religioso, como **A República** e, principalmente, o **Diário da tarde**. E, ao se delinear esses espaços de atividades das mulheres, a FEP considerava as funções fora de casa, contanto que fossem assumidas dentro da perspectiva da Federação.

Mas, isso não significou completa dependência feminina, afinal, essas mulheres agiam, entre a casa e a rua. Em 1915, Idalina de Souza assumiria um cargo administrativo na FEP, o de farmacêutica, ou seja, a responsável pela farmácia da instituição: seria o início efetivo de um longo percurso das mulheres até a direção da Federação¹²³.

¹²³ A primeira mulher, e única até o momento, a exercer o cargo de presidente da FEP foi Maria Helena Marcon, no período de 2004 a 2007.

CAPÍTULO II

A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ COMO LOCAL DE TRABALHO E EDUCAÇÃO DA E PARA A MULHER - DE 1902 AOS ANOS 1930

Não imaginemos que nós [historiadores] apenas observamos os agentes de nosso tema com seus símbolos, suas relações sociais e seu aparato técnico diferente dos nossos. Mas sim que eles são, de certa maneira, nossos equivalentes, e que estão de algum modo num diálogo conosco enquanto os observamos, capazes de argumentar se nos perdemos (DAVIS, 1990, p. 217)

2.1 “FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO”: ATIVIDADES ASSISTENCIAIS TAMBÉM COMO EDUCAÇÃO FEMININA

A vida é também um mar, ora calmo, ora tempestuoso, onde só devem navegar aqueles que têm por bússola a ‘Caridade’, essa estrela dos navegantes espirituais que Deus colocou no imo da consciência de cada criatura. Feliz de quem tem olhos para ver essa estrela e conhecimentos profundos para manejar essa bússola (**A Doutrina**, maio 1919, p. 71)

Considerando as orientações do livro **O Evangelho Segundo o Espiritismo**, especialmente a descrita no capítulo XV “fora da caridade não há salvação” (KARDEC, 2002 [1864], p. 245), a partir do século XX, através da imprensa, dos discursos proferidos e das obras beneficentes, os espíritas da Federação Espírita do Paraná educavam seus filiados e simpatizantes a trabalharem por essa e nessa causa, a fim de se conseguir a própria “salvação” e também a do próximo, através da caridade. Em 1907, no artigo “Credo Espiritico” Léon Denis¹²⁴, traduzido e publicado no periódico **A Doutrina**, a afirmação de que todo espírita deveria bradar: “Nossa moral é a Caridade, nossa religião o Evangelho e nosso mestre Jesus” (**A Doutrina**, ago.1907, p. 111-112), dá uma ideia da importância dessa diretriz para os espíritas da FEP.

A FEP utilizou como uma das estratégias para consolidar a proposta kardecista de salvação e progresso – humano e social – o viés caritativo, o qual se confundia com a filantropia. A partir das considerações de Marcílio (2006) sobre os termos caridade e filantropia¹²⁵, ao analisar as práticas assistenciais do Espiritismo, podemos afirmar que elas se compõem de ambas as atribuições, servem para fazer evoluir espiritualmente quem ajuda e quem é ajudado e se fundamenta em apoiar e colaborar para ordem social através da (re)integração/atuação na sociedade daquele que é socorrido.

Nos primeiros anos da Federação, no periódico **A Doutrina**, diferentes artigos ou excertos de autores nacionais e estrangeiros, foram publicados em defesa da

¹²⁴ Léon Denis (1846-1927) foi um francês, autodidata, médium e escritor de obras espíritas. Um dos principais continuadores do espiritismo kardecista (LUCENA; GODOY, 1982, 159-163).

¹²⁵ Relembrando, a filantropia surgiu como proposta de renovação das práticas caritativas de cunho religioso, que teriam por objetivo apenas salvar a alma de quem a praticava, cedendo lugar às propostas laicas, que apresentavam certa organização administrativa, legislativa e política do socorro aos necessitados; instituindo diretorias, comissões, regimentos e estatutos, aspectos que até então não estavam presentes em instituições de caridade. As propostas filantrópicas pretendiam, em última instância, a manutenção da ordem social (MARCÍLIO, 2006). Muitas vezes, ações caritativas e filantrópicas foram complementares.

causa doutrinária e do “bem ao próximo”. Entre eles estavam espíritas conhecidos internacionalmente, como o francês León Denis, e pessoas que teriam seus nomes intimamente ligados a temas, raça, comportamento humano e eugenia, que reverberariam mundialmente nas décadas seguintes, como o criminologista Cesare Lombroso (1835-1909)¹²⁶ que teve publicado parte de seu estudo intitulado “A prática do bem com acerto”. Neste texto Lombroso destacava a prática filantrópica de uma mulher, apontada como um modelo de bondade e previdência a ser seguido, haja vista que ela creditou ao trabalho a forma de constituir a dignidade ao próximo carente:

Já havia anos que madame Hervien protegia uma família pobre, composta de pai, mãe e de oito filhos, mas por mais que fizesse e desse, nunca a pobre gente saía da miséria. A pouco e pouco ficavam todos sem trabalho, quer fosse má sorte ou também por se não cansarem em procurar trabalho ou conservar o que tinham, por contarem sempre com a sua protetora. Finalmente um dia madame Hervien disse ao Pai: - “Isto não pode continuar assim; vou tratar de ajudá-los, mas é preciso que se ajudem também. Em vez de dar-lhes dinheiro [...] comprometo-me a depositar todos os meses em seu nome 6 francos na caixa econômica, com a condição que vá depositar 3” (**A Doutrina** out.1905, p. 154, grifo no original).

A família assistida, segundo Lombroso, a princípio não aprovou a ideia, porém “de má vontade primeiro, mas depois foram gostando”, conseguiu guardar dinheiro e, com o estímulo da madame Hervien, comprou um terreno, no qual começou a plantar e vender os produtos extraídos da terra. A tal senhora gostou do resultado, repassou a suas amigas a ideia da sua experiência, as quais passaram a auxiliar outras famílias da mesma forma, ou seja, com educação para o trabalho.

[...] tem vantagens mais importantes estas hortas operárias: os pobres, assim ajudados recuperam o gosto pelo trabalho e empregam utilmente um tempo que talvez perdessem na taberna com prejuízo da saúde, da bolsa e da moral [...] Poucas obras filantrópicas me parecem corresponder melhor ao fim desejado do que a de madame Hervien, e digna de ser popularizada e adotada em todos os países, sobretudo porque foi fundada com a ideia moderna que o homem não nasceu para mendigar, se não para trabalhar e que se pode achar o meio prático de ajudá-lo sem dar-lhe esmola, a fim de torná-lo ciente da sua própria dignidade (**A Doutrina**, out.1905, p. 155).

¹²⁶ Cesare Lombroso, que nasceu em Verona (Itália), foi também professor universitário e higienista. Tornou-se conhecido por seus estudos e teorias no campo da “caracterologia”, ou seja, a relação entre características físicas e mentais. Afirmava ser a criminalidade um fenômeno físico e hereditário e, como tal, um elemento detectável nas diferentes sociedades (SCHWARCZ, 1996, p. 84).

A FEP aproveitou o artigo de Lombroso e difundiu aos seus associados e simpatizantes a “ideia moderna” de que o homem “nasceu não para mendigar, mas para trabalhar”, tendo como exemplo a ação da “respeitável senhora francesa”:

[...] a verdadeira filantropia não é dar esmolas, mas amparar um indivíduo ou uma família na adversidade – arranjando trabalhos apropriados e animando-os a recobrem os sentimentos de independência e amor ao trabalho (**A Doutrina**, out.1905, p. 155).

O trabalho como condição para acabar com a pobreza era discurso recorrente no final do século XIX e adentrou o século XX na Europa, resultante da mentalidade que preconizava que uma sociedade moderna deveria “tornar o homem pobre um homem produtivo”, o qual deveria “trabalhar para prover o seu sustento, a fim de não ser uma carga para a nação” (BRESCHIANI, 1992, p. 80-83). Uma vez que os homens, os quais dependiam da caridade ou dos furtos para sobreviver, eram muitas vezes vistos como aqueles que se aproveitavam do trabalho de outros e se tornavam dessa forma um ônus para a sociedade. No Brasil a relevância do trabalho como fator necessário para ajudar a sanar a pobreza e o ócio a fim de engrandecer a nação teve forte eco em diferentes segmentos sociais. No Paraná, a FEP inspirava seus seguidores a seguir este ideal.

A ideia de sanear, urbanizar e higienizar as cidades, bem como a de educar e disciplinar os corpos interferindo “nas práticas e costumes da população”, principalmente dos desocupados, dos pobres e desordeiros por meio do trabalho ganhou força no Paraná da virada para o século XX (CONCEIÇÃO, 2012, p. 25). Da mesma forma se fortaleceu a concepção de que a mulher seria boa parceira nessa empreitada. E a FEP tanto defendia essa ideia como educava a mulher para assumir práticas civilizatórias. A função da mulher nesse período, segundo D’Incao (2004, p. 230), decorria em reconhecer a importância “do amor familiar, do cuidado com o marido, com os filhos”, missão a ser cumprida no interior do espaço doméstico, mas também fora dele, principalmente efetuando “trabalhos sociais”, colaborando na cura das ‘chagas sociais’; função que conferia *status*, em especial às mulheres da elite e da classe média.

O crescimento urbano da capital do Paraná nas duas primeiras décadas do século XX, em grande parte marcada pela fixação de imigrantes na região (BONI, 1985, p. 21-23), foi conjugado com o paulatino aumento de indústrias e casas comerciais especialmente em Curitiba. No entanto, nem todos conseguiam o emprego

desejado, algumas mulheres trabalhavam fazendo “bicos”, outras se achavam desempregadas, várias pessoas viviam em condições precárias, sem cuidado com o corpo e sem a mínima instrução, situação que precisava ser reparada. Muitos letrados acreditavam que só pela educação seria possível prepará-las para o mundo do trabalho e assim para a vida digna em sociedade (cf. BERTUCCI; SILVA, 2014).

QUADRO 1 - CRESCIMENTO POPULACIONAL DE CURITIBA E DO PARANÁ, NOS ANOS DE 1853 A 1920

ANO	CURITIBA	PARANÁ
1853	6.791	62.258
1872	12.625	126.722
1890	24.553	249.491
1900	49.755	327.136
1920	78.986	685.711

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2004).

O contingente populacional de Curitiba foi acelerado da virada para os Novecentos até 1920: saltando de 24.553 moradores em 1890, para 78.986 habitantes em 1920. Do total de habitantes listados em Curitiba no ano de 1920, 11.612 eram imigrantes, não contando seus filhos e netos, que já eram muitos, pois esses imigrantes aportaram na região principalmente nas décadas finais do século XIX. (BONI, 1985, p.11; TRINDADE, 1996, p. 20). Em meio à população de imigrantes destacamos as mulheres que circulavam pelo centro da Capital, vendendo leite e produtos hortifrutigranjeiros, trabalhando nos mercados ou como empregadas domésticas; a maioria morava na zona rural ou nos arredores da cidade que crescia (BUENO, 2004). Na fotografia abaixo (Figura 4), tirada no centro da cidade, na rua ao lado da Catedral de Curitiba, é possível perceber, à direita, algumas mulheres.



FIGURA 4 – Rua José Bonifácio (Curitiba, 1920) – informação no verso da fotografia
Fonte: Acervo da Casa Romário Martins

Contudo, não só as mulheres imigrantes circulavam pelos espaços públicos e trabalhavam fora de casa para auxiliar na economia doméstica, as nacionais da mesma forma marcavam sua presença no cenário público de Curitiba, isto é, transitavam entre a casa e a rua. O crescimento populacional de Curitiba tornava o centro da Capital um local bastante movimentado, percorrido por pessoas que circulavam por diversos motivos, inclusive quando estavam desempregadas. Mas, entre esses indivíduos estavam bêbados, prostitutas, vadios e mendigos ou falsos mendigos, ou seja, os denominados “contraventores”¹²⁷, que desagradavam especialmente “os produtores de espaço”, em geral engenheiros e médicos¹²⁸. Nesse

¹²⁷ Pelo primeiro Código Penal republicano, de 1890 (Decreto de nº 847 de 11 de outubro), ficou estabelecido que mendigos, ébrios e vadios tornavam-se “contraventores”. Considerados com comportamentos antissociais ou de parasitismo social, pois denotavam a negação do trabalho. Contudo vadios e mendigos já apareciam como preocupação para o país desde o Código Penal de 1830 (KARVAT, 1998, p.14 e 26).

¹²⁸ Os “produtores do espaço”, muitos deles políticos ou ligados ao governo, imbuídos de um discurso científico, atribuíram para si a função de construir o espaço moderno urbano. Esses agentes, por estarem em uma situação social de maior relevância e por terem acesso a determinados instrumentos políticos e econômicos que garantiam a sua hegemonia perante as classes menos favorecidas, acabaram por se tornar os organizadores das cidades, uma vez que além de possuírem uma rede de relatos de seus ideais, determinavam a própria reforma como registro de seus discursos (VELLOSO, 2004).

cenário vislumbravam-se também crianças e jovens¹²⁹ a perambular pela urbe, situação que preocupava aqueles que pretendiam fazer da capital do Paraná uma moderna metrópole na qual também o pobre deveria ser “civilizado e, portanto, morigerado e moralizado” (KARVAT, 1998, p.4).

Nas primeiras décadas da instituição da República no Brasil, três fatores foram associados e concorreram para mudar a estrutura social dos Estados, incidindo primeiramente nas capitais: “a imigração estrangeira, a urbanização e a industrialização” (CUNHA, 2005, p. 7). Esses fatores, que tiveram diferentes nuances no país, resultaram em iniciativas (governamentais e/ou particulares) que pretendiam a institucionalização e execução de práticas de assistência e educação à população.

Nessa perspectiva, cuidar e educar a população mais pobre nos anos iniciais do século XX foi uma prática que ganhou diferentes desdobramentos em Curitiba. Conforme escreveu Silva:

[...] em Curitiba se concretizaram propostas de criação de instituições direcionadas à educação para o trabalho no início do século XX, instituições que tinham o propósito de prevenir, regenerar e civilizar crianças e jovens, muitos deles órfãos, integrando-os a sociedade (SILVA, 2010, p. 26).

Para constituir uma cidade civilizada e moderna, aos moldes republicanos do período, empenhavam-se os médicos, jornalistas, professores, vários deles políticos, procurando organizar o espaço, disciplinar corpos e mentes, prestando socorro aos necessitados; e se apresentavam homens e mulheres “arvorados em *sanar* ou, pelo menos, indicar tratamentos para o problema e assim, colocar a *nação no caminho do progresso*” (KARVAT, 1998, p.10, grifo do autor). Nessa conjuntura, vai se firmando a tese que todo ser humano deveria ser útil e, como escreveu Mott (2005, p. 58), para “o bem da grande família humana”, para o bem e progresso da nação, a mulher deveria assumir “responsabilidades iguais aos homens perante a sociedade”, mas não exatamente realizando as mesmas funções. Entretanto, esta não era uma tarefa fácil ou rápida.

Em junho de 1902, ano da fundação da FEP, no jornal **Diário da Tarde** foi publicado um artigo questionando o prefeito Luiz Xavier da Silva (1856-1933), que

¹²⁹ Nesta tese foi considerado criança o ser entre 0 e 12 anos e jovem aquele entre 12 e 18 anos, seguindo a delimitação que, segundo Gondra (2007), era difundida no Brasil nos primeiros anos do século XX.

governou a cidade entre 1900 e 1907, pelo cancelamento da construção de um asilo para órfãos, o qual teria recebido notável contribuição, por meio do festival patrocinado por alguns jovens da cidade, a Prefeitura usou parte da verba para iniciar a construção da entidade beneficente, mas a outra parte não foi aplicada e nem designada para outra ação: “Sumiu!” O tesoureiro da comissão para a construção do asilo levou a repartição do jornal a ata de suspensão da obra pelo prefeito e, sem data prevista para a continuidade, e por conta desse acontecimento foi publicado:

Por esse documento se vê que a construção desse estabelecimento foi suspensa por deliberação da atual municipalidade [...] Não podemos atinar com as razões que levaram a nossa edilidade a suspender indefinidamente essa obra que já tanto dinheiro havia custado [...] E a elástica generosidade do povo que a todo o momento é solicitada para obras pias e de beneficência e quando se vê, como neste caso, tanto esforço perdido, tanto dinheiro inutilizado, tanta boa vontade em pura perda (**Diário da Tarde**, 03/06/1902, p. 2).

Independente das discussões sobre o dinheiro que sumiu e a paralisação das obras do asilo, o que é possível notar é a mobilização social para a construção. Nessa época, diferentes grupos, muitos deles religiosos, se organizavam na perspectiva de diminuir os problemas sociais da cidade, ou seja, reduzir o número de “contraventores”. E a FEP, como parte de seu discurso doutrinário de evolução espiritual pela ajuda ao próximo e, também, como uma estratégia de visualização social (era preciso ganhar respeito e mais adeptos), igualmente se lançou nesta tarefa assistencial. Vemos que no primeiro estatuto da FEP, apresentado no ano de 1904, no qual constavam as suas Bases Orgânicas, encontrava-se presente, no artigo 1º, a orientação para a execução de ações caritativas como um dos principais objetivos da Federação:

- c) Exercer e pregar a moral, praticar a caridade por todos os meios a seu alcance, concorrendo para tornar efetivos os laços da fraternidade e solidariedade humana [...]
- l) Criar e manter, quando as circunstâncias materiais o permitirem, assistências médicas, asilos de inválidos e de órfãos e as caixas de socorro que julgar necessárias, de modo a dar maior expansão possível ao espírito de caridade (ESTATUTO, 1904, p. 1).

Os grupos que foram assumindo a direção da FEP, utilizaram discursos e práticas para educar seus adeptos sobre a importância das ações caritativas. Contudo, antes da organização da Federação Espírita do Paraná, o Centro Espírita

de Curitiba, sob a direção de Manuel José da Costa e Cunha, já trabalhava em prol dos necessitados, fundando em Curitiba a Assistência aos Necessitados, que auxiliava os pobres com “alimentos e roupas [e] atendimento aos doentes” (**A Luz**, 29/02/1896, p.6).

O auxílio ao próximo era prática corriqueira de espíritas da Capital e, em 1890, no periódico **A Luz**, publicação do Centro Espírita de Curitiba, texto de Antonio Pombo já sugeria aos adeptos da doutrina kardecista a necessidade da caridade:

Caridade! Caridade! Tu és a luz da humanidade! Mas o que digo eu?... A caridade não seria uma hipocrisia? A verdadeira caridade não o pode ser. Ela é um sentimento profundo, uma flor cheia de perfumes que desabrocha na alma em seu tempo, como as flores da natureza, e todos os homens a trazem abotoadas em seu coração. Assim como as flores não abrem todo o ano, antes tem sua estação própria, assim a caridade aparece em certa época da vida. Mas porque existe[m] no mundo pessoas com quem devemos ser caridosos? Em tudo se vê a sabedoria de Deus. Ele é o Pai universal e quer que seus filhos se reconheçam e se amem como ele nos ama (**A Luz**, 15/09/1890, p.3).

Em 25 de outubro de 1890, a **Revista Spirita**, que não se anunciou como sendo de um grupo espírita e circulava em Curitiba há poucos meses, publicou nota de agradecimento ao redator do jornal **A Luz**, que havia parabenizado a edição do novo periódico. A nota afirmava que as duas publicações pretendiam “propagar as mesmas verdades” (**Revista Spirita**, 25/10/1890, p. 3). Entre essas “verdades” comuns, uma se referia a importância de praticar a caridade. Segundo artigo da **Revista Spirita**:

Praticar a moral espírita é exercer a caridade para com seus semelhantes; é ilustrar seu próprio espírito pelos conhecimentos da ciência sem com eles ir de encontro com a Moral; é exercer com honestidade seus deveres de cidadão, de filho, de irmão, de pai e de amigo [...] Bem sabemos que nem todos têm recursos para cultivar o estudo; mas todos possuem em si mesmo o poder de purificar seu [espírito] e de praticar todas as ações nobres (**Revista Spirita**, 25/10/1890, p. 4).

O tema caridade também foi explorado pela **Revista Spirita** através da tradução de textos de personalidades mundialmente conhecidas, como o discurso do político liberal britânico William Gladstone (1809-1898) que, após renunciar ao cargo de ministro e chanceler em 1894, teria se dedicado “a causa do bem”, segundo o periódico curitibano. O discurso de Gladstone foi, assim como seria o de Lombroso anos depois, apropriado e utilizado por espíritas paranaenses em prol do ideal caritativo que defendiam:

A CARIDADE

[...] é dever de todo homem que está na opulência vir em auxílio de seus irmãos menos afortunados, sem limitar suas dádivas a décima parte de seu patrimônio [...] O que recomenda é o estabelecimento de uma Sociedade Universal de Beneficência composta de homens ricos sem distinção de cultura, que tomasse o compromisso de honra de despendar cada ano, em boas obras uma parte determinada de seu supérfluo (**Revista Spirita**, 26/03/1890, p. 7).

Esses, entre outros artigos sobre a caridade, procuravam despertar a preocupação que deveriam ter os adeptos do Espiritismo em atender os necessitados da cidade, a fim de assim contribuir com o progresso material e espiritual dos carentes (e daqueles que os ajudavam) e, também, de toda a sociedade. Essa tarefa regeneradora do Espiritismo kardecista, deveria ser realizada principalmente por mulheres, estimuladas por supostas qualidades naturais, pois “a mística feminina confere-lhe [a mulher] virtudes consideradas instintivamente inerentes ao seu sexo, como o amor e o altruísmo, a serem difundidas no lar e na vida social, pela caridade ou pelo assistencialismo” (TRINDADE, 1996, p. 140).

No **O Evangelho Segundo o Espiritismo**, capítulo XIII, item 14, o trabalho feminino é apresentado como uma prática de “beneficência” muito relevante no auxílio aos necessitados:

Vejo, várias vezes, cada semana, uma reunião de senhoras, havendo-as de todas as idades. [...] Que fazem? Trabalham depressa, muito depressa; tem ágeis os dedos. Vede como trazem alegres os semblantes e como lhes batem em uníssonos os corações. Mas, com que fim trabalham? É que veem se aproximar o inverno que será rude para os lares pobres [...] As pobres mães se inquietam e choram, pensando nos filhinhos que durante a estação invernosa sentirão o frio e fome! Tende paciência, infortunadas mulheres. Deus inspirou a outras mais aquinhoadas do que vós; elas se reuniram e estão confeccionando roupinhas [...] obreiras dos pobres, pois que é para vós que elas trabalham assim (KARDEC, 2002 [1864], p. 225).

O direcionamento é feito à mulher espírita, em especial a que tinha melhor condição financeira, é claro. É evidente a relevância atribuída ao trabalho feminino fora de casa no auxílio aos pobres, sobretudo, às outras mulheres. Um trabalho especial, aquele que era um prolongamento da atividade do lar, entretanto mesmo envolta nas práticas caritativas, a mulher passava a ter destaque entre seus pares. Muitas mulheres utilizaram essa brecha como uma tática para se ausentarem da casa e circularem com maior liberdade pelas ruas, e ainda continuarem a ser respeitadas

em suas ações laborais, mesmo “dentro do campo de visão [do homem e] no espaço por ele controlado” (CERTEAU, 2014, p.100-101).

Especificamente, nessas ações caritativas e filantrópicas, muitas realizadas por mulheres católicas e protestantes (PERROT, 2015), há convergência de ações com as práticas assistenciais das espíritas. Há indícios inclusive da apropriação de um texto católico, em favor da atividade caridosa da mulher-mãe, pelo periódico **A Luz**. Este jornal publicou, na edição de 15 de setembro de 1898, página 6, o poema, “Orphãozinho”, extraído da revista **Voz de Santo Antonio**¹³⁰. O poema advertia sobre a importância do atendimento à criança órfã:



FIGURA 5 – Poema Orfãozinho
FONTE: **A Luz** (15/09/1898, p.6)

Na mesma edição, o periódico **A Luz**, em outra coluna, parabenizava a participação da mulher espírita espanhola no trabalho de amparar os necessitados, algo que deveria ter “muitas imitadoras”:

¹³⁰ A **Voz de Santo Antonio** foi uma revista mensal portuguesa, órgão da Pia União de Santo Antonio ligada à Ordem Terceira Franciscana e ao pensamento social democrata-cristão português. Foi publicada entre janeiro de 1895 e abril de 1910. Disponível em: <http://www.ft.lisboa.ucp.pt>. Acesso em: 30/03/16.

A MULHER E O ESPIRITISMO – No Centro Espírita de Barcelona organizou-se uma *Seção Feminina* de Beneficência, a cargo de muitas senhoras Espíritas, que assim compreendem a prática da *verdadeira religião*. Parabéns, e tenham muitas imitadoras, é o que todo bom Espírita deve desejar (**A Luz**, 15/09/1898, p.8, grifo no original).

A Federação Espírita do Paraná, a partir do início do século XX, deu continuidade a esse processo educativo das mulheres espíritas, asseverando, de várias formas, que “fora da caridade não há salvação” e que, portanto, pelo próprio bem e o do próximo era importante agir. A revista **A Doutrina**, em outubro de 1905, no artigo “A prática do bem com acerto” apresentava como deveriam os espíritas proceder:

Ninguém mais do que nós reconhecemos que, em nossa sociedade existe muita gente, muito mais precisada e com muito mais direito a proteção do que os próprios pedintes de porta em porta: referimo-nos a pobreza envergonhada – aquela que sofrendo as maiores privações, todavia nega-se a implorar a caridade pública! Pois bem, é desta classe que queremos tratar, demonstrando aqueles que podem as mãos cheias distribuir óbolos de caridade [...] a verdadeira filantropia não dá esmolas, mas ampara (**A Doutrina**, out.1905, p. 154).

Os discursos proferidos pela FEP foram se apropriando do conceito de filantropia, que representava uma proposta de renovação das práticas caritativas de cunho religioso, as quais tinham por meta maior salvar a alma de quem as praticava e, assim ampliavam suas ações, que deveriam ir além da ajuda material e incentivar o estudo e, principalmente, o trabalho. Dessa forma, o artigo de **A Doutrina**, de 1905, não resume apenas a importância de amparar, mas destaca que era preciso “educar para e pelo trabalho”, uma vez que para o Espiritismo, todos devem trabalhar e sem essa prática não há progresso¹³¹. Segundo este artigo:

Sim, a esmola propriamente dita só se deve fazer a quem por uma lesão qualquer ficar em absoluta impossibilidade de exercer qualquer trabalho [...] quanto vai de erro na apreciação de dar esmolas [...] podemos arrancar da inércia, em que se acha, restituindo-o a sociedade ativa e laboriosa! A esmola envilece, matando os elevados sentimentos e deste modo se verifica que a verdadeira filantropia é aquela empregada com certo engenho e que procura restabelecer as energias adormecidas, dando, em lugar de comer ou vestuário, os meios de ganhar pelos próprios esforços, a fim de tornar os

¹³¹ No **O Livro dos Espíritos** (KARDEC [1857] 2002, p. 330), na questão 680, está a afirmação: “não há homens que se encontrem impossibilitados de trabalhar no que quer que seja, [...] e que Deus condena aquele que voluntariamente tornou inútil a sua existência e vive às expensas do trabalho de outros, e que cada um deve ser útil de acordo com suas faculdades”.

necessitados independentes, tornando-os úteis assim aos seus e a própria sociedade em que vivem (**A Doutrina**, out.1905, p. 154).

A preocupação em ajudar os necessitados pela via do trabalho estava presente nos discursos dos espíritas da FEP, os quais reforçavam que a instrução e a formação para o trabalho seriam o eixo desse atendimento. Esta imagem ficou evidente no artigo que Jesuíno da Silva Ribas, vice-presidente da Federação, que publicou na **A Doutrina** de dezembro de 1905, no qual ele, ao mesmo tempo em que elogiava a inauguração da 'Instituição Protetora da Infância', fazia ressalvas para que se instruisse e educasse os menores¹³², descendentes das famílias dos operários, pois ao invés de “capelas e oratória” deveriam “existir ali as oficinas”:

INSTITUIÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA

Graças aos esforços e iniciativa do ilustrado clínico desta capital, Dr. Antonio Cândido de Leão, vai à cidade de Curitiba ser dotada de uma instituição verdadeiramente humanitária. Com o desenvolvimento das populações, é muito natural que apareçam também as necessidades, pois o grande número de operários, que apenas vive dos seus minguados salários, não pode sustentar com todos os confortos a numerosa prole que habita em seus lares [...] As creches, os internatos e conservatórios onde são tratadas as crianças são dignas de se lhe dispensar as maiores atenções, pois é dessas casas que vão sair os futuros operários e mães de família (**A Doutrina**, dez.1905, p.190).

A preocupação dos dirigentes da FEP em referência ao atendimento que deveria ser dispensado às crianças e aos jovens carentes da cidade era expressada continuamente no seu órgão de imprensa. Segundo Bertucci e Silva (2014, p. 108), “a prioridade de transformar menores órfãos, abandonados ou delinquentes, vários deles negros ou mestiços, em trabalhadores ganhou destaque ainda mais expressivo com o final da escravidão em 1888 e a instalação da república no ano seguinte”. Outra nota, em janeiro de 1906, apareceu na revista **A Doutrina** em respeito à Instituição Protetora da Infância, sobre a sua inauguração e as personalidades paranaenses envolvidas:

¹³² Nesta tese a palavra “menor” foi utilizada para designar criança e/ou jovem, seguindo a denominação variável do período estudado. Da virada para o século XX até os anos de 1920, “menor” indicava a criança e o jovem em situação de abandono, material e/ou moral, e marginalidade. Após o Código de Menores de 1927 a denominação, foi também associada explicitamente à delinquência e estabeleceu uma faixa etária, os menores de 18 anos, que em todo o país deveriam ser encaminhadas ao Juiz de Menores, que os conduziria ao Serviço Social do Juizado de Menores - surge a figura do menor com direitos (KARVAT, 1998, p. 20-23; PANDINI, 2006, p. 14-18; SILVA, 2009, p. 16; CUNHA, 2005a, p. 43).

Fundou-se nesta capital, em 14 de Janeiro findo a Instituição Protetora da Infância, que tem por fim amparar e proteger crianças pobres e abandonadas. Graças aos ingentes esforços do distinto filantrópico dr. Antonio Cândido de Leão, devemos a fundação desta útil Sociedade digna por todas as formas da roteção de todos os homens. A diretoria provisória ficou assim constituída: Diretor, Dr. Antonio Cândido de Leão; Subdiretor, Dr. Miguel Santiago; Presidente, Coronel Joaquim Monteiro Carvalho e Silva; Vice-presidente, Lucio L. Pereira; 1º Secretário, Generoso Borges; 2º dito, Ricardo Negrão Filho; Tesoureiro, João Egas Garrido. Comissão de Imprensa: Nestor de Castro, Celestino Junior, Romário Martins, Dr. Francisco F. Correia, Antonio Schneider, Dr. Afonso Teixeira de Freitas e D. Duarte Velloso. Além desta comissão, foram nomeadas mais duas, sendo uma de senhoras, destinadas a angariar donativos (**A Doutrina**, jan.1906, p. 34).

Entre os “bons homens” que representam os colaboradores no trato com o atendimento às crianças necessitadas, alguns eram associados da FEP, como os senhores: Domingos Duarte Velloso, componente da direção da Federação desde sua fundação, Nestor de Castro e Lúcio Pereira. Consequentemente esses homens estimulavam/educavam os grupos espíritas sobre a necessidade da caridade para com o próximo, como o auxílio que deveria ser prestado às crianças e às mulheres desvalidas.

Essas atividades, segundo Kuhlmann Jr. (2004, p.65), seriam um “conjunto das medidas preconizadas não como direito do trabalhador, mas como mérito dos que se mostrassem mais subservientes” e teriam como função “disciplinar os pobres e trabalhadores”. As instituições filantrópicas, com apoio e parceria do Estado, foram consideradas, em parte, a resolução dos problemas sociais da cidade, pois atenderiam as crianças e jovens, bem como preparariam o homem para o trabalho fora de casa e formariam a mulher para atuar bem no lar, com destaque para cuidados relativos à manutenção familiar (higiene, alimentação, etc.), ou fora de casa, se fosse muito necessário, porém em atividades apropriadas à sua condição feminina. Na sociedade republicana, aos homens o fundamental era governar e representar as instituições políticas, econômicas e sociais, bem como os órgãos de imprensa; às mulheres era delegada a gestão do lar e os trabalhos sociais, além da “natural” responsabilidade pelos filhos.

A instituição filantrópica, segundo palavras de Jesuíno Ribas no artigo de **A Doutrina**, em comentário sobre a instituição Protetora da Infância no Paraná deveria, apesar de suas críticas ao catolicismo, se fundamentar no asilo católico Colégio de Órfãos de São Caetano (local onde Jesuíno Ribas estudou), localizado em Braga

(Portugal) e sugere que as práticas de educação para o trabalho fossem, igualmente, imitadas.

Adverso como era o venerando arcebispo do grande número de religiosas que entravam nos conventos, ficando assim perdidas para a religião e para a pátria, resolveu nos estatutos dessas casas que os órfãos deveriam aprender ofícios mecânicos, escolhendo também alguns para a vida eclesiástica. As órfãs [do Conservatório das Tamancas] eram por sua vez obrigadas a aprenderem a costurar e outros ofícios domésticos. Depois que os rapazes saíam do Colégio, e que já podiam ganhar a vida, poderiam ir ao Conservatório escolher uma das meninas que ali se achava para casar, dando-lhes essa casa o dote, ou seja, o enxoval (**A Doutrina**, dez.1905, p. 191).

A ideia do trabalho como alavanca regeneradora e um antídoto contra os males advindos do ócio e do vício, foi difundida “por pessoas que entendiam que o progresso do país dependia de ações que tirassem os menores das ruas e os transformassem em indivíduos moralmente educados, em homens ordeiros e trabalhadores” (BERTUCCI; SILVA, 2014, p. 112). Em Curitiba, nos primeiros anos do século XX, algumas instituições abrigavam e educavam menores tais como a Instituição Protetora da Infância, Orfanato Cajuru e Assistência aos Necessitados, contudo “nenhuma voltada à profissionalização de crianças e jovens pobres e abandonados da capital” (SILVA, 2010, p. 26). E o amparo aos mais necessitados, primeiro apenas com a oferta de óbolos, marcou a existência da Federação Espírita do Paraná desde sua organização em 1902.

A organização e a participação das mulheres brasileiras em associações caritativas ou filantrópicas, “voluntárias leigas” (femininas e mistas), até o final do século XIX era bem rara, no entanto:

A partir do início do século XX, com o desenvolvimento urbano e industrial, a ampliação das oportunidades educacionais para as mulheres das camadas médias e de elite e a crescente demanda de movimentos sociais, esta situação se modificou rapidamente. (MOTT, 2005, p. 59).

Nesse contexto, para a mulher espírita as atividades de caridade não só significavam busca da “salvação”, mas o cumprimento de um dever de cidadania e de auxílio ao progresso da pátria. Em Curitiba, várias espíritas realizaram ações caritativas dentro da FEP ou em instituições organizadas pela Federação, além de participarem, muitas vezes com seus pais e maridos, de atividades caritativas

promovidas na sociedade curitibana.

No jornal **Diário da Tarde** (14/11/1908, p. 3) o Clube Beneficente 13 de Maio, ao agradecer “as gentis senhoritas, exmas. Sras. e cavalheiros o valioso concurso que prestaram” ao enviarem prendas para a quermesse, citou a Federação Espírita do Paraná. Conforme Azevedo, especialmente no Brasil, os espíritas obtiveram, através da constituição de práticas caritativas e filantrópicas, “um importante instrumento de afirmação de sua identidade religiosa e de legitimação”. (AZEVEDO, 2010, p. 296).

Nas duas primeiras décadas da instituição da Federação Espírita do Paraná, os trabalhos filantrópicos foram tema constante da entidade. Em 1915, quando foi realizado, na cidade de Ponta Grossa, o encontro preparatório para o 2º Congresso Espírita do Paraná, foram estabelecidos três grupos de estudo e discussão, sendo o primeiro deles “Ação Social”¹³³ (**Diário da Tarde**, 22/06/1915, p. 2).

Entre essas ações sociais pode ser incluída a atenção com a saúde dos mais pobres. Desde setembro de 1907, existia na Federação uma Farmácia e um Consultório, ambos homeopáticos¹³⁴, para atender “os sócios e pessoas necessitadas” (**A Doutrina**, ago./set. 1907, p.115). Para os homeopatas, seguindo os preceitos de Samuel Hahnemann (1755-1843), existiria uma força vital intermediária entre corpo e o Espírito, cujo desequilíbrio resultaria em doença. A saúde seria recuperada com o uso individualizado/adequado, em dose correta, de um medicamento elaborado a partir da diluição e dinamização de uma substância terapêutica: a reação do organismo ao medicamento, que produziria uma doença “artificial” com os mesmos sintomas daquela que vitimava o doente, resultaria no combate eficiente também à moléstia real (BERTUCCI, 2004, p.198-200). Os espíritas kardecistas, segundo Sigolo (1999, p. 34-35), fizeram uma “releitura da teoria hahnemanniana, aproximando as concepções de força vital com a de perísprito [corpo fluídico dos espíritos]”, porém muitos médicos homeopatas não aceitavam tal comparação e rechaçavam essa relação com o Espiritismo.

¹³³ O segundo grupo discutiria sobre “Doutrina”: o estudo teórico, a escola de médiuns, os trabalhos de cura e o valor da propaganda oral, entre outros; o terceiro grupo seria sobre “Sociologia”: o patriotismo em face do espiritismo, o espírita como juiz, o espírita como militar e a educação moral e religiosa dos presidiários (**Diário da Tarde**, 22/06/1915, p. 2).

¹³⁴ “A homeopatia, divulgada na Europa a partir de 1796, teve sua grande síntese no **Organon da Medicina Racional**, de 1810, intitulado nove anos depois, em sua segunda edição, **Organon da arte de curar**. Revisado e reeditado várias vezes, o livro foi traduzido para o português em 1846 por um dos pioneiros da homeopatia nacional, o cirurgião, nascido em Portugal, João Vicente Martins”. (BERTUCCI, 2004, p.200). A introdução da homeopatia no Brasil dataria de 1840, quando chegou ao Brasil o médico francês Benoit Jules (Bento) Mure.

O Consultório Homeopático da FEP teve como seus primeiros responsáveis, segundo **A Doutrina** (ago.-set. 1907, p. 61), Antonio Vieira Neves, funcionário (porteiro) da Escola de Aprendizes Artífices de Curitiba, gerente e redator de **A Doutrina** e 2º tesoureiro da FEP (**Diário da Tarde**, 08/06/1907, p. 3; 15/05/1918, p. 3) e o comerciante Domingos Greca, 1º tesoureiro e vice-presidente da FEP (**Diário da Tarde**, 08/06/1907, p. 3; **Diário da Tarde**, 4/06/1927). Não foi possível saber se médicos homeopatas ou médiuns atendiam no Consultório nesse período, ou se no espaço eram realizados atendimentos de emergência, com realização de curativos ou distribuição de medicamentos¹³⁵.

Foram muitos os espíritas brasileiros adeptos e divulgadores da homeopatia por considerarem esta ciência da saúde uma verdadeira “medicina dos Espíritos”, como havia afirmado no século XIX o médico Adolfo Bezerra de Menezes (1831-1900); algo que, ao longo das primeiras décadas do século XX, ainda gerava protestos veementes de médicos homeopatas, como o doutor José Emydgio Rodrigues Galhardo, inconformados com a associação que consideravam absurda entre Espiritismo e homeopatia (BERTUCCI, 2004, p. 217-218). Segundo Bertucci, nos Oitocentos:

[...] o estreitamento das relações entre homeopatas e espíritas [teve] na figura de Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, que presidiu a Federação Espírita Brasileira, figura de destaque. O doutor Bezerra de Menezes era um desencantado médico alopata que aliou a homeopatia à suas convicções espíritas. Bezerra de Menezes, que nunca estudou a doutrina de Hahnemann, mas como Allan Kardec, conheceu o magnetismo de Franz Mesmer¹³⁶, não foi o primeiro espírita a receitar homeopatia, entretanto sua atuação foi decisiva para criar um cisma entre os kardecistas [brasileiros], divididos entre os que acreditavam que a fé tinha prioridade sobre a doutrina e aqueles chamados “espíritas científicos”, que postulavam a instrução doutrinária como algo primaz. [...] Nos seus anos de atuação, Bezerra de Menezes foi grande incentivador dos dispensários homeopáticos e criou uma escola para médiuns “receitistas” (BERTUCCI, 2004, p.216-217).

¹³⁵ Há indícios de que, em 1906, o médico Nilo Cairo, que era homeopata, se ofereceu para prestar serviços médicos aos mais necessitados através da assistência médica organizada pela Federação (**A Doutrina**, maio 1906, p. 61; **Mundo Espírita**, abr.1957, p. 1). Nilo Cairo (1874-1928), filiado ao Instituto Hahnemanniano do Brasil, foi um dos criadores da Faculdade de Medicina do Paraná, publicou várias obras sobre homeopatia e atuou intensamente no Rio de Janeiro e em Curitiba (SIGOLO, 1999, p.12-15).

¹³⁶ A teoria do médico Franz Mesmer (segunda metade do século XVIII), denominada magnetismo animal ou mesmerismo, afirmava que um fluido curador, elo entre matéria e Espírito, emanaria de um agente humano de cura ou magnetizador (muitas vezes hipnotizador), confira: Darnton, (1988, p.13-47); Machado, (1983, p.39-55); Warren (1986).

No século XX, na Federação Espírita do Paraná, que alardeava como imprescindível o estudo científico da obra de Kardec, essas divergências pareciam distantes, algo evidente com a criação da Farmácia e do Consultório homeopáticos¹³⁷. Em 1915, os serviços prestados pela Farmácia da Federação ganhariam ainda mais importância com a criação do cargo de farmacêutica, ou seja, responsável pela Farmácia. Neste ano foi Idalina de Souza¹³⁸ que assumiu esta função. Uma mulher assumir a distribuição de medicamentos aos que precisavam não era algo incomum, entretanto, este foi o primeiro cargo administrativo na FEP preenchido por uma mulher.

É preciso considerar também que em tempos de Primeira Guerra Mundial, com grandes mobilizações femininas que, inclusive, concorreriam para a criação da Cruz Vermelha com filial no Paraná e também para a futura organização do Hospital de Crianças, em Curitiba (AVANZINI, 2011), a escolha de Idalina de Souza se insere perfeitamente no contexto da época, situação vivida também por católicas, protestantes e livres pensadoras de diferentes matizes.

Em 1917, assumiu o cargo Heroína de Barros¹³⁹ que em 1918 “exonerou-se”, assumindo o posto Virginia Curial Gondin. Neste ano a **Revista de Espiritualismo**, que noticiou essas mudanças, fez um balanço das atividades beneficentes da FEP, informando seus leitores que a Farmácia fazia parte do “núcleo central” da Federação (**Revista de Espiritualismo**, jan.1918, p. 1).

Em 1919, não aparece mais a função farmacêutica, mas “diretor do Consultório e Farmácia” e quem assumiu o novo posto, agora modificado e bem mais amplo, foi Sebastião Gondin (seria marido de Virgínia, a última farmacêutica?), que ficou na função até 1926. Interessante o que revela o periódico da FEP:

¹³⁷ Entre os membros da FEP existiam médiuns “receitistas”, como foi o caso de Domingos Duarte Velloso, que também teria atuado no início do século XX como redator e secretário da **Revista Homeopática do Paraná**, dirigida pelo médico Nilo Cairo (**A Doutrina**, mai. 1906, p. 61; **Mundo Espírita**, 15/12/1951, p.1). Nas fontes pesquisadas para esta tese não foram localizadas informações sobre mulheres médiuns “receitistas” ligadas à FEP. Entre as “receitistas” que atuaram no Brasil estão: Adelaide Câmara, chamada de Aura Celeste, nascida em Natal (RN) e moradora do Rio de Janeiro; a carioca Yvonne do Amaral Pereira e a paulista Joana Pedro Pereira (LOUREIRO, 1996, p. 288-291, 311-321, 393-395).

¹³⁸ Não foi possível localizar mais dados sobre a vida e atuação de Idalina de Souza ou de Souza Oliveira (como por vezes foi denominada).

¹³⁹ Seu nome aparecerá novamente na **Revista de Espiritualismo** como uma das mulheres que trabalhavam no Grêmio Vianna de Carvalho da FEP e também como oradora da Federação.

Consultório e Farmácia

Assumiu o cargo de diretor do Consultório e Farmácia, para o qual foi nomeado pelo presidente da Federação, o confrade Sebastião Gondin. Continua a testa do serviço da Farmácia a irmã [espírita] D. Virginia Curial Gondin (**Revista de Espiritualismo**, jan.1919, p. 15).

O cargo de diretor era masculino, mas o trabalho da Farmácia, agora subalterno, continuava com uma mulher, a mesma Virgínia Curial Gondin. Anos depois, em 1926, um cargo de diretoria de Farmácia foi criado, mas não fica claro sua relação com a direção do Consultório da Federação ou se este foi extinto, quem assumiu o posto foi Rosina Silva¹⁴⁰, que permaneceu na função até 1932. Entretanto, a criação de um Dispensário Homeopático em 1932¹⁴¹, com um diretor, sugere remodelação na estrutura do atendimento e, quem sabe, um atendimento mais especializado, que necessitava de mais conhecimentos da homeopatia – os homens seriam diretores do Dispensário até 1952 (ARAUJO, [2001?], p.30-45).

Arthur Lins de Vasconcellos, José Nogueira¹⁴² e Flávio Luz¹⁴³ se alternaram na presidência da FEP e em outros cargos de direção da Federação desde 1915 e em grande parte dos vinte anos seguintes. Nesse período, as chamadas “obras sociais” mobilizavam uma quantidade significativa de pessoas na sociedade curitibana. Nos primeiros anos do pós Grande Guerra, os espíritas kardecistas da FEP estimularam os trabalhos que atendessem não somente o público carente, mas também aos interesses de uma época. O “Programa de Ação Social” com caráter mais filantrópico, elaborado no final do período do conflito mundial, teve como molde o projeto do jornalista espírita Hugo do Reis, recebendo também contribuições de Lins de Vasconcellos, Flávio Luz, Sebastião Paraná e Vicente Nascimento Junior. Foi aprovado pela direção da Federação no início de 1918.

O texto na íntegra, publicado na **Revista de Espiritualismo** (mar.1918, p. 51-53), começa com o argumento: “O moderno Espiritualismo considerando que a confraternização dos povos só é possível mediante a paz universal”. Esse programa

¹⁴⁰ Não foi possível encontrar mais detalhes biográficos sobre as mulheres que assumiram o cargo de diretoras de Farmácia na FEP.

¹⁴¹ Pela ata de 10/04/1932, o nome da Farmácia da FEP passou para Dispensário homeopático, “em vista da recente regulamentação da profissão de farmacêutico” (ARAUJO [2001?], 1932, p. 17).

¹⁴² José Nogueira dos Santos (1870-1956), nascido em Palmeira, cidade do Paraná. Foi professor, músico e poeta. Ingressou na Federação em 1913. Presidiu a FEP nos anos de 1915; 1929–1931. (**FEDERAÇÃO**, 2016).

¹⁴³ Flávio Ferreira Luz (1887-1954), curitibano. Foi presidente da FEP nos anos de: 1917 – 1919; 1921–1927. Bacharel em Direito. Um dos fundadores da Rádio Clube Paranaense. Em 1915 passou a participar da Comissão Central da Federação. Diretor da **Revista de Espiritualismo** (**FEDERAÇÃO**, 2016).

pretendia orientar os espíritas sobre os aspectos importantes que deveriam ser assumidos pelo Estado relativos: à paz; aos povos e à família; à política; educação; trabalho; instrução; mulher; beneficência; entre outros. Esse projeto da FEP, serviu para reforçar as práticas sociais que deveriam ser desenvolvidas pelo Estado, mas que a Federação igualmente se manifestava responsável:

20º) Efetivar, criar e auxiliar todas as instituições de amparo a infância, a mulher, a velhice e a invalidez, favorecendo a fundação de asilos especiais para recolhimento de menores órfãos abandonados, formando-se uma legislação especial, de acordo com a estatística, para que o Estado possa patrocinar os institutos de beneficência (**Revista de Espiritualismo**, mar.1918, p. 53).

Contudo, mais uma vez, o lugar da mulher era, efetivamente, o de geradora e educadora social.

19º) O preceito que estabelece a inferioridade da mulher deve ser posto a margem, competindo ao Estado e a cada cidadão em particular, concorrer para que os direitos dela sejam igualados aos do homem [...] É recomendável uma melhor interpretação da lei no sentido de dar a mulher os mais amplos direitos civis e políticos. A mulher sã, moral, física e intelectual e socialmente desenvolvida, estará apta a gerar e educar uma sociedade perfeita (**Revista de Espiritualismo**, mar.1918, p. 53).

A mulher inteligente, cidadã bem informada, era, portanto, a perfeita mãe e educadora e esta era a sua função/ação imprescindível para a sociedade¹⁴⁴, com diversos desdobramentos, que ultrapassavam o lar e a escola. Esse trabalho feminino realizado pelas espíritas ligadas à FEP e que se difundia na sociedade curitibana, é relatado de forma pulverizada, mas recorrente, pelos periódicos da Federação.

Em 1918, existem notícias sobre a ação da Sociedade Beneficente de Senhoras, grupo de mulheres espíritas que, havia dois anos, zelava pela manutenção do Albergue Noturno da FEP e era formado por 211 senhoras e senhoritas que socorriam, semanalmente, 60 pessoas necessitadas com roupas, cobertores, medicamentos e

¹⁴⁴ Esse programa de ação social foi novamente divulgado em 26 de fevereiro de 1949, no jornal **Mundo Espírita** (neste período editado no Rio de Janeiro), com o propósito de servir de modelo e orientar os trabalhos da Ação Social Espírita, fundada pela Liga Brasileira de Espiritismo (LBE), no Rio de Janeiro, com o propósito de ajudar a constituir a paz universal (**Mundo Espírita**, 10/05/1948, p. 1; 14/05/1949, p.2; 28/05/1949, p. 3; 11/06/1949, p. 3-4; 25/06/1949, p. 3-4; 09/07/1949, p. 2-3; 27/08/1949, p. 2). Lins de Vasconcellos, a partir de 1948, assumiu a direção do jornal **Mundo Espírita** e em acordo com o projeto de “ação social espírita” anunciado, foram abertos cursos de alfabetização (crianças e adultos) e enfermagem, na Capital federal, em parceria com o Ministério de Educação e Saúde (**Mundo Espírita**, 09/07/1949, p.1 e 3).

outros auxílios. As senhoras contavam com a colaboração de 12 comerciantes curitibanos e a direção deste grupo estava a cargo das senhoras: Noemia Gutierrez, Eloina Faria, Amelia Lopes¹⁴⁵, Rosa G. (?), Sarah L. Luz (**Revista de Espiritualismo**, set.1918, p. 168-169). O citado Albergue Noturno foi inaugurado em abril de 1915, depois de alguns anos de sua aprovação pela diretoria da FEP. O Albergue foi construído para abrigar “desamparados” que chegavam a Curitiba em busca de empregos e aos sem teto da cidade. No início do século XX, muitos dos albergados eram imigrantes (**Revista de Espiritualismo**, mar.1917, p. 53).

Em 1919, o Grêmio Vianna de Carvalho¹⁴⁶ foi instaurado na Federação. O nome da nova entidade homenageava um “infatigável propagandista” do Espiritismo o qual, segundo a **Revista Espiritualismo**, havia sido uma elogiável escolha “de nossas estimadas irmãs” (**Revista Espiritualismo** out.1920, p.144). Homenagem à parte, as mulheres do Grêmio tinham como propósito promover eventos para subsidiar as obras filantrópicas da FEP, o que resultaria em visibilidade das mulheres na Federação e fora dela, além de concorrer para propagandear a FEP entre os curitibanos. Sobre este Grêmio a **Revista de Espiritualismo** destacou, em outubro de 1919:

O grêmio Beneficente Dr. Vianna de Carvalho lavrou um tento com a realização da primeira festa de caridade em benefício do Albergue Noturno, na noite de 21 do corrente na sede da Federação Espírita do Paraná. Na velada literário-musical organizada por esse Grêmio de gentis senhorinhas tomaram parte os srs. Desembargador Santa Ritta, Dr. Francisco Avelino Lopes, Hugo de Borjas Reis, Lins de Vasconcellos, [...] e senhorinhas Irene Lemos, Thereza Zanello, Fredolinda Cercal¹⁴⁷, Azora Costa, Maria da Luz Santos, Helia Silva e Elvira Boscardim. A sessão foi presidida pela senhorinha Amelia Lopes, ladeada pela tesoureira, secretária e oradora, respectivamente, Pequenininha Requião, Delminda Santos e Heroína Barros (**Revista de Espiritualismo**, out.1919, p.145).

Os nomes das “senhorinhas” antes um tanto esquecidos, começam a aparecer

¹⁴⁵ Amélia Lopes, ex-aluna da professora e médium Josephina Rocha na Escola Carvalho (**A Escola**, mar.1906, p. 45), foi homenageada pela FEP como “sócia benfeitora” em outubro de 1920 (**Mundo Espírita**, ago.1987, p. 1).

¹⁴⁶ Manuel Vianna de Carvalho (1874-1926). Cearense, veio para Curitiba em 1911 e em 1913 mudou para Maceió, regressando sempre que possível ao Paraná. Engenheiro militar, capitão do exército nacional, escritor e orador espírita. Escrevia artigos doutrinários que eram publicados no jornal **Diário da Tarde** e em outros jornais do país (**Revista de Espiritualismo**, jun.1918, p.112-113).

¹⁴⁷ Sobre Fredolinda Cercal foi encontrada uma informação: casou-se em 1926 com Samuel César de Oliveira (1896-1932) advogado e um dos fundadores da Academia de Letras do Paraná. Sobre as outras mulheres citadas não foram encontradas informações (**Diário da Tarde**, ago/1930, p. 5).

nos relatos de eventos da FEP, embora depois dos “senhores”. No artigo da **Revista de Espiritualismo**, publicado no ano seguinte, se encontrou referência à nova diretoria do Grêmio e indicou outras organizações da Federação beneficiadas com as ações das senhoras e senhoritas:

A nova diretoria tomou posse no dia 24 de agosto último [...] levou a efeito no dia 16 do corrente, na sede federativa, mais uma velada literário-musical, desta vez em benefício da Caixa Escolar, Assistência aos Necessitados e Albergue Noturno [...] A nossa distinta irmã Professora Delminda Santos, auxiliada pelas senhoritas Alice Machado, Julieta Santos, Heroína de Barros, Arthemina Cruz e outras mostrou mais uma vez o quanto é capaz a mulher quando se dispõe as realizações superiores. As alunas do conservatório de Música do Paraná, senhoritas Dulce Bley e Bianca Bianchi, discípulas do Maestro Ludovico Seyer, foram muitíssimo aplaudidas (**Revista de Espiritualismo**, out.1920, p.144).

O Grêmio Vianna de Carvalho atuou no auxílio aos necessitados e na manutenção do Albergue Noturno, juntamente com a Sociedade Beneficente das Senhoras, que desde 1916 havia assumido os encargos da antiga Assistência aos Necessitados¹⁴⁸ para, “amparar os verdadeiros necessitados, evitando que, para ganhar o pão andem a mendigar pelas ruas” e para isso o auxílio do “digníssimo chefe de polícia” era importante (**Revista de Espiritualismo**, fev.1918, p 40; jun.1918, p.113). Ainda em 1918, artigo da **Revista de Espiritualismo** afirmava:

SOCIEDADE B. DAS SENHORAS

Por esse documento pode-se avaliar o movimento auspicioso da Sociedade e os benefícios que vem prestando aos necessitados e ao Albergue Noturno. Até o mês próximo o serviço de assistência assumirá colossais proporções, visto como o comércio curitibano tomou o compromisso de auxiliar generosamente a Sociedade uma vez que o Dr. Chefe de Polícia proíba terminantemente a mendicância nas ruas da capital. E essa medida a ilustre autoridade promete tomar logo que o serviço esteja organizado, segundo se infere dos termos do ofício que vem de dirigir a diretoria dessa humanitária instituição (**Revista de Espiritualismo**, abr.1918, p.78).

Através do ideal de promover a assistência aos mais pobres, tanto da Sociedade Beneficente das Senhoras, quanto do Grêmio Vianna de Carvalho, as mulheres espíritas ganhavam o que Conceição (2012, p. 128) descreveu, como “certo poder de ‘regeneração’ da população, a partir da interferência direta no cotidiano das

¹⁴⁸ Em 1946 a Sociedade Beneficente das Senhoras foi transformada em departamento da FEP, com o nome de Associação das Senhoras Espíritas e passou a auxiliar somente famílias necessitadas.

pessoas mais pobres, regulando hábitos e as práticas consideradas prejudiciais à sociedade como um todo”. Mas, essa era uma prática que também revelava o auxílio entre mulheres, como indica texto da **Revista de Espiritualismo**, no qual a Sociedade Beneficente das Senhoras, sob a presidência da senhora Sylvia Munhoz Velloso, afirmava em nota que:

Além dos serviços que à pobreza presta, a Sociedade B. de Senhoras se prontifica a dar uma diária à sócia que, enfermada, não tenha recursos para adquirir medicamentos, e fornecer uma pensão aquelas que, enviuvando ou caindo em estado de invalidez, não tenham com que prover suficientemente a sua subsistência (**Revista de Espiritualismo**, jul.1918, p.132).

Assim é possível também verificar que não só as mulheres chamadas de elite, de boa condição financeira, faziam parte desta Sociedade, haja vista que algumas poderiam necessitar do amparo das outras para dar continuidade aos trabalhos sociais. Num primeiro momento, se difundiu pela sociedade que as atividades filantrópicas eram de responsabilidade somente daquelas que tinham mais tempo e dinheiro, contudo, outras mulheres menos favorecidas economicamente foram estimuladas a auxiliar como podiam, nas ações sociais (CONCEIÇÃO, 2012; TRINDADE, 1996).

Os moradores de Curitiba, como de várias cidades brasileiras que presenciavam o aumento dos habitantes nas primeiras décadas do século XX, necessitavam aprender a viver nesse ambiente urbano que instituíra novas regras de educação, de urbanidade e de civilidade. E nesse cenário vão se conjugar racionalização dos espaços e modelagem dos comportamentos, muitas vezes pela via da filantropia. Nos dias 24 e 25 de dezembro de 1919, a Sociedade Beneficente das Senhoras e o Grêmio Vianna de Carvalho se reuniram em prol do Natal dos pobres e das crianças carentes:

No primeiro dia, presentes cerca de duzentos pobres, no salão de conferências, falou em nome daquelas instituições o secretário desta revista, que discorreu sobre as origens da dor e sobre os males que afligem a humanidade, condenando os vícios, principalmente o jogo e o alcoolismo bem como a falsa indigência. Depois de vários números de música pelo prof. Assis Rocha e pela senhorinha Fredolinda Cercal, algumas crianças da Escola Doutrinária Bezerra de Menezes disseram poesias [...] foi efetuada larga distribuição de roupas, fazendas, gêneros e dinheiro pelos pobres, na mais perfeita ordem e alegria. No dia 25, às 14 horas, reuniram-se na Federação mais trezentas

crianças [...] O secretário desta revista dirigiu a palavra às crianças, lembrando a bondade de Jesus e convidando-as a se associarem na Escola Doutrinária, aos domingos às 10h da manhã, a fim de aprenderem a se conduzir para conquistar a felicidade [...] foram distribuídos doces (**Revista de Espiritualismo**, dez.1919, p.196).

O encargo da realização do evento natalino ficou a cargo da “senhorinha Amélia Lopes” presidente do Grêmio, porém Lins de Vasconcellos, então secretário da **Revista de Espiritualismo** e tesoureiro da FEP foi o orador das festividades.

A intenção de atrair as famílias, especialmente as crianças, poderia se resumir em uma perspectiva, tomada emprestada de Silva (2010, p.16): “educar para salvar da delinquência”. Como? Acolhendo, alimentando, cuidando e, assim educando: uma função materna, agora em perspectiva social. E, salvando vários da delinquência e do desamparo, essas mulheres também foram (re)educadas para a vida social, trilhando um caminho, por vezes estreito, para a rua e o mundo do trabalho, mas sob as balizas da FEP que, por vezes, pareciam limitar as ações das mulheres.

Assim, em 22 de março de 1924, foi organizado o Grêmio Protetores do Bem, com o “objetivo de amparar os institutos de caridade existentes [na FEP] e os que fossem criados” (**Revista de Espiritualismo**, maio1924, p.11-12). Entre esses “institutos de caridade” a Assistência aos Necessitados e o Albergue Noturno, até então local de atuação feminina por excelência. O Grêmio teria como responsável o professor José Nogueira dos Santos (presidente da FEP entre 1915 e 1916), auxiliado por Atílio Trevisani, Olegário Ayres de Arruda, Aristeu Balster, José Serrato e José Sotero Angelo (**Revista de Espiritualismo**, ago.1924, p.88).

Em dezembro de 1924, o Grêmio Protetores do Bem passou a ser chamado de “Grêmio Cultores do Bem” e centrou sua atuação em benefício da construção do Abrigo dos Desventurados que, desde 1921, vinha sendo projetado pela FEP como um asilo que atenderia jovens e idosos:

Há dois anos, o Conselho teve a oportunidade de estudar a fundação de um instituto profissional, uma espécie de recolhimento para menores e velhos, com instrução intelectual, moral e profissional. Agora que os seus recursos lhe permitem iniciar essa obra, a Federação acaba de adquirir, no centro da cidade, um magnífico terreno com proporções suficientes para as primeiras instalações do seu abrigo. O auxílio que para esse fim já lhe tem sido dispensado por pessoas conceituadas de nosso meio, entre industriais e comerciantes, já constitui uma sólida base para a construção inicial [...] O bem que neste mundo houvermos feito em prol dos nossos irmãos

desprotegidos, constituirá necessariamente o nosso tesouro eterno, indestrutivelmente (**Revista de Espiritualismo**, abr.1923, p.50)

Para arrecadar verbas para edificação do Abrigo, em dezembro de 1924 o Grêmio Cultores do Bem promoveu uma festividade e convidou como orador o professor Dario Vellozo¹⁴⁹. O tema da palestra, muito apropriado, foi “Filantropia”, tema que poderia ser ancorado no *ethos* religioso dos espíritas e assim no “assistencialismo caritativo”. (JURKEVICS, 1998, p. 11-12). Como parte da festividade, também “foi executado um brilhante programa litero-musical, em que tomaram parte gentilíssimas senhorinhas da nossa sociedade” (**Revista de Espiritualismo**, dez.1924, p.135). O professor Dario Vellozo, maçom e neopitagórico¹⁵⁰, era sócio colaborador da FEP, fazia parte da rede de amizades de Lins de Vasconcellos e Flávio Luz e era um dos colaboradores efetivos da **Revista de Espiritualismo**. E “as senhorinhas”, quem eram? Não sabemos; mas podemos deduzir que as mulheres tiveram que ceder parte de seu lugar em atividades agora coordenadas pelo Grêmio Cultores do Bem.

Em janeiro de 1929, numa reunião do Conselho da FEP, Lins de Vasconcellos “propôs e foi aprovada a criação de uma Comissão de Censores, a qual teria por fim organizar os programas e festividade realizados na sede federativa, fiscalizando ensaios e comparecendo as festas” (ARAUJO [2001?], p. 28). Não há referência sobre a composição desta Comissão, mas considerando que cargos de coordenação ou administrativos na FEP eram ocupados por homens (com exceção da Farmácia), os censores deveriam ser, majoritariamente, do sexo masculino. E seriam as mulheres os maiores alvos dessa fiscalização, pois ficariam dependentes da Comissão para organizar festividade e fiscalizar sua realização. Entretanto, a ação dessas senhoritas e senhoras continuou.

Embora minoria nos cargos de direção, algumas mulheres assumiram tais funções, como Elvira Marquesini¹⁵¹ que, em 1934, passou a dirigir o Albergue Noturno,

¹⁴⁹ Dario Persiano de Castro Vellozo (1869-1937) nasceu no Rio de Janeiro e mudou-se para Curitiba em 1884, foi tipógrafo do jornal o **Dezenove de Dezembro**, professor do Ginásio Paranaense, escreveu vários livros e fundou revistas. Foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, em 1900 (GONÇALVES JUNIOR, 2011, p. 22-24).

¹⁵⁰ Em 1909, Dario Vellozo e um grupo de livres pensadores, composto por alunos e professores do Ginásio Paranaense, fundou em Curitiba o Instituto Neo-Pitagórico (INP). Esse grupo passou a sediar o Movimento Mundial do Pitagorismo. Os integrantes do INP, com ideais esotéricos e ocultistas, debatiam e propagavam princípios relacionados à harmonia entre o corpo e o espírito, a relação mais próxima com a natureza e pensamentos de paz e altruísmo (GONÇALVES JUNIOR, 2011, p.94-100).

¹⁵¹ Elvira Marquesini Vaz (1915-1996) nasceu em Ponta Grossa, aos 12 anos veio para Curitiba. Tendo cursado Magistério e Técnica de Agente Social, paralelamente trabalhou junto ao Albergue da FEP.

no lugar do seu pai, Lúcio Marquesini. Ela ficou no cargo por 40 anos e outros 5 anos atuou como voluntária. Nesse longo período, muitos foram os momentos que apareceu cercada apenas por homens (dirigentes como ela?) como na figura 6, que reproduz uma fotografia da década de 1940.



FIGURA 6 – Elvira Marquesini e reunião na FEP (194?)
FONTE: Acervo Fotográfico da Biblioteca da FEP

É significativo observar que nesta fotografia, que não foi realizada em estúdio fotográfico, mas nas dependências da FEP, o espaço é composto por pessoas de corpo inteiro representando igualmente uma “teatralização da pose” (FABRIS, 2004, p. 30). Como escreveu Barthes (1984, p. 52-53), não é pela pintura que a fotografia tem a ver com a arte, é pelo teatro. Na fotografia da década de 1940, percebeu-se o destaque nas representações desses corpos como: a mulher sentada, mas não no

Lecionou português e datilografia durante vinte e cinco anos, na Escola Profissional Maria Ruth Junqueira. Fez o Curso de Enfermagem e atendia os albergados, criando no local o Ambulatório Médico dirigido pelo doutor Saluciano Ribeiro. Durante o seu trabalho no Albergue, Elvira realizou quarenta e oito partos e vários dos recém-nascidos eram abandonadas pelas mães, sendo encaminhadas ao Juizado de Menores, para posterior adoção. Recebeu o título de *Cidadã Honorária de Curitiba* e a Câmara Municipal denominando uma rua da cidade com seu nome, no bairro do Sítio Cercado; foi eleita, em 1969, “mãe espírita” pela Associação Cristã Feminina (**Mundo Espírita**, maio 2012, p. 1).

centro do grupo, a luz em todo campo visual, porém com maior nitidez no centro; essa luz com o propósito de “conservar os detalhes em preto: os contrastes de claro e escuro” de modo a equilibrar o conjunto como se fosse “unitário e inteligível” (FABRIS, 2004, p. 31-32). Os rostos tornaram-se elementos secundários, contudo, não deixaram de anunciar fisionomias sérias, porém, agradáveis (umas mais e outras menos). A fotografia de grupo pode estabilizar e legitimar uma imagem social que a FEP pretendia disseminar. Nesse sentido, a única imagem feminina possui uma marca de visibilidade nesta fotografia da Federação, embora ainda discreta entre homens ativos.

Conforme escreveu Perrot (1988, p.93), a mulher desempenhava seu papel ora individualmente, muitas vezes na obscuridade, ora coletivamente, em ações caritativas ou filantrópicas em “prol de uma cidadania social”, entretanto, por vezes essas ações ganhavam maior visibilidade, porque exercida a partir de lugares ocupados em decorrência de “vazios a preencher”, o masculino. No caso de Marquesini, sua atuação no Albergue antes da morte do pai já era efetiva, mas o falecimento do dedicado espírita resultou, provavelmente também como uma homenagem póstuma, na escolha da filha para ocupar o lugar vago. Entretanto, a permanência de Elvira Marquesini por quatro décadas no cargo de direção deve ter sido resultado de méritos próprios¹⁵².

Voltando ao tempo que se seguiu após a Primeira Guerra Mundial, aos “loucos” anos de 1920, de intensa criatividade cultural e expansão da produtividade que concorreram para mudanças nas ações e perfil femininos (cf. SEVCENKO, 1992; 1999; CONCEIÇÃO, 2012), o que se manteve de forma preponderante na FEP foram ainda atividades femininas ligadas à caridade e filantropia.

Enquanto transformações socioeconômicas nacionais e mundiais apontavam para mudanças nos espaços ocupados pelas mulheres na sociedade, mudanças que impeliam muitos grupos, inclusive religiosos, a preparar moças para atuar, conforme os preceitos que julgavam adequados, em diferentes atividades urbanas, na Federação Espírita do Paraná as ações assistenciais eram aquelas que, indiretamente, concorriam para formar senhoritas para a vida em sociedade.

¹⁵² Mas é preciso ressaltar que o trabalho e dedicação de Elvira Marquesini não foi citada no livro **100 anos (1902-2002) semeando a boa nova para um mundo melhor** e na brochura **Memória da Federação Espírita do Paraná no seu centenário** (2002).

É lícito afirmar que, em 1920, Lins de Vasconcellos apresentou um projeto de criação de um “instituto profissional” na Federação para atender a infância e a velhice desamparadas, o que inclui meninas e mulheres, mas na época a atenção dos membros da FEP fixou-se na criação um Sanatório Psiquiátrico, depois nomeado Sanatório do Bom Retiro (ARAUJO [2001?], p. 12-15. Cf. Capítulo III - 3.1)

Anos depois, em 1938, em meio às reformas governamentais que ganharam impulso com a gestão Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, Lins de Vasconcellos apresentou à diretoria da FEP nova proposta, agora de uma escola “profissional feminina”. A proposta foi aprovada, mas o projeto foi discretamente relegado para segundo plano, em um momento que o grande debate continuava a ser o da edificação do Sanatório (**Mundo Espírita**, 08/1987, 2; ARAUJO, [2001?], p.18. Cf. Capítulo III - 3.1)¹⁵³.

Independente da importância para a doutrina espírita e, também, para a inserção dos espíritas na sociedade curitibana e paranaense que o Albergue e o Sanatório poderiam representar, é impossível descartar a hipótese da resistência, mesmo que velada, de membros da FEP à tese da educação da mulher para o trabalho fora da própria instituição ou do espaço doméstico. Nesta perspectiva, em 1939, foi criada a Associação Protetora do Recém-Nascido na Federação Espírita do Paraná¹⁵⁴ (**Diário da Tarde**, 30/03/1939, p.2).

Inaugurada em tempos de dificuldade econômica e em meio aos rumores de uma nova guerra na Europa, a Associação parecia ser uma iniciativa da FEP, mas com formação ecumênica, pelo menos é o que é possível deduzir pelas considerações publicadas pelo jornal **Diário da Tarde**:

Esta demonstração [a exposição de enxovais de bebê na Livraria Ghignone¹⁵⁵] visa atrair a atenção de senhoras e senhoritas da sociedade curitibana, para que elas deliberem auxiliar o nobre esforço das damas patricias que abnegadamente chamaram a si a espinhosa tarefa de fornecerem elementos para os lares pobres proverem os recém-nascidos. Trata-se de um cometimento com caráter estrita e

¹⁵³ Este Sanatório foi inaugurado em 31 de março de 1945, com o nome de Sanatório Bom Retiro (deu nome ao bairro), tinha o objetivo de prestar assistência aos doentes mentais. Os responsáveis na ocasião foram: Dr. Alô Guimarães e Abib Isfer. (**Diário da Tarde**, 13/04/1945, p. 3; **MEMÓRIA**, 2002, p. 17). Sobre a participação decisiva das mulheres para viabilizar esta construção, veja: **Diário da Tarde**, 10/06/1930, p. 5; 30/09/1930, p. 2; 03/10/1930, p. 4; 23/12/1933, p. 4; 04/05/1932, p.4; 18/01/1934, p. 4.

¹⁵⁴ Confira anexo 3.

¹⁵⁵ Nesse período João Ghignone era presidente da FEP e sua livraria localizava-se na esquina das ruas São Francisco e Barão do Serro Azul, na região central, próxima à Igreja Matriz de Curitiba.

profundamente humanitário. Há muita miséria na cidade (**Diário da Tarde**, 11/10/1939, p. 2)¹⁵⁶.

A principal função das mulheres que atuavam na Associação era a confecção de peças de roupas para os pequeninos (**Diário da Tarde**, 04/04/1939, p. 3). Certamente, enquanto costuravam conversavam e aprendiam umas com as outras: um modelo diferente de blusinha ou uma forma mais eficiente de marcar o tecido que deveria ser cortado. Entre a casa e a rua a mulher circulava, ajudando os necessitados e adquirindo um conhecimento que poderia enriquecer sua vida doméstica e que também poderia ser útil em caso de necessidade financeira, como o trabalho nos vários ateliês de costura que existiam em Curitiba, nas primeiras décadas do século XX (TRINDADE, 1996, p.261-280). Como escreveu Bertucci:

[...] a mulher, “rainha do lar”, senhora do mundo privado, muitas vezes realizou funções que extrapolavam o limite doméstico, trabalhando para o sustento da família ou o seu próprio. [E] entre estas atividades as que prescindiam da circulação constante pelos espaços públicos eram as consideradas mais apropriadas para uma senhora ou senhorita “de família”, como as de costureira ou bordadeira, cujo trabalho era efetuado em casa (de preferência) ou em ateliês nos quais apenas mulheres trabalhavam (BERTUCCI, 2015, p.34, grifos da autora).

2.2 AS ESCOLAS DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ E A INSERÇÃO DA MULHER PROFESSORA NA FEP

A evolução humana e assim do próprio social, de acordo com a doutrina espírita, só seriam alcançados pela educação moral, intelectual científica (KARDEC, [1864], 2002, p. 319). No Brasil, os periódicos espíritas foram fundamentais na apresentação destes pressupostos doutrinários. Como escreveu Rocha:

[...] a imprensa espírita apresentava as construções ideológicas que a sociedade brasileira esperava da ideia de ciência. A esperança de dissolver o legado conservador, as instituições aristocráticas e pudessem, enfim, mudar a política e dinamizar o país rumo ao progresso (ROCHA, 2014, p. 140).

¹⁵⁶ Não foram encontrados indícios de quem esteve na direção da APR até 1942. Entre 1943 e 1946, quem assumiu a direção foi Marcolina Laval Pina e entre 1947 e 1952 foi Maria de Lourdes Souto Pinto. (ARAUJO, [2001?], p. 45). As duas eram membros da Federação.

Entretanto, era preciso que atividades cotidianas, concretas, traduzissem esse ideal. Na Federação Espírita do Paraná, a proposta de educação popular representou aspecto fundamental da tradução desse ideal que buscava o progresso individual e de todo o social. As escolas da FEP, diurna e noturna, foram comandadas primeiro por homens, mas as mulheres foram lentamente dividindo esse espaço. As escolas deveriam atender a população de baixa renda, com ensino gratuito e com cunho alfabetizador, com o fim de melhor preparar as pessoas atendidas para a vida de trabalho.

Considerando que a alma individual sobrevive ao corpo e que a sua evolução estaria intrinsecamente relacionada ao trabalho, individual e social (**A Doutrina**, fev.1905, p. 24-25), estimular a educação significaria investir no aperfeiçoamento do trabalho que todos deveriam realizar para progredir. Para os kardecistas da FEP, o trabalho era como uma alavanca para se atingir o “progresso moral e intelectual”, portanto, ao se desenvolver o trabalho a que todos estão sujeitados “por suas próprias necessidades” deve-se adquirir “conhecimentos práticos e especiais” com o fim evolutivo (**A Doutrina**, fev.1905, p. 25).

No período de efetiva implantação e difusão do modelo do Grupo Escolar, no Brasil em geral e particularmente no Paraná, a partir da virada para o século XX (BENCOSTTA, 2001b; VIDAL, 2006), as ações dos espíritas kardecistas foram ao encontro de propostas governamentais paranaenses que buscavam a implantação deste modelo de educação primária. Muitas destas proposições e regulamentações contaram com a participação efetiva de membros da FEP como Sebastião Paraná e o advogado, professor e político Francisco Azevedo Macedo (1872-1955), que na década de 1910 seria Diretor do Ensino no Paraná.

Em 1907, Francisco Macedo apresentou o projeto da Liga de Ensino para o governo estadual, a proposta que envolveu personalidades do Estado com a finalidade de organizar cursos de moral e cívica; ajudar o desenvolvimento individual das faculdades físicas, intelectuais e morais, com a perspectiva de “formar cidadãos fortes, úteis e conscientes”. Entre os que assinaram a Ata de fundação da Liga, estavam Sebastião Paraná e sua esposa, a professora Elvira Faria Paraná (única mulher no grupo de 29 homens) (**Diário da Tarde**, 06/02/1907, p. 1; **A Escola**, jul.1907, p. 64-65). Nesse período, conforme Carvalho (1989, p.10) “regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação”. Embora esposa de um espírita, e

professora “normalista” não há indícios de que Elvira Paraná tenha atuado em alguma das escolas da Federação, pelo menos, não de forma direta.

A causa da educação popular teve repercussão na Federação, inclusive com a indicação da leitura da revista **A Escola**, que começava a circular no Paraná (**A Doutrina**, abr.1906, p. 56) e ideias que foram difundidos na revista, podem ter colaborado para formar o ideal da missão regeneradora da professora primária: “mais um sacerdócio que uma profissão e, cada vez mais uma missão feminina” (ARAUJO, 2013, p. 127).

A proposta que tinha como símbolo o grupo escolar e que pretendia uma mudança na escola, tornando-a “nova”, ao mesmo tempo instruindo e civilizando (SOUZA, 2007, p.41), objetivava atingir um maior contingente possível de pessoas, incluindo as mais pobres, a fim de educá-las para a vida, ou seja, para a vida do trabalho. Curitiba, apresentando ares de uma cidade que se modernizava, também apresentava grandes desafios, entre eles a necessidade urgente de amparo e educação para meninos e meninas pobres que perambulavam pelas ruas, muitos deles sem pais, a maioria sem educação escolar:

Entregues a inconsciência da idade, a miséria lhes enfraquecendo os membros e a vadiagem lhes traçando o rumo da taverna ao cárcere, estes pobres entes, infelizes porque nasceram na enxerga de uma choupana, miseráveis porque sobre eles doudeja a morte moral [...] Os governos, que tem a verdadeira compreensão de sua missão, tratam de os salvar e no naufrágio da vida só há uma tábua de salvação – a das escolas. [...] É um preconceito cadente pois, é uma ideia falsa que tínhamos – pensar que a escola é uma prisão [...] É cultivando-se a inteligência, iluminando-se o cérebro com a luz da verdade, incutindo-se o bom e belo, que as faculdades morais se desenvolvem e se consegue formar cidadãos úteis a Pátria e a Humanidade (**Diário da Tarde**, 06/12/1907, p. 2).

Cuidar e educar para resolver os graves problemas de miséria e, também vadiagem, nessa conjugação a Federação Espírita do Paraná procurou agir. Em 1907, na própria sede de Federação, começou a funcionar a Escola Allan Kardec, diurna, para atender crianças de famílias carentes, esta escola isolada era promíscua (depois denominada mista), ou seja, atendia meninas e meninos (**A Doutrina**, maio-jul.1907, p. 89). Este foi um período de intensos debates sobre a subvenção do Estado para pagar professores de escolas particulares e de acaloradas discussões sobre a obrigatoriedade da utilização e estudo da língua portuguesa em todas as escolas e da

instrução cívica nos estabelecimentos de ensino. (SOUZA, 2004, p.85-86).

Nessa época, a partir de maio de 1912, passou a vigor a Lei de Ensino estadual nº 1236, que organizou o Ensino Primário paranaense em três etapas, que durariam quatro anos cada: o infantil, elementar e o complementar. A Lei também estabeleceu o ensino seriado em todas as escolas de instrução pública primária do Estado. O ensino elementar, de 4 anos, cada ano em uma série, corresponderia a formação básica, primária. (SOUZA, 2004, p.100-103). No ano seguinte, 1913, foi criada na FEP uma Escola Elementar Noturna masculina “para jovens a partir dos 12 anos e adultos” (**Diário da Tarde**, 21/01/1913, p. 3), ou seja, para uma parcela da população trabalhadora de Curitiba.

Em 1915, novo Código do Ensino passou a vigora no Paraná, a partir do Decreto nº 710, de 18 de outubro. Este Código instituiu outra estrutura escolar: o ensino infantil, sem prescrição de tempo; o primário, de 2 anos; o intermediário, de 4 anos (para habilitar alunos para o Ginásio e a Escola Normal); curso secundário e normal de 5 anos, e superior, sem prescrição de tempo. (PARANÁ, 1915). Pouco mais de um ano depois, o Código do Ensino de 1917 (Decreto nº 17, de 9 de janeiro), alterou o de 1915, determinando, entre outras mudanças: o ensino primário de 4 anos e o intermediário de 2 anos (PARANÁ, 1917)¹⁵⁷.

Em Curitiba, a associação da expansão do ensino com a criação de escolas noturnas “para adultos”, remontava a década de 1870, com iniciativas pontuais de governantes e de particulares (PRADO, 2006). Mas, a partir da virada para o século XX, com a premência cada vez mais efetiva de trabalhadores minimamente instruídos, as iniciativas cresceram.

Alguns associados da FEP trabalhavam como professores nas escolas da Federação: na diurna preferencialmente mulher; na noturna a princípio homem, mas depois as mulheres assumiram estas aulas. Paralelamente é possível identificar a atuação de mulheres espíritas como professoras em escolas públicas. Na revista **A Escola** de março de 1906, Josephina Rocha, mulher do ex-presidente provisório da

¹⁵⁷ Segundo Bertucci e Silva (2014, p.114), no Paraná durante as primeiras décadas do século XX “[...] o ensino primário era ministrado nos seguintes estabelecimentos públicos: grupos escolares, escolas simples ou isoladas, escola ambulante (que percorria por ano três localidades do estado onde não existisse uma escola primária fixa, ficando em cada lugar três meses e meio). A denominação grupo escolar poderia designar também a escola combinada, que reunia, no mesmo local, mas em salas diferentes, duas ou mais classes ou escolas. Semigrupo era a junção de duas séries em uma mesma sala, com um único professor. Escolas particulares eram fiscalizadas pelo governo e estavam submetidas às determinações oficiais de ensino”.

FEP, foi citada como regente das aulas da 1ª cadeira mista da Capital, na Escola Carvalho, situada na Rua Aquidaban (atual Emiliano Pernet).

No Relatório escolar da professora sobre o ano de 1905¹⁵⁸, encaminhado ao governo estadual e publicado na **A Escola**, estão as seguintes considerações:

[...] a educação física, que deve acompanhar passo a passo a educação intelectual, sendo essa completada pela educação moral e cívica, as quais devemos procurar incutir no espírito das crianças desde os mais tenros anos, dando-lhes exemplos de polidez e de amor e dedicação à nossa querida Pátria (**A Escola**, mar.1906, p. 44)

O discurso de Josephina Rocha reflete o ideal republicano, em que a educação popular era referenciada com foco na educação intelectual e moral, sem descuidar do cuidado com a educação e saúde do corpo — este era o ideal a ser alcançado pelo ensino público primário. De acordo com Araujo (2015, p.148), “a educação e o espaço conquistados pela mulher não se justificavam apenas por seus anseios ou necessidades, mas pela sua função social idealizada pelos republicanos, de formadora dos futuros cidadãos do Estado Moderno”.

Nesse periódico com estreitas ligações com o governo estadual e também com espíritas, pois Sebastião Paraná era seu redator, algumas professoras primárias foram convidadas a publicar seus Relatórios escolares na **A Escola** (como Julia Wanderley¹⁵⁹), mas poucas delas parecem ter avançado para outra seção da revista.

Nas palavras de Josephina Rocha, reproduzidas por este periódico, a ideia da professora como segunda mãe, carinhosa e atenta era transmitida (ou reproduzida?):

Tenho procurado por todos os meios tornar o ensino fácil e atraente para que o aluno ao entrar na escola sinta prazer; porque sendo a escola a continuação do lar é mister que o professor empregue todos os esforços para que a criança não se atemorize, o que dificultaria o ensino; ao passo que o professor procurando familiarizar-se com o aluno mais facilmente poderá corrigir certos defeitos (**A Escola**, mar.1906, p. 44)

O método intuitivo, conjugado com Lições de Coisas (VALDEMARIN, 2000), era o indicado para ser trabalhado nas escolas a fim de tornar o espaço escolar mais

¹⁵⁸ Os Relatórios escolares eram também mais uma das formas de controle sobre a escola, seus professores (ideias pedagógicas, práticas educativas) e alunos; reforçava a hierarquia e concorria para a padronização do ensino (ARAUJO, 2013, p. 131)

¹⁵⁹ Sobre Julia Wanderley, lembrada como modelo professora paranaense, veja Araújo (2013).

prazeroso e eficiente na aprendizagem dos alunos, transformando a “escola primária de ler-escrever-contar em uma escola de educação integral (corpo, mente e alma), que instrua para a vida prática” (ARAUJO, 2013, p. 137). Com base nesta tese, Josephina Rocha relatou a exposição de Prendas Domésticas de suas alunas: “Foram apresentados 114 trabalhos de agulha, confeccionados pelas alunas da escola, constando de costuras feitas a mão, bordado, crochê, pontos de marca e muitos outros” (**A Escola**, mar.1906, p. 46).

O ensino de prendas domésticas (posteriormente denominado de Trabalhos Manuais) era valorizado na educação feminina, como atividades apropriadas à mulher. Na primeira edição do periódico **A Escola**, em fevereiro de 1906 (p.15), já eram nomeadas as professoras que tinham exibido as “prendas domésticas” de suas alunas; entre as professoras estavam Josephina Rocha e Elvira Paraná.

Como no caso de Elvira Paraná, não há indícios de que Josephina Rocha tenha atuado como professora nas escolas da Federação. Certamente Josephina Rocha conhecia Sebastião Paraná, que foi presidente da FEP depois de seu marido, mas essa não deve ter sido a única razão da escolha desta professora para publicar seu relatório na **A Escola**. Elvira Faria Paraná foi uma das poucas professoras que publicou na **A Escola** um artigo e não um Relatório escolar. O texto “A Escola” de Elvira Paraná, editado em fevereiro de 1906, defendia a importância da escola primária como fonte de conhecimento e patriotismo:

A escola primária é a base senão primordial, pelo menos a fonte secundária onde o povo vai haurir a longos sorvos as luzes que aclaram o espírito de seus filhos [...] a escola deve ser a continuação da casa paterna [...] com meio de alçar o espírito patriótico de seus pequenos alunos, o preceptor inteligente, sempre que houver ensejo, fará lembrar os dias gloriosos da Pátria (**A Escola**, fev.1906, p. 9).

As professoras Josephina Rocha e Elvira Paraná, mesmo escrevendo em espaços diferentes da revista **A Escola**, se apropriaram e compartilharam o princípio de que a professora deveria ser continuadora da educação trazida de casa e que de “ambos, pais e professores, dependeria o futuro da criança e, assim, o fortalecimento da Pátria, com a formação de pessoas morigeradas e trabalhadoras” (ARAUJO, 2013, p.116). Os textos destas duas mulheres, espíritas assumidas, podem ter repercutido entre os leitores da **A Escola** e, mesmo que de forma sutil, podem ter difundido princípios que estavam em harmonia com a doutrina kardecista que elas professavam.

Ao escrever sobre a França, Perrot (1998, p. 110-111) menciona que as professoras primárias, durante muito tempo, foram também “os agentes secretos da transmissão religiosa” e daí a importância de as congregações “católicas” atraírem as mulheres para seu apostolado. Mas não só a Igreja Católica utilizou essa estratégia, protestantes e espíritas da mesma forma fizeram das mulheres professoras suas “agentes secretas” de difusão da doutrina, inclusive no Paraná dos Novecentos.

Questão permanentemente reiterada por membros da FEP foi a defesa da educação da mulher com vistas aos cuidados que ela deveria ter com a família e a nação, “nos lares sacrosantos da família [...] nesses santuários é que há de se produzir-se a regeneração da humanidade [...] e que a mulher seja exemplo das mais puras virtudes” (**A Doutrina**, ago-set.1906, p. 115). Nos periódicos da Federação, a maior valorização foi do modelo de mulher e mãe com a finalidade de atender melhor a família, ou em atividades que materializavam essa família de forma ampliada: o que acontecia de maneira mais evidente em atividades assistenciais. Marchette (1996, p. 83), afirma que “a fragilidade da mulher compunha o modelo feminino desenhado pela literatura anticlerical de inspiração positivista, onde a mulher seria a pedra angular da sociedade, exercendo sua missão social de ter e educar filhos para a pátria”, em razão disso se apresenta a preocupação com a sua educação moral e intelectual.

Embora com um discurso repetitivo sobre as funções apropriadas à mulher, a FEP, pelas páginas dos periódicos, se mostrou pouco entusiasmada pelas atividades formais de educação que a mulher espírita poderia realizar fora da Federação. A FEP valorizava mais a atuação caritativa e filantrópica da mulher, em atividades que aconteciam nos espaços controlados pela FEP, algo que também repercutiria no tipo de educação que era projetado para uma mulher. Se, como escreveu Jurkevics (1998, p. 100), o movimento espírita procurava educar e “integrar os indivíduos a fim de reformar a sociedade, segundo princípios éticos, com base na caridade, defendendo que uma humanidade evoluída seria inteligente e boa”, a ação da mulher espírita como educadora não formal foi de importância ímpar.

No entanto, escolas foram idealizadas e seriam criadas na Federação Espírita do Paraná e algumas mulheres atuaram nelas como professoras, começando com a escola primária diurna, para meninos e meninas, que foi inaugurada em 1907. A Federação não afirmava que a escola era “religiosa”, mas instalada na FEP e com o

nome de Allan Kardec poucos duvidariam, naqueles dias, que a doutrina fosse de alguma maneira ensinada aos alunos (**A Doutrina**, maio-set.1907, p. 89)¹⁶⁰.

A legislação sobre Instrução Pública previa em seus Regulamentos, desde o final do século XIX, a possibilidade de subvenção às escolas particulares organizadas no Estado (OLIVEIRA, 1994, p. 50). Entretanto, a FEP e outros grupos religiosos, contavam, em grande parte ou unicamente, com doações e outros auxílios de seguidores ou simpatizantes para a manutenção de escolas gratuitas para os mais pobres (**A Doutrina**, maio-set.1907, p. 90).

No Paraná da primeira metade do século XX, os católicos, que haviam perdido espaço nas escolas públicas com a proclamação da República, defendiam a tese que “só a educação [religiosa] de um povo [...] é bastante para redimir e salvar um país” (CAMPOS, 2010, p.103). Os protestantes recebiam incentivos dos comitês internacionais de suas congregações para criar escolas, não apenas difundir conhecimentos e cultura letrada, mas também para disseminar a sua religião. (ALMEIDA, 2002, p. 197). Assim, espíritas, católicos e protestantes, utilizaram, com maior ou menor intensidade, escolas como espaços de difusão de seus princípios doutrinários, todos com a finalidade de construir uma civilização moralizada pelo viés religioso.

Isso estava longe de significar que havia harmonia entre esses grupos. No Paraná, católicos e protestantes, pareciam ser pródigos em acusar os espíritas através da imprensa, de “heréticos”, “charlatães”, “cultores do diabo”, “loucos” ou de pessoas que “fabricavam loucos”, conforme textos reproduzidos ou comentados em publicações espíritas (**A Doutrina**, jul.1903, p. 1-3; jan.1905, p. 1 e 22-23; jan.1906, p. 6; nov.1906, p. 164; **Revista de Espiritualismo**, ago.1916, p. 65; jun.1917, p. 113; fev.1918, p. 23; set.1922, p. 137). Contudo os kardecistas reagiam.

Aos protestantes fizeram a denúncia de que era conhecida “a intolerância protestante e a intransigência desta [fé] em matéria de religião” (**A Doutrina**, maio1906, p. 21-22); e também alegaram que o “pastor protestante Ernesto Luiz de Oliveira, [era um] encarnizado adversário do Espiritismo nesta terra” (**Revista de Espiritualismo**, maio 1917, p. 93). E faziam considerações que poderiam atingir

¹⁶⁰ Em 29 de janeiro de 1890 o então presidente do Paraná José Marques Guimarães conferiu liberdade de ensino aos particulares, salientando a “obrigatoriedade do ensino moral e cívico no lugar do religioso” (OLIVEIRA, 1994, p. 46). A instrução primária estatal deveria ser livre, gratuita e leiga.

protestantes e católicos, tais como: “não deixaremos entrar o inimigo nas nossas fileiras, ou deixar menosprezar a nossa doutrina que está muito acima de todas as seitas evangélicas com seus bispos, pastores e reverendos...” (**A Doutrina**, jul.1906, p. 111-112).

Mas, sem dúvida, os ataques aos católicos eram maiores e de natureza variada, por exemplo: “embora a igreja romana se declare a melhor e a mais pura, nunca deixará de ter grande número de criminosos devido ao fato do clero absolver ou por dinheiro ou por simples recitação do rosário” (**A Doutrina**, fev.1905, p. 27-28), ou ainda mais esta crítica: “Cônego libidinoso - foi chamado a juízo [em Minas Gerais] por haver despejado em uma pobre menina os furores de sua selvageria carnal [...] Não estamos mais nos tempos em que a mentira passará despercebida” (**A Doutrina**, maio 1905, p. 4-5).

Independentemente dessas divergências e do alarde à necessidade da escola primária laica e pública, no contexto republicano das primeiras décadas do século XX, as escolas construídas e mantidas pelas instituições religiosas poderiam colaborar com a formação nos modos de pensar e agir na sociedade, estimulando nesse ponto a elevação da “moral da nacionalidade” e ajudando a formar bons trabalhadores (CARVALHO,1998).

Foi em consonância com essas questões educacionais que os dirigentes da FEP conceberam uma Escola Elementar Noturna masculina, em 1913, mas ainda sem a idealizada oficina para educação profissional. Na Ata da FEP desse ano, foi Antonio Lopes que constou como o “professor do curso noturno” que havia sido criado na Federação e referência esparsa sobre o professor foi veiculada três anos depois como “diretor da escola noturna” (ARAUJO, [2001?], p.33-34). Em janeiro de 1919, Antonio Lopes solicitou licença da sala de aula por um ano e “o professor normalista Felisberto Augusto Farracha” o substituiu. (**Revista de Espiritualismo**, jan.1919, p. 15). A partir de outubro de 1919, Luiz Parigot de Souza, médico e médium curitibano (**Mundo Espírita**, ago.1987, p.1), foi citado como professor da Escola Elementar Noturna em substituição ao professor Felisberto Farracha, que passou a ocupar o cargo de diretor de um Grupo Escolar, mantido pelo Estado, na cidade de Paranaguá (**Revista de Espiritualismo**, out.1919 p. 161).

Em outubro de 1916, a **Revista de Espiritualismo** publicava que a FEP havia aderido ao programa da Liga Brasileira contra o Analfabetismo¹⁶¹, e que estava desenvolvendo “muito esforço no sentido de fundar na sede de cada centro federado, uma escola noturna para menores e adultos” (**Revista de Espiritualismo**, out.1916, p. 102). Na mesma edição da revista foram apresentados dois Centros federados que já estavam iniciando aulas do curso elementar noturno:

O Centro Espírita Dr. Leocádio, inaugurará por todo o mês corrente um curso elementar (gratuito) para menores e adultos. Para idêntico fim, a Federação Paranaense cedeu ao Centro Os Mensageiros da Paz, várias carteiras escolares (**Revista de Espiritualismo**, out.1916, p. 103).

No ano seguinte, notícias informavam que grupos espíritas ligados à FEP haviam criado uma escola primária noturna e albergue em Piraí (sul do Paraná) e uma escola secundária gratuita e biblioteca, em Ponta Grossa (**Revista de Espiritualismo** jul.1917, p.133 e 138). Os exemplos aumentariam nos anos seguintes.

Essas instituições escolares, para além de sua materialidade expressada em edifícios e da sua estruturação organizacional (de caráter espacial, administrativo e pedagógico), incluindo todos os níveis do ensino (experenciado por professores e alunos de diferentes gerações), foram forjadas num presente com vistas a melhorias futuras (cf. ARAUJO, 2007, p.96).

A FEP aproveitou o espaço escolar como estratégia para educar intelectual e moralmente os trabalhadores, pelo viés dos princípios espíritas, e na defesa da ampliação da alfabetização, realizada através de seus periódicos, todavia, atacava seus adversários, entre eles o clero, pela precariedade de pessoas alfabetizadas:

O ANALFABETISMO

A população do Brasil é calculada em 25 milhões de habitantes, dos quais 13 milhões são analfabetos, pertencendo a maior cifra aos Estados onde predominam a politicagem e o clericalismo. Não podia ser de outro modo: - políticos sem escrúpulos, sem ideal e padres sem compaixão e sem dignidade, dão-se as mãos para conservar esse

¹⁶¹ Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, instituição fundada no Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1915, visava o combate ao analfabetismo em todo o Brasil. Na ocasião foi aclamada a primeira diretoria da Liga, composta por médicos, advogados, homens de letras e militares. A Liga encerrou suas atividades em 1940, após as medidas educacionais concretizadas por Getúlio Vargas, como a decretação da obrigatoriedade nacional do ensino primário, uma de suas bandeiras de luta (NOFUENTES, 2008).

grande rebanho nas trevas da ignorância, afim de que a colheita do ouro seja maior (**Revista de Espiritualismo**, abr.1917, p. 103).

Para a FEP, a melhor maneira de combater a “politicagem e o clericalismo”, e conseguir o progresso individual e social, ideal Espírita, era a educação. E essa causa deve ter motivado a parceria de kardecistas com a Liga Brasileira contra o Analfabetismo.

PELA INSTRUÇÃO

As sociedades Kardecistas do Brasil estão auxiliando eficazmente o trabalho ingente da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, fundando escolas para ministrar gratuitamente o ensino às crianças pobres. Não podemos deixar de louvar os esforços de muitos companheiros, desejosos de aplicar na vida social as belas teorias hauridas nas obras espíritas. Adversários perversos têm procurado fazer crer que nessas escolas se ensina o Espiritismo, o que não passa de descabelada mentira. Todas as escolas fundadas pelas sociedades espíritas ministram o ensino de acordo com o regulamento da instrução pública, e como tal leigo, sujeitando-se as fiscalizações dos poderes competentes, mesmo porque os espíritas com o aumento do proselitismo não auferem proventos materiais como acontece aos chefes das demais seitas. E não dizemos mais alguma coisa com relação a certo detentor do poder que por maldade obstruiu a iniciativa de uma sociedade espírita, porque reservamo-nos o direito de agir oportunamente (**Revista de Espiritualismo**, abr.1917, p. 72).

Para espíritas kardecistas, alfabetizar as pessoas das classes menos favorecidas era uma ação de caridade e, também um meio facilitar a adesão ao Espiritismo, afinal um espírita deveria necessariamente conhecer e estudar as obras de Kardec – analfabetos ou pouco instruídos deveriam ser acolhidos, amparados e educados. Desta forma, mesmo reforçando a tese da instrução pública e leiga, é impossível desvincular a ação espírita em prol da alfabetização de sua perspectiva religiosa, dos princípios da doutrina, algo que mesmo implicitamente deveria ser repassado aos alunos.

A doutrina Espírita concorria para o estímulo à educação escolar o que, certamente, foi um dos fatores que impulsionou a organização das escolas para a alfabetização de crianças, jovens e adultos pela FEP. Dessa mesma perspectiva pode ser avaliada a necessidade das bibliotecas nos centros espíritas kardecistas. Em 1917, por exemplo, artigo da **Revista de Espiritualismo** saudava a inauguração de uma biblioteca no Centro Ismael, localizado no bairro Batel de Curitiba (na época um arrabalde com fábricas e residências), pois a leitura de livros espíritas é que

intensificaria a propagação da verdadeira doutrina e para que isso acontecesse era preciso arrebanhar aqueles já “instruídos”.

É necessário reagir contra a perniciosa tendência de propagar o Espiritismo *somente* entre os analfabetos; procuremos de preferência os homens instruídos, esclareçamos os ignorantes, limitemos o mais possível às sessões práticas e dentro de pouco tempo teremos suplantado o fanatismo e a fé cega que empolgaram uma grande parte da humanidade (**Revista de Espiritualismo**, jul.1917, p. 138, grifo meu).

Certamente não foi possível arrebanhar somente o(a)s “instruídos(as)”, que poderiam aqui ser entendido(a)s como alfabetizado(a)s, no entanto entre os associados da FEP estudar constantemente a doutrina kardecista e ler obras de espíritos esclarecidos era fundamental para a prática efetiva e difusão da doutrina. Mas, meses antes, em 1916, outro artigo publicado na **Revista de Espiritualismo** parecia extrapolar ao dizer que “indivíduos de parca cultura e nenhum incentivo para o estudo” não poderiam compreender as revelações do “Espiritismo [que], como ciência experimental que é, tem uma parte prática [...] e certa iniciação científica, que só se pode haurir em estudos gerais ou na leitura dos bons livros”. Entretanto, no final do texto, estrategicamente, o autor concluía afirmando que o conhecimento do Espiritismo “não é privilégio dos ilustrados [os de “cultura”?], nem adiantamos em nosso artigo semelhante despautério [...], todos podem se iniciar no estudo [das] verdades e seguir-lhes a orientação” (**Revista de Espiritualismo**, out.1916, p. 89-90, veja: ago.1916, p.43-44). Era importante, afinal, não gerar antipatias e não afugentar possíveis adeptos da FEP.

Em dezembro de 1917, em artigo de Flávio Luz, no mesmo periódico, retomava-se o tema e mais uma vez ser “ilustrado” surgia como o ideal da formação espírita, mas um ideal que poderia ser atingido passo a passo.

Mas, a imprensa e o livro são tesouros que nenhum preço teriam nas mãos do ignorante [...] A assimilação das verdades espíritas requer um certo contingente de conhecimentos que, aliados à inteligência e ao bom senso predispõem o espírito para o exercício do raciocínio e alargam sensivelmente o campo da percepção. É, pois, indispensável que o espírita procure instruir-se. Só a verdade nos fará livres; e para possuí-la, é mister ilustrar o espírito no estudo das ciências, das artes e da filosofia (**Revista de Espiritualismo**, dez.1917, p. 231).

Considerando estes artigos e as discussões sobre alfabetização que então eram realizadas, propagar as ideias de Kardec “somente entre os analfabetos” poderia até ser um erro, mas deixar de realizar a divulgação do Espiritismo entre aqueles que não sabiam ler e escrever seria um erro ainda maior, principalmente se esta divulgação fosse combinada com ações para acabar com o analfabetismo, um dos grandes entraves para a divulgação da doutrina kardecista. Acabar com o analfabetismo era o primeiro passo para que todos os indivíduos se tornassem, um dia e depois de muito estudo, espíritas “ilustrados”.

No artigo de dezembro de 1917, Flávio Luz concluía:

[...] a benemérita Federação criou uma escola diurna gratuita para os *cursos primário e complementar*, dando-nos a imerecida honra da sua direção. As aulas desses novos cursos começarão a 8 de janeiro próximo e serão dirigidas por um corpo de hábeis professores (**Revista de Espiritualismo**, dez.1917, p. 232, grifo meu).

Não foi possível saber se, efetivamente, as Escolas Diurna e Noturna da FEP ministraram de forma integral os “cursos primário e complementar”, pois não era raro nessa época instituições assistenciais, como o Asilo São Luiz de Curitiba, ministrarem o primário “simplificado” de 3 anos, por vezes conjugado com uma instrução profissional —, mas a FEP não tinha oficinas (SILVA, 2010, p.61-64).

E a Escola Allan Kardec, inaugurada na Federação em 1907, não estaria mais funcionando? Ou esta instituição, reorganizada, seria parte da Escola Diurna feminina e masculina da FEP criada em dezembro de 1917? Talvez. E a entrada de mulheres na Escola Noturna da FEP teria sido autorizada a partir desta data? É provável.

Se as mulheres trabalharam nos espaços escolares da FEP até 1917, não há menção sobre a atuação delas, pelo menos não de forma direta. Neste ano, as escolas da Federação funcionavam na nova sede da FEP, localizada na Rua Saldanha Marinho, que tinha sido inaugurada em 1915.



FIGURA 7 – Festa de Natal (193?) – Detalhe. Sede da Federação Espírita do Paraná
 FONTE: Acervo Fográfico da Biblioteca da FEP

A fotografia acima (Figura 7), retratada anos após a fundação da nova sede, mostra um detalhe de uma das festas natalinas realizadas na sede da Rua Saldanha Marinho. É possível visualizar o portão para a Escola, encimado por uma placa, que servia de entrada para os estudantes que frequentavam a instituição. Nesta placa pode ser lido: “Escola Elementar Diurna e Noturna – Ensino Gratuito”. A Escola funcionaria no prédio sede, mas acessada pela porta lateral, entre as duas janelas de cada lado, como podemos vislumbrar na imagem apresentada da Festa de Natal.

Na **Revista de Espiritualismo** de fevereiro de 1918, foi apresentado um balancete sobre esta Escola Noturna da Federação:

A escola noturna mantida pela Federação ministrou instrução a 643 alunos, no período de 1913 a 1917, gratuitamente. A frequência média dessa Escola, atualmente, entre menores e adultos é de 62 alunos (**Revista de Espiritualismo**, fev.1918, p. 40).

A partir dos dados apresentados no balancete, a média de matriculados na Escola entre 1913 e 1917 foi de, aproximadamente, 129 alunos por ano. Porém, ao se referir a frequência dos mesmos no mês de janeiro de 1918, o número é bem menor: 62 alunos, menores e adultos. Em artigo de 1921, sobre a regularidade da frequência dos estudantes na Escola Noturna, mantida pela Federação e “sob o patrocínio do Município de Curitiba”, consta que os matriculados eram “mais de 80 alunos de ambos os sexos, em sua maioria operários e filhos de operários” (**Revista**

de Espiritualismo, nov.1921, p. 176, grifo meu). Comparando os anos de 1918 e 1921, o aumento no número de aluno(a)s é expressivo, mas ainda longe da média de alunos que teria frequentado a instituição entre 1913 e 1917¹⁶².

A doutrina dos Espíritos apontava para a formação de crianças e jovens, a fim de que conseguissem esclarecimento, para que não fossem conduzidos para uma existência desregrada. E os pais deveriam ser também educados sobre como educar seus filhos:

Essa deverá ser a preocupação mais séria do pai espírita: mandar o filho a escola e iniciá-lo desde os primeiros anos na leitura e meditação dos livros espíritas. O abandono completo em que nos habituamos a deixar os nossos filhinhos, sem uma luz que lhes guie o espírito inexperiente [...] é um crime pelo qual responderemos um dia, como guias e responsáveis que somos pela orientação intelectual, moral e religiosa desses espíritos que nos são confiados (**Revista de Espiritualismo**, dez.1917, p. 232).

Em 1917, a **Revista de Espiritualismo**, em uma nota sobre “A Federação e as Escolas” informou qual a clientela que seria atendida e os profissionais que atuariam na Escola Diurna da FEP no ano seguinte:

A Federação Espírita do Paraná, consoante o artigo do nosso redator chefe, inserto em outra parte desta revista, vem criar em sua sede uma escola diurna, primária e complementar, para alunos de ambos os sexos. As aulas funcionarão nas mesmas dependências em que se acha instalada a Escola Noturna Elementar; serão gratuitas e obedecerão aos programas do ensino oficial. A direção dessa escola confiada ao nosso redator Dr. Flavio Luz, que durante muitos anos esteve a frente do Ginásio Curitibano. Lecionarão as várias disciplinas¹⁶³ dos cursos, os Srs. Sebastião Paraná, Azevedo Macedo, Leôncio Correia e Flávio Luz, a distinta normalista senhorinha Celina Nogueira e outros competentes confrades que gentilmente ofereceram os seus serviços a causa do ensino. A matrícula estará aberta desde o dia 2 de janeiro próximo e as aulas terão início a 8 (**Revista de Espiritualismo**, dez.1917, p. 240).

A expressão que “gentilmente cederam seus serviços” nos possibilita pensar que os professores trabalhavam de graça. Mas, o que mais chama a atenção é, finalmente, a menção a uma mulher professora atuando na FEP. Em janeiro de 1918,

¹⁶² Não foram localizados dados sobre outras escolas noturnas curitibanas no mesmo período para comparar com o número de aluno(a)s da Escola Noturna da FEP.

¹⁶³ Confira as disciplinas que faziam parte da Escola Modelo e que serviam de guia para o que era ensinado nas escolas do Estado no Código do Ensino de 1917 (PARANÁ, 1917).

a escola começaria a funcionar e uma notícia publicada sobre a escola, agora no jornal “leigo” **A República** mencionava duas outras professoras:

A Federação Espírita, ciosa do fiel cumprimento do seu admirável programa de ação social, inaugurará dia 08 do corrente mês, às 9h uma escola gratuita para ambos os sexos. O curso primário está a cargo das senhoritas: Adília Motta professora normalista e Celina Nogueira (**A República**, 03/01/1918, p.1).

Desde os finais do regime Imperial e os primeiros da República ocorreram transformações significativas no Brasil a respeito da entrada da mulher no magistério, atreladas a uma nova legislação, organização e gestão do Ensino Primário e do Ensino Normal. Essas mudanças transformaram a perspectiva da professora, em especial, da normalista, a qual se tornou “distinta” entre as outras em um tempo que o magistério foi cada vez mais representado como uma missão feminina (ARAÚJO, 2015, p. 148).

A escola paranaense, a partir do Código de Ensino de 1915, ressaltou o modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado, padronizado e integrado. Com vistas a atender um maior número de crianças, pretendia-se uma escolarização das massas, a universalização da educação popular e a FEP participou dessa empreitada. Mas, se os espíritas kardecistas “confessionais em essência – esposavam posições afins ao laicismo, sobretudo no confronto com os católicos” (TRINDADE, 1996, p. 111) não foi exatamente isso que os anúncios da Escola Noturna e Diurna da FEP transmitiram para os curitibanos, inclusive os católicos. O texto publicado no **A República** afirmava: “a direção da escola não fará distinção de nacionalidade, cor, condição social ou religiosa. A educação moral, porém, será obrigatória e ministrada *de acordo com a doutrina espírita*” (**A República**, 03/01/1918, p.1, grifo meu). A doutrina estaria presente, pelo menos no quesito educação moral.

A escola gratuita que pretendia atender a população mais pobre, alardeava suas muitas matrículas em fevereiro de 1918, a despeito de alguns que eram “contra todas as iniciativas espíritas”:

ESCOLA DIURNA MISTA

A despeito da campanha que alguns movem contra todas as iniciativas espíritas, a Escola Diurna mista, fundada em 08 de janeiro último, foi obrigada a encerrar a matrícula no fim do referido mês, tal a afluência dos candidatos. Isto prova a confiança que o público deposita no

critério e no desinteresse que norteiam a F. E. do Paraná. Estão matriculados 65 alunos (**Revista de Espiritualismo**, fev.1918, p. 40).

Também em 1918, a direção da Federação elaborou um “Programa de Ação Social”, o qual frisava, entre outros aspectos, o trabalho e a educação:

7º) – O dever do homem na terra é trabalhar pelo melhoramento material do globo [...] desenvolver a ciência, intensificar o progresso e destruir os obstáculos que impedem os povos de viver fraternalmente.
18º) – Ao Estado incumbe, a par da instrução primária, complementar e secundária, que em regra já é da sua alçada, cuidar da educação física e moral da infância, aplicando de preferência os métodos intuitivos e práticos e reformando os livros didáticos no sentido de adaptar as suas lições aos aspectos mais frequentes da vida; estimular através dos livros e das lições orais, a prática das boas ações e das boas normas sociais, estabelecendo uma análise comparativa entre bons e maus exemplos, esclarecendo assim o raciocínio da criança, para que possa discernir entre o bem e o mal; promover o ensino superior universitário, prático e teórico, sobretudo prático; criar caixas escolares para socorrer com vestuário e livros as crianças miseráveis que procuram as escolas; educar professores capazes de exemplificar a igualdade, a virtude e a solidariedade humana, afim de que sejam afastados da escola os preconceitos de casta, de condição social ou de crença filosófica ou religiosa (**Revista de Espiritualismo**, mar.1918, p. 52-53).

A escola da época tinha o objetivo de exercer uma espécie de vigilância social e, ao mesmo tempo, se sobrepor à educação da família, podendo ser comparativamente atrelada a uma “mãe educativa” que existia para “instruir” um coletivo de forma cívica, social e moral (CARON, 1996, p. 145). O texto do “Programa de Ação Social” continuava reforçando essa ideia nos seus pressupostos de uma educação para a cidadania que resultaria na força da nação:

18º) – [...] A educação social e política deve ser ministrada nas escolas, mediante o estabelecimento das repúblicas escolares, formando um governo com todos os seus órgãos e cujos cargos serão exercidos pelos próprios alunos. Com o fim de desenvolver os conhecimentos e a visão político-social das crianças, são aconselháveis os congressos escolares (**Revista de Espiritualismo**, mar.1918, p. 53).

O “Programa de Ação Social” também ressaltou o lugar da mulher na sociedade, e como deveria ser conduzido o olhar sobre ela:

19º) – O preconceito que estabelece a inferioridade da mulher deve ser posto a margem, competindo ao Estado e a cada cidadão em particular, concorrer para que os direitos dela sejam igualados aos do homem responsabilizando-se aqueles que descumram da educação moral, física, intelectual, profissional, social e política de suas filhas. É recomendável uma melhor interpretação da lei no sentido de dar a mulher os mais amplos direitos civis e políticos (**Revista de Espiritualismo**, mar.1918, p. 53).

O Programa proposto pela FEP, afirmava o estabelecimento da igualdade entre homens e mulheres, mas lembrando que cada um deveria exercer a função que lhe competia. Zelar pela educação, moral, física, intelectual e social da mulher a tornava “apta para gerar e educar uma sociedade perfeita” (**Revista de Espiritualismo**, mar.1918, p. 53). Essa frase espelha o foco da função da mulher na maternidade acima de tudo, como as outras religiões preconizavam, e a mulher como educadora. Outras mulheres, as “decaídas”, as não “socialmente desenvolvidas”, foram mencionadas no programa de 1918, indício de que o cuidado com a educação da mulher se revestia de muita atenção:

24º) – É dever da sociedade, encarada do ponto de vista da sua organização política-administrativa, coibir a prostituição, não tanto pelos meios violentos e coercitivos que a prática tem demonstrado inúteis, mas pela educação moral e instrução profissional das menores decaídas, para as quais deve o Estado instituir patronatos que tomem a si a regeneração delas, preparando-as para as lutas honestas da vida (**Revista de Espiritualismo**, mar.1918, p. 54).

A prostituição era um dos cancros da sociedade a ser extirpado pelos grupos que se enxergavam como promotores da ordem e da civilização, os quais postulavam o estabelecimento de novas formas de convívio regrados e saudáveis. Os vícios, mas não apenas esses, também tudo o que fosse considerado ‘mau costume’, precisavam ser eliminados da sociedade. Conforme a FEP, “todas as usanças e costumes sem significação devem ser abolidos da sociedade moderna” (**Revista de Espiritualismo**, mar.1918, p. 54). E abolir os maus costumes femininos era uma ação considerável no período. Inclusive tirar-lhe os filhos, quando fosse necessário, relegando ao Estado a educação moral e intelectual dos rebentos:

25º) – É necessário sistematizar na sociedade uma forte reação contra o inumano preconceito que condena a abjeção as mães solteiras, vítimas muitas vezes da sedução do homem, que, entretanto, a relega

para a situação humilhante de pária social, fonte máxima da prostituição, ficando ao Estado reservado o direito de adoção dos espúrios para educá-los moral e intelectualmente (**Revista de Espiritualismo**, mar.1918, p. 54).

O “nacionalismo, desembocado nas vertentes de civismo e patriotismo” projetado igualmente na escola, buscava a transformação social, via educação, pois a educação começava “a ser vista não somente como irradiadora do progresso e desenvolvimento, mas principalmente, como instrumento de reconstrução social, política e moral” (OLIVEIRA; REMER, 2004, p. 12). Com essa ideologia a FEP deu andamento ao seu programa educacional e instrucional, também enfatizou o atendimento aos presidiários, pela via da educação e do trabalho.

21º) – Remodelar o sistema penitenciário, pondo em prática princípios mais humanitários, criando colonias correcionais agrícolas [...] fundar patronatos para os liberados, e aparelhar cada presídio com hospitais para observação das causas morais e psico-físicas que levaram os indivíduos a delinquência (**Revista de Espiritualismo**, mar.1918, p. 55).

Entre as instituições que deveriam reeducar jovens e adultos estavam os presídios. A Penitenciária Central do Estado (na região do Ahú), inaugurada em Curitiba em 1908, foi um local no qual a FEP procurou realizar essa reeducação, também através de uma escola. A ideia de regenerar o infrator social, regeneração muitas vezes associada a sua reinserção na sociedade, graças a educação para o trabalho, não era novidade nesta época.

Desde os últimos anos do Império diferentes iniciativas foram realizadas nesse sentido, entretanto, as primeiras décadas o período republicano, permeadas por transformações socioeconômicas (fim do trabalho escravo, imigração, crescimento industrial e urbano) concorreram para adensar e diversificar essas iniciativas (BERTUCCI; SILVA, 2014). As ações realizadas pela FEP na Penitenciária Central do Estado estavam entre essas iniciativas.

Durante cinco anos, entre 1915 e 1920, membros da FEP atuaram na Penitenciária, realizando “palestras moralizantes” e alfabetizando, também organizaram uma biblioteca no presídio para uso dos detentos. Em 1918, Lins de Vasconcellos realizou palestras quinzenais, e Flávio Luz ensinou, semanalmente, conteúdos escolares aos encarcerados:

[...] gramática portuguesa, aritmética e noções das coisas. Existem no presídio 112 detentos dos quais 60% frequentam as aulas e as palestras com a maior assiduidade [...] os mais estudiosos dentre os presidiários continuam a escrever bons trabalhos literários e instrutivos, que lêem durante as palestra, aliás com os mais calorosos aplausos dos nossos confrades e do digno Sr. Diretor do Presídio (**Revista de Espiritualismo**, maio 1918, p. 96).

A iniciativa de organizar uma escola para presos não era pioneira¹⁶⁴ e há indícios que os protestantes também faziam visitas aos encarcerados e realizavam preleções no local (não foi possível confirmar a atuação similar de católicos no presídio neste período). Mas, independente da eficiência dessas ações educativas realizadas por espíritas e protestantes a atuação destes grupos na Penitenciária tornou possível um pequeno vislumbre de embate destes e os católicos a partir de atividades educacionais.

A atuação de membros da FEP na Penitenciária foi autorizada em junho de 1915 pelo presidente Carlos Cavalcanti (1864-1935), que governou o Paraná entre 1912-1916 e era casado com a filha de Alfredo Caetano Munhoz, espírita atuante em Curitiba (**DICIONÁRIO**, 1991, p.13). A autorização teve também o aval do desembargador do Estado e do diretor do presídio, o major Ascanio de Abreu. Contudo cinco anos depois, em 1920, o presidente Caetano Munhoz da Rocha, denominado de “católico fervoroso”¹⁶⁵, determinou o fim dos trabalhos dos membros da FEP com os presidiários e, também, proibiu que os protestantes continuassem com suas atividades no local. Paralelamente a tipografia da Penitenciária parou de imprimir gratuitamente a **Revista de Espiritismo**, o que pode ter sido muito mais danoso para a FEP, em termos de difusão das ideias e ações espíritas, do que o fim das aulas e palestras para os presos (**Revista de Espiritualismo**, maio 1920, p. 65-67). Protestos de espíritas e protestantes foram realizados, mas a situação não mudou. Apenas décadas depois há indícios de visitas de membros da FEP aos encarcerados da

¹⁶⁴ Entre os anos 1876 e 1882, três escolas para alunos do sexo masculino foram criadas em Curitiba, entre elas a Escola Diurna da Cadeia, em função da necessidade de alfabetização da população adulta encarcerada. A Escola da Cadeia funcionava de segunda a sexta-feira. (PRADO, 2006, p. 3759-3760).

¹⁶⁵ Caetano Munhoz da Rocha (1879-1944) governou o Paraná de 1920 a 1924 e foi reeleito, deixando a presidência em 1928. Da reforma na educação, implantada por Cezar Pietro Martinez, à construção de grupos escolares, Sanatório São Sebastião da Lapa e início das obras de modernização do porto de Paranaguá, seu governo é, geralmente, lembrado como de importantes realizações (**DICIONÁRIO**, 1991, p. 304-305). Entretanto, no seu segundo mandato, ao autorizar o pagamento das despesas da instalação de dois Bispados no Paraná, motivou grande reação de grupos contrários, entre eles o de espíritas, entre os quais Flávio Luz e Lins de Vasconcellos.

Penitenciária estadual (**Revista de Espiritualismo**, jul-ago.1920, p.103; ARAUJO, [2001?], p.22)¹⁶⁶.

Educar para regenerar e converter jovens e adultos encarcerados ao espiritismo era uma ação caritativa e necessária para o bem individual e social; entretanto, mais importante seria efetivar uma educação escolar que ajudasse a prevenir os descaminhos que poderiam levar à prisão, mesmo que o esforço para realizar esta educação nem sempre fosse fácil. Na **Revista de Espiritualismo** de janeiro de 1919, artigo de Flávio Luz, então presidente da FEP comentava a indisciplina dos alunos que muitos professores estavam enfrentando nas escolas e escreveu:

Pessoa experiente a este respeito [indisciplina] dissera com toda a razão que hoje em dia já são poucos os que vão à escola para aprender; e que dentro em pouco, fatalmente não mais haverá quem saiba e queira ensinar. [...] É forçoso ir buscar no seio da família, no convívio do lar, a origem dessa grande calamidade que a passos acelerados nos conduz a completa derrocada da sociedade (**Revista de Espiritualismo**, jan.1919, p. 3).

Semanas depois, em abril de 1919, outro texto da **Revista de Espiritualismo** parecia fornecer um argumento a mais para o temor pelo futuro da educação escolar. O texto sobre a Escola Diurna gratuita da FEP apresentava informação desanimadora: no mês de março de 1919, dos 68 alunos matriculados, apenas 42, ou 62% do total, eram frequentes. (**Revista de Espiritualismo** abr.1919, p. 78). Qual seria o motivo das faltas? Nenhum comentário foi realizado, mas as dificuldades econômicas dos tempos de pós Grande Guerra, poderiam fazer com que muitos pais retirassem seus filhos da escola, para ajudar no sustento do lar com pequenos serviços na cidade ou na agricultura.

Nesse contexto, em maio de 1919, foi criada, por proposta de Lins de Vasconcellos uma “Caixa Escolar com o intuito de facilitar aos alunos pobres a sua manutenção na Escola Noturna [da FEP]” (ARAUJO, [2001?], p. 27). Entre 1920 a 1925, em vários números da **Revista de Espiritualismo**, foram publicadas notas, alertando para a necessidade de novos sócios contribuintes: “Todas as pessoas caridosas devem se inscrever como sócias da Federação Espírita do Paraná,

¹⁶⁶ Em 1949, ofício enviado ao Conselho da FEP por detentos da Penitenciária, informava a satisfação com que todos recebiam a visita periódica “de irmãos desta Federação” (ARAUJO, [2001?], p.22). Outros tempos?

auxiliando de modo permanente as instituições por ela mantidas” (**Revista de Espiritualismo**, jul.-ago.1920, p. 116; set.1920, p. 144; mar.1921, p. 40; out.1922, p. 153; maio/jun.1923, p. 70; jul.1924, p. 64; jul.1925, p. 73).

Mas, em março de 1920, no artigo “A Legião da Mulher Brasileira”¹⁶⁷, Flávio Luz ressaltou o papel da mulher como organizadora social. Assim, através da mulher, senhora do lar, seria possível reverter “a completa derrocada da sociedade” (**Revista de Espiritualismo**, jan.1919, p.3) que parecia se anunciar? Talvez.

As mulheres, na sua generalidade, infelizmente pouco ou nada interessam os problemas sociais, cuja solução só e só elas poderão concorrer, desde o momento em que, pela aquisição de conhecimentos que as elevem ao nível de erudição masculina, compreendam a necessidade de renunciar a tradições e velharias incompatíveis com as aspirações do livre-pensamento e sobretudo com a liberdade de ação e cooperação que lhes está reservada na organização da sociedade. Felizmente, parece que esse lamentável estado moral tende a uma modificação de resultados benéficos para a família brasileira (**Revista de Espiritualismo**, mar.1920, p. 37).

E mulheres eram convocadas a trabalhar pelo bem social, é o que expressa a **Revista de Espiritualismo** (jun.1920, p.92), que orientava para que “cada irmã [encarnasse] perfeitamente a missão da mulher em face da civilização”, o que significava que, devidamente educada, estivesse atuando nos espaços da FEP, nos centros espíritas, nas associações de caridade, nas escolas. A missão da mulher em “face da civilização” parecia se confundir com a missão da mulher para a Federação.

Um dos espaços que a mulher mais ocupou na FEP, após a segunda metade dos anos de 1910, foi o de professora nas Escolas da Federação e de suas confederações. A Escola Elmira Lima, fundada em 1920, no Centro Espírita Mensageiros da Paz (na Rua Engenheiros Rebouças, em Curitiba), teve publicada na **Revista de Espiritualismo** uma nota sobre os exames finais das alunas ali matriculadas. A diretora da instituição era Victalina Augusta e sua adjunta (professora auxiliar) Augusta Garcia, a banca examinadora foi composta pelos professores: Magdalena Cordeiro, Augusta Garcia e José Sotero Angelo (**Revista de Espiritualismo** dez.1920, p. 164).

¹⁶⁷ A Legião da Mulher Brasileira, foi instalada dia 15 de março de 1920 no Rio de Janeiro, por “damas da sociedade” com o fim de auxiliar a mulher desamparada, educando-a e auxiliando-a a conseguir melhores meios para poder viver (**Revista de Espiritualismo**, mar.1920, p. 37 e 48).

Em outubro de 1921, outra nota no periódico da FEP informava, sem detalhes, que na “capital sob os auspícios da Federação Espírita, funciona regularmente a Escola Bezerra de Menezes, sendo de 51 o número de alunos que a frequentam”¹⁶⁸ (**Revista de Espiritualismo**, out.1921, p. 153). Em tempos de expansão da rede escolar primária em todo o Estado (OLIVEIRA, 1994, p. 53-55) e com a maciça ocupação desse espaço pelas mulheres, os nomes femininos começam a figurar com mais frequência nas páginas do periódico **Revista de Espiritualismo**, assim como a própria escola, cada vez mais percebida como espaço formador de uma nação.

Em novembro de 1921, conforme relatou a **Revista de Espiritualismo**, uma professora, a “senhorinha” Emerenciana Cordeiro, se manteve à frente da Escola Noturna (primária) mantida pela FEP, que já em 1915 era “subvencionado pelo Município” segundo o **Monitor Espírita** (31/12/1915, p.4).

[...] essa Escola vem prestando os mais assinalados serviços a causa da instrução em nossa Capital [...] A banca examinadora [dos alunos] composta da distintíssima professora Senhorinha Emerenciana Cordeiro, regente da Escola, prof. Sr. Zacarias de Souza, diretor de um dos grupos escolares da Capital e dos Drs. Flavio Luz e Luiz Parigot de Souza [...] Quatro alunos prestaram exames finais, trinta e dois apresentaram provas da 1ª, 2ª e 3ª séries [...] Expressamos nestas linhas todo o nosso louvor a distinta professora Senhorinha Emerenciana Cordeiro pelo brilhantismo das provas apresentadas pelos seus alunos (**Revista de Espiritualismo**, nov.1921, p. 176).

Três anos depois, apesar dos elogios repetidos à professora (p.ex. **Revista de Espiritualismo**, nov.1922, p. 176), o número de alunos havia caído e em novembro de 1924, era informado:

Realizaram-se no dia 30 do corrente os exames da Escola Noturna Elementar, mantida pela Federação [...] Prestaram exames finais, de acordo com o programa de instrução pública, [da 4ª série?] 8 alunos; da 3ª série, 7 alunos; da 2ª série, 11 e da 1ª, 5. O aproveitamento revelado por todos os alunos provou cabalmente a dedicação e o mérito da distinta professora D. Emerenciana Cordeiro Vasconcellos. Após os exames foi executado um programa litero-musical (**Revista de Espiritualismo** out.1924, p. 112).

Em 1925, foram concedidos dois meses de tratamento de saúde para a Emerenciana Cordeiro Vasconcellos. Quem a substituiu foi a “normalista senhorita

¹⁶⁸ Em 1925 a **Revista de Espiritualismo** (fev.1925, p. 24-26) publicou a informação que na reunião da Diretoria da FEP do mês de julho de 1924 (3ª seção) foram nomeados “confrades como dirigentes da Escola Bezerra de Menezes”, mas esta era uma escola de “evangelização” para crianças e jovens.

Aline Bessa do Amaral, com gratificação de 80\$000 mensais”. (**Revista de Espiritualismo**, fev.1925, p.28). Nos relatos da **Revista de Espiritualismo**, feito ao longo de alguns anos, as informações parecerem padronizadas e o leitor precisaria acompanhar os informes com atenção para não trocar o nome de uma professora pela outra ou os membros das bancas examinadoras.

A queda no número de alunos, ponto crucial, não mereceu comentário, mas a professora deixou a escola meses depois, pode ter sido mera coincidência. Nesse período, não foram encontradas na **Revista de Espiritualismo** outras considerações sobre Emerenciana Cordeiro Vasconcellos.

Em 1928, no corpo administrativo da Federação, em relação à educação, apareceram os nomes de mulheres, Ana Ferreira como Diretora da Escola Noturna e Clélia Silva como adjunta da Escola Noturna. Em 1929, Maria Isabel N. Braga, teve seu nome registrado como “Diretora dos cursos diurnos e noturnos”. Entretanto, no mesmo ano, na Direção de Ensino e da Caixa Escolar, estava Sebastião Paraná¹⁶⁹ ficando, portanto, o cargo mais vultoso para um homem.

Na década de 1930, um artigo publicado no jornal **Diário da Tarde**, sobre ações da Interventoria Federal do Estado, apresentava informação sobre a professora Olga da Silva Balster, que atuava na Escola Noturna (mista) da FEP. A notícia era curta:

[Elevando]: a 3ª classe [aumento de vencimentos], de acordo com o disposto na letra C do artigo 117 do Código do Ensino, a contar de 17 de Maio do ano p. findo, a professora normalista Olga da Silva Balster, regente da escola mista da Federação Espírita desta Capital (**Diário da Tarde**, 18/01/1934, p. 4).

Nesses anos, a FEP que, provavelmente, mantinha a parceria com a Prefeitura curitibana, parecia também contar com subvenção do Estado, em forma de nomeação de uma professora para ministrar aulas na Escola da Federação¹⁷⁰. Além disso, o pequeno texto, de meados dos anos de 1930, indicava a manutenção de pelo menos

¹⁶⁹ A função de Diretor de Ensino ficou sob a responsabilidade de Sebastião Paraná até 1932, quando assumiu Guilherme Jank, que em 1938 foi substituído por Francisco Raitani, o qual permaneceu como Diretor do Ensino e da Caixa Escolar Allan Kardec até 1947. Após essa data a função de Diretor de Ensino e da Caixa Escolar desapareceu. Em 1958, após nova Constituição da FEP, é criado o cargo de Diretor do Departamento de Ensino e Educação, sob a responsabilidade de Walter do Amaral (ARAUJO, [2001?], p. 38).

¹⁷⁰ Sobre o pagamento de professores pelo governo paranaense para atuarem em instituições assistenciais, confira Silva (2010, p.61, 66-67).

uma Escola feminina e masculina na Federação¹⁷¹ e, também, pode sinalizar a ampliação da inserção social da FEP, sugerida pela colaboração do governo estadual. Seria a professora Olga Balster espírita? Não foi possível saber. Mas, apesar da falta de reposta, a presença da professora é indício da progressiva inserção feminina em funções desenvolvidas pela Federação, algo exemplar/educativo para as mulheres espíritas, mesmo que o magistério (notadamente o primário) fosse considerado “de mulher” há décadas.

Mas, nas primeiras décadas do século XX, os cargos da FEP preenchidos por mulheres, inclusive na(s) Escola(s) da Federação, certamente tiveram o aval ou foram escolhas masculina. Esses espaços ocupados pelas mulheres, foram espaços que resultaram em grande parte de uma “emancipação sob tutela” (LAGRAVE, 1995), entretanto foram lugares mantidos e alargados pelas próprias mulheres dentro da FEP. Algumas imagens registram esse tempo.



FIGURA 8 – Alunos e professores na sala de aula da Escola da FEP (1930)
FONTE: **Memória da Federação Espírita do Paraná** (2002, p.11)

¹⁷¹ Em artigo publicado no **Mundo Espírita** sobre o cinquentenário da FEP, há menção de Escola Noturna e Diurna na Federação em 1952 (**Mundo Espírita**, 31/08/1955, p.1). Nos anos seguintes, pelo menos até 1959, há indícios da existência de Escola noturna e diurna na FEP (cf. **Mundo Espírita**, 28/02/1955, p.2; 30/04/1955, p.3; 31/08/1955, p. 1; 31/03/1959, p. 3).

Podemos observar na Figura 8 que as pessoas apresentam feições mais sérias, um disciplinamento dos corpos; como escreveu Barthes (1984, p.27-28) o fotografado é antes “um sujeito que se sente tornar-se objeto”. Ao se analisar a pose dos retratos, de acordo com Silva (2008, p. 36), percebe-se que “todos atuamos para os outros – se o outro não existisse, eu não poderia vê-lo, mas ele também não poderia me ver”. A imagem produzida pela fotografia serve como testemunho de um tempo e lugar, impregnada de intenção, especialmente quando selecionada, arquivada e, depois, reproduzida, como a da Figura 8. A fotografia revela uma intencionalidade, representa um aspecto de uma vida: “é rito, é memória” (SILVA, 2008, p.37-38).

Observando novamente a fotografia acima, verificamos a presença de João Ghignone (à direita), presidente da FEP entre 1932-1978, e de alguns outros homens, porém, o número de mulheres é bastante significativo. Não foi possível identificar entre as mulheres adultas quais eram as professoras e quais eram as alunas, entretanto, é possível supor que os adultos das laterais pudessem ser os professores e professoras, pois estão separados dos demais e em evidência, dando a impressão de que estão apresentando ou avaliando os trabalhos dos alunos.



FIGURA 9 – Interior da sala de aula da Escola da FEP (1930)
FONTE: **Memória da Federação Espírita do Paraná** (2002, p. 11)

A Figura 9, pela faixa etária aproximada das crianças, parece retratar alunos da Escola Diurna e crianças que talvez fossem atendidas em atividades assistenciais da instituição¹⁷². A pose para a fotografia é evidente. A mulher de vestido e chapéu branco, no centro da foto, seria a professora ou uma ‘visitante ilustre’? Qual a nacionalidade dos pais dos alunos, de diversas idades, que rodeiam a senhora de branco? A professora seria a mulher que está do lado direito, de vestido preto? Os homens à esquerda seriam professores? O que teria motivado a foto com pessoas de idades tão diferentes? Apesar das muitas questões insolúveis, a fotografia simboliza, mesmo indiretamente, a importância da escola — e da escola da FEP — para quem tirou a fotografia naquele ano, para os que posaram para a foto e para a Federação que guardou por décadas esta imagem e a reapresentou em publicação do seu centenário.

Entre os anos 1920 e 1930, as mulheres, gradativamente, tiveram mais destaque nos periódicos da Federação Espírita do Paraná, inclusive visualmente. Nos periódicos da FEP, de um foco primordial na mulher como “a médium”, no decorrer das primeiras décadas do século XX, é possível perceber a paulatina inserção da mulher em espaços de atuação pública da Federação, em atividades de assistência aos necessitados e, cada vez mais, nos espaços escolares da FEP. Entretanto, essas atividades, chanceladas por homens e por eles muitas vezes reguladas, mantinham estreita relação com o lugar da mulher por excelência: a casa; lugar no qual ela exercia sua função primordial, a de esposa e mãe — assistindo ao marido e filhos, educando a prole.

¹⁷² Nas fontes pesquisadas, até os anos 1930, não foram encontradas referências à Escola Maternal ou Jardim de Infância na FEP.

CAPÍTULO III

OCUPAÇÕES FEMININAS: A FORMAÇÃO DA MULHER PARA O TRABALHO NA FEP - DE 1930 AOS ANOS 1950

As frentes de lutas das mulheres, suas tentativas de atravessar os limiares muitas vezes provocam a violenta reação dos homens. Mas existe também outros tipos de relações-alianças, de cumplicidade, de amizade e de amor: trata-se menos de guerras do que de escaramuças, menos de frentes do que de linhas quebradas ou deslocadas. Assim, as fronteiras que limitam a vida das mulheres, atribuindo-lhes mais um destino do que uma sina, movem-se ao longo do tempo (PERROT, 1998, p. 91)

3.1 O LIMIAR DE UMA ESCOLA FEMININA DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO — A FEP NOS ANOS 1930-1940

Trazendo a marca dos “loucos anos 20”, da crise econômica mundial desencadeada a partir da quebra da bolsa de Nova York, em outubro de 1929, e, no Brasil, com a crise do café e a tomada do poder por Getúlio Vargas, a década de 1930, em grande medida, catalisou e reordenou mudanças em curso no país nas primeiras décadas do século XX em diferentes setores, entre eles o da educação e o do trabalho. As criações do Ministério da Educação e Saúde Pública e do Ministério do Trabalho foram mais que atos inaugurais, pois traziam as marcas de anos de disputas, propostas e ações de diferentes grupos sociais: educadores, médicos, empresários, operários, vários deles políticos (WEINSTEIN, 2000; CARVALHO, 1998; DE DECCA, 1981; MUNAKATA, 1981).

A década de 1930, que terminou com o início da Segunda Guerra Mundial, possibilitou à mulher brasileira alfabetizada a conquista do direito (facultativo) de votar, pelo Código Eleitoral de 1932, que foi garantido pela Constituição de 1934 (BESTER, 1996, p.97-98). Em 3 de maio de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, pela primeira vez a mulher brasileira pôde votar e ser votada em âmbito nacional, mas não exerceu plenamente tal direito nesse período, devido ao golpe do Estado Novo de 1937.

Em âmbito ocidental, essa foi uma época marcada por uma “revolução no emprego de mulheres fora do lar”, segundo Hobsbawm (1995, p. 51), uma mudança que reverberou no Brasil, ainda que não com mesma a intensidade e rapidez de países que pressionados pelas necessidades das Guerras, de 1914-1918 e de 1939-1945, incentivaram mulheres a trabalhar fora de casa para suprir as vagas dos soldados. O fim de cada conflito seria acompanhado por campanhas para a volta da mulher para o lar – ser mãe era sua função primordial; entretanto, muitas não voltaram e as possibilidades de trabalho e estudo para as mulheres cresceram gradativamente, mesmo que, em grande medida, tal crescimento fosse balizado e tutelado por homens, que deixaram áreas de atuação pouco lucrativas (LAGRAVE, 1991).

Em Curitiba, os jornais diários forneciam indícios significativos desse período. Em 1930 vários textos publicados no **Diário da Tarde** discutiram os espaços e atitudes apropriados à mulher, entre os artigos alguns se destacavam pela abordagem de temas ainda pouco usuais: a entrada da mulher na Academia Brasileira de Letras, a

permissão para a participação feminina em concurso para 1º Tenente do Exército e a relevância do voto feminino (**Diário da Tarde**, 17/01/1930, p. 2; 10/09/1930, p. 2; 20/09/1930, p. 2; 30/10/1930, p. 2).

Como adverte Bassanezi (1996, p.15-16), a imprensa tende a reproduzir um ideal de organização social “ao atuar ao lado das instituições estatais, educacionais, religiosas, jurídicas, familiares, etc”. Advertência ainda mais pertinente no caso da imprensa declaradamente ligada a um grupo político, filosófico ou religioso, como os periódicos da Federação Espírita do Paraná. Entretanto, um debate sobre o tema socialmente intenso como o voto feminino, pode relevar nuances de um grupo que trazia em seu *ethos* as leis morais de “igualdade [e] liberdade” para todos (KARDEC, [1857] 2002, p. 375 e 383).

Em relação ao direito de votar e ser votada, Georgina Mongruel¹⁷³, que fazia parte do quadro de sócios da FEP, se opôs pela imprensa diária ao artigo da educadora e escritora Mariana Coelho¹⁷⁴ que defendia a “emancipação feminina e o direito ao voto”. Embora reconhecesse o direito da mulher à educação, para que pudesse assim cumprir sua missão: educar corretamente sua família, Mongruel “condenava o voto feminino, bem como o abandono do lar, para participação na vida pública” (BUENO, 2010, p. 69-70).

Georgina Mongruel era adepta Espiritismo kardecista e parecia não entender como contraditória essa sua posição e os citados ideais de igualdade e liberdade kardecistas, afinal também era Kardec ([1857] 2002, p.381) que advertia sobre homens e mulheres: “cada um no lugar que lhe compete”. E a função designada à mulher é a da maternidade, que carrega em si o dever de educar tanto no lar como fora dele (seus filhos ou dos outros), compreendendo que cabe à mulher espírita o dever de executar (muitas vezes sob o comando masculino) sua incumbência na Terra da melhor maneira possível.

Vários seguidores do Espiritismo, mulheres e homens, se mostraram reticentes quanto à atuação feminina no cenário político. Entretanto, o voto feminino não representava apenas a preocupação com o afastamento da mulher de sua casa,

¹⁷³ Sobre Mongruel, ver Capítulo I - 1.2.

¹⁷⁴ Mariana Coelho nasceu em Portugal; veio para o Brasil em 1892 e fixou residência em Curitiba. Escreveu em vários periódicos da capital paranaense dedicados à literatura, na qual pode exprimir suas ideias, inclusive sobre a emancipação feminina. Fundou o Colégio Santos Dumont, que oferecia ensino primário para ambos os sexos e curso de prendas domésticas para meninas. Atuou como professora, secretária e diretora da Escola Profissional Feminina até 1940. Faleceu em 1944 (BUENO, 2010).

indicava um sinal de alerta aos espíritas kardecistas. Segundo esses espíritas, como a maioria das mulheres eram católicas, estas representavam um “exército de sotainas” fanáticas, direcionadas pelo seu “confessor” e assim, caso pudessem votar, provavelmente elegeriam representantes que defenderiam os interesses da Igreja Católica, contra os espíritas e outras tendências religiosas¹⁷⁵ (**Mundo Espírita**, 29/09/1932, p.6; veja também: 03/01/1931, p. 1; 20/01/1931, p. 1; 21/02/1931, p. 3). Como estratégia de convencimento e, talvez para não desqualificar de modo evidente a capacidade feminina de pensar, escolher e agir, o periódico **Mundo Espírita** utilizou, em 1932, uma mulher para falar a outras mulheres. Albertina Silveira¹⁷⁶ que, sem contradizer ideias como as de Georgina Mongruel, escreveu o artigo “Conquistas femininas”, sobre os novos triunfos e deveres femininos:

Assim a nossa objetivação é, tão somente, contribuir potencialmente, como é de nosso dever, para que a mulher – nossa mãe, nossa esposa, nossa irmã – entre na posse integral de suas legítimas conquistas, na plena consciência de sua crença, de sua fé raciocinada, penetrando os umbrais do templo da vida nacional exercendo sua natural função, na ciência perfeita de seus direitos e deveres cívicos e morais religiosos (**Mundo Espírita**, 20/12/1932, p.1e 3).

E continuava:

Aquelas das nossas compatriças e irmãs em geral, já virtualmente emancipadas econômica, intelectual e moral-socialmente, sem dúvida, não quererão jamais deixar de contribuir para que os seres da sua espécie permaneçam enclausurados no calabouço da ignorância com sua consciência escravizada ao confessionário e os pulsos algemados a vontade dos senhores da *santa madre igreja*. Brasileiras de todos os Estados, de Norte a Sul, [a] mulher de hoje vislumbra algo maior; mais altruístico e racional [...] Pois bem, lutemos, pela palavra em comícios, em associações, em rádio, enfim, tanto quanto nos seja possível para que Roma circunscreva o seu domínio ao Vaticano (**Mundo Espírita**, 20/12/1932, p.1, grifo no original).

Mesmo com o destacado ataque à Igreja Católica, Albertina Silveira estimulava

¹⁷⁵ Importante lembrar que durante o período Vargas, lideranças anticlericais (espíritas inclusive) e as católicas disponibilizaram várias estratégias de disputa por poder no campo religioso e educacional, momento em que o “espiritismo [novamente] teve de firmar-se na sociedade brasileira em meio a conflitos judiciais e instabilidades políticas, aguçadas num contexto de competição religiosa com a Igreja Católica” (MIGUEL, 2010, p. 203).

¹⁷⁶ Sobre Albertina Silveira foram encontrados mais dois artigos no periódico **Mundo Espírita**: “A mulher na questão social” (13/09/1932, p. 1); “A mulher brasileira e a constituição – pró-estado leigo” (06/12/1932, p. 1). Um artigo de Silveira, “O feminismo que eu amo”, foi publicado na revista **Brasil Feminino** (fev. 1932, p. 4). Albertina Silveira fazia palestras na Liga Espírita do Brasil (**Diário de Notícias**, 04/02/1940, p. 6; 05/02/1944, p.6; 06/02/1944, p. 6).

a participação mais ativa da mulher espírita no mundo público e político. Impossível aquilatar o impacto que essas palavras provocaram, entretanto, no jornal **Mundo Espírita**, não foram publicados outros textos de sua autoria neste período. O artigo de Albertina Silveira foi o único escrito por uma mulher editado no primeiro ano de circulação deste jornal. Como escreveu Perrot (1998, p.77) “inicialmente, a imprensa era um mundo masculino, do qual as mulheres lentamente foram se apropriando”¹⁷⁷.

A participação das mulheres nos púlpitos, na imprensa e na composição dos quadros diretivos da Federação ocorreu timidamente. No ano de 1930, ao se efetivar mais uma eleição para suprir a presidência, vice-presidência, corpo diretor e administrativo da FEP, homens foram eleitos presidente e vice-presidente; para as funções de conselho, diretoria e administração, foram escolhidos 18 homens e apenas 2 mulheres (não sabemos se ou quantas outras mulheres se candidataram). As eleitas foram: Rosina Silva para a direção da farmácia e Maria José Tenório Wanderley para o serviço de expedição¹⁷⁸. Na eleição seguinte, a de 1934, nenhuma mulher foi eleita para cargo de direção ou administração — muito menos como conselheira, presidente ou vice-presidente (**A República**, 28/01/1930, p.8; **Mundo Espírita**, 26/02/1934, p. 3).

As barreiras impostas às mulheres para que pudessem concorrer e ascender a melhores cargos e participar com maior dedicação no mundo dos negócios, da política, da religião e do trabalho, foram sempre muito intensas, independente da classe social a que pertencessem (RAGO, 2004, p. 585-587)¹⁷⁹, mesmo que suas ações fossem decisivas em muitas áreas.

No caso da FEP, essas ações concorriam para a manutenção e ampliação de atividades assistenciais: escola diurna e noturna, Albergue Noturno, Dispensário Homeopático, obras que tanto traduziam o ideal espírita de que “fora da caridade não há salvação”, quanto colaboravam para legitimar o grupo da Federação e proporcionar mais visibilidade social à FEP.

Mas, se a atuação feminina na Federação endossava o ideal de mulher virtuosa, esposa e mãe engajada em causas consideradas nobres (inclusive o

¹⁷⁷ Nesse contexto, segundo Bassanezi (1996, p.15-16), as revistas femininas, pelo menos no Brasil, veiculariam o que era considerado próprio do “mundo feminino” pelos seus contemporâneos. Mas não eram simples instrumentos de defesa ou reprodução social.

¹⁷⁸ Rosina Silva, veja no Capítulo II – 2.1. Sobre Maria José T. Wanderley, nada mais foi encontrado, nem mesmo sobre sua presença em outros cargos da FEP.

¹⁷⁹ Inclusive no mundo do trabalho fabril, elementos como a variação salarial, a intimidação física, a desqualificação intelectual, o assédio sexual ou a acusação de serem mães relapsas, foram obstáculos que as mulheres tiveram que superar (FONSECA, 2004, p. 516; RAGO, 2004, p. 581).

magistério) existiam demandas relativas a atuação feminina no mundo do século XX que a FEP não poderia ignorar. Foi nessa perspectiva que, em 1920, conforme consta da Ata de 18 de janeiro, a direção e os conselheiros da FEP, em assembleia, aceitaram a proposta do secretário geral Lins de Vasconcellos e de Flávio Luz para criar em Curitiba o Instituto Profissional Anália Franco, cujo nome homenageava a professora e escritora fluminense, que viveu e atuou na cidade de São Paulo¹⁸⁰ onde organizou a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva¹⁸¹ (ARAÚJO, [2001?], p. 12; **Revista de Espiritualismo**, jan.1920, p. 2 e 14; MONTEIRO, 1992, p. 220). A intenção de criar uma instituição semelhante à de Anália Franco fundada em São Paulo parece evidente e o fato dela ser espírita, pode ainda ter reforçado os argumentos daqueles que apresentaram o projeto.

O Instituto projetado para a Capital do Paraná a princípio não apontava uma preocupação com o atendimento exclusivo das mulheres, deveria também atender a infância e a velhice (masculina e feminina) desamparadas de Curitiba¹⁸². Segundo a **Revista de Espiritualismo**, o projeto deveria proporcionar “bem estar e instrução” e atender os “doentes, os aleijados, os incapazes, pelo seu estado de saúde ou de velhice, de viver do trabalho [e] crianças desamparadas [retirando-as] da profissão da mendicância” (**Revista de Espiritualismo**, jan.1920, p. 1). A meta seria, em um primeiro momento, recolher crianças órfãs de pai e mãe, podendo ser também admitidos “menores rebeldes”, e ministrar educação moral, intelectual, física e profissional, “em ateliers ou oficinas próprias” (**Revista de Espiritualismo**, jan.1920, p. 1-2 e 14). Em Curitiba, como escreveu Silva (2010, p.54) “a tese da necessidade prioritária de transformar menores órfãos, abandonados e delinquentes” ganhou destaque nas décadas iniciais da República.

¹⁸⁰ Anália Emília Franco (1856-1919) nasceu em Rezende no Rio de Janeiro, mudou-se para São Paulo, em 1891 e, em 1901, junto a um grupo de senhoras em sua maioria professoras, fundou uma sociedade destinada ao amparo e educação da mulher e da infância: a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. Anália Franco, além de escrever para periódicos, fundou: em 1898, a revista **Álbum das Meninas**; em 1903, a **Revista da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo**; e, em substituição a esta última, em 1º de dezembro do mesmo ano, o jornal **A Voz Maternal** (MONTEIRO, 1992, p. 220).

¹⁸¹ Antes da Associação, Anália Franco criou um liceu feminino, destinado a “preparar professoras para escolas chamadas maternais (espécie de creche e jardim de infância), e uma escola noturna destinada à alfabetização da mulher” (KUHLMANN JR., 2001, p. 87).

¹⁸² Desde 1904, no Estatuto da FEP, existia a indicação para criar e manter, asilos de inválidos e de órfãos e as caixas de socorro, para “dar maior expansão possível ao espírito de caridade” (ESTATUTO, 1904, p. 1). Entretanto a preocupação com a infância, a mulher e a velhice ganhou maior evidência no Programa de Ação Social da FEP de 1918, quando se concebeu a ideia de “efetivar, criar e auxiliar todas as instituições de amparo à infância, à mulher, à velhice e à invalidez [...]” (**Revista de Espiritualismo**, mar.1918, p. 53).

No entanto, mesmo com a prioridade, de relegar maior atenção às mulheres, a construção do Instituto espírita foi adiada. De acordo com a Federação Espírita do Paraná, o adiamento foi motivado pelo atendimento da solicitação de ajuda financeira feita pelo arcebispo do Ceará para socorro dos flagelados da seca, e como “não convir fazer duas coisas ao mesmo tempo, principalmente para evitar que julguem que a Federação pretendeu por egoísmo impedir o bom êxito do bispo”. (**Revista de Espiritualismo**, jan.1920, p. 14).

Se o Arcebispo fez o pedido de verbas diretamente à FEP não foi possível saber; entretanto uma coisa é certa, a Federação utilizou esse motivo como causa principal para barrar a construção do Instituto Anália Franco:

Entrementes continuaremos a trabalhar o mais possível para a instalação das oficinas, convindo que os nossos companheiros e profanos de toda parte auxiliem a nova instituição de caráter leigo, como as demais que a Federação mantém (**Revista de Espiritualismo**, jan.1920, p. 14)¹⁸³.

Retornando as discussões dos anos iniciais da década de 1930, a preocupação do Estado com a questão profissional, estava no cerne das discussões políticas inclusive como solução privilegiada para a manutenção da ordem (CUNHA, 2005a, p.29). Nesse período Affonso Alves de Camargo, que governava o Paraná, apresentou ao Congresso Legislativo, em 1º de fevereiro de 1930, mensagem na qual destacava a importância da autorização para “criação de escolas profissionais masculinas e femininas [na] capital e no interior” (PARANÁ, 1930, p. 31).

Neste ano, o Paraná contabilizava um milhão de habitantes (PARANÁ, 1930, p.8) e contava com quatro instituições públicas que profissionalizavam, sendo que apenas uma era para mulheres¹⁸⁴. A Escola Complementar Comercial funcionava em Ponta Grossa, cidade a cerca de noventa quilômetros de Curitiba, e seguindo a

¹⁸³ Em 1921, o antigo projeto do Instituto Anália Franco recebeu outro nome “Abrigo dos Desventurados”, designado como “asilo para atender jovens e idosos” e a questão da instalação de oficinas não foi mais mencionada (**Revista de Espiritualismo**, abr.1923, p.50). Em ata de 24/02/1923 e 01/03/1923, foi mencionada a criação, *ad-referendum*, para a criação do “Abrigo dos Desamparados”. Na ata de 14/05/1923, passou a ser designado de “Abrigo dos Desventurados”, e recebeu doação para a sua construção. Na ata de 01/08/1923, se destinava a construção do Abrigo no terreno do bairro Pilarzinho adquirido pela FEP, mas na ata de 08/04/1928 este passou a pertencer ao Sanatório Espírita de Curitiba (ARAUJO [2001?], p.13-14).

¹⁸⁴ Entre as instituições de ensino profissional masculino que existiram no Paraná estavam iniciativas como a Escola de Aprendizes de Marinheiros de Paranaguá (1880), além de estabelecimentos para atender a zona rural: a Escola Agrônômica do Paraná (1918), o Patronato Agrícola (1920). E, em 1930, as Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pescadores em diversos municípios do Paraná (SAPELLI, 2008, p. 62-66).

legislação vigente, funcionava anexa ao Grupo Escolar Senador Correia. As outras três escolas ficaram na Capital paranaense, que então contava com cerca de 93.000 habitantes (LOEFFLER, 2009, p. 41) eram: a Escola Federal de Aprendizizes e Artífices, o Instituto Comercial e a Escola Profissional Feminina.

A Escola Federal de Aprendizizes e Artífices, criada como Escola de Aprendizizes Artífices — determinação do governo federal de educação para o trabalho (Decreto nº 7.566, de 1909) — foi inaugurada em Curitiba no ano de 1910 e era destinada “aos pobres e humildes” com o fim de possibilitar sua inserção produtiva na sociedade e assim evitar a marginalidade (QUELUZ, 2000; PANDINI, 2006). O Instituto Comercial foi inaugurado em 1928 e no seu primeiro ano de funcionamento atendeu 207 alunos, entretanto nesta soma, foram computadas as alunas da Escola Normal que frequentavam apenas aulas de francês na instituição (provavelmente em salas separadas dos rapazes). No ano seguinte, o número total de alunos diminuiu drasticamente, foram 91 alunos — resultado do restabelecimento da cadeira de francês na Escola Normal (PARANÁ, 1930, p. 48-49). Mesmo assim este total não pode ser considerado desprezível e o Instituto seguiu formando vários rapazes.

A Escola Profissional Feminina, que em 1929 atendeu 252 alunas (PARANÁ, 1930, p. 49), foi um desdobramento da Escola de Desenho e Pintura, constituída em 1886, idealizada e dirigida por Antonio Mariano de Lima. Em 1917, esta escola passou a atender exclusivamente o público feminino, recebendo o nome de Escola Profissional Feminina (FREITAS, 2011, CADORI, 2015)¹⁸⁵.

A ideologia do industrialismo¹⁸⁶, da virada do século XIX para as primeiras décadas do XX, defendia que a produção industrial proporcionaria trabalho e condições materiais de vida digna às pessoas que de outra forma poderiam cair na miséria e marginalidade, o que provocaria inquietações e até revoltas. Segundo Cunha (2005a, p. 14-15), “a criação de condições para o seu bem-estar [dos trabalhadores] eram vistas como a contribuição da indústria para resolver a chamada questão social”.

Essa tese de que a educação para o trabalho concorreria para a solução dos problemas sociais teve eco no Paraná, como pode ser observado na criação e

¹⁸⁵ Posteriormente essa Instituição ainda recebeu outras nomenclaturas para atender às mudanças curriculares e políticas, cf: Santana (2004), Freitas (2011) e Cadori (2015).

¹⁸⁶ A “ideologia do industrialismo”, ao lado do engrandecimento do país e do progresso da nação, proclamava a “defesa do trabalhador nacional” (CUNHA, 2005b, p. 15).

consolidação dessas escolas que pretenderam profissionalizar.

Como escreveu Affonso Camargo era necessário investir na:

[...] criação de outras escolas técnicas e profissionais [pois] a evolução industrial das nações cultas é consequência do natural desdobramento das artes mecânicas, coadjuvadas pelo progresso [...] O ensino agrícola e industrial e aprendizagem das artes mecânicas são as necessidades mais palpitantes para as coletividades modernas (PARANÁ, 1930, p. 53-54).

Poucos meses depois da mensagem do Presidente do Paraná, Afonso Alves de Camargo ao Congresso Legislativo do Estado, Getúlio Vargas, no início de seu governo, criaria novos Ministérios, entre eles o do Trabalho e o da Educação e Saúde Pública. A frente da pasta da Educação e Saúde Pública estaria Francisco Campos que, com a chamada Reforma Campos, começou a efetivar “uma política educacional centralizada na esfera federal, e não mais estadual ou municipal” (CINTRA, 2005, p. 44). Esta reforma proporcionou uma nova estrutura ao ensino secundário e superior¹⁸⁷.

Em relação ao ensino profissional a Reforma Campos deu maior ênfase ao ensino comercial, que foi reorganizado pelo Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931, o qual não tinha articulação com o ensino secundário e nem possibilitava acesso a outras áreas do ensino superior¹⁸⁸; foi instituído como um sistema paralelo, tendo um grau pós-primário, um técnico¹⁸⁹ (de nível secundário) e um superior (ROMANELLI, 2003, p. 131; CINTRA, p. 43-44; CUNHA, 2005b, p. 21-22). A reforma não priorizou os ensinos primário, normal e vários ramos do ensino profissional, mas manteve o foco no maior controle sobre a qualidade das escolas secundárias — uma forma de conservar um nível de ensino compatível com as necessidades e interesses culturais dos “tomadores de decisões” (CUNHA, 2005b, p. 21).

¹⁸⁷ A Reforma Francisco Campos, estabeleceu o currículo seriado para a escola secundária, a frequência obrigatória, dois ciclos (fundamental de 5 anos e complementar de 2), entre outros (ROMANELLI, 2003, p.135-136).

¹⁸⁸ A reforma do ensino secundário de 1931, estabeleceu, além das escolas secundárias (que preparavam para os exames vestibulares), as que ofereciam cursos profissionais para os quadros intermediários do comércio e da indústria e para o magistério primário. Para Francisco Campos a finalidade exclusiva do ensino secundário, não era a matrícula nos cursos superiores. A reforma do ensino secundário foi proposta, primeiramente em 1931 e, depois foi consolidada pelo Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932 (ROMANELLI, 2003, p.134-135; CUNHA, 2005b, p. 21).

¹⁸⁹ Em 1931, o termo “técnico” foi empregado pela primeira vez no Brasil na legislação educacional em sentido estrito, isto é, designando um nível intermediário na divisão do trabalho. Uma vez que esse termo até então, teve sempre uma conotação ampla – sinônimo de profissional ou seu reforço, como na expressão técnico-profissional (CUNHA, 2005b, p. 23).

O governo Vargas apresentou uma preocupação com a formação da classe trabalhadora no país, sem, todavia, eliminar a dualidade do ensino que atendia a classe favorecida economicamente, estimulando esta última a prosseguir no ensino secundário e superior, e a classe popular encaminhada preferencialmente para o ensino primário e profissionalizante¹⁹⁰.

Na mensagem que o governador (Interventor Federal) do Paraná, General Mario Tourinho, dirigiu a Getúlio Vargas em 31 de outubro de 1931, ficou evidente a preocupação com o ensino primário e profissional no Estado:

Dentre todos os problemas afetos a administração o da instrução pública, sobretudo a parte relativa ao ensino primário e a preparação profissional, constituiu desde o início do meu governo um dos que intensamente mais me interessou [...] Infelizmente, porém, as precárias condições financeiras do Governo, não me permitiram, até agora imprimir-lhe o desenvolvimento conveniente (PARANÁ, 1931, p. 34).

No Paraná, no quesito ensino profissional a mudança desencadeada com a Reforma Campos resultou em reorganização da estrutura curricular das instituições existentes ou em vias de organização (cf. CINTRA, 2005), mas não significou imediato crescimento no número de escolas desse tipo. No caso específico da Federação Espírita do Paraná, essa mudança não teve impacto no sentido de acelerar a criação de cursos profissionais aventados há anos. Mas, o artigo de primeira página, publicado no **Mundo Espírita** em 1932, pode ter contribuído para reacender, entre os membros da FEP, a tese da criação de educação profissional na instituição, até para mulheres. O artigo trazia relato sobre o Abrigo Tereza de Jesus¹⁹¹ do Rio de Janeiro, criado e mantido por espíritas para atender meninas e meninos, com oferta de “instrução primária e profissional e de educação em toda sua extensão moral-social” (**Mundo Espírita**, 14/06/1932, p.1).

¹⁹⁰ Nesse período foram organizadas em São Paulo as escolas-oficinas (diferente da oficina-escola dos Liceus), nelas “os conhecimentos científicos, se não todo ao menos parte do ensino primário, assim como conhecimentos e práticas de ‘arte’ sobressaíam no currículo, sem, contudo, descartar-se a prática da oficina”. A proposta da oficina na escola era de familiarizar o aprendiz com seu ofício (ou com mais de um deles) num ritmo que não era da produção efetiva, nem tinha a preocupação com a competição de seus produtos no mercado de bens manufaturados (CUNHA, 2005a, p. 119).

¹⁹¹ O Abrigo Tereza de Jesus foi fundado em 1º de janeiro de 1919 com a finalidade de amparar a “infância desvalida”. Em 1920 foi instalado o Departamento Feminino e em 1923 passou a funcionar também o Departamento Masculino. Atendia crianças e jovens dos 7 aos 18 anos. Nas suas oficinas foram confeccionados móveis de vime e flores artificiais; foram ministrados cursos de costura, bordado e encadernação. Cf.: <http://www.abrigoteresadejesus.org.br/historia>. Acesso em: 8 set. 2016.

Morando no Rio de Janeiro desde 1930, Lins de Vasconcellos, que continuava conselheiro da FEP, devia conhecer o Abrigo Tereza de Jesus e também deve ter sido impactado pela Constituição do Estado Novo, que nos Artigos 129 e 132, determinava:

Art. 129: O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais [...]

Art. 132: [As instituições] fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação (BRASIL, 1937, p. 33).

Em abril de 1938, Lins de Vasconcellos voltou a apresentar à diretoria da Federação a proposta para a criação de uma Escola Profissional Feminina, e sugeriu que seu projeto e sua direção ficassem sob a responsabilidade de Raul Gomes¹⁹². O projeto foi “aprovado por unanimidade” (**ESCOLA**, 1990, p. 22; **Mundo Espírita**, 08/1987, 2; ARAUJO, [2001?], p.18; **100 ANOS**, 2002, p.3-4).

Esse panorama nacional, em que o ensino profissionalizante voltou a ser visto como benfeitoria social tanto quanto educacional, traria alterações significativas que impactariam especialmente nas entidades particulares, como a FEP, que ofertavam ou pretendiam ofertar cursos profissionais. Mas, é importante ressaltar que, desde 1934, com o Decreto Federal 4.779, de 16 de maio, o ensino profissional estava ligado ao ensino secundário e, em 1937, mesmo antes do Golpe do Estado Novo, determinações legais decretaram a cisão dos currículos dos cursos secundários e técnicos secundários, embora pudessem ser ofertados lado a lado (BRASIL, 1934; BRASIL, 1937). Desta forma, ensino profissional, associado ao técnico-profissional, era um ensino secundário, portanto, com oferta de disciplinas próprias deste nível de ensino, além das “especializadas” (CUNHA, 2005, p.176, 187-191).

Retomando as considerações sobre a proposta apresentada por Lins de Vasconcellos, esta iniciativa também pode ter sido influenciada pela sua participação na Liga Espírita do Brasil (LEB)¹⁹³, fundada em 1926 para “unir as associações

¹⁹² Raul Rodrigues Gomes (1889-1975), político, jornalista (diretor do **Diário da Tarde** entre 1935 a 1941), advogado e professor. Único paranaense a assinar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 (SOUZA, 2012).

¹⁹³ Na Liga Espírita do Brasil (LEB) (atualmente Liga Espírita do Estado da Guanabara), Lins de Vasconcellos foi vice-presidente, juntamente com Leôncio Correia (paranaense – político, jornalista e

espíritas do Brasil”¹⁹⁴, Liga repetidas vezes alardeava a necessidade dos centros espíritas federados instituírem escolas “primárias, profissionais e de moral cristã”, para ambos os sexos (**Mundo Espírita**, 07/06/1932, p. 2; 28/06/1932, p. 3; 28/03/1933, p. 2; 25/09/1933, p. 3). Seguiam o ensinamento de Kardec, sobre o valor do trabalho, que deve ser um socorro às pessoas necessitadas: “difunde em torno de ti o amor ao trabalho” (KARDEC, [1861] 2002, p. 263).

Na proposta de construção da Escola Profissional Feminina, o auxílio governamental seria bem-vindo, pois as despesas certamente seriam significativas. Nesse período, os membros da Federação ainda centravam seus esforços na construção do Sanatório Bom Retiro e também realizavam ações para angariar fundos que auxiliassem a manutenção das obras assistenciais da FEP. Há indícios que no início dos anos 1930 a Federação recebia auxílio “de custeio” anual de 3:000\$000¹⁹⁵ (três contos de reis) da Prefeitura Municipal de Curitiba (**Diário da Tarde**, 03/02/1934, p. 4). Importante lembrar, que a FEP também recebia benefícios governamentais para subsidiar as Escolas noturna, diurna e Albergue Noturno. No campo da assistência e da educação, em muitas cidades brasileiras os espíritas tornaram-se aliados do poder público com o intuito de ampliar suas iniciativas assistencialistas.

As várias ações organizadas para arrecadar verbas para essas instituições e novos projetos, eram muitas vezes combinadas com outras festividades, como a Festa de Natal para os pobres, organizada por “senhoras e senhoritas” da FEP, a exemplo da Festa do dia 25 de dezembro de 1933, que atendeu “mais de duas mil famílias” (**Diário da Tarde**, 29/12/1933, p. 3). Como lembra Rodrigues (2013, p. 110), festas deste tipo eram as que mais poderiam “sensibilizar as pessoas a auxiliar pobres crianças carentes”.

A preparação dessas festividades para os “necessitados”, realizadas há anos também por outros grupos sociais, confessionais ou não, eram geralmente precedidas de um festival, com apresentações artísticas (músicas no piano ou violino, recitação

poeta) que foi presidente da Liga entre 1939-1942 e com Henrique Andrade primeiro diretor e proprietário do periódico **Mundo Espírita** (1932-1947). (WANTUIL, 2002; LOBO, 1997, p. 402).

¹⁹⁴ Os embates entre espíritas ao longo de anos tiveram como principal motivo as disputas entre os espíritas roustanguistas, nome derivado de Jean-Baptiste Roustaing, e kardecistas – que contestavam a validade das obras escritas sob coordenação de Roustaing, porque não teria sido devidamente aferida pelo critério da universalidade do ensino e metodologia defendida por Kardec. Segundo Lobo (1997, p. 400), em 1931 na FEB a questão chegou a tal ponto que Lins de Vasconcellos pediu que os diretores da FEP agissem para “apaziguar os ânimos divisionistas” no Rio de Janeiro e possivelmente no Paraná também.

¹⁹⁵ Essa quantia era equivalente ao preço mínimo de um piano alemão (**Diário da Tarde**, 17/01/1930). O mesmo valor era doado ao Asilo São Luiz (SILVA, 2010, p. 49).

de poesias, etc.) para angariar fundos (AVANZINI, 2011; CONCEIÇÃO, 2012; TRINDADE, 1996).

A participação das mulheres, na solicitação de doações à organização do evento, era evidente, mas anônima. No caso da FEP, os nomes femininos em eventos da Federação que figuravam nos jornais eram, em geral, os das jovens e senhoras que realizavam apresentações artísticas (**Diário da Tarde**, 02/10/1933, p. 2; 19/12/1934, p. 2; 04/12/1935, p. 4; 12/1936, p. 4; 12/1937, p.4).

Sobre a proposta de efetivação da Escola Profissional Feminina, nesse contexto do final dos anos 1930, a escolha de Raul Gomes para assumir o projeto dever ter considerado sua experiência em comandar curso profissionalizante, pois este foi proprietário do Colégio Raul Gomes, em Curitiba, uma instituição que começou atendendo apenas rapazes e que passou a aceitar também moças a partir de 1931¹⁹⁶. O Colégio oferecia curso primário complementar (para jovens e adultos), intermediário e ginásial (internato; semi-internato e externato), com escola anexa de instrução militar e curso prático de guarda-livros. O Colégio funcionava com aulas no período diurno e noturno (**Diário da tarde**, 08/01/1930, p. 3; 25/01/1930, p. 7; 20/08/1930, p. 4; 17/11/1931, p. 3).

Raul Gomes efetivamente “elaborou e apresentou ao Conselho [da FEP] o projeto da Escola” profissional (**ESCOLA**, 1990, p. 22), mas este foi recusado. Motivo: a FEP priorizou a edificação do Sanatório do Bom Retiro, cujas obras chegaram a ser paralisadas por falta de verbas no segundo semestre de 1938¹⁹⁷.

Nos anos seguintes, marcados pelas mudanças impulsionadas pela Segunda Guerra Mundial, enquanto instituições de ensino, como a Escola Técnica de Comércio São José, de Curitiba, organizada e dirigida pelas Irmãs de São José, começaram a oferecer às jovens até curso profissional técnico comercial exclusivamente feminino (CINTRA, 2005). Na FEP ainda eram as ações assistenciais que, mesmo indiretamente, possibilitavam uma instrução feminina que poderia resultar em trabalho fora de casa. A criação na Federação do Lar Infantil Icléa, no final da década de 1940, começaria a delinear outro tipo de formação para a mulher, mesmo que intimamente atrelado ao lar.

¹⁹⁶ O Colégio funcionou pelo menos até meados 1932, considerando as propagandas editadas no **Dário da Tarde**.

¹⁹⁷ Em setembro de 1938 Lins de Vasconcellos tomou conhecimento da paralisação das obras do Sanatório e fez uma doação de 100.000\$000 para o prosseguimento da construção (LOBO, 1997, p. 401).

3.2 DO LAR INFANTIL ICLÉA AO CENTRO DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL LAR ICLÉA

Na década de 1940, Curitiba contava com uma população de 148.757 habitantes (CENSO, 1940), porém a prosperidade conseguida no comércio e na indústria, que concorria para o aumento da população, trazia também transtornos sociais em vista do número de pessoas classificadas como “desocupadas e delinquentes” (PARANÁ, 1948, p. 9). A preocupação com a pobreza feminina, com a prostituição, com as mães solteiras e seus filhos, com as esposas dos operários (fossem elas empregadas ou não) e com as trabalhadoras nas fábricas, no comércio, nas casas, motivaram ações destinadas a formação feminina para o trabalho, com o fim de que as mulheres conseguissem trabalho, o qual fosse remunerado dignamente e, principalmente, que não fosse uma atividade condenada moralmente e que desviasse a mulher de sua função maternal¹⁹⁸.

Nesse sentido, a FEP foi consolidando ações assistenciais cada vez mais no cuidado com a mulher pobre e na atenção com as crianças e jovens desamparadas do sexo feminino¹⁹⁹, propostas que estavam em consonância com os interesses do período Pós-Guerra e de um nacionalismo deste período que revalorizou de maneira exacerbada a “volta para a casa” da mulher e, da mesma forma, a exaltação da figura da mulher-esposa-mãe, como a primeira responsável pela educação da criança.

Em 1948, o governador Moyses Lupion criou a Secretaria de Saúde e Assistência do Paraná, que tinha como finalidade supervisionar e orientar todo serviço de assistência e proteção social e instituiu ainda o Departamento Estadual da Criança, que havia sido criado pelo Decreto-lei nº 615, de 13 de maio de 1947. O Departamento instalado teve a função de:

[...] estimular e orientar a organização de estabelecimentos municipais e particulares destinados à proteção da maternidade,

¹⁹⁸ Em nível nacional, durante a primeira metade da década de 1940, o Decreto-lei nº 2.024 de 17 de fevereiro de 1940, fixou as bases da organização da proteção à mulher mãe e à criança; o Decreto nº 7.270, de 29 de maio de 1941, dispôs sobre o registro de nascimento de menores abandonados; a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1944, que dispôs sobre a corrupção de menores; o Decreto-Lei nº 6.865, de 11 de setembro de 1944, redefiniu a competência do Serviço de Assistência ao Menor. (SILVA, 2009, p. 35-36).

¹⁹⁹ Na década de 1940, criança ou jovem desamparado (a), por vezes designado como “menor”, era o indivíduo abandonado(a) devido a morte dos pais ou devido a falta de condições materiais dos pais – ou seja, “criança ou jovem filho(a) da pobreza” (PÚBLIO, 2011, p. 37)

da infância e da adolescência; [...] tendo este serviço [Departamento Estadual da Criança] a finalidade principal de proporcionar as crianças ou as órfãs um lar onde possam encontrar um ambiente capaz de lhes garantir a formação moral, mental, física harmônica, com respeito aos seus direitos fundamentais; a orientação para a fundação de Associações de Proteção a Maternidade e a Infância (PARANÁ, 1948, p. 67-68).

A instalação do Departamento Estadual da Criança, em 1948, oito anos depois da criação, em 1940, do Departamento Nacional da Criança²⁰⁰, sinalizava entraves político-econômicos do período, mas indicou também a estruturação de uma política nacional de educação e saúde cujos desdobramentos adentraram os anos 1950 (cf. GOMES, 2000).

O Departamento Estadual da Criança teria incumbência de promover no Paraná a “cooperação do Estado com os Municípios e com instituições de caráter privado [concedendo] subvenção ou auxílio estadual destinado à manutenção e ao desenvolvimento dos serviços de proteção” (PARANÁ, 1948, p. 67- 68).

Nesse contexto, o Lar Infantil Icléa de Curitiba, foi inaugurado em 24 de abril de 1949, era “destinado a amparar meninas desamparadas, sob os auspícios da Federação Espírita do Paraná” (**Mundo Espírita**, 23/04/1949, p.1). No mesmo ano a instituição passou a receber subsídio de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) anuais²⁰¹ através da Lei Municipal nº 214, de 09 de setembro (CURITIBA, 1949)²⁰², e também Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) anuais do governo estadual (PARANÁ *apud* SILVA, 2009, p.78)²⁰³.

Com o título poético, “Sonhos dourados encontram a felicidade depois de longas lutas”, o artigo publicado **Diário da Tarde** em 1951 foi um dos primeiros textos da imprensa diária curitibana que teceu considerações, mais relevantes, sobre o Lar Infantil Icléa (**Diário da Tarde**, 30/01/1951, p. 1). Segundo o jornal, a instituição tinha

²⁰⁰ O Departamento Nacional da Criança foi criado pelo Decreto-Lei n. 2.024 de 1940 como órgão do Ministério da Educação e Saúde, teve como objetivo amparar a maternidade, a infância e a adolescência. Departamento que unia a Educação e a Saúde na tarefa de enquadrar os indivíduos à nova ordem econômico-social e de legitimar o novo Estado. Sobre legislação de proteção à infância e a maternidade entre 1930 a 1960, veja: Pereira (1992); Cardoso (2012); Kramer (2001).

²⁰¹ Em 1950 o valor de uma consulta médica em domicílio era Cr\$ 200 cruzeiros (**Diário da Tarde**, 08/11/1950, p.6).

²⁰² Na virada para os anos 1950, além a instituições confessionais, existiam em Curitiba quatro instituições estaduais de assistência à infância desvalida, eram: Abrigo Provisório para Menores Abandonados, no bairro Santa Felicidade; Abrigo de Menores, no bairro Portão; Centro de Formação Profissional para Menores, no bairro Campo Comprido e a Escola de Reforma, no bairro Bacacheri (SILVA, 2009, p.80-81).

²⁰³ Sobre as subvenções do governo estadual às instituições de Curitiba, no período de 1947 a 1950, confirma o Anexo 2.

o objetivo de:

[...] praticar o sublime sentimento de solidariedade humana, tem acolhido inúmeras crianças do sexo feminino que ali conquistaram casa, comida e estão a conquistar instrução suficiente para vencer na vida, no futuro (**Diário da Tarde**, 30/01/1951, p. 1).

Considerando que as entidades assistencialistas na primeira metade do século XX, teriam como uma função primordial “disciplinar os pobres e trabalhadores” (KUHLMANN, 2004, p.65), a FEP optou por começar a educar meninas pobres “o suficiente para vencer na vida”, desde que em atividades femininas.

Assim, com o fim de educar, moralizar e “salvar” meninas carentes na perspectiva kardecista de que “fora da caridade não há salvação” e com apoio financeiro dos governos municipal e estadual, o Lar Infantil Icléa foi inaugurado em prédio de dois andares ao lado da sede da Federação, na Rua Saldanha Marinho, nº 570. (Figura 10. Cf Anexo 3). Entretanto, sua inauguração em 1949 não foi isenta de percalços.



FIGURA 10 – Prédio Lar Infantil Icléa - Rua Saldanha Marinho
FONTE: **Memória da Federação Espírita do Paraná** (2002, p.19)

A inauguração do prédio do Lar Infantil Icléa, anunciada para 12 de outubro (Dia da Criança) de 1948 (**Mundo Espírita**, 11/09/1948, p. 5; 25/09/1948, p. 3) foi adiada sem aviso prévio. Somente em novembro de 1948 a publicação de uma imagem, aparentemente com a parte externa concluída, foi publicada no **Mundo Espírita** com a frase: “Lar Infantil Icléa destinado a receber crianças abandonadas [será inaugurado] antes do final do ano” (**Mundo Espírita**, 11/09/1948, p. 1 e 5). Mas, novembro passou e o ano acabou sem que a inauguração acontecesse.

Segundo alguns informes, em 1948 a FEP teria gasto Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) na compra de um terreno com prédio na cidade de Antonina, para instalar o Centro Espírita Amor e Caridade, o que pode ter atrasado a conclusão do edifício do Lar Infantil Icléa por falta de verba (**Mundo Espírita**, 12/03/1949, p. 3).

A inauguração aconteceu, finalmente, em abril de 1949²⁰⁴. Não foram encontrados relatos sobre as discussões que decidiram pela aprovação e instalação do Lar, no entanto foi possível saber que o nome Icléa para o Lar Infantil, foi aprovado pelo Conselho e direção da FEP em 18 de março de 1948, quando o edifício destinado à instituição estava em construção (ARAUJO, [2001?], p. 21).

Segundo o jornal **Mundo Espírita**, Icléa foi uma menina que nasceu em 23 de março de 1923, no Rio de Janeiro, filha de pais espíritas e que veio a falecer aos 10 anos de idade. A médium Marília Carneiro (que assinava M.C), passou a receber suas mensagens, todas educativas, dirigidas às crianças (**MUNDO ESPÍRITA**, 4 e 22/04/1939, p. 3). A partir de 1939 e até o final da década de 1950, havia geralmente na primeira página deste periódico um espaço, na parte inferior da página, intitulado “Para as crianças”, com mensagens de Icléa, todas com ensinamentos sobre disciplina, caridade, trabalho, amizade, bondade, perdão entre outros temas. Os textos habilidosamente indicavam aos pais, especialmente à mãe, como educar a infância para a vida e o trabalho. (Figura 11).

²⁰⁴ Outras instituições asilares paranaenses ligadas a FEP que atenderam meninas ou meninos na primeira metade do século XX foram: Lar Hercília Vasconcellos, em Ponta Grossa (**Voz da Espiritualidade**, 02/1953, p. 1; **Mundo Espírita**, 31/10/1955, p. 2); Lar Marília Barbosa, em Cambé; Lar Hercília Vasconcellos, em Paranaguá (**Mundo Espírita**, 30/04/1954, p. 4; 30/09/1954, p. 1); Lar Infantil Mariinha, em Palmeira; Lar Infantil Bezerra de Menezes, em Rebouças (**Mundo Espírita**, 31/10/1955, p. 2; 31/12/1955, p. 1).

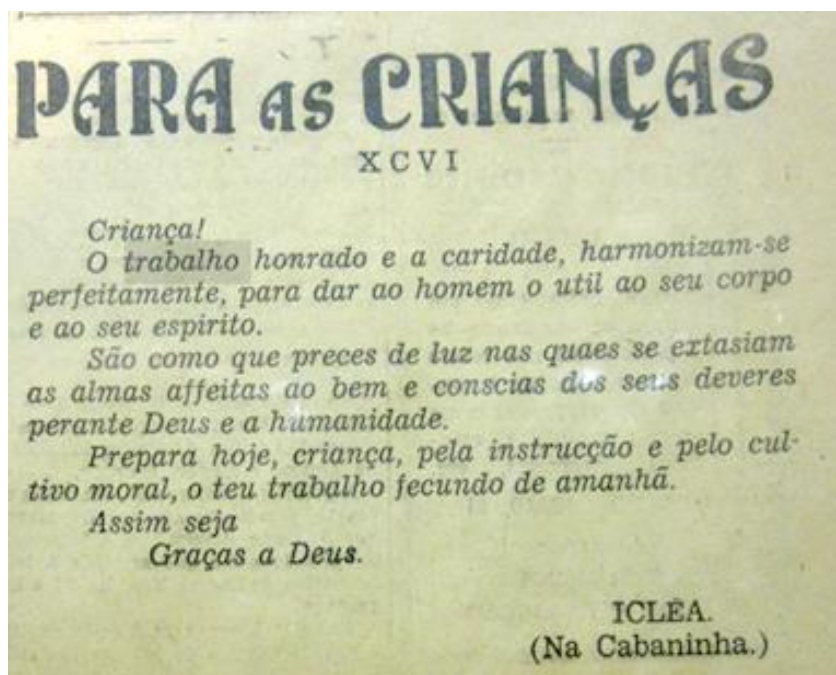


FIGURA 11 – Para as crianças
FONTE: **Mundo Espírita**, 20/05/1940, p. 1

A escolha pela FEP do nome Icléa para o Lar foi muito sugestiva, pois este traduzia exatamente o protótipo de criança e jovem que se pretendia formar, ideal que estava presente nas mensagens de Icléa (publicadas também no livro **De Icléa para as crianças**, de 1947), como a de 20 de maio de 1940 (Figura 11) que concatenava instrução e moral, trabalho e caridade.

A organização do Lar Infantil Icléa para abrigar meninas e jovens mulheres que deveriam ser encaminhadas para “o trabalho honrado e a caridade”, como alertava a mensagem “Para as crianças” (**Mundo Espírita**, 20/05/1940, p.1), trazia as marcas de atividades realizadas por mulheres na FEP e de propostas da Federação para educar mulheres para o trabalho que foram idealizadas ao longo da primeira metade do século XX.

Em um período em que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, ordenava demandas, práticas e determinações (por vezes regionais) de décadas, determinando nacionalmente, no seu Capítulo III – Da Proteção do Trabalho da Mulher – Seção I, o direito de a mulher trabalhar fora de casa sem a autorização expressa masculina, a equiparação salarial, a não dispensava em razão do sexo ou de gravidez, a licença maternidade, entre outras prerrogativas. A FEP organizou uma instituição feminina, o Lar Infantil Icléa, com o intuito de formar/educar também em habilidades para, se necessário, inserir-se no mundo do trabalho. Afinal, proteção nacional legal a

mulher trabalhadora, não significou uma mudança de perspectiva sobre o lugar primordial da mulher na sociedade: o lar.

Cuidar da criança e da mulher futura mãe e trabalhadora era contribuir com a Pátria, um “ato de caridade” da FEP, pois para a doutrina kardecista ajudar os “pobres oprimidos”, como “mãe, donzela e criança lançada ao trabalho”, consistia no caminho para o progresso social e para a evolução individual (KARDEC, [1864] 2002, p. 140-145).

Sem subestimar que as ações beneficentes na FEP concorreriam para sua maior evidência no Paraná e poderiam funcionar como estratégias para ampliar o número de seguidores, é preciso considerar a crença dos espíritas da Federação que através da formação da mulher-mãe seria possível a consecução de um mundo “benfazejo e de paz” para todos (**Mundo Espírita**, 07/08/1948, p. 3). Em um tempo em que as mudanças socioeconômicas alargavam possibilidades de inserção feminina no mundo do trabalho, a FEP ensaiava seus passos nessa direção com atividades que deveriam ser implementadas no Lar Infantil Icléa.

O periódico **Mundo Espírita**, órgão da Federação, descreveu a festa promovida para a inauguração do Lar Infantil Icléa, que contou com a presença de vários convidados ilustres, o governador do Estado Moyses Lupion, o prefeito da cidade Lineu Amaral, o secretário da Educação e Cultura Erasmo Piloto²⁰⁵, além do presidente da FEP João Ghignone e de Lins de Vasconcellos e sua esposa Hercília Vasconcellos, única mulher a ser citada (**Mundo Espírita**, 23/04/1949; p. 2). Interessante a menção ao nome de Lins de Vasconcellos, pois outros conselheiros e diretores da FEP deveriam estar presentes. Além da deferência ao espírita ilustre e sua esposa, que não moravam em Curitiba há anos, a menção faz lembrar as duas tentativas (1920 e 1938) feitas por Lins de Vasconcellos de organizar na FEP locais que, em parte ou totalmente, seriam dedicados à educação profissional feminina. Vasconcellos teria colaborado para a criação do Lar? Não há fontes que afirmem especificamente o auxílio para a fundação do Lar Infantil Icléa, mas Lins de Vasconcellos, sempre auxiliava a Federação, principalmente nos momentos mais críticos (LOBO, 1947, 401-402; ARAUJO [2001?], p. 17-18).

No dia festivo, de inauguração do Lar Infantil Icléa, os homens discursaram e mesmo que estes evidenciassem o trabalho da Associação Protetora do Recém-

²⁰⁵ Erasmo Piloto, que durante o ano de 1929, figurou como participante da “Comissão de Propaganda” da FEP (ARAUJO, [2001?], p. 39).

nascido (APR), criada em 1939²⁰⁶, setor da FEP responsável pela administração do Lar Infantil Icléa, nem mesmo a diretora desta Associação, Maria de Lourdes Souto Pinto, foi mencionada²⁰⁷ (**Mundo Espírita**, 23/04/1949; p. 2; ARAUJO, [2001?], p. 43).

A direção do Lar Infantil Icléa, instituição para mulheres, ficou sob a responsabilidade de um homem: Abib Isfer²⁰⁸. Anos depois, com as lembranças e esquecimentos da memória, Nancy Westphalen Correa²⁰⁹, bibliotecária e ex-professora da Universidade Federal do Paraná, lembrou Abib Isfer:

Diariamente, dirigia-se ao Lar para verificar as suas necessidades e aos sábados, no final da tarde encontrávamos Seu Abib junto às meninas, que o chamavam carinhosamente de paizinho, escutando algumas tocando piano, que estudavam com a professora Elisa Greca (era muito benevolente) e outras cantando músicas ensaiadas por Maura Garcia Barcellos (**Mundo Espírita**, nov. 2012, p.1).

Se Abib Isfer era o “paizinho”, a vice-diretora do Lar, Maria Clara de Oliveira²¹⁰, “a quem as pequeninas internadas [tinham] grande respeito”, era chamada de “mãe” (**Diário da Tarde**, 30/01/1951, p. 1). A ideia de um lar patriarcal sobrevivia, constituído sob a direção de um pai, com a ação permanente da mãe com as filhas. E, os homens continuavam no alto comando dos setores da FEP²¹¹.

²⁰⁶ A Associação Protetora do Recém-nascido (APR), conforme mencionado no Capítulo II – item 2.1, era órgão da FEP e, provavelmente, tinha caráter ecumênico, o que deve ter ajudado a sua criação em 1939, época de escassez de recursos na Federação. Nos anos 1940 existiram outras iniciativas espíritas para atender a mulher parturiente e a criança recém-nascida, como a Associação do Abrigo do Berço do Recém-nascido e das Parturientes Pobres, do Centro Espírita Os Mensageiros da Paz, que era filiado à FEP (**Diário da Tarde** 03/09/1948, p. 2).

²⁰⁷ Maria de Lourdes Souto Pinto (1907-1982) completou o 2º grau no Colégio Sagrado Coração de Jesus. (**ESCOLA**, 09/1990, p. 22), atuou na FEP como professora ou diretora escolar durante anos. Em 1947 substituiu Marcolina Pina, na direção da Associação Protetora do Recém-nascido. (**Mundo Espírita**, abr.1957, p. 5). Em alguns documentos seu nome está registrado como Maria de Lourdes Sperancetta ou Esperancetta Pinto ou como D. Mari ou Mary.

²⁰⁸ Abib Isfer (1896- 1986) nasceu no Rio de Janeiro. Foi guarda-livros (contador/técnico em contabilidade), dedicou-se, profissionalmente, ao comércio e a escritório no ramo securitário. Foi vice-presidente da FEP entre 1946 e 1978. Passou a ocupar a presidência após falecimento de João Ghignone e, após um período eletivo de fevereiro de 1979 a janeiro de 1981, deixou o comando e passou a integrar o quadro de presidentes honorários, ao lado de Lins de Vasconcellos. (**Mundo Espírita**, nov. 2012, p.1).

²⁰⁹ Nancy Westphalen Corrêa (1930 - ?). Nasceu na cidade da Lapa, PR. Formada em Biblioteconomia e Documentação, lecionou na Universidade Federal do Paraná, durante trinta anos. Foi diretora da Associação Protetora do Recém-Nascido e da Associação das Senhoras Espíritas, na FEP, além de colaborar na Caixa do tuberculoso pobre. (**Mundo Espírita**, jul. 2014, p.1).

²¹⁰ Sobre Maria Clara de Oliveira a única informação encontrada foi a notícia de seu casamento (**O Dia**, 20/10/1939, p. 2).

²¹¹ A Constituição de 1934, no seu artigo 121 (parágrafo 3º), determinava que “os serviços de amparo à maternidade e à infância, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivas, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas” (BRASIL, 1934, grifo meu). Na Constituição de 1937, que reforçava as considerações sobre cuidados e garantias especiais do estado para crianças e jovens, a referência sobre a prioridade de incumbência feminina desapareceu

O conservadorismo em relação ao lugar e função da mulher até a primeira metade do século XX, ainda dominava o comportamento majoritário dos dirigentes da Federação, embora o Espiritismo Kardecista defendesse no **O Livro do Espíritos**, questões 821 e 822, a “Lei da igualdade dos direitos do homem e da mulher”, pois para essa doutrina “os sexos” (masculino e feminino) só existem “na organização física” (KARDEC, [1857], 2002, p. 380). A imagem feminina constituída, absorvida e disseminada por dirigentes da FEP e, também, por várias mulheres da Federação, continuou a reverberar no culto da mulher como “anjo” na família, força na sociedade e, assim, esteio da pátria.

No entanto, a partir de meados dos anos 1930 a mulher espírita começa a ser mais ouvida e seus textos lidos na FEP e, muito provavelmente, fora da Federação. Como palestrante na Federação a princípio se destacou Etelvina da Luz Mohr²¹², que passou a figurar como responsável para discorrer sobre temas da doutrina dos Espíritos, sendo citada como “oradora afeita à tribuna, [e com] palestras que agradam e atraem sempre numeroso público” (**Diário da Tarde**, 30/03/1939, p. 2; 04/04/1939, p. 1; 08/06/1940, p. 8; 20/09/1940, p. 5; 24/12/1940, p.5; 01/11/1941, p. 1). A habilidade feminina na oratória começava a ser prestigiada.

Algumas vezes, Etelvina Mohr chegou a dividir o púlpito com Raul Gomes e Francisco Ratinai²¹³. Quando, a partir de 1948, o periódico **Mundo Espírita** passou a ser de propriedade de Lins de Vasconcellos e foi atrelado à Federação, mais mulheres publicaram seus artigos e poemas no periódico. Auta de Souza, Carmem Cinira, Carmem Guilhermina Gomes (filha de Raul Gomes), Célia Carvalho, Dulce dos Santos, Idalina de Aguiar Mattos, Luiza P. C. Branco, Nancy Westphalen Correa, Rosa Maria Cordeiro de Macedo e Vera Regina Marçalo (**Mundo Espírita**, 26/06/1948, p.4; 22/05/1949, p. 1; 21/06/1953, p. 2; 21/07/1953, p. 6; 21/11/1953, p. 3; 15/01/1954, p.3, entre outros). Os temas eram: espiritualidade e crença, amor de mãe, infância, perdão e amizade, além de trabalho e educação/instrução. Rosa de Macedo manteve, entre

(BRASIL, 1937) e na Constituição de 1946 não há menção sobre serviços de amparo à maternidade e infância (BRASIL, 1946).

²¹² Maria Etelvina Ramos da Luz nasceu em Lages (SC), descendia das tradicionais famílias catarinenses Ramos e Luz. Era médium; em 1934 foi co-organizadora do Centro Espírita Fé, Amor e Caridade de Blumenau (SC), sendo eleita a primeira presidente. Etelvina da Luz foi casada com o industrial Paulo Mohr e professora da escola de Evangelização da FEP (CEFAC, 2016; **Diário da Tarde**, 01/11/1941, p. 1; 15/12/1948, p. 4.).

²¹³ Francisco Raitani (1897-1971), professor, jornalista, jurista e associado a FEP desde 1936. Em 1949, foi designado para representar a FEP no Congresso de Educadores Espíritas, realizado em São Paulo (FEDERAÇÃO, 2014).

1949 e 1959, uma coluna no periódico **Mundo Espírita**, intitulada “Conversando com os pequenos”.

Contudo, pelos temas abordados é impossível não identificar a tendência para considerações morais e de aconselhamento bem como temas “femininos” ou maternais. Algo que também perpassava os textos relativos a trabalho e educação.

Em agosto de 1948, Célia Xavier afirmou:

A mulher é a educadora por excelência; na escola, na sociedade ou no lar, a sua função é sempre a mesma; educar, colaborar diretamente na concretização do objetivo sagrado e único da vida: o aperfeiçoamento de todos! [...] Para tornar-nos felizes, libertemo-nos do erro e das tolas vaidades humanas, algemas que ainda nos prendem ao planeta da dor, e trabalhemos por todos (**Mundo Espírita**, 14/08/1948 p.3).

Em outubro de 1949, Dulce dos Santos declarou:

A instrução é o esclarecimento do espírito, que proporciona o progresso da existência [...] Entretanto, a instrução para ter valor deve andar sempre de mãos dadas e lado a lado com a educação. Todavia, se aquela faz indivíduos eruditos, esta plasma o caráter de todos nós (**Mundo Espírita** 08/10/1949, p. 3).

Em abril de 1954, Vera Regina Marçalo escreveu:

A moral espírita faz do homem cidadão honesto, cômico do seu dever para com a religião, para com a pátria e o lar; faz da mulher a abnegação suprema e a educadora sem par (**Mundo Espírita**, 30/04/1954, p. 2).

Ideais perpassados para homens e mulheres da FEP, e igualmente disseminados nos seus locais de ações assistencialistas a exemplo do Lar Infantil Icléa. O Lar Infantil Icléa tinha a capacidade para atender até 25 meninas, e, em janeiro de 1951, depois de quase dois anos de funcionamento, atendia, segundo o **Diário da Tarde**, “24 crianças sendo que *a maioria* se [tratava] de pequenas de 12 anos para baixo, predominando aquelas de 4 a 8 anos” (**Diário da Tarde**, 30/01/1951, p. 1, grifo meu). Considerando a legislação do período e o tipo de instrução, a primária, que era ministrado no Lar, a idade máxima das asiladas deveria ser 12 anos, mas é possível que algumas das jovens permanecessem na instituição por mais alguns

anos, excepcionalmente²¹⁴.

Conforme este periódico, no Lar Infantil Icléa tudo estava “de acordo com o tamanho e idade das pequenas abrigadas, desde a sala de costura, os quartos, os gabinetes sanitários, até os chuveiros e tudo mais” (**Diário da Tarde**, 30/01/1951, p. 1). A preocupação com o espaço e mobiliário adequados à idade das crianças nas instituições infantis já se delineava no Paraná desde o início do século XX, um possível reflexo das ideias da educadora Maria Montessori, como indicam os estudos de Souza (2010, p.128-129) e de Barbosa (2012, p.180-192).



FIGURA 12 – Refeitório do Lar Infantil Icléa (1950)

FONTE: **Memória da Federação Espírita do Paraná** (2002, p. 19)

É possível verificar na fotografia do refeitório do Lar Infantil Icléa que a mesa maior, em destaque à frente, possuía mais lugares e era mais baixa em relação à mesa que ficava atrás — as cadeiras, em harmonia, eram pequenas. A mesa ao fundo, mais alta, com menos lugares, estava posicionada de forma a permitir que pelo menos

²¹⁴ O Decreto estadual nº 1.439 (18 de junho de 1932), ao determinar a fiscalização pela Diretoria de Instrução Pública dos Abrigos de Menores e instituições similares, de ambos os sexos, associou, mesmo indiretamente, idade dos asilados/oferta de escolarização (PARANÁ, 1932). Quando o Decreto-lei nº 4.779 (16 de maio de 1934) determinou, em nível nacional, que o ensino profissional estava ligado ao ensino secundário, a faixa etária máxima de 12 anos para permanência em instituição que ofertavam apenas o primário se delineou (BRASIL, 1934). Além disso, a Constituição de 1937 determinava a ação estatal na organização e manutenção de ensino profissionalizante (BRASIL, 1937). Entretanto, considerando que o Código de Menores de 1927 (BRASIL, 1927) estava em vigor e que o Serviço de Assistência a Menores (SAM), instituído pelo Decreto-lei federal nº 3.799 (5 de novembro de 1941) determinava no artigo 2º, a atenção física e psíquica “de menores” até seu desligamento (BRASIL, 1941), seria possível que jovens, entre 12 e 18 anos, permanecessem asiladas no Lar Infantil Icléa.

quatro pessoas sentadas observassem (vigiassem) diretamente as meninas acomodadas na outra mesa. Seria essa mesa para professoras e diretora, ou para as asiladas com 12 anos ou mais? Não foi possível saber.

O espaço do refeitório não é amplo, mas aparenta ser arejado e limpo. Indubitavelmente a limpeza era responsabilidade de mulheres que trabalhavam no Lar e poderia contar com a participação das próprias asiladas. Como destacaram os estudos de Turina (2010) e Rodrigues (2013), os cuidados de higiene com o espaço e com o corpo eram ensinados desde cedo às crianças abrigadas, uma vez que as instituições de assistência à infância se configuraram em uma proposta de prevenção de doenças e manutenção da saúde, amplamente difundida pelos médicos nesse período, que procuravam educar para uma vida sadia em sociedade.

Mas, mesmo que predominasse no Lar Infantil Icléa as meninas com menos de 8 anos, desde os primeiros dias de seu funcionamento – diferentemente de outros órgãos da FEP – foi organizada na instituição uma sala para ensino de costura às asiladas: uma formação feminina por excelência, mas que poderia ser facilmente transformada em profissão para garantir dignamente o sustento diário.

A sala de costura no Lar Infantil Icléa, citada em artigo **Diário da Tarde** (30/01/1951, p.1) poderia ser um espaço também utilizado pelas chamadas “damas da caridade” (repetidamente mencionadas pelos jornais), que colaboravam com o Lar, bem como, com diversas outras instituições assistências de Curitiba. Em 1952, por exemplo, este mesmo jornal mencionou que “em sala próxima da creche e dos dormitórios do Lar Icléa, senhoras de nossa sociedade confeccionam enxovais para os recém-nascidos” (**Diário de Tarde**, 22/04/1952, p.2). Não é exagero supor que essas senhoras poderiam, com seus trabalhos voluntários, ensinar meninas e jovens a bordar e costurar.

Nas décadas de 1940 e 1950 muitas moças começavam a trabalhar cedo em indústrias, ateliês de costura e bordado, ou no comércio, portanto aprender costura e bordado poderia ser até uma “forma de assegurar uma profissão que fosse mais compatível com as atividades domésticas após o casamento” (BOSCHILIA, 1986, p.90)²¹⁵. A costura foi listada no jornal **Mundo Espírita** (31/07/1948, p. 3) como

²¹⁵ No SENAI de São Paulo, as mulheres realizavam curso de “economia doméstica” (que não era profissionalizante), do qual fazia parte aulas de corte costura. Embora as mulheres jovens representassem no período mais da metade da força de trabalho, as atividades a elas proporcionadas partiam do princípio que a maioria iria, ou deveria sair do emprego quando casassem (WEINSTEIN, 2000, p. 253-254)

atributo de mulher na divisão, feita pelos centros filiados à FEP, das atividades prioritárias para habilitação de jovens espíritas de cada sexo.

Todavia, a educação das meninas do Lar Infantil Icléa, não se limitou a instruções sobre atividades manuais, foram desenvolvidas outras habilidades, tais como, participação e comportamento adequados socialmente, a exemplo do que ocorreu no 44º aniversário da FEP, no qual “[a] menina Mariasinha do Lar Infantil Icléa, [ofereceu] flores naturais aos atuais dirigentes” (**Mundo Espírita**, 15/09/1951, p. 3). E na comemoração do quarto aniversário da fundação do Lar Infantil Icléa, que aconteceu em salão da sede da FEP, momento que foi proporcionado a todos os presentes “diversos números de cantos, recitativos, bailados infantis, piano [tudo] apresentado pelas crianças” (**Mundo Espírita**, 21/05/1953, p. 2). E, fora do espaço restrito do Lar, mas ainda dentro da Federação, as meninas do Lar Infantil Icléa foram apreendendo comportamentos, linguagens e atividades adequados às mulheres “virtuosas”.

No Lar Infantil Icléa, era ofertado curso primário²¹⁶; para as asiladas e a partir de 1951, também o jardim de infância (crianças de 4 a 7 anos), “dirigido por uma professora normalista, [...] para toda e qualquer criança” (**Diário da tarde**, 26/04/1952, p. 2). O jardim de infância, mesmo ligado ao Lar, atendia meninas, inclusive não asiladas e meninos, resultante de um convênio firmado entre a Federação e o governo paranaense, em 23 de abril de 1950²¹⁷, o que resultou na reserva de 20 vagas para menores carentes. Considerando esta e outras parceiras com a Federação, é possível supor que as professoras do Lar, quando não atuavam de maneira voluntária, eram

²¹⁶ Não foram encontradas informações detalhadas sobre o curso primário do Lar Infantil Icléa. O ensino primário foi reformado no país nesse período pelo Decreto-lei n. 8.529, promulgado em 2 de janeiro de 1946. E passou a ser dividido em: Ensino primário fundamental: subdividido em elementar (4 anos) e complementar (1 ano) para crianças de 7 a 12 anos e Ensino primário supletivo: com duração de 2 anos, destinado à jovens e adultos que não receberam essa educação com idade adequada. Curso primário elementar continha em seu currículo: 1. Leitura, linguagem oral e escrita; 2. Iniciação à matemática; 3. Geografia e História do Brasil; 4. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho; 5. Desenhos e trabalhos manuais; 6. Canto orfeônico; 7. Educação física. O Curso primário complementar: igual ao currículo anterior, acrescentando-se Geografia geral, Histórias das Américas, Ciências naturais e Higiene. Os princípios da educação primária eram: Desenvolver de modo sistemático e graduado os interesses da infância; Utilizar o ambiente para melhorar a educação; Ter como fundamento didático as atividades dos próprios discípulos; Desenvolver o espírito de cooperação; Revelar e trabalhar as aptidões dos alunos; Inspirar-se no sentimento de unidade e fraternidade humana (ROMANELLI, 2003, p. 160-161).

²¹⁷ Em 1949 a Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Paraná, criou uma creche em parceria com Sociedade Beneficente Operária, no Alto São Francisco, mas a instituição passou para a responsabilidade do Departamento Estadual da Criança, Divisão de Proteção, a direção deste setor convidou a FEP para reorganizar a assumir a direção da creche ou jardim de infância (ESCOLA, 1990, p. 22; **Memória**, 2002, p. 19).

remuneradas pelo governo do Estado. O jardim de infância funcionou primeiro na Alameda Cabral, nº 340, de forma contígua ao Albergue Noturno, e passou a ser denominado de Creche Adolfo Bezerra de Menezes (cf. Anexo 3). Em 1952, a Creche passou a funcionar junto ao Lar Infantil Icléa, na rua Saldanha Marinho, nº 570 (**ESCOLA**, 1990, p. 19; **MEMÓRIA**, 2002, p. 20).

Ação educacional do Lar Infantil Icléa, além da primária, proporcionaria muitos ensinamentos relacionados à conformação da mulher-mãe exemplar, comprometida com o bem da Pátria, pelo menos é o que se depreende pelo texto abaixo:

Admirável Instituição que vive graças ao coração paranaense, que jamais se fechou aqueles que realmente necessitam, merece, na verdade o apoio de todos, para que se desenvolva, para aumentar a sua capacidade de acolher as pequeninas que, de outra forma, seriam atiradas ao rigor do mundo. [...] pequeninas que, ungidas de fé no Divino Mestre, aprendem ali a ser úteis a coletividade; transformando-se acima de tudo, no decorrer dos tempos, no futuro, em boas esposas, capazes de ensinar a seus filhos a ser patriotas e bons cristãos, amando a Pátria e a Deus sobre todas as coisas (**Diário da Tarde**, 30/01/1951, p. 1).

Contudo, em 1954 as asiladas passaram a receber também aulas da professora normalista Maria Ruth Junqueira²¹⁸, que “dirigia uma Escola de Artesanato mantida pelo governo do Estado” (**ESCOLA**, 1999 p. 22). Segundo o jornal **O Dia** daquela época, a médium Maria Ruth teria dedicado “horas de lazer às meninas abrigadas no Lar Icléa”, ensinado artesanato e também prendas domésticas (**O Dia**, 17/10/1956, p.3), o que indica uma ação ainda pouco sistematizada e complementar à disciplina de ‘Trabalhos Manuais’ da escola primária — pelo menos durante alguns meses daquele ano.

Em maio de 1955, no jornal **Mundo Espírita**, um artigo afirmava que, além do imprescindível “ensino do Evangelho segundo o Espiritismo”,

[...] para, o bom êxito do Lar concorreram; as professoras Francisca

²¹⁸ Maria Luiza Ruth Junqueira (1903-1956). Nasceu em Ponta Grossa, aos 14 anos ingressou no magistério e, além de Ponta Grossa lecionou em outras cidades do interior do Paraná. Em Curitiba, entre outros estabelecimentos, foi professora na Escola de Aplicação anexa ao Instituto de Educação (na época Escola de Professores) (**Diário da Tarde**, 29/01/1943, p. 7). Em 1945, passou a prestar serviços junto a Associação de Assistência à Criança do Paraná. Foi casada com o militar e engenheiro civil Antonio Lisboa Junqueira (**Diário da Tarde**, 23/11/1956, p. 2; **Mundo Espírita**, 01/2008, p. 1). Representou o Paraná em eventos de puericultura e fez parte da diretoria do Centro do Professorado Paranaense. Foi inspetora municipal de ensino em Curitiba (**O Dia**, 19/02/1936, p. 4; 19/09/1937, p. 2; 26/12/1939, p. 6; 01/03/1956, p. 10).

Ghignone e Olga Jorge, no curso primário; a professora Maria Elisa no jardim de Infância; a professora Maria da Luz Cordeiro no curso de música e canto; as professoras Paula Rieckes, Carmela Meneghini, Nancy Westefalen Correia, Alexandrina Pereti, ministram aulas de trabalhos manuais. [...] Todas as crianças têm, ali, amparo e proteção. [Aprendem] trabalhos manuais; sabem bordar, confeccionar flores, cortar e costurar; cursam aulas de música e canto; conduzem-se com absoluta confiança no futuro (**Mundo Espírita**, 30/05/1955, p.3).

Sobre a continuação da educação formal das asiladas, eram ofertadas aulas “de habilitação para o ginásio” (**Mundo Espírita**, 30/05/1955, p.3) e há informação que, no ano de 1954, “uma das albergadas [concluiu o] curso ginásial” (**Mundo Espírita**, 30/04/1955, p.2). Em 1955, quando o Lar já abrigava “30 meninas de diversas idades [...] três já [estavam] cursando o ginásio, sendo que uma delas no curso científico” (**O Dia**, 26/04/1955, p. 4)²¹⁹. Conforme artigo do **Mundo Espírita**, “desse Lar tem saído professoras” (**Mundo Espírita**, 30/05/1955, p.3). O que faz pensar em quantas dessas meninas teriam cursado a escola normal ou até realizado curso superior. Talvez a maioria tenha casado e tido filhos e, quando a necessidade financeira exigiu, colocado em prática os ensinamentos de costura, artesanato e prendas domésticas aprendidos no Lar Infantil Icléa.

Foi nessa perspectiva, de melhor preparar para atividades que, se necessário, poderiam resultar em retorno financeira para as mulheres pobres que, entre o segundo semestre de 1954 e o início de 1955 mudanças aconteceram no Lar Infantil Icléa, com a criação e instalação do Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa.

3.3 O CENTRO DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL LAR ICLÉA – 1954-1958

O Paraná das décadas de 1940 e 1950 foi marcado pelo crescimento do número de migrantes, atraídos pela expansão das áreas de cultivo do café, que fizeram surgir novas e grandes cidades no oeste do Estado e também concorreu para o crescimento de Curitiba, cuja área metropolitana concentrava cada vez mais indústrias, o que teve desdobramentos de ordem urbana, adentrando as décadas

²¹⁹ Em vigor nesse período, a Lei Orgânica de Ensino de 1942 (Reforma Capanema), dividia o ensino secundário em 1º ciclo - ginásial (com 4 séries) e um 2º ciclo, subdividido em clássico (3 séries) e científico (3 séries, mas sem caráter de especialização) (ROMANELLI, 2003, p. 159-160).

seguintes (OLVEIRA, 2000). De acordo com Boschilia (1996, p. 16), no início dos anos 1940, a Capital paranaense contava com aproximadamente “doze mil trabalhadores ligados ao setor industrial [...] desse total, 11,5 % eram mulheres”.

O maior contingente de operárias estava na indústria de produtos alimentícios: Leão Júnior, Todeschini, Glória, Moinho Paranaense, Fontana e Fábrica de Chocolates Basgal. E também na fábrica Venske do ramo têxtil (BOSCHILIA, 1996, p. 39-40)²²⁰. O setor público e os escritórios aumentaram suas vagas para as mulheres e o comércio igualmente ampliou seu contingente de funcionárias. Esse foi um tempo em que os “espaços públicos se tornaram possibilidades de ação da jovem mulher no cenário do trabalho e de sua própria profissionalização” (CINTRA, 2005, p. 246).

Nos primeiros meses de funcionamento do Lar Infantil Icléa, a oferta do ensino primário incluía a disciplina Trabalhos Manuais. Segundo Renke (2011, p.10), nos anos 1930 e 1940 esta disciplina foi regulada pelos Decretos estaduais nº 1.874 (29 jul. 1932) e nº 9.592 (26 fev. 1940). A contar do primeiro ano deste nível escolar, os alunos aprendiam a realizar trabalhos de recorte, colagem, costuras e bordados. Os trabalhos manuais, como parte do programa escolar, deveriam ser ensinados aos meninos e meninas, porém com atividades distintas para cada sexo. As habilidades de agulhas e costuras eram específicas para as meninas, e assim pareciam predestinar um percurso social²²¹.

Em pouco tempo, o ensino da costura ganhou ênfase no Lar Infantil Icléa, extrapolando a sala de aula e sendo ministrado em sala própria e com mobiliário “de acordo com o tamanho e idade das pequenas abrigadas”, como ressaltou o jornal **Diário da Tarde**, (30/01/1951, p. 1). Este ensino pode até ter começado a ser ministrado apenas por voluntárias, mas não é descabido supor que, graças aos subsídios governamentais, professoras pagas atuaram na instituição também realizando esta instrução não curricular.

Considerando que este foi um tempo de aumento de oportunidades de trabalho para mulheres em Curitiba, cresceu também a necessidade de diversidade e/ou

²²⁰ São também mencionadas como empregadoras de mão de obra feminina: a Impressora Paranaense, os Pianos Essenfelder, a fábrica de Metros Haltrich, Fiat Lux e a Indústria de Couros Pugsley (BOSCHILIA, 1996, p. 39-40).

²²¹ Como afirmaram Bertucci e Silva (2014, p.116-17), ao comentar o Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares do Paraná de 1917, mesmo que este Programa declarasse que a escola primária não era oficina e que a disciplina Trabalhos Manuais apenas ensinava “como é que se faz” algo para ser desenvolvido em casa, “[...] é impossível deixar de considerar que o conteúdo da disciplina Trabalhos Manuais iniciava os alunos em alguns ofícios, cumprindo a função de “orientá-los” para a vida em sociedade”.

especialização da formação das candidatas. Os trabalhos no comércio, escritórios e afins eram aqueles que pagavam melhor, mas tinham maiores exigências de qualificação — a função de operária era mais valorizada do que a de empregada doméstica ou faxineira (BOSCHILIA, 1996, p. 40).

Assim, uma questão que parecia permear as considerações dos membros da Federação Espírita do Paraná há anos, tornava-se mais evidente na conjunção da virada para os anos 1950: sob que circunstâncias e em quais atividades, a mulher que nasceu para ser esposa e mãe, deveria ou poderia trabalhar fora do lar?

A partir de 1942, durante a gestão Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde²²², mudanças que na década anterior alteraram a estrutura do ensino secundário foram revistas e sistematizadas com a promulgação das chamadas Leis Orgânicas do Ensino. O Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, definiu a estruturação do ensino técnico-industrial e trouxe significativas mudanças para o ensino secundário (BRASIL, 1942), realizando “o deslocamento de todo o ensino profissional para o ensino médio” (CUNHA, 2005b, p. 36)²²³. Em 28 de dezembro de 1943, o Decreto-lei nº 6.141 deu nova estrutura ao ensino comercial (BRASIL, 1943)²²⁴. No período foram criados, em 22 de janeiro de 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)²²⁵ e, em 10 de janeiro de 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Desta forma, a legislação foi reconfigurada desde os últimos anos da década de 1930, atrelando formação profissional e ensino secundário, resultando em alteração nas possibilidades de educar para o trabalho em instituições de tipo asilar — este foi o caso do Asilo São Luiz de Curitiba, para meninos órfãos ou “necessitados”, que teve que encerrar seus cursos de marcenaria, sapataria e alfaiataria em 1937. As máquinas utilizadas nestes cursos foram retiradas do local (BERTUCCI; SILVA, 2014).

²²² Gustavo Capanema Filho (1900-1985) foi Ministro da Educação e Saúde (Pública), entre 1934-1945.

²²³ Segundo Cunha (2005a, p.42-43), a partir de 1942 o sistema escolar passou a ter a seguinte configuração: o ensino primário (crianças entre 7 e 12 anos); ensino médio (jovens com mais de 12 anos); ensino superior. O ensino médio compreendia cinco ramificações: ensino secundário ensino agrícola; o ensino industrial; o ensino comercial e ensino normal (para formar professores para a escola primária).

²²⁴ Veja a discussão realizada por Cintra (2005, p.68-168) sobre o ensino comercial neste período.

²²⁵ O SENAI tinha como propósito formar jovens ‘aprendizes’ para o trabalho especializado na indústria; concentrando-se na rápida reciclagem ou em programas de aperfeiçoamento de operários para funções ‘especializadas’. No âmbito do ramo comercial do ensino médio, por analogia ao que ocorreu no industrial, foi regulamentada a aprendizagem, criando-se o SENAC. Esses serviços consistiam numa “reformação” da classe trabalhadora. Confira: Weinstein (2000, p. 136-137). Em Curitiba o SENAI foi inaugurado em 12 de março de 1943 e o SENAC em 10 de janeiro de 1946.

Foi nesse contexto que, em 1954, as meninas do Lar Infantil Icléa começaram a receber regularmente aulas de artesanato com a voluntária Maria Ruth Junqueira que, além de professora de escola pública estadual e diretora de uma escola de artesanato do Estado, participava da diretoria do Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC)²²⁶ (**MEMÓRIA**, 2002, p. 21; **O Dia**, 4/12/1951, p. 5; **Diário da Tarde**, 17/01/1952, p. 2) e mantinha uma rede de relações sociais que já havia impulsionado suas pretensões políticas: em 1947 concorreu, sem sucesso, a uma vaga de deputada estadual, apoiando Moyses Lupion que foi eleito, na época, governador do Paraná (**O Dia**, 15/01/1947, p.2).

A professora que foi apontada por Raul Gomes como uma das “figuras excepcionais [de] elevado escalão técnico, intelectual e moral”, em questões de educação (**O Dia**, 15/06/1946, p. 3), pode ter utilizado este seu “capital social”, ou seja, seu conjunto de relações sociais, de interconhecimento e reconhecimento (BOURDIEU, 1980, p. 65-67), para ajudar a efetivação de mudanças significativas que envolveram a educação para o trabalho no Lar Infantil Icléa nessa época.

Coerente com ideais do CPFC – que defendia a tese de competências e habilidades femininas não iguais, mas equivalentes às dos homens (SEIXAS, 2009, p.5), e com a doutrina kardecista – que pregava a igualdade de direitos de homens e mulheres, mas em funções sociais diferentes (KARDEC, [1857] 2002, p. 381), a espírita Maria Ruth Junqueira que, certamente, defendia a participação político-partidária da mulher na sociedade, atuou para a instalação do Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa, que seria mantido pelo governo paranaense em estrutura cedida pela FEP.

Os Centros de Iniciação Profissional foram criados pelo governo federal em 1951, como parte da estrutura da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), de 1947. A Campanha tinha o propósito de levar a “educação de base” a todos os brasileiros iletrados, nas áreas urbanas e rurais e mobilizou recursos estruturais, financeiros, administrativos e pedagógicos também de vários Estados da federação (PAIVA, 2003, p. 216-220).

A solicitação de autorização da FEP para a instalação de um Centro de

²²⁶ O Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC) foi criado em 1933. As integrantes do CPFC, segundo Seixas (2009, p.4), não se auto intitulavam feministas e tinham um perfil reformista, “[...] uma de suas intenções era promover ações para a melhoria da vida das mulheres e das crianças desfavorecidas” (SEIXAS, 2009, p. 4).

Iniciação Profissional na Federação contou, supostamente, com o empenho de Maria de Lourdes Souto Pinto, diretora da Associação Protetora do Recém-nascido (APR), setor responsável pelo Lar Infantil Icléa (**ESCOLA**, 1990, p. 22). A Federação, em parceria com o governo estadual, cedeu espaço para a criação de um dos Centro de Iniciação Profissional do Estado, com a denominação de “Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa” para os cursos de formação para o trabalho (**O Dia**, 02/12/1955, p. 5; **Mundo Espírita**, 31/12/1955, p. 2). Aprovado pela Federação e instalado em 1954, o Centro não foi uma continuidade ou desdobramento das aulas avulsas de costura ou das de artesanato e prendas domésticas que aconteciam no Lar. Partiu de uma proposta dos governos federal e estadual, o Centro era uma instituição com estrutura administrativa e curricular próprias, com corpo docente “especializado”.

E, funcionando em um setor da FEP, ao proporcionar formação inicial para o mundo do trabalho, o Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa manteve o viés “trabalhos femininos” úteis para “a casa”, tanto quanto para o exercício de atividades “na rua”. Seus cursos eram gratuitos e o Centro funcionava das 13h às 17h, nas segundas e sextas-feiras, com professoras remuneradas pela Secretaria de Educação do Paraná (**ESCOLA**, 1990, p. 22; **Mundo Espírita**, 12/2013, p. 1).

O Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa poderia proporcionar formação para as meninas asiladas que tinham concluído a escola primária e ainda permaneciam na instituição e também para ex-asiladas, para mães que frequentavam a Associação Protetora do Recém-nascido e para mulheres que deixassem seus filhos na Creche da FEP (além de outras mulheres pobres e/ou trabalhadoras). Foi a situação das mulheres carentes, frequentadoras da Associação, que já trabalhavam fora de casa, o que teria impulsionado as ações de Maria Ruth Junqueira e Maria de Lourdes Souto Pinto, para conseguir que o governo paranaense instalasse uma instituição de iniciação profissional, no Lar Infantil Icléa.

O Centro seria a possibilidade de uma formação melhor e assim a garantiria de maiores salários. Entretanto, Maria Ruth Junqueira, professora experimentada, não fez parte do corpo docente do Centro e pode ter continuado a ministrar suas aulas para as asiladas de todas as idades — atuando não apenas nas “horas vagas” e, recebendo do governo paranaense para ensinar.

No artigo “Centro de Iniciação Profissional “Lar Icléa””, publicado em 1956, no **O Dia**, foi escrito um relato conciso sobre os Centros em geral e depois foram tecidas considerações sobre a instituição alocada no Lar Infantil Icléa.

Na execução do plano nacional de educação de adultos, o Ministério de Educação e Cultura vem distribuindo ao Paraná, desde 1954, o auxílio financeiro a manutenção de 4 Centros de Iniciação Profissional. Tais instituições objetivam dar aos egressos dos cursos de ensino supletivo de primeiras letras uma habilidade profissional de caráter artesanal que lhes proporcione orientação no trabalho e melhores condições sociais. Os Centros de Iniciação Profissionais, em nosso Estado, sob o controle da Divisão de Ensino supletivo, da S.C. funcionam: 1, no “Lar Icléa”, da Federação Espírita do Paraná: 1, no Bairro Cristo Rei, em sala da Paróquia do Cristo Rei: 2, no Sanatório S. Roque, em Piraquara. Todos esses núcleos — destinados a alunos de, no mínimo 14 anos de ambos os sexos — são constituídos invariavelmente, de 4 cursos cada um, contando entre as técnicas ministradas: artes em vime, arte em couro, alfaiataria, cerâmica, arte gráfica, encadernação, fundição, indústria de fibras, latoaria, decoração, modelagem, etc. Os professores que neles militam são especializados e, contudo sejam pessoas devotadas, em sua maioria, a lida assistencial desinteressada, não deixam de perceber pró-labore, a que fazem jus. Por ocasião do encerramento das aulas desses cursos, são realizadas exposições de trabalhos executados pelos alunos, e vendidos os produtos, destinando-se 50% da renda obtida a aquisição de instrumentos que serão doados aos educadores[sic] que terminarem o curso com pleno proveito, e os 50% restantes a formação de um fundo de reserva para a aquisição de material a ser utilizado nos anos seguintes (**O Dia**, 04/10/1956, p. 3).

Se a prioridade quando da criação dos Centros pelo governo federal era dar “aos egressos dos cursos de ensino supletivo de primeiras letras uma habilidade profissional de caráter artesanal”, pelo menos parte desta determinação talvez pudesse ser desrespeitada, afinal não seriam poucos os indivíduos que, tendo cursado o ensino primária elementar, procuravam ingressar nos Centros em busca de um aprendizado que proporcionasse uma inserção “especializada” no mundo do trabalho. Este pode ter sido o caso de várias jovens formadas pela escola primária do Lar Infantil Icléa.

Considerando artigo publicado no jornal **Mundo Espírita**, meses antes, os cursos ministrados no Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa e suas professoras eram:

Artes Caseiras: Valtelina Schleder Vecchione; **Arte Culinária:** Beatriz da Motta Chautard; **Manicure-Pedicure:** Lilia F. Carvalhares; **Croche-Tricot:** Aurora Laffite; **Corte-Costura:** Alexandrina Peretti [que já atuava no Lar], bem como a D. Maria de Lourdes Pinto, operosa diretora do referido Centro (**Mundo Espírita**, 31/12/1955, p. 2, grifos no original)²²⁷.

²²⁷ O comentário sobre a formatura e a exposição de trabalhos das alunas do Centro de Iniciação profissional Lar Icléa, foi publicada no jornal **O Dia** antes mesmo desta notícia no **Mundo Espírita** (**O**

Este artigo anunciou a formatura da primeira turma do Centro, em 1955: foram 68 alunas, que expuseram seus trabalhos manuais na sede da Associação Protetora do Recém-nascido, na Alameda Cabral, nº 340 (**Mundo Espírita**, 31/12/1955, p. 2). Segundo **O Dia**, o ano letivo do Centro compreendeu os períodos de maio a novembro (**O Dia**, 02/12/1955, p.5)²²⁸. Dez meses depois, em outubro de 1956, este jornal informava com destaque: “perto de 250 escolares recebem ensino artesanal no “Lar Icléa” (**O Dia**, 04/10/1956, p. 3).

Considerando que a criação do Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa deve ter acontecido nos últimos meses de 1954, mas seu efetivo funcionamento ocorrido em 1955, este número (250 alunas), além das alunas do Centro, deveria incluir jovens que frequentavam outras aulas no Lar, como as aulas “avulsas” de artesanato e prendas domésticas de Maria Ruth Junqueira para as meninas do Lar Icléa e também o curso de “trabalhos manuais” Bom Retiro, que parece ter sido organizado por Maria de Lourdes Souto Ponto e que teria funcionado para atender outras mulheres carentes, com subsídio governamental (PIMENTEL, 2000, p.1; **Mundo Espírita**, dez.2013, p. 1)²²⁹.

Segundo mensagem encaminhada pelo governador Moysés Lupion à Assembleia Legislativa do Estado, em 1956, os quatro Centros de Iniciação Profissional do Paraná atenderam 529 alunos (PARANÁ, 1957, p. 136). O Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa foi, ora rememorado de forma superlativa como local para “profissionalizar” moças (PIMENTEL, 2000, p. 3), ora com palavras que pareciam descrever uma proposta singular de Maria Ruth Junqueira e Maria de Lourdes Souto Pinto para “auxiliar as mães dos menores atendidos [na Creche], dando-lhes condições de ingressarem no mercado de trabalho” (**ESCOLA**, 1990, p. 22). Entretanto, como parte de uma estrutura governamental, o Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa, proporcionava uma formação “pré-profissional”, a qual conforme **O Dia** (04/10/1956, p.3), veio ao encontro de anseios sobre a formação feminina para

Dia, 02/12/1955, p. 5).

²²⁸ As informações sobre auxílio financeiro para os Centros desde 1954 (**O Dia**, 04/10/1956, p. 3) e a formatura de primeira turma em dezembro de 1955 (**O Dia**, 02/12/1955, p.5), apontam para um intervalo de alguns meses entre a criação do Centro e seu funcionamento regular a partir de maio de 1955.

²²⁹ Além das aulas por vezes chamada de curso de artesanato Lar Icléa, também foi organizada e dirigida por Maria de Lourdes Souto Pinto, neste período, aulas de trabalhos manuais chamadas de curso Bom Retiro – não foi possível obter maiores informações sobre este curso, mas, considerando que teria sido “transferido” pelo governo do estado em 1956, é possível supor que fosse ministrado por professora (s) que recebessem pelo menos pró-labore do governo paranaense (PIMENTEL, 2000, p.1; **Mundo Espírita**, dez.2013, p. 1-2).

o trabalho que pontuavam discussões na FEP.

Ações como as do Centro, voltadas à mulher pobre eram uma forma não só de auxiliá-la a ter uma melhor participação no mundo do trabalho, mas uma maneira de tentar modelar seu comportamento, para que, mesmo trabalhando “em escritório, no comércio ou em serviços públicos [...] não deixasse de lado seus afazeres domésticos e suas atenções e cuidados para com o marido [e que continuasse] a se manter feminina” (BASSANEZI, 2004, p. 624).

Durante o ano de 1956, cinco professoras citadas no ano anterior continuaram atuando no Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa e mais uma foi incluída, Maria Amélia de Souza e Silva: seu curso seria outra opção para trabalho “de agulha”. Os cursos oferecidos, seu número de alunas e suas professoras foram: Corte e costura, com 23 alunas, ministrado pela professora Alexandrina Peretti; Artes Aplicadas (ou Artes Caseiras – flores de pano, etc), com 18 alunas, ministrado pela professora Valtelina Scheler Vecchione; Tricô e Crochê, com 13 alunas, ministrado pela professora Aurora Laffite; Curso de Arte Culinária, com 13 alunas, ministrado pela professora Beatriz da Matta Chautard; Bordado, com 10 alunas, ministrado pela professora Maria Amélia de Souza e Silva e o curso de Manicure e Pedicure, com 10 alunas, ministrado pela professora Lilia Ferreira Carvalhães. (**Mundo Espírita**, 31/12/1956, p.2. Cf.: **O Dia**, 04/10/1956, p.7).

Os cursos ofertados não eram inovadores no que se refere a representação da mulher no universo do trabalho fora de casa, assim não desvirtuavam a mulher de seu papel social de “senhora do lar”, no entanto, conforme Freitas (2011, p. 117), essas atividades poderiam ser “um primeiro passo oportunizado às mulheres, a fim de encorajá-las a prosseguir mais autonomamente na organização de suas vidas produtivas”.

Em 1956, com a morte da professora Maria Ruth Junqueira (28 de fevereiro) que, aparentemente, continuava a ensinar artesanato para as internas, de todas as idades do Lar, estas aulas avulsas do Lar Icléa foram interrompidas; também teria sido finalizado o curso chamado de Bom Retiro (PIMENTEL, 2000, p. 1; **Mundo Espírita**, dez.2013, p.1). Nesse momento, com a nova posse de Lupion no governo estadual, ações da Secretaria de Educação e Cultura teriam deslocado vários cursos subvencionados pelo governo das áreas centrais para a periferia de Curitiba — para os bairros, nos lugares que pudessem ser mais facilmente frequentados por futuros trabalhadores (as) ou por trabalhadores (as) em busca de melhor formação. Esse

pode ter sido o caso dos cursos avulsos que existiam no Lar Infantil Icléa, tanto aquele no qual tinha atuado Maria Ruth Junqueira, quanto o Bom Retiro.

Aulas de artesanato ministradas por Maria Ruth Junqueira, criação e instalação do Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa, curso Bom Retiro, transferência de cursos avulsos “de artesanato” para os bairros, esses eventos foram combinados e até renomeados pelas “memórias construídas” (POLLAK, 1989) sobre o Lar Infantil Icléa e sobre a educação para o trabalho nesta instituição, estabelecendo, por vezes, uma lógica linear que deixava escapar nuances desse processo plural (**ESCOLA**, 1990, p. 22; PIMENTEL, 2000, p. 1; **Mundo Espírita**, 08/1987, p. 4)²³⁰.

Em mensagem à Assembleia legislativa estadual em 1957, Moysés Lupion, depois de comentar sobre a “crise financeira que afetou o Estado”, escreveu: “O Serviço de Educação de Adultos fez funcionar os 226 cursos previstos [...] além de 4 Centros de Iniciação Profissional” (PARANÁ, 1958, p. 147-149)²³¹.

Assim é provável que, apesar de cursos avulsos de artesanato não mais existirem no Lar Infantil Icléa a partir de 1956 e, até que alguns ‘cursos’ do Centro de Iniciação Profissional do Lar Icléa tenham sido transferidos para os bairros da cidade, o Centro de Iniciação Profissional deve ter continuado a funcionar no espaço da FEP.

Esse foi um período de reajustes administrativos do governo federal, que também pode ter reverberado nos Estados, em meio às alternâncias de comando do executivo nacional — de 1954 até a posse de Juscelino Kubitschek em 1956. No final deste ano, a direção da FEP publicou artigo na primeira página do **Mundo Espírita** lamentando:

Não fosse a relativa compreensão que, felizmente, já temos da vida e das contradições humanas, certamente nos causaria revolta a recente deliberação do DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA em relação ao corte sumário de subvenções destinadas as obras espíritas [...] nossa reação não é apenas de surpresa, é de espanto e tristeza, porque a atitude do D.N.C., em termos claros é dolorosamente injusta [resolveu] inesperadamente e inexplicavelmente, eliminar da lista habitual de auxílios concedidos pelo Governo, instituições espíritas que estão realizando obras meritórias, sem distinção de credo religioso (**Mundo Espírita**, 31/12/1956, p. 1, grifo no original).

²³⁰ Uma informação repetida, a princípio reproduzindo texto de Pimentel (2000, p.1), é a sobre a existência de cursos de datilografia e mecanografia no Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa, algo que poderia caracterizar um tipo diferenciado de formação feminina, entretanto tais informações não foram localizadas nas da época que reproduziam os cursos ofertados pelo Centro (**Mundo Espírita**, abr.2008, p. 1; **MEMÓRIA**, 2002, p. 21).

²³¹ Em Mensagens à Assembleia Legislativa do Estado em 1956 e 1957 o governador Moysés Lupion detalhava os graves problemas orçamentários (PARANÁ, 1956, p.17 e 139; PARANÁ, 1957, p.5-6).

Tal medida seria um reflexo do acirramento das disputas religiosas entre dirigentes espíritas e católicos que aconteceram no contexto do Movimento da Ação Católica e da criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB²³² (COSTA, 2002, 140-148, FUCKNER, 154-155). No final de 1956, sem outras explicações, o artigo do jornal levaria o seu leitor a pensar que sim.

Na metade dos Novecentos, apesar de representar pequena porcentagem da população total, o número de espíritas cresceu significativamente no Paraná: eram 9.421, em 1940, e em somavam 26.230, em 1950 — nesse período a população paranaense quase dobrou passando de 1.236.276 habitantes em 1940 para 2.149.509 moradores em 1950 (BRASIL, 1951, p. 18, 24; 40; **Mundo Espírita**, 30/12/1954, p. 3). Mas, neste período muitos adeptos do espiritismo kardecistas não estavam sob a tutela da Federação Espírita do Paraná, vários deles tinham se organizado em grupos isolados ou estavam agregados, por exemplo, à Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas (SBEE), criada em 1953, que divergia da FEP em várias questões doutrinárias — entre outras, a FEP discordava da SBEE produzir obras próprias para orientação espiritual²³³. Foi nesse contexto que, em dezembro de 1958, o **Mundo Espírita** publicou matéria de primeira página sobre a cerimônia de formatura das alunas dos cursos ministrados naquele ano no Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa (**Mundo Espírita**, 31/12/1958, p. 1). (Figura 13).

Segundo o periódico da FEP, compuseram a mesa diretiva da solenidade: o “Secretário de Educação e Cultura, Dr. Nivon Weigert; o Diretor da Campanha de Educação de Adultos da Secretaria de Educação e Cultura, Dr. Antonio Barry, [e] Srs. João Ghignone e Abib Isfer, o presidente e vice-presidente [da Federação]”. A parceria entre governo estadual e Federação Espírita do Paraná era evidenciada.

²³² A CNBB foi instituída em 14 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro. Teve como objetivo centralizar o poder da Igreja, que se encontrava fracionado em dezenas de dioceses espalhadas pelo país, situação que fragilizava sua hegemonia, a qual estava sendo ameaçada pelas religiões dos protestantes, espíritas, umbandistas, pelo Candomblé, pelas religiões filosóficas orientais, entre outras.

²³³ Em 1953, Maury Rodrigues da Cruz fundou em Curitiba outra Instituição espírita, a Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas (SBEE), a qual retomou no seu nome a memória da associação fundada por Kardec em Paris: a Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas (SPEE). Segundo Fuckner (2009, p.154-155), a Sociedade não era uma dissidência da FEP, mas constituiu uma caminhada própria. Este também foi um período de divergências da FEP com maçons — um grupo que foi criticado porque só auxiliava seus adeptos e por excluir mulheres de suas práticas associativas, entre outras (**Mundo Espírita**, 31/01/1956, p. 1).



FIGURA 13 – Conclusão de cursos no Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa (1958)

FONTE: **Mundo Espírita**, 31/12/1958, p. 1

Na imagem, que reproduz duas fotografias, primeiro é possível observar o ato principal: a entrega do diploma, símbolo de um saber adquirido, possibilidade de novas atividades. Na imagem inferior aparece um número expressivo de mulheres, uma delas, sentada, está com uma menina, provavelmente sua filha. A mãe poderia não ter com quem deixar a filha para participar da formatura, mas também este poderia ser um modo de iniciar a filha em outro mundo, no qual mulheres adquirem a possibilidade de ir além da casa com uma profissão digna.

Em 1958, os cursos do Centro continuaram gratuitos e eram praticamente os mesmos daqueles ofertados em anos anteriores — manicure foi excluído, talvez por falta de alunas. Foi feita a entrega de “certificados de conclusão de curso para cerca de 100 alunas”, que ainda estavam sob a orientação da sempre presente Maria de Lourdes Souto Pinto (**Mundo Espírita**, 31/12/1958, p. 1).

Todavia, esta mulher extremamente ativa na instalação e manutenção do Centro não sentou à mesa diretiva ou, pelo menos, não apareceu na foto. O tempo passou, contudo, a cultura de apenas homens estarem em evidência nas cerimônias

públicas, nas imagens ou relatos destas continuava existindo na FEP. E as anônimas, mas “distintas” mulheres e “redentoras” de almas, foram lembradas no periódico da Federação:

MUNDO ESPÍRITA cumprimenta as distintas senhoras e senhoritas que constituem a direção e corpo docente do Centro de Iniciação Profissional do ‘LAR ICLÉA’, e formula votos para que continuem nesse trabalho redentor em prol da educação, pois sabemos que só através de bem orientada educação é que poderemos libertar-nos da ignorância, a grande causadora de tantos males (**Mundo Espírita**, 31/12/1958, p. 1, grifos no original).

Portanto, para a FEP educar mulheres tendo por base o trabalho, era a forma ideal de recuperar todo desajustamento social²³⁴, preparando-as dignamente para a vida do trabalho, especialmente no lar, mas também fora dele. A mulher espírita que era educada para ser um “agente de moralidade e do equilíbrio mental da família e por extensão, da sociedade” (JURKEVICS, 1998, p. 21), deveria poder ser este agente, inclusive através de seu trabalho na sociedade, por meio de sua ação profissional que continuaria sendo, quase, uma extensão do lar. Não seria mero acaso que, nos anos 1950, as atividades para as quais as mulheres estavam, finalmente, sendo instruídas na Federação Espírita do Paraná eram as classificadas como “pré-profissional”.

²³⁴ Para tratar do assunto educação da infância e da juventude do Brasil, entre 11 a 18 de janeiro de 1958, foi realizado em Porto Alegre (RS) o 1ª Seminário de Orientadores Espíritas da Infância e Juventude, neste evento Francisco Raitani foi palestrante e representante da FEP. (**Mundo Espírita**, 31/11/1958, p. 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores! (Cora Coralina)

No ano de 1959 nenhuma informação foi encontrada sobre o Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa. Teria sido transferido ou desativado? Não foi possível saber. Todavia informações sobre a organização de outra instituição escolar na Federação Espírita do Paraná pareciam indicar a criação de uma escola profissionalizante para mulheres na FEP. Efetivamente em 1960 foi inaugurada, com o apoio do governo do Paraná, uma nova instituição escolar gratuita, que recebeu o nome de Escola Profissional Maria Ruth Junqueira, entretanto, os cursos da nova instituição pareciam repetir, com pequenas alterações, os ofertados no Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa. Na Escola Profissional Maria Ruth Junqueira, com “assistência técnica” de professoras do Estado eram oferecidos os cursos de “artesanato, tricô, costura, pintura e confeitaria” (**ESCOLA**, set.1990, p. 22-23; PIMENTEL, 2000, p. 2; **Mundo Espírita**, dez. 2013, p. 1).

Assim a Escola Profissional Maria Ruth Junqueira, mesmo nomeada de profissional, parecia distante de ofertar uma educação profissionalizante nos moldes de outras instituições femininas que existiam na Capital paranaense e preparavam a mulher para atuar no mundo do trabalho, entre elas a Escola Técnica de Comércio São José (CINTRA, 2005) e a Escola Profissional Feminina de Curitiba (FREITAS, 2011). Entretanto, pela primeira vez foi inaugurada na FEP, em 1960, uma instituição que na “memória construída” (POLLAK, 1989) da Federação foi denominada Escola Profissional²³⁵ – talvez para expressar a pretensão de seus organizadores de ampliar e diversificar os cursos na instituição, em um período que educação profissional era vinculada ao ensino secundário; ou porque esta denominação evidenciava maior autonomia da FEP no gerenciamento da Escola, algo que foi limitado no Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa, uma instituição atrelada aos governos estadual e federal.

Desde os seus primórdios a Federação Espírita do Paraná, a partir dos ensinamentos de Kardec, foi pautada na importância do trabalho como uma atividade responsável pelo progresso social e individual, destacando essa premissa, principalmente, através de seus periódicos, os quais efetuavam uma educação informal da mulher sobre o mundo do trabalho, delimitando suas atividades na e para a FEP. A imprensa escrita, neste caso a religiosa, foi utilizada como “importante

²³⁵ Não foram pesquisadas fontes do período que informassem a denominação da instituição na data de sua inauguração.

estratégia educativa” (MACHADO, 2007, p. 38), pelos membros dirigentes e colaboradores legitimados pela Federação para difundir e assim modelar o comportamento dos espíritas kardecistas, inclusive das mulheres e das mulheres em relação ao mundo do trabalho.

Foi por meio principalmente da imprensa da FEP, esta “mensageira de informações”, parafraseando Davis (1990, p. 159), que através de palavras cotidianamente veiculadas, foi possível captar indícios do lugar da e para a mulher nos primeiros anos da Federação Espírita do Paraná e acompanhar como este espaço pouco se diferenciou até meados do século XX. Entretanto isto não significou que, a partir das posições que ocupavam as mulheres não agiram, inclusive explicitando a importância de suas ações, para a FEP em particular e para a sociedade em geral.

Partindo da proposição de que a Federação foi organizada com a presença e atuação de mulheres, as quais, mesmo quase invisíveis, colaboravam com as obras desenvolvidas por esta instituição, foi possível perceber que a mulher espírita da Federação foi sendo educada e concorrendo para uma educação que forjava uma mulher com perfil que podemos definir como: serena, introvertida, “mediadora” entre o mal e o bem, auxiliar da causa civilizatória. A mulher deveria ser a “modelar” e “virtuosa” mãe, esposa e dona de casa.

Nesse sentido, foi possível perceber pelos periódicos que a mulher espírita foi incentivada a circular entre obras sociais, escolas e hospitais — locais nos quais suas ações, divulgadas via imprensa, educavam sobre o trabalho feminino ideal: aquele no qual a mulher poderia até estar “na rua”, mas em atividades conjugadas com aquelas que exercia “no lar” e muitas vezes eram realizadas na “casa” que era a FEP. Contudo, algumas mulheres foram além, tornaram-se oradoras e até escritoras, mas as palavras e os textos dessas mulheres, que foram divulgados na imprensa da Federação, eram os que corroboravam e assim educavam a mulher para o que era considerado como sua função primordial: a de esposa e mãe-educadora.

Ao longo dos primeiros anos dos Novecentos, a educação da mulher espírita pelos periódicos da FEP seguiu os princípios morais da doutrina kardecista e foi muitas vezes subordinada aos interesses dos homens, especialmente dos dirigentes da Federação, que através desses impressos orientaram e delimitaram as ações femininas, mas também as masculinas. E assim como, certamente, nem todas as mulheres da FEP necessariamente concordavam com os valores apregoados por essa imprensa, outras tantas concorriam até para sua divulgação.

Mas, lembrando que os homens e mulheres da Federação Espírita do Paraná, eram pessoas de um tempo e sociedade e, portanto, eram muito “[parecidos] com sua época” (BLOCH, 2001, p.60), eles não ficaram imunes às mudanças sociais impulsionadas no pós-Grande Guerra e, gradativamente, as mulheres da FEP foram adquirindo/conquistando maior espaço de ação na Federação, algo que é possível perceber inclusive no maior destaque às mulheres nos periódicos da Federação. Do foco primordial na médium nos primeiros tempos da FEP, a partir dos anos 1920 é possível perceber a gradativa inserção da mulher espírita em espaços de atuação pública da própria instituição, ou seja, nos púlpitos, em atividades de assistência aos necessitados e, destacadamente, em espaços escolares da FEP: como professoras.

Nesse contexto, as professoras, assim como as escritoras, tinham uma distinção “permitida” e necessária na construção da “evolução da humanidade”, uma vez que estavam atreladas a ações estreitamente relacionadas com práticas assistenciais, mas também educativas que deveriam, concomitantemente, educar os “necessitados” para o bem maior. Entretanto, essas atividades continuaram, em grande parte, chanceladas por homens, por eles reguladas e mantiveram estreita relação com o lugar da mulher por excelência: a casa, os filhos.

No entanto, pouco a pouco as ações assistenciais que, mesmo indiretamente, possibilitavam uma instrução feminina que poderia resultar em trabalho fora de casa, devem ter concorrido para que na FEP fossem efetivadas atividades que formavam para o trabalho. A criação na Federação do Lar Infantil Icléa, no final da década de 1940, começaria a delinear esse tipo de formação para a mulher, em especial as mais pobres, mesmo que esta instrução continuasse intimamente atrelada ao lar. Neste local, as asiladas, que recebiam educação primária, também começaram a aprender, além do currículo formal, aulas avulsas de corte e costura, “artesanatos” e prendas domésticas ensinadas por voluntárias — pelo menos em um primeiro momento. Aulas que poderiam bem preparar a futura esposa e mãe, mas também concorrer para a inserção no mundo do trabalho, em trabalho “de mulher”, caso fosse necessário trabalhar fora de casa.

Em 1954, passou a funcionar na FEP o Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa, que começou suas atividades em 1955. O Centro não foi uma continuidade ou desdobramento das aulas avulsas que aconteciam no Lar Infantil Icléa, pois era parte de uma proposta dos governos federal e estadual de qualificação “pré-profissional” ou artesanal — uma instituição com estrutura administrativa e curricular próprias, com

corpo docente “especializado”. Instalado em um setor da Federação, o Centro de Iniciação Profissional Lar Icléa manteve o viés “trabalhos femininos” úteis para “a casa”, tanto quanto formar para o exercício de atividades “na rua”. Os cursos de corte e costura, bordado a mão e a máquina, crochê, tricô, arte culinária, artes aplicadas ou caseiras (confeção de flor de pano, etc) e manicure, proporcionavam formação para as meninas asiladas que tinham concluído a escola primária e ainda permaneciam na instituição e também para ex-asiladas; para mães que frequentavam a Associação Protetora do Recém-nascido da Federação, e para mulheres que deixavam seus filhos na Creche Bezerra de Meneses da FEP, além de outras mulheres pobres e/ou trabalhadoras de Curitiba.

Portanto, para a FEP durante a primeira metade do século XX, educar as mulheres para a vida do trabalho era um desdobramento da educação para a realização de ações em casa e algo que deveria ocorrer paralelamente a formação da mulher espírita como um “agente de moralidade” e equilíbrio na família e, consequentemente também na sociedade.

Para chegar a estas deduções e outras que surgiram no percurso inquisidor foi necessário, parafraseando Duby (2013, p. 9), avançar penosamente num terreno difícil cujos limites não cessavam de recuar diante de meus passos. Esta pesquisa certamente não está acabada. E o inacabado, embora tenda a ser perpetuamente superado, tem, para todo espírito um pouco ardoroso, uma sedução que equivale à do mais perfeito triunfo! (BLOCH, 2001, p. 49).

FONTES

* Periódicos Espíritas (EP) e Não Espíritas (NEP) *

Jornais:

A LUZ. Curitiba, 1890-1898. (EP)

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 1899-1960. (NEP)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro - 04/02/1940, p. 6; 05/02/1944, p.6; 06/02/1944, p. 6). (NEP)

MUNDO ESPÍRITA. Rio de Janeiro, 1932-1952 e Curitiba, 1953-1960. (EP)

MONITOR ESPÍRITA. Curitiba, 1911 e 1915. (EP)

O DIA. Curitiba, 1946 – 1959. (NEP)

Revistas:

A DOCTRINA, Curitiba, 1900-1907. (EP)

REVISTA DE ESPIRITUALISMO, Curitiba, 1916-1925. (EP)

REVISTA ESPÍRITA, 1858-1869. Coleção em português da **Revue Spirite** (Paris). Rio de Janeiro: FEB, 2012. (EP)

REVISTA SPIRITA. Curitiba, 1890. (EP)

Excertos

A ESCOLA. Curitiba, 1906. (NEP)

A EVOLUÇÃO. Curitiba, 1906 e 1907. (NEP)

A REPÚBLICA. Curitiba, 1890; 1889; 1900; 1902; 1906; 1916; 1918 e 1930. (NEP)

MUNDO ESPÍRITA. Curitiba, abr.2008; maio 2012; dez. 2013. (EP)

SILVEIRA, A. O feminismo que eu amo. **Brasil Feminino**, Rio de Janeiro, n. 1, p.4, fev. 1932. (NEP)

* Catálogos, folhetos, livros e brochuras *

100 ANOS (1902-2002) semeando a boa nova para um mundo melhor. Curitiba: FEP, 2002.

ESCOLA Profissional Maria Ruth Junqueira- 50 anos. Curitiba: FEP, setembro de 1990.

KARDEC, A. **A Gênese.** [1868]. 42. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2002.

KARDEC, A. **O Espiritismo em sua expressão mais simples.** [1862]. 2. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1989.

- KARDEC, A. **O Evangelho Segundo o Espiritismo**. [1864]. 120. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2002.
- KARDEC, A. **O Livro dos Espíritos**. [1857]. 83. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2002
- KARDEC, A. **O Livro dos Médiuns**. [1861]. 73. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2003
- KARDEC, A. **O que é Espiritismo**. [1859]. 47. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2003.
- LARA, E. **História ilustrada do Espiritismo no Brasil**. CPDoc. Centro de Pesquisa e Documentação Espírita, fevereiro 2002. *Online*.
- LOBO, N. **Lins de Vasconcellos**: o diplomata da unificação. Curitiba: FEP, 1997.
- LUCENA, A. de S.; GODOY, P. A. **Personagens do espiritismo**: do Brasil e de outros lugares. São Paulo: Edições FEESP, 1982.
- MARTINS, R. **Quantos somos e quem somos**. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1941.
- MEMÓRIA da Federação Espírita do Paraná no seu centenário (1902-2002)**. Curitiba: FEP, 2002.
- MOREIRA, J. **Biblioteca Pública do Paraná**: esboço histórico. Curitiba: s.n. 1960.
- POMBO, J. F. da R. **O Paraná no Centenário: 1500-1900**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900.
- VITOR, N. **A terra do futuro**. [1913.] Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996.
- WANTUIL, Z.; THIESEN, F. **Allan Kardec**: pesquisa bibliográfica e ensaio de interpretação. Rio de Janeiro: FEB, 1988.
- WANTUIL, Z. **Grandes espíritas do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2002.

* Outros*

- A Voz de Santo Antonio**. Disponível em: <http://www.ft.lisboa.ucp.pt>. Acesso em: 30/03/16.
- ARAUJO, N. **Síntese de fatos constantes nos livros de Atas da FEP 1902-1952**. Estrutura e Funcionamento; Diretorias; Pessoas Homenageadas; membros do Conselho; Filiação dos Centros Espíritas; Albergue Noturno; Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro. Texto datilografado. Curitiba, [2001?], 65p.
- ATAS da Federação Espírita do Paraná (1902-1907)**. Transcrição, 2002.
- BRASIL. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Coleção de Leis e Decretos, 3 de dezembro de 1890. Disponível em: <http://www.legis.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em: 08/09/2014.
- BRASIL. **Decreto nº 17.943-A**, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores (Código de Menores). Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 31 out. 1927. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes/45297.htm>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes/94882.htm>. Acesso em: 14 jul. 2016.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes/94882.htm>. Acesso em: 14 jul. 2016.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes/94882.htm>. Acesso em: 14 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. www2.camara.leg.br/.../1940.../decreto-lei-2848-7-dezembro-1940. Acesso: 10 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei N. 3.799**, de 5 de novembro de 1941. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=87272.htm>. Acesso em: 10 out. 2016. **REVER SE TEM**

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.043**, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Capítulo III - Da Proteção do Trabalho da Mulher – Seção I. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 6.141**, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. www2.camara.leg.br/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943.htm. Acesso em: 23 ago. 2016.

BRASIL. **Recenseamento Geral**, 1º de setembro de 1940. Censo Demográfico – população e habitação. Série Nacional, volume II. Rio de Janeiro [s.n.], 1950.

CEFAC. **Histórico**. www.cefacweb.com.br/cefac/historico.html. Acesso em: 06 dez. 2016.

CURITIBA. **Lei municipal nº 214**, de 9 de setembro de 1949. Em <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1949/22/214.htm>. Acesso em: 31 out. 2016.

ESTATUTO. Bases Orgânicas da Federação Espírita do Paraná. Curitiba, 1904.

FEDERAÇÃO Espírita do Paraná. Disponível em: <http://www.feparana.com.br>. Acesso em: 20/05/14.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 710. **Código do Ensino**, assinado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba, 18 de outubro de 1915. Curitiba: [s.n.], p. 335-395.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 17. **Código do Ensino**, assinado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba, 9 de janeiro de 1917. Curitiba, [s.n.], p. 9-91.

PARANÁ. **Decreto nº 1.439**, assinado pelo Interventor do Estado, em 18 de junho de 1932. Diário Oficial, Curitiba, 22 de junho de 1932, p.1.

PARANÁ. **Mensagem apresentada pelo senhor Dr. Francisco Xavier da Silva ao Congresso Legislativo**. 1ª Sessão da 6ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1902. Coleção Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná, Curitiba. Typ. República, 1902, p. 1-15.

PARANÁ. **Mensagem apresentada pelo presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná**. 1ª Sessão da 20ª Legislatura em

1º de fevereiro de 1930. Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná, Curitiba. Typ. República, 1930, p. 1-111.

PARANÁ. **Mensagem dirigida pelo Interventor Federal do Paraná General Mario Tourinho ao Chefe do Governo Provisório da República Dr. Getúlio Vargas.** Em 05 de outubro de 1931. Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná, Curitiba. [s.n.], 1931, p. 1- 86.

PARANÁ. **Mensagem apresentada pelo governador do Paraná Sr. Moyses Lupion a Assembleia Legislativa do Estado.** Em 1948. Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná, Curitiba. [s.n.]. 1948, p. 1-146.

PARANÁ. **Mensagem apresentada pelo governador do Paraná Sr. Moyses Lupion a Assembleia Legislativa do Estado.** Em 1956. Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná, Curitiba. [s.n.]. 1956, p. 1-230.

PARANÁ. **Mensagem apresentada pelo governador do Paraná Sr. Moyses Lupion a Assembleia Legislativa do Estado.** Em 1957. Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos do Paraná, Curitiba. [s.n.]. 1957, p. 1-251.

PARANÁ. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná pelo Presidente da Província Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello.** 2ª Sessão da 1ª Legislatura em 1º de outubro de 1883. Curitiba. Typ. Perseverança, 1883, p. 1-54.

PIMENTEL, L. D. **Histórico da Escola Profissional Maria Ruth Junqueira.** Texto datilografado, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. **O Livro dos Espíritos**. São Paulo: Companhia Editora Ismael, 1957.
- ADAMOVICZ, A. L. C. **Imprensa protestante na primeira República**: evangelismo, informação e produção cultural (1901-1922). Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Ed.Unesp, 1998.
- ALMEIDA, J. S. de. O movimento missionário e educacional protestante na segunda metade do século XIX. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 20, p. 185-207, 2002.
- ALMEIDA, J. S. de. Professoras virtuosas; mães educadas. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 42, p. 143-156, jun.2011.
- AMORIM, P. P. **Renovação cristã**: de Kardec a Lutero: O papel do livro (1949 - 2010). Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.
- ARAUJO, J. C. S. As instituições escolares na primeira República. In: NASCIMENTO, M. I. M. et al, (org). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- ARAUJO, S. A. C. de. Julia Wanderley e a consolidação da Escola Normal Promíscua. In: VIEIRA, C. E; STRANG, B. L.S; OSINSKI, D. R. B (orgs.). **História Intelectual e Educação**: trajetórias, impressos e eventos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- ARAUJO, S. A. C. de. Colégio Lins de Vasconcellos: A Evolução pela Educação (1963 – 1998). Percursos e desafios na história da educação luso-brasileira. X Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Curitiba (Paraná). **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), 25 a 28 de agosto, 2014, p. 1-15. CD-ROM.
- ARAUJO, S. A. C. de. **Professora Julia Wanderley**: uma mulher mito (1874-1918). Curitiba: Ed. UFPR, 2013.
- ARRIBAS, C. das G. Espíritas e católicos: os adversários cúmplices. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 10, n. 15, p. 13-38, jan-jun. 2009 .
- ARRIBAS, C. das G. Espiritismo: entre crime e religião. **MNEME – Revista de Humanidades**. Rio Grande do Norte, 11(29), p. 318-339, jan-jul. 2011.
- AUBRÉE, M.; LAPLANTINE, F. **A mesa, o livro e os espíritos**. Alagoas: EDUFAL, 2009.
- AUMONT, J. A parte do espectador. **A imagem**. Campinas, Papirus, 1993, p. 77-96.
- AVANZINI, C. M. V. **As origens do Hospital de Crianças**. Saúde e educação em Curitiba, 1917-1932. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.
- AVELAR, L. **Mulheres na elite política**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- AZEVEDO, A. R. de. Os espíritas e Anália Franco. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 9, n.2, p. 293-307, jul.- dez. 2010.
- BARBOSA, M. A. R. V. **Curandeirismo e curandeiros em Curitiba (1899-1912)**. Discursos e representações no Diário da Tarde. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.

- BARBOSA, E. B. L. **Uma teia de ações no processo de organização da inspeção do ensino no Paraná** (1854 – 1883). Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012a.
- BARTHES, R. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BASSANEZI, C. **Virando as páginas, revendo as mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.
- BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, M. del (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 607-638.
- BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 8, p. 103-141, 2001a.
- BENCOSTTA, M. L. A. **Ide por todo o mundo**. Campinas: Ed.CMU/Unicamp, 1996.
- BENCOSTTA, M. L. A. Mulher virtuosa, quem a achará? O discurso da Igreja acerca da educação feminina e o IV congresso interamericano de educação católica (1951). **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 2, p. 117-136, jul.- dez. 2001b.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERTUCCI, L. M. **Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo**. Campinas: Ed.Unicamp, 2004.
- BERTUCCI, L. M. Educar para a saúde e o trabalho. Legislação paranaense, década de 1910. Mimeo, setembro 2009. In: Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana. IX, 2009, Rio de Janeiro (RJ). **Anais...** Rio de Janeiro: CIHELA, 2009, 11p.
- BERTUCCI, L. M.; SILVA, C. H. P. A gripe, os órfãos e a educação para o trabalho no asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937). **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, v.14, n.2 (35), p. 103-133, maio-ago. 2014.
- BERTUCCI, L. M. Para a saúde da criança. A educação do trabalhador nas teses médicas e nos jornais operários (São Paulo, início do século XX). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 7 n.13, p. 27-42, jan.-jun. 2015.
- BESTER, G. M. **Direitos políticos das mulheres brasileiras: aspectos históricos da luta sufragista**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOCK, G. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos estados-providência. In: DUBY, G.; PERROT, M. (dir) **História das mulheres no Ocidente**. v.5. Porto: Afrontamento, 1995, p.435-465.
- BONA JR, A.; VIEIRA, C. E. O discurso da modernidade nas conferências educacionais na década de 1920 no Paraná. In: VIEIRA, C. E. (org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba, Ed. UFPR, 2007, p. 13-40.
- BONI, M. I. M. de. **O espetáculo visto de alto**. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.
- BOSCHILIA, R. T. **Condições de vida e trabalho: a mulher no espaço fabril curitibano**

- (1940-1960). Dissertação (Mestrado em História), Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.
- BOURDIEU, Pierre (1980). O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 65-79.
- BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 7 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.
- BRESCIANI, M. S. M. Cidade e História. In: OLIVEIRA, L. L. (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 16-35.
- BUENO, A. P. **Educação e participação política: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1893-1940)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.
- BUENO, C. B. A doutrina espírita e as mulheres. **Revista Brasileira de História das Religiões**. CIDADE, v. I, n. 3, p.139-167, jan. 2009.
- BUENO, W. de L. **Curitiba, uma cidade bem amanehecida**. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.
- BUENO, W. de L. Mulheres escritoras no Paraná nos anos 30. II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal (RN). **Anais ...** Universidade Federal de Natal, nov.2002, p. 1-10. www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/anais. Acesso em: 12/03/2014.
- BITTONI, D. H. S. **Mulher de papel**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- BURKE, P. **A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
- CAMPOS, N. **Intelectuais e igreja católica no Paraná: 1926-1938**. Ponta Grossa: Ed. UFGP, 2010.
- CADORI, S. R. **Entre lápis e pincéis: o ensino de desenho e pintura na escola de belas artes e indústrias do Paraná (1886–1917)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.
- CARDOSO, E. B. Em defesa da pátria: proteção social, infância e maternidade no Estado Novo. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. São Paulo, v. 4, n. 8, p. 400-418, dez. 2012.
- CARON, J. Os jovens na escola: alunos de colégios e liceus na França e na Europa. In: LEVI, G.; SCHMITT, J. **História dos jovens**. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 137- 194.
- CARVALHO, M. M. C. de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHAMORRO, G. Mujeres proveedoras y la res pública em el Paraguay. In: FARIAS, Maria de Fátima Lomba (org.). **Relações de gênero: dilemas e perspectivas**. Dourados: Ed. UFGD, 2009, p. 161-184.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

- CHARTIER, R. As práticas da escrita. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (ed.) **História da vida privada**. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.113-161.
- CINTRA, E. P. de U. **Ensino profissional feminino em Curitiba**: a Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955). Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.
- CONCEIÇÃO, S. Y. Z. **Educando mulheres, vendendo saúde**: propagandas e outros textos de jornais curitibanos dos anos 1920. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.
- COSTA, F. da. **Demônios e anjos**: o embate entre espíritas e católicos na República brasileira até a década de 60 do século XX. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.
- CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2005a.
- CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2005b.
- D'INCAO, M. Â. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. del (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2004, p. 223-240.
- DIAS, A.C.; FERREIRA, V.A. Sociedade Evangélica Beneficente. Movimento de Cooperação entre Igrejas Evangélicas no Paraná. In: **História: Questões & Debates**.
- DAMAZIO, S. F. **Da elite ao povo**. Advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994.
- DARNTON, R. **O lado oculto da revolução**. Mesmer e o final do Iluminismo na França. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- DAVIS, N. Z. As mulheres por cima. **Culturas do povo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.107-127.
- DAVIS, N. Z. Mulheres urbanas e mudança religiosa. **Culturas do povo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.23-86.
- DAVIS, N. Z. **Nas margens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DE DECCA, E. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981
- DECOL, R. D. Judeus no Brasil: explorando os dados censitários. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 16, nº 46, p. 146-160, jun.2001.
- DIAS, J. R. de I. **A Evolução (1892-1893)**: uma amostra dos fatores constituintes do sistema literário espírita. Dissertação (Mestrado em História da Literatura), Departamento de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2006.
- DIAZ, R. B. C.; RIBEIRO, R. I. Ifá-Orunmilá em Cuba e no Brasil. In: PINTO, E. A.; ALMEIDA, I. A. **Religiões**: tolerância e igualdade no espaço da diversidade. São Paulo: Fala Preta, 2004, p. 51-64.
- DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Chain; Banestado, 1991.
- DUBY, G. **As damas do século XII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins fontes, 1992.
- ERRANTE, E. Mas afinal, a memória é de quem? **História da Educação**. Pelotas, v. 4, n. 8, p. 141-174, 2000.

- FABRIS, A. 2004. **Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- FERRARO, A. C; KREIDLOW, D. Analfabetismo no Brasil. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 29, nº 2, p. 179-200, jul.- dez. 2004.
- FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, M. del (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editor Contexto, 2004, p. 510-553.
- FREIRE, M. M. de L. **Mulheres, mãe e médicos: discursos maternalistas em revistas femininas**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006.
- FREITAS JR, C. L. A. de. **As práticas e representações femininas no protestantismo de Campina Grande: A Igreja Evangélica Congregacional (1927-1960)**. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.
- FREITAS, D. G. **Entre ofícios e prendas domésticas: a Escola Profissional Feminina de Curitiba (1917 –1974)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.
- FUCKNER, C. M. **Magistério e Casamento: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.
- FUCKNER, C. M. **Lar Escola Dr. Leocádio José Correia: história de uma proposta de formação na perspectiva educacional espírita (1963-2003)**. Tese (Doutorado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.
- GANZ, A. M. **Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945**. Dissertação (Mestrado em História), Departamento História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994.
- GASPAR, Y. E. **Ser voluntário, ser realizado**. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, M. del (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 640-668.
- GIUMBELLI, E. O "baixo espiritismo" e a história dos cultos mediúnicos. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v.9 n.19, p. 247-281, jul. 2003.
- GOMES, A. C. (org.) **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- GONÇALVES JR, E. B. **O impresso como estratégia de intervenção social**, Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.
- GONDRA, J. G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.
- GONDRA, J. G. Cronologia da vida e formas da escola. In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 212-236.

- HAMBURGER, A. I. *et al.* (org.). **As ciências nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: EDUSP; Fapesp, 1996.
- HOBBSBAWM, E. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- HOBBSBAWM, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- HORTA, J. S. B. **Gustavo Capanema**. Recife: Editora Massangana, 2010.
- ISAIA, A. C. Espiritismo, conservadorismo e utopia. In: PINTO, E. A.; ALMEIDA, I. A. **Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade**. São Paulo: Fala Preta, 2004.
- ISAIA, A. C. Espiritismo, república e o progresso no Brasil. In: HOMEM, A. C; SILVA, A. M.; ISAIA, A. C. (org.) **Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal**. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 285-386.
- ISAIA, A. C. A Codificação Espírita, a Educação e o papel das Elites letradas. 37ª Reunião Nacional da ANPED. Sessão Especial 06 - Ética e Religião em tempos seculares: um paradoxo para a educação. Florianópolis (Santa Catarina). **Anais ...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, out. 2015, p. 1-8. <http://docplayer.com.br/17488288-A-codificacao-espirita-a-educacao-e-o-papel-das-elites-letradas.html>. Acesso em: 10/02/2015.
- JURKEVICS, V. I. **Crenças e vivências espíritas na cidade de Franca (1904-1980)**. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista. Franca, 1998.
- JURKEVICS, V. I. **Os santos da igreja e os santos do povo: devoções e manifestações de religiosidade popular**. Tese (Doutorado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
- KANAWATE, **Memorial à mulher: pioneiras do Paraná – Brasil 500 anos (1853-1953)**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, abr. 2000.
- KARVAT, C. E. **A sociedade do trabalho**. Curitiba: Aos quatro ventos, 1998.
- KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 3. ed. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- LAGRAVE, R. M. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, G.; PERROT, M. (org.) **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, s.d., 1995, p.505-543.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. 5.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- LE GOFF, J. **São Luis**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LEWGOY, B. **Os espíritas e as letras**. Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- LEWGOY, B. Representações de ciência e religião no espiritismo kardecista: Antigas e novas configurações. **Civitas** - Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 2, p. 151-167, jul.- dez. 2006.

- LISOVSKY, M. Sob o signo do “clic”: fotografias e História em Walter Benjamin. In: FELDMAN-BIANCO, B.; LEITE, M. L. M. (org.). **Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas: Papirus, 1998.
- LOEFFLER, W. **Aspectos da indústria paranaense: 1930-1970**. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Departamento História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- LOPES, L. R. **Uma história do Brasil: República**. São Paulo: Contexto, 1997.
- LOUREIRO, C. B. **As mulheres médiuns**. Rio de Janeiro: FEB, 1996.
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. del. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.
- MACHADO JR, C. de S. **Fotografias e códigos culturais: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.
- MACHADO, M. A imprensa religiosa como palco de disputas entre católicos e espíritas: final do século XIX. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal (RN). **Anais ... Natal: Universidade Federal de Natal**, jul.2013, p. 1-14. <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais>. Acesso em: 04/04/2014.
- MACHADO, M. C. G. Estado e educação “em preto e branco”. In: SCHELBAUER, A. R.; ARAUJO, J. C. S. (org.). **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007, p. 31-52.
- MACHADO, U. **Os intelectuais e o espiritismo**. Rio de Janeiro: Antares, 1983.
- MAGGIE, Y. **Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. A. (coord.); SEVCENKO, N. (org.). **História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 368-421.
- MANCILHA, V. M. N. **Vozes femininas: um estudo sobre a revista feminina e a luta pelo direito ao voto, ao trabalho e à instrução**. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.
- MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**. São Paulo: Ed.Unesp, 1996.
- MARACH, C. B. **Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico a escola (1906-1910)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.
- MARCHETTE, T. D. **Corvos nos galhos das acácias: o movimento anticlerical em Curitiba (1896-1912)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- MARCHI, E. Anticlericais & ultramontanos: embates na paróquia. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR). Edição Especial, jan.2013, p.139-154.
- MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- MARQUES, V. R. B. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no novecentos. **Cad. Cedes**, Campinas, v.23, n. 59, p. 39-56, abril 2003.
- MARTINS. A. L. **Revistas em revistas: imprensa e práticas culturais em tempos de República**. São Paulo: Editora da USP - FAPESP, 2008.

- MAUAD, A. M. **Poses e flagrantes**: ensaios de história e fotografia. Rio de Janeiro: Editora: Universidade Federal Fluminense, 2008.
- MEDINA, C de C. Reflexões sobre o pensamento de Kardec. **Revista Nures**. São Paulo, n. 3, p. 1-8, maio-set. 2006.
- MIGUEL, S. N. Espiritismo e política: conjuntura dos anos 1930-1940. **Debates do NER**. Porto Alegre, ano 10, n.15, p.39-70, 2009.
- MIGUEL, S. N. O Espiritismo frente à Igreja Católica em disputa por espaço na era Vargas. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 203-226, dez. 2010.
- MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça**. Campinas: Ed. Unicamp. 1999.
- MONTEIRO, E. C. Anália Franco: A Grande Dama da Educação Brasileira. São Paulo: Eldorado Espírita, 1992.
- MOTT, M. L. Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação. **Cadernos Pagu**. Campinas, v.24, p. 41-67, jan-jun. 2005.
- MOTT, M. L. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 16, p. 199-234, 2001.
- NICOLAS, M. **Pioneiras do Brasil**: estado do Paraná. Curitiba: [s.n.], 1977.
- NOFUENTES, V. C. **Um desafio do tamanho da Nação**: a campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915-1922). Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- NÓVOA, A. História da educação: novos sentidos, velhos problemas. In: MAGALHÃES, J. P. (org.). **Fazer e ensinar história da educação**. Braga, Universidade do Minho, 1998, p. 34-54.
- MUNAKATA, K. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- OLIVEIRA, A. C. de. A representação feminina em a Rainha do Ignoto, de Emília Freitas. Seminário Mulher e Literatura. Ilhéus (Bahia). **Anais...** Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007, p.1-6. <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais>. Acesso em: 02/03/2016.
- OLIVEIRA, D.de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
- OLIVEIRA, M. C. M. de. **Ensino Primário e sociedade no Paraná durante a primeira República**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.
- OLIVEIRA, M. C. M. de. Os imigrantes e o ensino na província do Paraná. **Educar em Revista**. Curitiba, n.5, p. 51-79, jan./dez. 1986.
- OLIVEIRA, M. C. M. de; REMER, M. Z. Governadores ou presidentes: uma releitura da trajetória política e educacional do Paraná na primeira República. III Congresso Brasileiro de História da Educação Escolar em Perspectiva Histórica. Curitiba (Paraná). **Anais ...** Curitiba: PUCPR, 2004, p. 1-16. <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/anais>. Acesso em: 12/11/2014.

- OGANAUSKAS, F. R. M. **Semear a “terra do futuro”**: projetos de modernização e o ensino agrônomo no Paraná (1897-1933). Dissertação (Mestrado), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.
- PANDINI, S. **A Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná**: “viveiro de homens aptos e úteis” (1919-1928). Dissertação (Mestrado), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- PEDRO, J. M. Mulheres do Sul. In: PRIORE, M. del (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 278-321.
- PEREIRA, A. R. V. **Políticas sociais e corporativismo no Brasil**: o Departamento Nacional da Criança no Estado Novo. Niterói: ICHF/UFF, 1992
- PEREIRA, M. R. M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.
- PERROT, M. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PRADO, E. M. O processo de implantação das escolas públicas elementares para adultos na cidade de Curitiba (1876-1882). VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia (MG). **Anais ...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, abr.2006, p. 3753-3761. <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/htm>. Acesso em: 02/05/2014.
- PRIORE, M. del. **Do outro lado**: a história do sobrenatural e do espiritismo. São Paulo: Planeta, 2014.
- PÚBLIO, C. A. M. Significativos traços do abandono social da criança e do adolescente no Brasil. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas - UESB**. Vitória da Conquista (BA), n. 12, p. 33-55, jul/dez. 2011.
- QUELUZ, G. L. **Concepções de ensino na República Velha, 1909-1930**. Curitiba: Ed. CEFET, 2000.
- RAGO, M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1830-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, M. del (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editor Contexto, 2004, p. 578-605.
- RENK, V. E. Imprensa escolar: uma demonstração de patriotismo no Estado Novo. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Vitória (Espírito Santo). **Anais ...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 16-19 de maio 2011. <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais>. Acesso em: 20/10/2016.
- RIBEIRO, L. M. P. O protestantismo brasileiro. **Revista USP**. São Paulo, n.73, mar./maio 2007, p. 117-129.
- RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**. 18. ed. Campinas, SP: autores associados, 2003.

- RIBEIRO, M. S. Ser Eva e dever ser Maria. IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra (Portugal). **Anais ...** Coimbra: Universidade do Minho, 17-19 de abr. 2000, p. 1-26. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/anais>. Acesso em: 02/02/2014.
- RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 1997.
- RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.
- ROCHA, A. S. da. **A Imprensa espírita e suas estratégias pedagógicas em fins do império brasileiro** (1869-1882). Tese (Doutorado em Educação). Setor de Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.
- ROCHA, A. S. da; TOLEDO, C. de A. A. de. Imprensa espírita e elite letrada no Brasil Oitocentista. VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá (Mato Grosso). **Anais ...** Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 20-23 de maio 2013. <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/anais>. Acesso em: 20/03/2014.
- RODRIGUES, J. S. **Postos de Puericultura** – fundação O Dia: educação das mães, saúde dos filhos (Curitiba 1940 – 1942). Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.
- RODRIGUES, R. V. **Curso de introdução ao pensamento político brasileiro**: a ditadura republicana segundo o Apostolado Positivista. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.
- RONCAGLIO, C. **Pedidos e recusas**: mulheres, espaço público e cidadania. Curitiba: Ed. Pinha. 1996.
- SANTAELLA, L. **Leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- SANTANA, L. W. A. **Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná**: o projeto de ensino de artes e ofícios de Antônio Mariano de Lima, Curitiba, 1886-1902. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
- SAPELLI, M. L. S. **Ensino Profissional no Paraná**: aspectos históricos, legais e pedagógicos. Guarapuava: Unicentro, 2008.
- SCHUMACHER, S.; BRAZIL, E. V. (org.) **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.
- SCHWARCZ, L. M. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Revista Afro-Ásia**. Bahia (UFBA), v. 18, p.77-101, 1996.
- SCHWARCZ, L. M. **O sol do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.
- SEIXAS, L. S. Associações femininas e a inserção das mulheres na esfera pública: o Centro Paranaense Feminino de Cultura (Curitiba, 1933-1958). ANPUH – XXV simpósio nacional de história – História e Ética. Fortaleza (CE). **ANAIS ...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, jul. 2009, p. 1-15. <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1144.pdf>. Acesso em: 04/04/2014.
- SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo: Companhia das Letras,

1992.

SEVCENKO, N. A capital irradiante. In: NOVAIS, F.; SOUZA, L. M e. (dir.) **História da vida privada no Brasil**. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 513-620.

SIGOLO, R. P. **Em busca da “sciencia medica”**: a medicina homeopática no início do século XX. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, 1999.

SILVA, A. **Álbuns de família**: a imagem de nós mesmos. São Paulo: Senac, 2008.

SILVA, E. M. **O espiritualismo no século XIX**: Reflexões Teóricas e Históricas Sobre Correntes Culturais e Religiosidade. Campinas: IFCH, 1997. v. 27. 80 p. www.unicamp.br/.../O%20Espiritualismo%20nos%20Séc.%20XIX%20e%20XX.doc.

Acesso em: 20/03/2014.

SILVA, J. F. M. **Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho: ações do estado do Paraná à infância do “abrigo provisório para menores abandonados” ao “educandário Santa Felicidade” (Curitiba, 1947-1957)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

SILVA, M. A. M. De colona a boia-fria. In: PRIORE, M. del. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 554-577.

SILVA, S. C. H. P. **De órfãos da gripe a trabalhadores**: O Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

SILVEIRA, M. H. P. **O processo de normalização do comportamento social em Curitiba**: educação e trabalho na penitenciária do Ahú, primeira metade do século XX. Tese (Doutorado em Educação). Setor de Educação, UFPR. Curitiba, 2009.

SOUZA, A. J. de; BIEITES, A. R. O positivismo e o movimento espírita no Brasil. **Logos**. Rio de Janeiro, v.6, n.2, 1999, p. 50-58.

SOUZA, E. F. Trajetória e discursos educativos do jornalista e professor Raul Rodrigues Gomes na imprensa paranaense. IX ANPEDSUL. Seminário de Pesquisa em Educação. Caxias do Sul (Rio Grande do Sul). **Anais ... Caxias do Sul**: Universidade de Caxias do SUL, 28 jul. a 01 ago. 2012, p. 1-15. http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Historia_da_Educacao/Trabalho/04_59_41_220-6375-1-PB.pdf. Acesso em: 04/12/2016.

SOUZA, G. de. **Instrução o talher para o banquete da civilização**: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

Souza, G. de. Cultura escolar material na história da instrução pública primária no Paraná. **Revista brasileira de história da educação**, nº 14 maio/ago. 2007, p. 37-68.

SOUZA, G. de. Os jardins de infância públicos no início do século XX. In: SOUZA, G. **Educar na Infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010, p. 123-140.

SOUZA, L. de M. e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- STOLL, S. J. **Espiritismo à brasileira**. São Paulo: Edusp, 2004.
- THOMAS, K. **Religião e o declínio da magia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOMAZ, M. F. **Instituições femininas na Curitiba do início do século XX**: O caso da Associação Feminil Livre Pensadora. Conclusão de Curso (Graduação em História), Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.
- TRINDADE, E. M. de C. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.
- TRINDADE, E. M.; PRADO, E. M. O ensino profissional feminino na cidade de Curitiba no despontar do século XX. **História social**. n. 21, p.237-251, 2011.
- TURINA, K. F. R. Escola maternal: história, assistência e escolarização da infância em Curitiba (1928-1944). Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.
- VALDEMARIN, V. T. Lições de Coisas: concepção de científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos CEDES**, Campinas, ano XIX, n. 52, p. 74-87, nov. 2000.
- VARGAS T.; HOENER, J. V.; BÓIA, W. **Academia Paranaense de Letras**: bibliografia. Curitiba: Academia Paranaense de Letras, 2001.
- VELLOSO, M. P. **A cultura das ruas do Rio de Janeiro (1900-1930)**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.
- VIDAL, D. G. (org.). **Grupos escolares**. Campinas: Mercado da Letras, 2006.
- VIEIRA, C. E. (org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886 – 1964)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.
- VIEIRA, C. E. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação. In: OLIVEIRA, M. A. T. (org.). **Cinco estudos em História e historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- VIEIRA, L. F. Políticas de Educação Infantil no Brasil no século XX. In: SOUZA, G. **Educar na Infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010, p. 141-154.
- WARREN, D. A medicina espiritualizada: a homeopatia no Brasil do século XIX. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 13, nº 1, p.88-107, 1986.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira; Brasília: Editora UnB, 1981.
- WEINSTEIN, B. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.
- WISSENBAACH, M. C. C. **Ritos de magia e sobrevivência**. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

ANEXOS

ANEXO 1



FOTOGRAFIA HISTÓRICA – Grupo de confrades que compareceram ao 1º Camp “Meeting”, realizado pelos espíritas do Paraná, em 1912, na chácara de Amando Mann, em Curitiba. Sentados a partir da esquerda: Gen. M. A. Ferreira Cunha, Major M. Viana de Carvalho, Vicente Nascimento Junior e Alexandre Braga. Em pé, a contar da direita: A. Lins de Vasconcellos, M. Monteiro, Amando Mann, J. Pilotto, Sobrinho, Afonso Nunes e outros.

Acervo: **Mundo Espírita** (08/10/1949, p.2).

ANEXO 2

**AS INSTITUIÇÕES DA FEP E OUTRAS QUE RECEBERAM AUXÍLIO DO
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, EM CURITIBA, NO PERÍODO DE 1947 A
1950**

Liga de Defesa da Tuberculose - 12.000,00 Asilo São Luiz - 288.000,00 Orfanato Cajuru - 72.000,00 Associação Protetora do Recém-nascido - 18.000,00 Hospital Psiquiátrico N. S. da Luz - 960.000,00 Santa Casa de Misericórdia - 720.000,00 Sociedade Socorro aos Necessitados - 96.000,00 Hospital Victor do Amaral - 144.000,00 Sanatório Bom Retiro - 72.000,00 Hospital da Cruz Vermelha Brasileira - 250.000,00 Lar das Crianças Órfãs - 86.000,00 Lar Icléa - 12.000,00 Escola de Serviço Social - 126.000,00 Escola Maternal da Sociedade Socorro - 72.000,00	Instituto Paranaense para Cegos - 126.000,00 Albergue Noturno - 112.000,00 Pia União de Santo Antônio - 24.000,00 Associação das Senhoras de Caridade - 24.000,00 Liga Paranaense de Combate ao Câncer - 12.000,00 Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra - 49.000,00 Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo - 42.000,00 Associação Feminina de Proteção à Maternidade e Infância - 48.000,00 Externato Santa Terezinha - 10.000,00 União Paranaense dos Estudantes - 150.000,00 Casa do Estudante - 150.000,00 ** <u>TOTAL</u> 3.675.000,00
--	--

Fonte: Paraná, apud Silva (2009, p. 78)

ANEXO 3

MAPA DE TERRENOS E CONSTRUÇÕES DA FEP (1913-1954)

